



# TRATAMENTO MORFOSSINTÁTICO DE EXPRESSÕES E ESTRUTURAS FRÁSICAS DO PORTUGUÊS EM ANGOLA

DIVERGÊNCIAS EM RELAÇÃO À NORMA EUROPEIA

*Paulino Soma Adriano*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística  
Especialidade: Linguística Portuguesa

ORIENTAÇÃO: *Professora Doutora Maria João B. M. Marçalo*  
*Professora Doutora Ana Alexandra L. V. da Silva*

ÉVORA, MAIO DE 2014





***À Kuyela, sem sombra de dúvidas;***

***Aos meus pais, Augusto Adriano e Ester Senje, cujos braços me embalaram dos tiroteios de ontem e, em meio a inúmeras dificuldades, me permitiram ser.***



## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são sempre uma tentativa incompleta de colocar no papel o que sentimos. De facto, para chegarmos ao final de um ciclo de formação, recebemos contributos de diferentes pessoas e instituições. Tentar nomeá-las todas é sempre um risco. Contudo, além de Deus, pelo dom da vida, permitimo-nos referir alguns nomes que, julgamos nós, mais directamente contribuíram para tornar possível a realização deste projecto:

À Professora Doutora Maria João Broa Martins Marçalo, pela sábia orientação não apenas na concepção e estruturação deste trabalho, mas também em todo o nosso percurso pela Universidade de Évora. Lembramo-nos de nos ter enviado, no dia 02 de Dezembro de 2011, uma mensagem da qual extraímos algumas palavras: *Vamos começar a trabalhar mesmo à distância? (...) conto com o seu sim para este seu doutoramento. Não podemos desistir!* Palavras que, sobretudo as três últimas, muito nos incentivaram. O nosso profundo reconhecimento por tudo.

À Professora Doutora Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, co-orientadora deste trabalho, por quem desenvolvemos uma profunda admiração não apenas pelo rigor intelectual com que sempre leu os nossos textos e respondeu às nossas inquietações, mas também por sua pronta disponibilidade permeada com uma simpatia que não conseguimos descrever. Em todos os encontros, mesmo por entre ideias que franzissem os nossos rostos, não deixava de, espontaneamente, fazer raiar um sorriso.

Às Professoras Doutoradas Ana Banza, Filomena Gonçalves e Maria do Céu Fonseca, por todo o apoio administrativo, mas também pelos incentivos.

À Professora Doutora Fernanda Bacelar do Nascimento pelo apoio bibliográfico no que respeita aos métodos de transcrição oral.

Ao amigo e colega Márcio Edú da Silva Undolo, que, numa conversa informal, nos falou da existência da possibilidade de fazermos o doutoramento na Universidade de Évora, tendo manifestado a sua total disponibilidade em

explicar os procedimentos conducentes à inscrição e às permanências em Portugal.

À Direcção Geral do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED, Huíla, por ter permitido as nossas múltiplas ausências do local de trabalho, com ênfase ao Mestre Chico Pedro, Vice-Director para a Área Científica, por nos ter incluído no Plano Provisional de docentes da Instituição em formação no estrangeiro.

Ao Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo de Angola – INAGBE, o nosso reconhecimento pelo apoio no pagamento das propinas.

De forma muito especial, à Teresa Kuyela, à Esperança Marta Caita Adriano, ao João Baptista Caita Adriano e à Jussara Jiloy Caita Adriano, que mais directamente sentiram as nossas múltiplas ausências, o nosso muito obrigado. Sem a sua compreensão, a sua paciência e o seu apoio incondicional, não teria sido possível realizar este trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação é uma tentativa de contribuir para a problematização da situação linguística de Angola, mais particularmente da situação do português no que respeita à sua variação e às implicações dessa variação na planificação, política e norma linguística.

Procura dar conta do facto de, em Angola, o ideal linguístico ser a norma-padrão europeia, embora esta não seja atingida pela maior parte de falantes no referido contexto, uma vez que, neste, vai emergindo uma variedade que, tendencialmente, se diferencia da norma ideal. Confirma-se, por isso, um estado de crise normativa em relação ao português.

Como suporte das considerações teóricas feitas acima, recorrendo aos métodos de transcrição oral, são expostos e explicados, do ponto de vista morfossintáctico, exemplos autênticos de expressões e frases que se revelam desviantes em relação à norma europeia e que constituem o *corpus* deste trabalho.

Palavras-chave: Morfossintaxe, Variação, Norma, Planificação Linguística, Política Linguística.

## **ABSTRACT**

### MORPHOSYNTACTICAL ANALYSIS OF THE EXPRESSIONS AND PORTUGUESE STRUCTURES IN ANGOLA – DEVIATIONS FROM THE STANDARD EUROPEAN

This dissertation attempts to contribute to the analysis of the linguistic situation in Angola, more specifically of the situation of the Portuguese language regarding its variation and changes. It is hoped that this study will have a say in political planning, linguistic policy and in the norm as a whole.

The dissertation attempts also to account for the fact that in Angola the ideal language is the Standard European, even though most speakers do not achieve this standard. In such a context we can observe the emergence of a new norm, a new standard, which in many ways differs from the Standard European. Therefore, a crisis is setting grounds on the regulation of the Portuguese language.

Supporting the theoretical analysis and considerations, this research has used the oral transcription method, describing and explaining authentic language material. More specifically, the deviations from Standard European are analysed from a morphosyntactical perspective.

Keywords : Morphosyntax, Variation, Norm, Language Planning, Language Policy.



## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VI</b>
<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. OBJECTIVOS .....	4
1.2. RESULTADOS ESPERADOS .....	6
1.3. DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA: O PROBLEMA .....	8
1.4. O DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO E O OBJECTO DE ESTUDO .....	15
1.4.1. <i>A estreita relação entre morfologia e sintaxe – a morfossintaxe.....</i>	<i>21</i>
<b>CAPÍTULO II: SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE ANGOLA .....</b>	<b>51</b>
2.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E HISTÓRICA DE ANGOLA.....	51
2.2. A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE ANGOLA E A LÍNGUA PORTUGUESA .....	56
2.2.1. <i>O surgimento e a hegemonia do português entre as línguas africanas angolanas .....</i>	<i>60</i>
<b>CAPÍTULO III: VARIAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA: CONTRIBUTOS PARA A PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA .....</b>	<b>75</b>
3.1. VARIAÇÃO E NORMA: LINGUÍSTICA E GRAMÁTICA NORMATIVA .....	75
3.1.1. <i>Entre o normal e o normativo: a variação do português em Angola .....</i>	<i>82</i>
3.1.2. <i>A (in)existência do «erro»: uma polémica que ainda se impõe .....</i>	<i>104</i>
3.2. A ESCOLA ANGOLANA: DIFUSORA DA NORMA DO PORTUGUÊS – QUE NORMA E COM BASE EM QUE POLÍTICA LINGUÍSTICA? .....	113
<b>CAPÍTULO IV: METODOLOGIA.....</b>	<b>145</b>
4.1. INFORMANTES.....	150
4.2. CONDIÇÕES DE GRAVAÇÃO .....	151
4.3. ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CARÁCTER DOS PROGRAMAS E DISCURSOS GRAVADOS.....	151
4.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	154
4.4.1. <i>Alguns critérios observados.....</i>	<i>154</i>
4.4.2. <i>Técnicas observadas na transcrição .....</i>	<i>154</i>
4.5. LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	163
<b>CAPÍTULO V: TRATAMENTO MORFOSSINTÁCTICO DE ESTRUTURAS E EXPRESSÕES FRÁSICAS DO PORTUGUÊS EM ANGOLA .....</b>	<b>167</b>
5.1. CONCORDÂNCIAS.....	167
5.1.1. <i>Concordância nominal: a omissão da marca de plural /s/.....</i>	<i>168</i>

5.1.2. Um caso à parte: a omissão da fricativa /s/ na desinência verbal número-pessoal -mos. ....	198
5.1.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A OMISSÃO DE /s/ .....	201
5.1.4. OUTROS CASOS DE CONCORDÂNCIA NOMINAL ATESTADOS .....	204
5.1.4.1. Concordância do nome com o adjetivo .....	205
5.1.4.2. Concordância dos determinantes com o nome .....	213
5.1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL .....	214
5.2. CONCORDÂNCIA VERBAL .....	216
5.2.1. Concordância do verbo com sujeito simples .....	217
5.2.2. Concordância do verbo com sujeito pós-verbal.....	231
5.2.3. Concordância do verbo com sujeito composto (3. <sup>a</sup> pessoa).....	241
5.2.4. Concordância com – vós: um fenómeno quase extinto no português falado em Angola .....	245
5.2.5. Variação do verbo haver (existencial).....	248
5.2.6. Concordância com tu ou você? Crise de tratamento e implicações semântico-pragmáticas.....	251
5.2.7. Concordância ideológica pela concordância gramatical.....	265
5.2.8. Concordância com expressão partitiva.....	278
5.2.9. Considerações finais sobre a concordância verbal .....	282
5.3. OUTROS CASOS DE CONCORDÂNCIA.....	284
5.3.1. Se+sujeitos da primeira pessoa .....	284
5.3.2. Os constituintes relativos o qual e cujo: Não concordância com o antecedente.....	286
5.4. MODOS VERBAIS .....	292
5.4.1. O emprego do indicativo pelo conjuntivo ou pelo infinitivo.....	294
5.4.2. Outros casos do uso do indicativo ou infinitivo pelo conjuntivo .....	306
5.4.3. O infinitivo flexionado.....	316
5.4.4. Considerações finais sobre os modos verbais .....	318
5.5. O VERBO TER IMPESSOAL .....	319
5.5.1. Considerações finais acerca da substituição de haver por ter.....	324
5.6. INSERÇÃO E SUPRESSÃO DA PREPOSIÇÃO A EM COMPLEXOS VERBAIS .....	326
5.6.1. Considerações finais sobre a inserção e supressão da preposição a em complexos verbais .....	331
5.7. REGÊNCIA VERBAL .....	333
5.7.1. Substituição de preposições.....	333
5.7.2. Inserção de preposições.....	352
5.7.3. Supressão de preposições .....	364
5.7.4. Considerações finais sobre a regência verbal – complementos verbais preposicionados.....	375

5.8.	AINDA SOBRE A OMISSÃO DE PREPOSIÇÕES: QUEÍSMO EM ORAÇÕES INTRODUZIDAS POR UM NOME OU ADJECTIVO E ORAÇÕES RELATIVAS CORTADORAS .....	376
5.8.1.	<i>Queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo</i> .....	376
5.8.2.	<i>Orações relativas de estratégia cortadora</i> .....	380
5.8.3.	<i>Considerações finais sobre queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo e sobre orações relativas cortadoras</i> .....	385
5.9.	CLITICIZAÇÃO .....	386
5.9.1.	<i>Alguns aspectos sobre a posição do clítico</i> .....	393
5.9.2.	<i>Emprego acusativo do clítico dativo <i>lhe</i></i> .....	403
5.9.3.	<i>Posição do clítico em complexos verbais</i> .....	407
5.9.4.	<i>Ainda sobre clíticos pronominais: supressão e inserção de clíticos em contextos de conjugação pronominal</i> .....	415
5.9.5.	<i>Considerações finais sobre o fenómeno cliticização</i> .....	419
5.10.	OUTROS CASOS ATESTADOS NO CORPUS .....	422
5.10.1.	<i>Não realização fonética de complementador subordinativo e realização supérflua do complementador <i>que</i></i> .....	422
5.10.2.	<i>Alguns aspectos sobre emprego do advérbio relativo <i>onde</i></i> .....	425
5.10.3.	<i>Omissão do artigo definido depois do quantificador universal <i>todos e antes de determinantes possessivos</i></i> .....	432
5.10.4.	<i>SP para <i>mim</i> + verbo infinitivo por SP para <i>eu</i> + verbo infinitivo</i> .....	436
5.10.5.	<i>A locução preposicional “de acordo com”</i> .....	438
5.10.6.	<i>Ele dativo / acusativo e <i>dele</i> em vez de <i>seu</i></i> .....	440
5.10.7.	<i>Perífrase verbal <i>ir + ir</i> + verbo pleno</i> .....	442
<b>CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E SUGESTÕES .....</b>		<b>445</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>451</b>
<b>ANEXO: CORPUS</b>		



## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Neste trabalho, dois assuntos principais nos ocupam. O primeiro prende-se com a discussão da situação linguística de Angola, particularmente com a situação do português, observando as implicações dessa mesma situação na planificação, política e norma linguística neste contexto. Para o efeito, mesmo que o nosso trabalho não seja assumidamente de índole sociolinguística, não deixamos de recorrer a conceitos como variação e normalização linguística. Se considerarmos que em Angola o ideal linguístico é a norma-padrão europeia, sendo que o país se diferencia largamente da realidade portuguesa em termos históricos, socioculturais, económicos e sobretudo sociolinguísticos, afigura-se, em nossa opinião, relevante darmos conta de uma possível crise normativa do português falado em Angola. Este estudo também não se pode assumir como sendo de índole didáctica, ou, se quisermos, de linguística educacional. Porém, uma vez que nos referimos à norma linguística, teremos de, necessariamente, fazer referência à escola, como guardiã da norma, força centrípeta, conservadora em relação à força centrífuga, inovadora.

O segundo assunto prende-se com o tratamento morfossintático de vários temas que se revelaram críticos na recolha do *corpus*. Expomo-los, descrevemo-los e comparamo-los com a norma europeia e, quando possível, retiramos algumas inferências em relação às ocorrências desviantes atestadas.

Relativamente à sua organização, após este capítulo introdutório, que abarca os objectivos a alcançar, os resultados esperados, a formulação do problema, o domínio da investigação e uma breve explicação que está na base de termos escolhido, simultaneamente, a morfologia e a sintaxe, o trabalho apresenta ainda outros cinco capítulos.

No segundo, intitulado «A situação linguística de Angola», procede-se a uma caracterização da situação sociolinguística de Angola, começando, como é natural, por apresentar dados geográficos, demográficos e históricos do país.

O terceiro capítulo «Variação e normalização do português em Angola: contributos para a planificação linguística» é reservado à situação do português em Angola, sem deixar de parte o contexto sociolinguístico em que se encontra inserida essa língua. Aplica as questões sobre norma e variação nessa realidade, considerando uma breve revisão bibliográfica baseada em alguns autores que já discutiram a situação linguística de Angola, particularmente a situação do português e a sua variação.

O quarto capítulo, «Metodologia», procura explicar todos os procedimentos metodológicos que foram tidos em conta na elaboração deste estudo, sobretudo na recolha e tratamento do *corpus*.

É no quinto capítulo, «Tratamento morfossintático de estruturas e expressões frásicas do português em Angola», que são tratados, à luz da morfossintaxe, alguns aspectos do português falado em Angola. Sendo o cerne do trabalho, no mesmo é possível encontrar várias subsecções que correspondem aos diversificados temas tratados.

No sexto, e último capítulo, «Conclusões e sugestões», são expostas breves considerações decorrentes de tudo quanto se abordou no corpo do trabalho, o que permitiu, igualmente, a formulação de sugestões.

### **1.1. Objectivos**

Uma vez que procuramos contrastar o português falado em Angola com a norma europeia, o que nos vai possibilitar, em certa medida, identificar algum desfasamento existente entre uma e outra variedade, propusemo-nos contribuir para o conhecimento da situação externa e interna da Língua Portuguesa,

discutindo a possibilidade de se estabelecer a norma do português de Angola. Mais especificamente, pretendemos reflectir sobre a necessidade e a possibilidade da normalização do português em Angola; analisar, descrever e conhecer algumas características morfossintáticas do português falado no país, através do levantamento de um *corpus* oral de estruturas frásicas produzidas nesse contexto, observando tendências divergentes da norma europeia.

É ainda nosso objectivo que este trabalho seja útil aos nossos alunos e a docentes, no contexto de Angola, para o conhecimento de alguns desvios morfossintáticos ocorrentes na variedade angolana do português em vista à aplicação de uma pedagogia preventiva e à consciencialização da necessidade de normalizar a referida variedade<sup>1</sup>.

Convém enfatizar que se pretendeu realizar um estudo essencialmente linguístico. Contudo, uma vez que as investigações da situação linguística em Angola se encontram ainda num estado incipiente, não deixaremos de fazer alusões a questões tratadas pela sociolinguística, como a variação, a mudança e a normalização.

Observe-se que estudos do ponto de vista descritivo, isto é, estudos não prescritivos, se afiguram necessários no contexto de Angola, uma vez que podem traduzir-se em argumentos para a tomada de decisões de vária índole, no âmbito da planificação e da política linguística, incluindo mesmo o âmbito da linguística educacional, no caso do português.

---

<sup>1</sup> Daí a escrita deliberadamente didáctica e, não raras vezes, redundante, que se pode notar sobretudo no capítulo V, «Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola». Assim, apesar de o trabalho ter como destinatário primordial o júri, é também destinado a professores e alunos de Língua Portuguesa, em Angola, que nem sempre têm o português como sua língua materna e que se esforçam por conhecer a norma-padrão europeia.

Para a linguística, as variedades de uma língua gozam todas do mesmo valor. Neste sentido, o linguista tem de adoptar uma atitude imparcial no estudo de qualquer língua, como afirma Martinet:

No caso da linguística, importa especialmente insistir no carácter científico e não prescritivo do estudo: como o objecto desta ciência constitui uma actividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que realmente se diz para passar a recomendar-se o que deve dizer-se. (Martinet 1991:11)

Assim, embora comparemos a variedade angolana com a europeia, tendo em conta casos desviantes daquela em relação a esta, o que nos moveu não foi uma vocação prescritiva, mas, antes, descritiva. Apesar disso, a referida descrição teve de ser feita tendo em conta uma referência: a norma-padrão europeia.

## **1.2. Resultados esperados**

Com o presente trabalho, no contexto de Angola, esforçámo-nos por atingir alguns resultados que se circunscrevem no levantamento de um *corpus* oral de expressões e estruturas frásicas; na descrição de algumas tendências divergentes da norma-padrão europeia no que respeita à estrutura frásica, o que nos leva, inevitavelmente, à discussão da situação do português em Angola. Preconizamos, de igual modo, no final, disponibilizar à comunidade académica um estudo que dê conta não apenas da situação linguística de Angola e da variação do português nessa realidade, mas também de alguns aspectos morfossintáticos do português em vista a estimular outras pesquisas direccionadas a temas mais específicos, no que se refere à morfologia e à sintaxe do português falado e, mesmo, escrito em Angola.



Muitos trabalhos até agora publicados, essencialmente em forma de artigos, no que respeita ao português de Angola, são feitos com base na experiência dos seus articulistas; mas, julgamos nós, embora não percam a sua relevância, claudicam pelo facto de não fazerem referência a um *corpus* produzido por falantes angolanos na sua realidade sociocultural e linguística. O levantamento de um *corpus* para este estudo, embora não seja de grandes dimensões, é, assim, uma mais-valia que, entendemos nós, dá um contributo ao conhecimento do que, realmente, também acontece no português falado em Angola no âmbito da morfossintaxe. É uma forma de mitigar a grande necessidade que existe de estudos sobre a variação do português no país, comparativamente com outras realidades lusófonas, sobretudo com Portugal, de cuja norma evoluiu e continua a evoluir a variedade do português em Angola.

Atalhamos já que uma vez que os discursos gravados são diversificados, havendo a possibilidade de uma determinada estrutura ocorrer mais em alguns géneros discursivos do que noutros, não nos preocupou o tratamento estatístico dos casos atestados no *corpus*, embora os mesmos estejam devidamente numerados. Assim, ao confrontarmos o *corpus*, verificar-se-á que para determinados assuntos podemos ter mais de cinquenta ocorrências, quando para outros podemos ter não mais de duas. No entanto, esta variação não deve pressupor necessariamente que a estrutura que menos ocorreu seja menos frequentemente produzida pelos falantes, uma vez que, conforme se verá no capítulo da metodologia, o *corpus* gravado e transcrito é heterogéneo, sendo que certas estruturas ocorrem mais num dado registo do que noutro, num dado género discursivo do que noutro. Assim, no corpo do trabalho preferiu-se a observação de ocorrências de certas estruturas desviantes no contexto de Angola, relegando-se o tratamento estatístico de ocorrências para futuros estudos, conscientes de que as mesmas, muito ou pouco atestadas, não são acidentais ou meros «lapsos», mas ocorrentes e, até mesmo, recorrentes nessa realidade.

Esperamos que este estudo, obviamente não completo e igualmente marcado por várias limitações, seja instigante no sentido de despertar estudiosos para a realização de investigações viradas, também, para o conhecimento do português em Angola, quer seja do ponto de vista morfológico, morfossintático ou morfofonológico, sem descurar outras áreas não menos importantes.

### **1.3. Descrição do português em Angola: o problema**

A situação linguística em Angola, particularmente a situação do português, ainda não foi suficientemente descrita. Embora haja já algumas pesquisas acerca da mesma, quase todas elas apontam para uma perspectiva didáctica, comprometida com a gramática normativa e, por isso, prescritiva. A situação é ainda mais grave, se considerarmos que a norma que se prescreve nessa realidade é a norma-padrão europeia, como havemos de discutir no capítulo III, mais concretamente na secção 3.2.

De facto, ainda são evidentes constatações de vários investigadores no âmbito da linguística, segundo as quais em Angola há escassa investigação conducente ao conhecimento da situação, externa e interna, da língua portuguesa.

Na evidência, actualmente consensual, de que a língua nunca é a mesma em contextos espaço-temporais e socioculturais diferentes, a esmagadora maioria das gramáticas e manuais de linguística e de didáctica da língua portuguesa fazem referência e acreditam na existência das variedades europeia e brasileira. Quanto aos países lusófonos de África, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, apenas se pode ler e ouvir falar de «variedades africanas», o que evidencia que esta língua, nos referidos contextos, não está estudada a ponto de possibilitar o levantamento de juízos de valor acerca da mesma de forma mais concreta e particularizada. Contudo, acredita-se, hipoteticamente, que é considerável a uniformidade com que

evoluem as variedades do português nos países africanos de língua oficial portuguesa, dada a sua semelhança no que respeita a factores socioculturais e sociolinguísticos.

Além disso, os poucos estudos existentes não permitem, na verdade, fazer um juízo de valor diferenciado. Em todos esses países, embora no caso de Moçambique já haja investigação muito mais considerável, comparativamente com outros, ainda prevalece a necessidade de melhor se descrever o português.

Só para citar alguns exemplos, ao abordar, introdutoriamente, questões respeitantes à língua, variação e normalização linguística, Duarte reconhece que «As variedades africanas do português que vão emergindo nos novos países de língua oficial portuguesa, embora ainda insuficientemente estudadas, parecem possuir propriedades que as distinguem quer do PE quer do PB.» (Duarte, 2000:22)

Para fundamentar a sua afirmação, utiliza o argumento que se prende com uma especificidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, particularmente Moçambique e Angola – o facto de a maioria da população não ter o português como língua materna, mas sim como língua segunda. Na sequência, aduz, só para Moçambique, alguns dados estatísticos que se prendem com as diferentes línguas de grupo *bantu* faladas nesse país. Exemplifica, também só para Moçambique, duas questões sintácticas que caracterizam o português desse país. Em relação a Angola, nada mais havia para acrescentar. Ficou apenas a breve alusão da possibilidade de aí também se ter uma variedade que difere da de Portugal e da do Brasil. (cf. Duarte, *ibid.*)

Os gramáticos Cunha e Cintra, ocupando-se igualmente de questões sobre variação linguística, afirmam que as características (do português de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau) divergem de região para região e ainda não foram suficientemente observadas e descritas, embora muitas delas transpareçam na

obra de alguns dos modernos escritores desses países. (cf. Cunha e Cintra, 1985:3)

Jouë-Pastré (2008:79) consente com a lamentação de Mateus quando esta autora afirma que «Infelizmente, há poucos estudos sobre o português falado na África.»

A Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS), na necessidade de apresentar algumas particularidades das variedades africanas do português, viu-se dificultada quanto ao caso de Angola, encerrando as seguintes palavras:

O português de Angola (só o de Luanda) e o de Moçambique são as duas variedades africanas de língua portuguesa que têm sido alvo de descrição e, portanto, as únicas sobre as quais se podem fazer afirmações. (Revisão da TLEBS, 2007:34)

Gonçalves, ao expor os limites e constrangimentos de um dos seus estudos, cujo título é «A Formação de Variedades Africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional» afirma mesmo que se está ainda longe de se dispor de informação sistemática, suficientemente rigorosa e credível, que permita formular generalizações fiáveis em relação às variedades africanas do português. (cf. Gonçalves, 2009:223)

Parece que, volvidos já alguns anos, o quadro não mudou quase nada. A mesma autora, na *Gramática do Português*, publicada em 2013, organizada por Raposo, Bacelar do Nascimento, Coelho da Mota, Segura e Mendes, referindo-se às limitações da descrição que faz sobre o português de Angola (PA) e o de Moçambique (PM), afirma o seguinte:

Note-se [...] que nesta descrição não será possível tratar com o mesmo nível de profundidade as gramáticas do PM e do PA, dado que são em número reduzido as caracterizações, gerais e

Paulino Soma Adriano

empiricamente fundamentadas, da variedade angolana do português.  
(Gonçalves, 2013:162)

Ainda guiada pelos estudos de Mingas (2000), Miguel (2003), Mendes (1985) e Gartner (1996), a autora acrescenta o seguinte:

Os estudos actualmente disponíveis sobre o PA ou apresentam breves listas de alguns traços mais salientes da sua gramática ou se referem a uma subvariedade particular. Por outro lado, nos casos em que são apresentadas descrições do PA de alcance mais geral, a base empírica é constituída por textos literários, que dificilmente podem ser considerados representativos da gramática da língua oral, tal como foi fixada pela comunidade de falantes desta língua. (*Ibid.*)

É, deste modo, facilmente perceptível a existência de necessidades descritivo-explicativas do português nos países africanos de língua oficial portuguesa e, assim também, em Angola, o que pode, a longo prazo, contribuir para o conhecimento desta língua no contexto em referência e, conseqüentemente, para a tomada de decisões importantes no âmbito da planificação e no da política linguística, bem como no da linguística educacional. É nesta perspectiva que concordamos com Barros, quando esta afirma ser extremamente difícil o ensino do português em Angola, devido à inexistência de investigação científica. (cf. Barros, 2002:39)

De facto, tomar decisões que se prendam com a planificação, a política e a linguística educacional no caso do português torna-se difícil sem estudos descritivo-explicativos devidamente sistematizados dessa língua no contexto em que se tomam as decisões. Caso as mesmas sejam tomadas sem os referidos estudos, correm o risco de não serem exequíveis, uma vez que não dispõem de fundamentos que caracterizem externa e internamente a língua sobre a qual se fazem juízos e deliberações.

Na verdade, o português, que também aos Angolanos serve de vector para a aquisição do conhecimento e para a compreensão do mundo circundante, levado a Angola pelos portugueses há mais de cinco séculos, foi-se adaptando à realidade geográfica e cultural desse país, ganhando, deste modo, especificidades próprias. Essas especificidades são evidentes quer na produção e na articulação dos sons (fonética e fonologia), quer no conjunto de vocábulos a que frequentemente se recorre para descrever e expor a visão que se tem do mundo (lexicologia), quer ainda na estrutura das palavras e na forma como estas se combinam para formar frases (morfossintaxe). A mudança da língua de um contexto para o outro, além de inevitavelmente levar a que a mesma tenha especificidades próprias aludidas por se adaptar a uma nova realidade, tem também implicações semântico-pragmáticas.

O presente trabalho não vai dar, naturalmente, respostas exaustivas acerca de tudo quanto ainda há por estudar em relação ao português em Angola, mas não deixa de dar um contributo no que respeita à descrição dessa língua do ponto de vista da morfossintaxe, identificando algumas áreas que parecem afigurar-se críticas na variedade angolana, o que, deste modo, pode instigar pesquisas concretamente dirigidas a um ou a alguns dos temas aqui tratados, entre outros.

Tendo em conta a variação, que acompanha todas as línguas naturais e ainda vivas, acreditamos na emergência de um português tendencialmente divergente da norma-padrão europeia, que tem sido chamado de «Português de Angola». Porém, torna-se necessário, em nossa opinião, acautelar que nem tudo o que tem sido chamado «Português de Angola», com argumentos na morfossintaxe, o é de facto, pois os desvios apontados podem não se circunscrever apenas ao território geográfico angolano, mas decorrerem do natural processo da evolução da língua, sendo igualmente evidentes em Portugal, de cuja norma evoluiu e evolui a variedade angolana. Além disso, algumas características são circunscritas a determinados grupos sociais,

muitas vezes restritos, que podem caracterizar, não o português de Angola, mas o português vernáculo de algumas comunidades de Angola. Tal estratificação não é objectivo do nosso trabalho, que se interessa sobretudo pelas estruturas possíveis no contexto de Angola, quer façam parte de um registo popular ou culto, de uma comunidade com representação expressiva ou não. Por isso, algumas dessas estruturas serão coincidentes com as que também ocorrem em Portugal, resultado do processo natural de variação do português.

Julgamos nós que um português de Angola, que existe, embora não suficientemente descrito ainda, terá de ser aferido com base em estudos que tenham em conta não tanto as múltiplas variedades da variedade do português em Angola, mas as mesmas variantes que ocorrem nas diferentes variedades possíveis no país, que, por serem estruturas mais frequentes na língua, resultarão, necessariamente, no padrão real a partir do qual se pode pensar uma norma-padrão de Angola.

Descrevemos o português em Angola porque:

O Português, como qualquer outra língua viva, tem variação no tempo, no espaço e na sociedade. E, como todos vivemos num dado momento e pertencemos a alguma região e a algum grupo social, todos conhecemos algumas variedades do Português e desconhecemos outras, o que significa que ninguém domina completamente a sua língua: o Português é de todos nós e, ao mesmo tempo, de nenhum de nós. (Mateus e Caldeiras, 2007:14)

Esse processo de descrição pode evidenciar desvios que apenas se limitem ao território angolano e que possam, eventualmente, fazer parte do padrão real caracterizador do português de Angola, porque, embora tenhamos em conta que

Paulino Soma Adriano

(...) em primeiro lugar, não podemos esquecer, ainda que para no limitar o recusar, o facto de que o Português é a língua de Portugal e que este país foi o responsável pela disseminação da sua língua no mundo. Na sua raiz, o Português é a língua dos portugueses e parte integrante da sua cultura. Isto terá de prevalecer, ainda que contextualizado e diferentemente actualizado. (Adragão, 1998: 389)

Julgamos ser necessário considerar que

(...) em segundo lugar, há que reconhecer aos brasileiros, aos angolanos, etc., o direito de o considerarem a sua língua, tal como os americanos e os australianos consideram sua a língua inglesa e os argentinos se reclamam do castelhano. E não há qualquer razão para secundarizar ou silenciar as culturas destes povos. (*Ibid.*, 389)

Se uma língua pode não ser exactamente a mesma na diversidade cultural em que é utilizada, então o português em Angola pode apresentar características que o tornem no português de Angola, uma vez que

(...) a cultura angolana, do país enquanto unidade política, integra o Português. E assim para os outros. Não, naturalmente, o Português de Lisboa ou de Coimbra, mas o Português de Angola, como o do Brasil, como o de Moçambique. (Adragão 1998:386)

Por outro lado, importa também atalhar que, diferentemente dos estudos até agora levados a cabo, cuja base empírica é essencialmente constituída por textos literários, o presente trabalho tem como base enunciados orais autênticos, produzidos por falantes angolanos.

Mediante tudo quanto fica dito, propusemo-nos, neste estudo, responder à seguinte questão:

Que divergências morfossintáticas é possível detectar num *corpus* aleatório baseado na oralidade do Português em Angola em relação à norma europeia?



#### **1.4. O domínio da investigação e o objecto de estudo**

A presente pesquisa caracteriza-se como intralinguística, mais virada para a sincronia do que para a diacronia, já que, concordando com Marçalo, esta baseando-se num ponto de concórdia entre Martinet e Jakobson, quer a sincronia quer a diacronia «(...) ambos contêm aspectos estáticos e dinâmicos». (cf. Marçalo, 1992:38) Tal como a autora, adoptámos aqui o conceito de sincronia dinâmica, isto é, uma visão dinâmica dos factos linguísticos, apesar de se tratar de uma perspectiva sincrónica.

Reconhecendo que a descrição linguística não se limita à morfossintaxe, optámos por restringir o nosso objecto de estudo, para, de certo modo, evitar uma abordagem em extensão que, num estudo desta natureza, não nos conduziria aos nossos objectivos. Torna-se também necessário esclarecer de antemão que este trabalho, embora se circunscreva à análise da combinação de palavras na frase, tendo em conta a estrutura interna destas e o seu agrupamento por classes gramaticais, não está isento de considerações fonéticas, semânticas e pragmáticas, ainda que circunscritas ao assunto que nos ocupa. O facto de a fonética se ocupar do estudo dos sons pode ajudar a perceber e completar muitos fenómenos morfossintáticos. Note-se que, de facto, «(...) o estudo da morfologia pode ligar-se (...) ao da fonologia, como seu complemento, na medida em que ambos se ocupam dos significantes.» (Barbosa, 1994:20) A Semântica «ocupa-se dos mecanismos e operações relativos ao sentido, tendo em conta que os paradigmas lexicais apresentam duas “faces”, uma do significante e a outra do significado». A sintaxe, ao combinar esses paradigmas lexicais, veicula o sentido. (cf. Fonseca, 2011:11)

O mesmo acontece em relação à Pragmática, uma vez ser esta a área da Linguística que estuda como os enunciados comunicam significados num

contexto. Aliás, as duas áreas antes citadas ocupam-se do significado, embora em perspectivas diferentes, pois em conformidade com Trask, duas perspectivas são possíveis em relação ao significado: (i) o significado pode ser intrínseco a uma expressão que o contém, e não pode ser separado dessa expressão – âmbito da Semântica; (ii) o significado não é intrínseco à expressão linguística que o veicula, e resulta da interacção entre a expressão linguística e o contexto em que é usada – âmbito da Pragmática. (cf. Trask, 2011:233)

Na verdade, a língua funciona como um todo e nem sempre é fácil, em estudos de descrição, separar rigorosamente as diversas perspectivas através das quais pode ser estudada e percebida.

Neste estudo começamos por fazer uma abordagem extralinguística que se prende com a situação linguística de Angola e o papel que o português desempenha no seu mosaico linguístico. Por conseguinte, procurámos confirmar a convicção que muitos estudiosos têm, segundo a qual a variedade do português de Angola apresenta divergências em relação à variedade europeia. Levantamos uma discussão sobre variação e norma linguística, incluindo as atitudes que se pode ter perante o «erro» e apontamos subsídios para uma política tendente à normalização do português em Angola.

No que respeita à abordagem intralinguística, na vasta área da morfossintaxe, este estudo ocupa-se essencialmente do tratamento dos seguintes casos, que consideramos críticos:

- i) Concordância nominal: dá-se conta da possibilidade de omissão da marca de plural nos nomes (cf. *as criança* vs. *as crianças*), adjectivos (cf. *as crianças pequena* vs. *as crianças pequenas*) e, também, em menor escala, nos determinantes (*o meus primos* vs. *os meus primos*); da falta de concordância entre o nome e o adjectivo, sobretudo quando a palavra de valor adjectivo é um verbo no

Paulino Soma Adriano

particípio (cf. *o processo de formação foi feita vs. o processo de formação foi feito*), bem como entre o nome e os determinantes (cf. *esse oportunidade vs. essa oportunidade*).

- ii) No que respeita à concordância, há ainda outros casos que se prendem com o facto de o clítico *se*, de terceira pessoa, poder combinar-se com sujeitos de primeira pessoa (cf. *se sinto bem vs. sinto-me bem*), e o pronome relativo *o qual* nem sempre concordar com o seu antecedente (cf. *uma orientação segundo as quais vs. uma orientação segundo a qual*).
- iii) Concordância verbal: observam-se casos de falta de concordância entre o verbo e o sujeito simples (cf. *esses dez anos de paz trouxe a esperança vs. esses dez anos de paz trouxeram a esperança / eu veio votar vs. eu vim votar*) e composto (*a televisão e a rádio não é suficiente vs. a televisão e a rádio não são suficientes*); a possibilidade de, no mesmo enunciado, ocorrerem elementos que concordam com *tu* e com *você* ou *senhor*, isto é, a possibilidade de haver uma espécie de tratamento híbrido (cf. *tens o seu cartão vs. tem o seu cartão* ou *tens o teu cartão*); as ocorrências de concordância ideológica pela concordância gramatical (cf. *o povo querem votar vs. o povo quer votar*), incluindo os casos de concordância com expressão partitiva.
- iv) Modos verbais: com esta secção procura-se dar conta da possibilidade de ocorrência do indicativo ou do infinitivo em vez do conjuntivo (cf. *talvez está a estudar vs. talvez esteja a estudar*), bem como outros casos que afectam a forma de alguns verbos quando se pretende empregar o conjuntivo (cf. *é bom que ele seja sincero vs. é*

Paulino Soma Adriano

*bom que ele seja sincero*). Tratamos ainda nesta secção alguns escassos casos do emprego do infinitivo flexionado.

- v) O verbo *ter* impessoal: o *corpus* apresenta vários casos em que o verbo *ter* é empregue em substituição do verbo *haver*, na acepção de *existir*, portanto, impessoal, isto é, sem sujeito (cf. *aqui tem muitos hospitais* vs. *aqui há muitos hospitais*).
- vi) A inserção e supressão da preposição *a* em perífrases verbais: dá-se conta, aqui, da possibilidade de inserção da preposição *a* entre o verbo auxiliar *costumar* e o verbo pleno (cf. *costumo a estudar* vs. *costumo estudar*); a supressão desta mesma preposição em perífrase do tipo *estou a estudar* (cf. *estou estudar*).
- vii) Regência verbal: aqui são tratados os complementos verbais preposicionados e são observados casos de substituição de preposições (cf. *tirei água na Casa Verde* vs. *tirei água da Casa Verde*); inserção de preposições (cf. *saudar aos telespectadores* vs. *saudar os telespectadores*) e supressão de preposições (cf. *obedecer rigidamente essas regras* vs. *obedecer rigidamente a essas regras*).
- viii) Ainda tendo em conta estruturas que exigem o emprego de uma preposição, tratamos também alguns casos de queísmo em orações introduzidas por um nome ou por um adjectivo (cf. *não há dúvidas que as imagens vão ilustrar tudo* vs. *não há dúvidas de que as imagens vão ilustrar tudo*) e casos de orações relativas cortadoras (cf. *nesta Angola que nós vivemos* vs. *nesta Angola em que nós vivemos*).

- ix) Cliticização: em relação a este tema, além de outros casos, procuramos observar a ocorrência de próclise em frases declarativas afirmativas nas quais o clítico pronominal pode ocupar a posição inicial absoluta no enunciado (cf. *me sinto feliz* vs. *sinto-me feliz*); a ocorrência de ênclise em contextos de próclise (cf. *o material não reduz-se aos manuais* vs. *o material não se reduz aos manuais*); o emprego acusativo do clítico dativo *lhe* (cf. *lhe queimo* vs. *queimo-o*); observa-se também o emprego de clíticos em alguns complexos verbais (*estão a me fazer mal* vs. *estão a fazer-me mal*), a reflexização em alguns verbos que não requerem a conjugação pronominal (cf. *muitos recorrem-se a nós* vs. *muitos recorrem a nós*) e a falta de reflexização em alguns verbos que a requeiram (cf. *sinto muito orgulhoso* vs. *sinto-me muito orgulhoso*).
- x) Há ainda outros casos que mereceram atenção, como (i) a não realização fonética do complementador subordinativo (cf. *eu disse eu sou livre* vs. *eu disse que sou livre*); (ii) alguns aspectos sobre o emprego do advérbio relativo *onde* (cf. *cada membro deve saber aonde é que vai votar* vs. *cada membro deve saber onde é que vai votar / evitar ir donde não estamos escalados* vs. *evitar ir aonde não estamos escalados / o povo conhece aonde que vai votar* vs. *o povo conhece onde vai votar*); (iii) a omissão do artigo definido em algumas estruturas que o requerem (cf. *todas instituições* vs. *todas as instituições / vou ajudar minha família* vs. *vou ajudar a minha família*); (iv) o emprego do sintagma preposicional (SP) *para mim* pelo emprego do sintagma preposicional *para eu* (cf. *votei para mim conhecer o que vem no futuro* vs. *votei para eu conhecer o que vem no futuro*), entre outros casos pouco atestados no *corpus*.

Quanto às várias correntes ou teorias linguísticas, importa esclarecer que, embora não excluamos absolutamente as outras, para este trabalho posicionamo-nos essencialmente na teoria generativa.

Tal como afirmámos no princípio, mesmo que nos centramos nas estruturas e expressões frásicas do português em Angola, é sempre importante conhecer a sociedade que projecta as referidas estruturas e os estudos já existentes neste particular, concordando, deste modo, com Labov (1972), que entendia não ser possível compreender-se a progressão da mudança numa língua sem que se tenha em conta a vida social da comunidade onde essa mudança se verifica. Por isso, serão recorrentes termos como norma, variação, variedade, entre outros similares, que são desenvolvidos nas respectivas secções.

Adiantamos já, porém, que no que respeita às línguas de origem *bantu* e não *bantu* faladas por grupos etnolinguísticos de Angola, empregamos indiferentemente os termos *língua indígena*, *língua endógena*, *língua local*, mas sobressai o conceito *língua angolana africana*.

Por outro lado, tem sido estabelecida alguma diferença nos conceitos de norma culta e norma padrão (ideal linguístico): a norma padrão corresponde aos modelos contidos nas gramáticas normativas; a norma culta, por sua vez, corresponde aos usos dos falantes mais escolarizados. Neste trabalho empregamos frequentemente o termo norma-padrão entendido como um conceito não dissociado do de norma culta, mas, antes, abarcando-o. Por outras palavras, em determinados contextos frásicos o termo norma-padrão deverá ser igualmente interpretável como norma culta e não apenas como ideal linguístico contido nas gramáticas normativas.

#### **1.4.1. A estreita relação entre morfologia e sintaxe – a morfossintaxe**

Nesta secção apresentamos argumentos que nos motivaram a fazer uma abordagem à luz da morfossintaxe, isto é, as razões que nos fazem fundir uma a outra área do conhecimento linguístico, sendo que, quer a morfologia quer a sintaxe constituem-se ambas em áreas de conhecimento autónomo, embora, adiantemos desde logo aqui, profundamente imbricadas ou inter-relacionadas, sobretudo quando temos como objecto de estudo uma unidade maior do que a palavra.

Reconhecemos que são vários os conceitos de morfologia e, por conseguinte, os campos de estudo que recebem esta designação, (cf. Barbosa, 1994:207). No entanto, a nossa abordagem é particularmente centrada no facto de que, para um estudo como o que aqui se apresenta, a sintaxe tem de, em muitas circunstâncias, recorrer à morfologia, sobretudo à morfologia flexional. Para o efeito, apresentamos várias opiniões e estudos de alguns autores que já se viram na necessidade de estabelecer a relação entre uma e outra área. Todavia, importa ficar desde logo claro que não fazemos um tratado de cada estudo que havemos de citar. Por outras palavras, não entramos em pormenores, mas evidenciamos diferentes áreas nas quais alguns autores entendem haver uma estreita relação entre morfologia e sintaxe.

Logicamente, a palavra, que é objecto da morfologia, para ser considerada como tal pode não precisar da frase; precisa, sim, de unidades menores. Porém, a frase, que é objecto da sintaxe, para ser chamada como tal, recorre inevitavelmente a palavras.

Além de se procurar distinguir o âmbito da morfologia e a sua relação com a sintaxe, é também nesta secção que, mais no final, discutimos muito brevemente alguns conceitos que usamos no título maior da nossa dissertação, *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. Como é óbvio, um título como este implica algum esclarecimento não apenas do que é morfologia e sintaxe, ou da razão por que procedemos à

junção dessas duas áreas, que resultam no termo *morfossintaxe*, mas também justificar a utilização da palavra *estrutura*, entre outras.

No estudo da língua, a gramática tem sido, pedagogicamente, repartida em quatro áreas: a fonologia (fonemas), a morfologia (morfemas e palavras), a sintaxe (sintagmas e frases) e a semântica (unidades de sentido em geral).

Porém, a língua é um todo. A sua realização acontece mediante a interacção e a perfeita harmonia entre todas essas áreas – e não isoladas. Nada nela funciona completamente isolado. Na elaboração de uma dada frase, o falante não selecciona as palavras como bem lhe aprouver, uma vez que a sua língua apresenta restrições no que respeita a esse processo. Ele fá-lo tendo em conta que cada uma das palavras seleccionadas, lexical ou semântica, deve ter relação com as restantes.

Deste modo, as áreas acima relacionam-se tão intrinsecamente que se torna difícil dissociá-las completamente na descrição de uma língua. Foi nesta perspectiva que Henriques já advertira:

[...] nem tudo o que se refere à unidade palavra é competência da morfologia. Lembremo-nos de que a maioria das palavras de nossa língua tem um significado lexical (objecto de estudo da lexicologia e da lexicografia), de que as palavras se combinam entre si para constituir uma unidade de classe superior, o sintagma (de que se ocupa a sintaxe). (Henriques, 2007:01)

O autor sublinha ainda que, quanto à morfologia, é de todo relevante reconhecer as propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas e estilísticas quem têm as unidades lexicais. (*Ibid.*)

De facto, datam de há longínquos anos abordagens linguísticas que observaram um sincretismo morfossintático. Fonseca, na sua obra *Historiografia portuguesa linguística e missionária: preposições e posposições no séc. XVII*, faz referência, por exemplo, aos vários momentos de sincretismo



morfossintático do estudo de Amaro de Roboredo e de Gonzalo Correias (1954). (cf. Fonseca, 2006:190)

As frases da língua são um todo composto por partes. Estas partes, por sua vez, condicionam-se mutuamente e dispõem-se de modo a «solidarizarem-se» umas com as outras para formarem um todo portador de sentido. Daí o termo *estrutura* que empregamos no título desta dissertação, não pressupondo estarmos necessariamente sob a égide da linguística estrutural, cuja definição tem recebido diferentes interpretações. Por exemplo, sob o nome de estrutura, um «bloomfieldiano» descreverá uma organização de facto, que segmentará em elementos constitutivos, e definirá cada um destes em conformidade com o lugar que ocupar no conjunto e em conformidade com as variações e as substituições possíveis nesse mesmo lugar. (cf. Benveniste, 2005[1966]:9)

Uma breve incursão sobre a evolução da morfologia pode ser encontrada em Laroca (1994). No seu *Manual de Morfologia do Português* consta que, para os estudos morfológicos contribuiu consideravelmente a gramática de Panini, a qual pôs os filósofos em contacto com a tradição gramatical hindu. No fim do século XVIII, a descoberta do sânscrito permitiu aos que se interessavam pelo estudo das línguas uma análise da referida gramática, atestando que, ao contrário da greco-romana, reconhecia a estrutura interna da palavra, considerando unidades mínimas tal como as raízes e os afixos. Especula-se que esta gramática de Panini terá servido de base para as futuras pesquisas estruturalistas. (cf. Laroca, 2011:12)

Ainda com base em Laroca, foi na década de 40 e princípios de 50 que a morfologia estruturalista americana teve o seu período áureo. Os artigos seleccionados para o período de 1940 a 1956 eram predominantemente dedicados a questões morfológicas. A autora exemplifica, entre outros, o caso do Brasil, afirmando que, nesse país, Joaquim Matoso Câmara Jr. deu um grande contributo, em 1942, com o lançamento da sua primeira edição dos *Princípios de lingüística geral*, publicada em língua portuguesa e considerada

obra pioneira neste âmbito, tendo-se tornado o melhor manual de introdução à linguística publicado em um país latino até a época. Duas obras de Joaquim Matoso Câmara Jr. se destacam, nomeadamente, *Problemas de lingüística descritiva*, que se circunscreve em artigos publicados entre 1967 e 1968 e *Estrutura da língua portuguesa*, obra incompleta, postumamente editada. (cf. *Ibid.*)

Os estudos de morfologia derivacional desenvolveram-se na década de 70, à luz de uma abordagem generativa, cujo destaque vai para os trabalhos de Jackendoff e Aronoff. (cf. Laroca, *Ibid.*)

Na verdade, o espaço da morfologia dentro da teoria generativa tem sido assunto de debates acesos desde 1950. Os primeiros gramáticos transformacionais continuaram com a tradição estruturalista que não procedia rigorosamente à divisão entre morfologia e sintaxe. Chomsky via a sintaxe como sendo uma área que se ocupava das sequências gramaticais dos morfemas da língua (cf. Chomsky, 1957:32). Na generalidade, a morfologia não era tida em conta como uma parte autónoma de estudo. A fonética e a sintaxe eram as componentes principais da descrição gramatical. Porém, a crescente importância do léxico e o debate sobre o estatuto da formação de palavras originou uma progressiva emergência da morfologia como uma área autónoma de estudo. Entre 1970 e 1980 foram produzidos importantes trabalhos em morfologia entre os teóricos generativistas.

Laroca avança, por isso, que muito se tem discutido sobre a autonomia da morfologia em relação à sintaxe. É nesta perspectiva que alguns linguistas, privilegiando a inter-relação entre o nível morfológico e o sintático, preferem falar em morfossintaxe. (cf. Laroca, 2011:13) Note-se que Saussure chegou mesmo a declarar que «(...) Linguistiquement, la morphologie n'a pas d'objet réel et autonome; elle ne peut constituer une discipline distincte de la syntaxe.» (Saussure, 1999:186)

A tese saussureana é, no entanto, refutada por Mattoso Câmara Jr. com base na noção de relação associativa ou paradigmática, no artigo «Morfologia e Sintaxe». Baseando-se em Mathew (1974:156), Laroca conclui que, para Mattoso Câmara Jr., são as relações particulares em ausência, dentro do paradigma, que constituem o domínio da morfologia. Para argumentar esse posicionamento, Mattoso Câmara Jr. exemplifica o pronome *e/e*, que Laroca explica como se segue:

Dando como exemplo o pronome *e/e*, através de suas relações de oposição dentro do paradigma, sabe-se que se trata de um pronome masculino, e não feminino; singular, e não plural; da terceira pessoa gramatical, e não da primeira ou da segunda. Esse valor de *ele* é um valor morfológico, independentemente de sua função sintáctica, quer seja sujeito, complemento ou adjunto [...]. (Laroca, 2011:13)

Na verdade, embora o objecto da morfologia seja a palavra e o da sintaxe seja a frase, o que possibilita que estas duas áreas sejam vistas como autónomas, é efectivamente indiscutível a sua estreita inter-relação. Certamente, o linguista pode posicionar-se em analisar apenas estruturas morfológicas, prescindindo de estruturas sintácticas. Pode igualmente centrar-se em estruturas sintácticas e prescindir de estruturas morfológicas. No entanto, se o seu objecto de estudo é uma unidade maior do que a palavra, e se considerar que a frase decorre, amiúde, da combinação de palavras, uma análise de frases que não considere questões de morfologia, particularmente de morfologia flexional, pode afigurar-se insuficiente.

Com efeito, Villalva reconhece, por exemplo, que, por um lado, todas as palavras pertencem a uma categoria sintáctica; por outro, as propriedades de natureza estritamente morfológica identificam subcategorias morfológicas e, finalmente, as propriedades envolvidas em mecanismos de concordância sintáctica integram as palavras em categorias morfossintácticas. (cf. Villalva, 2000:185)

Paulino Soma Adriano

Na verdade, a relação entre morfologia e sintaxe é tão estreita que, não raro, se torna difícil descrever uma estrutura frásica sem recorrer a ambas as áreas. Veja-se, a título exemplificativo, a seguinte frase:

(1) a. *Os carros vermelhos foram comprados nos Estados Unidos.*

Observa-se, na mesma, a seguinte disposição de sintagmas: [SN+SA+SV+SP], isto é:

(1) b. [SN[Os carros] [SA]vermelhos] [SV[foram comprados]] [SP]nos Estados Unidos]].

O sintagma nominal (SN) – *os carros* – tem como núcleo o nome *carros*, no plural, o que faz com que seja obrigatoriamente antecedido do determinante artigo – *os* – igualmente no plural. O sintagma adjectival (SA) – *vermelhos* – encontra-se, de igual modo, no plural, porque se refere a SN plural – *Os carros*. O sintagma verbal (SV) – *foram comprados* – constitui o predicado do sujeito (*Os carros vermelhos*) e este, o sujeito, tem, por isso, de concordar com aquele, o predicado. Por último, o nome – *Estados Unidos* – é plural e complementa um sintagma preposicional (SP) encabeçado pela preposição *em* contraída com o determinante artigo definido – *os* – igualmente no plural. Seriam, deste modo, agramaticais os constituintes sintagmáticos da frase em análise, se estes figurassem como se segue:

(1) c.     \*Os carro  
              \*Os carros vermelho  
              \*Foi comprados  
              \*no Estados Unidos

Assim, um nome no plural implica um determinante e um adjectivo igualmente no plural:

(1) d. *Os carros vermelhos*

*nos Estados Unidos*

Um predicado no plural implica um sujeito igualmente no plural:

(1) e. *Os carros vermelhos foram comprados*

Como se pode constatar, alude-se acima não apenas a questões de concordância frásica, mas sobretudo à relevância sintáctica de categorias flexionais, considerando que reflectem uma profunda relação entre a estrutura das palavras e a estrutura das frases.

Na variedade angolana do português, entre outros casos de concordância verbal e nominal, como será possível constatar mais adiante, destaca-se o facto de ser comum a omissão da marca de plural nos nomes e adjectivos. Como é óbvio, mediante os factos expostos, a descrição destes fenómenos só é possível se tivermos em conta não apenas a morfologia nem apenas a sintaxe, mas a morfossintaxe. Não descuramos, naturalmente, do facto de as palavras serem constituídas por unidades menores, os sons, e, estruturadas em frases, veicularem significados em vista ao alcance dos objectivos dos falantes que as produzem.

É certo que a relevância sintáctica não se aplica a todos os assuntos da morfologia. Abarca sobretudo a flexão. Todavia, importa esclarecer que se é possível considerar o género<sup>2</sup> e o número como categorias flexionais desencadeadas por fenómenos sintácticos, o mesmo não se pode afirmar em relação, por exemplo, ao grau, que se adequa melhor ao campo da derivação e não ao da flexão. Como é sabido, os limites entre afixos flexionais e afixos

---

<sup>2</sup> Note-se, porém, que Mateus *et al.* (2003:931) consideram o género uma categoria morfossintáctica não passível de flexão, cujo processo, no que respeita ao nome e ao adjectivo, restringir-se-ia à categoria de número. Barbosa (1994:215) afirma que o género é uma questão de forma, por isso de natureza morfológica, porque se manifesta na forma dos determinantes do monema (...).

derivacionais ainda são um assunto de «acesas» discussões entre linguistas. Não nos cabe, neste trabalho, entrar na referida discussão.

Na verdade, sobretudo no que respeita à concordância nominal, as alusões acima evidenciam claramente a possibilidade de se proceder, no caso da frase, a uma análise simultaneamente morfológica e sintáctica.

Deste modo, a íntima relação entre morfologia e sintaxe mencionada obriga com frequência a análises abrangentes de ambos os domínios para uma mais ampla compreensão de determinados fenómenos linguísticos, como sugere Rio-Torto:

São igualmente estreitas as relações entre Morfologia e Sintaxe, uma vez que a estrutura interna de muitas palavras se define pela combinatória de elementos (por isso se fala em sintaxe interna da palavra), mas também porque a categoria léxico-sintáctica e as categorias flexionais, nominais ou verbais, são em grande parte sintacticamente determinadas. (Rio Torto, 1998:48)

Sautchuk afirma mesmo que os conhecimentos morfológico e sintáctico são inseparáveis, uma vez que «(...) o primeiro propicia muito mais segurança na determinação das funções sintácticas dos termos da oração.» (cf. Sautchuk 2004:XIV)

A autora acrescenta que «A língua funciona morfossintaticamente, e, portanto, o seu estudo mais eficiente se faz levando-se em conta a sua morfossintaxe.» (cf Sautchuk 2004:10)

Porém, é preciso notar que a língua não pode funcionar morfossintacticamente sem ter em conta a palavra e a frase como unidades não apenas morfológicas nem apenas estruturais, mas também semânticas e pragmáticas. Tal como afirmámos anteriormente, é possível, dependendo dos objectivos do investigador, centrar estudos ou só no âmbito da morfologia, ou só no âmbito da sintaxe, embora, em determinados momentos, haja necessidade de cruzar

as diferentes áreas que se ocupam do estudo da língua. As delimitações, mesmo que não absolutas, são necessárias para tornar mais claro o processo e o objecto de pesquisa.

Segundo Malmkjær, na obra *The Linguistics Encyclopedia*,

While syntax is concerned with how words arrange themselves into constructions, morphology is concerned with the forms of words themselves. (Malmkjær, 1995:314)

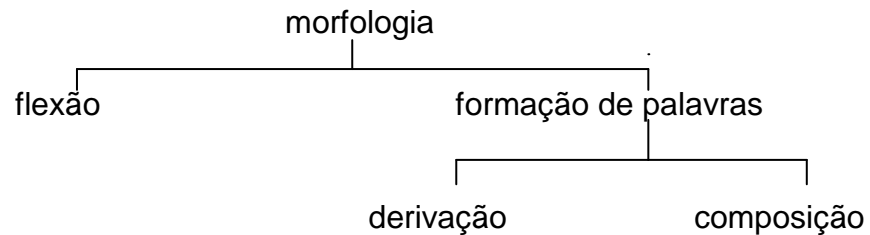
Apesar desta diferenciação, que dá conta do facto de a sintaxe estar virada para o modo como as palavras se dispõem em construções frásicas, e a morfologia observar a estrutura das palavras em si mesmas, a autora não deixa de reconhecer que as definições podem variar em alguns pormenores. Muitos linguistas vêem a morfologia como o estudo das partes significativas das palavras. Porém, de um modo geral, duas perspectivas têm sido observadas em relação ao papel das partes significativas das palavras na língua. Uma que tem procurado minimizar o estatuto da palavra em si mesma e observar o papel das suas partes na sintaxe, a outra que procura basear-se na palavra como uma unidade central. É o que a autora afirma nos seguintes termos:

Most linguists agree that morphology is the study of the meaningful parts of words, but there have broadly been two ways of looking at the overall role played by these meaningful parts of words in language. One way has been to play down the status of the Word itself and to look at the role of its parts in the overall syntax; the other has been to focus on the Word as a central unit (Malmkjær, *Ibid.*)

Apesar das divergências, a autora afirma haver consenso entre os linguistas no que respeita ao facto de as palavras serem compostas por partes significativas perceptíveis.

A autora busca ainda a ilustração da tradição estruturalista americana, na qual o interesse recai mais nos morfemas como unidades básicas da sintaxe do que

no seu papel dentro das palavras (cf. Malmkjær, *Ibid.*). Baseando-se em Bauer, (1983:34), representa uma estrutura na qual a morfologia, num nível superior, trata da flexão e da formação de palavras. No nível inferior à formação de palavras está a derivação e a composição, escopo que traduzimos abaixo.



Bloomfield apontou a flexão como sendo a camada externa da morfologia ou da forma das palavras e a derivação como a camada interna. (cf. Bloomfield, 1933:222) Por outras palavras, os morfemas flexionais são adicionados em unidades já plenamente compostas ou derivadas:

(2) *Antebraços* (*ante+braços*)

*Pneuzinhos* (*pneu+zinhos*)

*Aguardentes* (*água+ardentes*)

Como se pode verificar, o morfema flexional -s que se traduz na desinência ou marca de plural é adicionado a palavras já plenamente constituídas, sejam elas derivadas ou compostas. A sua adição a palavras não plenamente constituídas origina a que estas, as palavras, sejam agramaticais, como nos seguintes casos:

(2) b. *\*Antesbraço*

*\*Pneuszinho*

*\*Aguasrdente*

Ainda com base nas reflexões de Malmkjær (1995), as flexões tais como a de tempo, número, pessoa, etc. são agrupadas a bases ou radicais. Estas, as



bases ou os radicais, são as formas nas quais se adicionam as flexões, mas que também podem já conter afixos derivacionais, como nos exemplos seguintes:

(3) Raiz	pint
Afixos	(re-)pint(-ado)
Base	repint(-ado)
Morfes	re-pint-ado

Nos morfes (*re-pint-ado*) a raiz (*-pint-*) carrega em si um significado que aponta para realidades extralinguísticas. Mas os restantes morfemas dão igualmente indicação da repetição da acção (*re-*) contida em (*-pint-*) e do facto de esta acção ter ocorrido no passado, isto é (*repetir-pint-passado*). Deste modo, as noções de *repetição+pint+ado* são morfemas.

As categorias flexionais tais como tempo, voz e número desempenham um papel importante na sintaxe e, por isso, são também chamadas categorias morfossintáticas, desde que afectem cumulativamente as palavras à sua volta e as palavras nas quais ocorrem.

Em relação à morfologia, há linguistas que a dividem em dois ramos, nomeadamente a morfologia flexional e a morfologia lexical. A primeira, também chamada gramatical, consiste em estudar as relações entre as diferentes formas de uma mesma palavra: o seu paradigma flexional. Assim, a flexão é uma variação de carácter morfossintático: uma exigência da concordância frásica, particularmente da concordância nominal e verbal. A morfologia lexical, por seu turno, trata da estrutura das palavras e dos seus processos de formação, das relações entre paradigmas diferentes (cf. Laroca, 1994:15)

Para exemplificar o âmbito de intervenção da morfologia flexional, Laroca, partindo da frase – *Antigamente fazíamos muitas viagens* – observa a relação de dependência entre *fazíamos* e *nós* e apresenta um paradigma constituído de um grupo de formas relacionadas flexionalmente, com raiz comum, tal como se apresenta no quadro que se segue:

Paulino Soma Adriano

FAZER	LONGO	VIAGEM
Fazia	longo	viagem
fazias	longa	viagens
fazia	longos	
fazíamos	longas	
fazíeis		
faziam		

Para ilustrar a intervenção da morfologia lexical, a autora busca as palavras *belo* e *jogador*, às quais acrescenta afixos, como se representa na tabela seguinte:

JOGAR		BELO	
jogar	jogador	belo	beleza

É observável neste quadro os pares *jogar/jogador* e *belo/beleza* de cuja disposição é possível inferir que *jogador* se relaciona derivacionalmente com *jogar* por meio do sufixo derivacional *-dor*, *beleza* está derivacionalmente relacionado com *belo* por meio do sufixo derivacional *-eza*. Contudo, quer o par de palavras *jogar* e *jogador* quer *belo* e *beleza* são distintas e pertencem a paradigmas igualmente distintos, como se pode verificar no quadro abaixo:

Paulino Soma Adriano

JOGAR (verbo)			JOGADOR (substantivo)
Jogo	jogava	jogasse	jogador
Jogas	jogavas	jogasses	jogadores
Joga	jogava	jogasse	jogadora
			jogadoras

Como se pode notar, esta discussão levantada por Laroca não inclui na sua abordagem a composição. Por um lado, levanta questões relacionadas com os morfemas flexionais de número e género nos substantivos, de número-pessoa e modo-tempo nos verbos, processo que remete para a chamada morfologia flexional ou gramatical; por outro, observa a junção de afixos às palavras, isto é, a derivação, que remete para a morfologia lexical. Porém, não alude à composição de palavras.

Se compararmos esta perspectiva de diferenciar morfologia flexional de morfologia lexical com o esquema anteriormente apresentado, de Bauer, (*cf.* Malmkjær, 1995:314), concluímos que a parte apresentada à esquerda do esquema, isto é, a flexão, diz respeito à morfologia flexional ou gramatical; a parte apresentada à direita do esquema, nomeadamente a formação de palavras, cujo processo inclui a derivação e a composição, é do domínio da morfologia lexical.

No que respeita à morfologia lexical, embora os conteúdos acima considerem unicamente a derivação e a composição, importa observar, mesmo que de relance, que a derivação e a composição não são os únicos processos de formação de palavras. A derivação e a composição são, sem dúvida, os mais

comuns, mas há outros de uso mais restrito. Naturalmente, não é nossa pretensão entrar em pormenores em relação aos referidos processos.

O gramático Carlos de Azeredo, ao estruturar a sua gramática, por exemplo, preferiu, na quarta parte da mesma, o título «Morfologia flexional e sintaxe», o que remete, como se pode inferir, para a estreita relação entre a sintaxe e a morfologia flexional, áreas praticamente inseparáveis. (cf. Azeredo, 2008:153) O autor reconhece que a forma da palavra, que é do domínio da morfologia, também é sensível aos fenómenos sintáticos. Para este gramático, a morfologia trata de factos que dizem respeito ora ao léxico ora à sintaxe, sendo que ao primeiro auxilia com os conceitos de derivação, composição e classes de palavras e à segunda, com o conceitos de flexão. Assim, para ele, dizem respeito à morfossintaxe as variações da forma da palavra devidas às condições sintáticas de seu emprego na frase. (cf. Azeredo, 2008:127)

Apesar de toda essa discussão, parece que ainda tem havido acesas controvérsias entre linguistas contemporâneos sobre a área a que pertence, efectivamente, a formação de palavras, se à morfologia (que é o seu domínio tradicional), se ao léxico, se à semântica ou ainda se à sintaxe. (cf. Cunha e Cintra, 2008:97)

Note-se que Cunha e Cintra preferem mesmo definir formação de palavras como «(...) o conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais.» (cf. Cunha e Cintra, *Ibid.*)

Ainda relativamente às palavras compostas, Eliseu e Villalva (1992:116-140), numa comunicação publicada em *Actas da Associação Portuguesa de Linguística* (APL), intitulada «Tira-teimas: entre morfologia e sintaxe», procuram consolidar a hipótese que defende a existência de um processo de formação de palavras que consiste na reanálise de expressões sintáticas complexas. Para o efeito, partem dos seguintes exemplos:

(4) *abre-latas*

Paulino Soma Adriano

*corta-papéis*

*corta-arame*

*limpa-chaminés*

Verificam, em seguida, o facto de todos os compostos acima, sendo nomes, possuírem um verbo e um nome (V-N). Notam que todos esses compostos apresentam uma estrutura binária cujo primeiro constituinte tem uma natureza verbal. Apresentam, posteriormente, um outro grupo de exemplos nos quais o segundo constituinte do composto não é um nome, como se pode observar abaixo:

(5) *fala-barato*

*bota-fora*

*faz-tudo*

Esclarecem, na sequência, que na sua análise têm em conta apenas compostos de verbo e nome, que representam o caso típico das classes de palavras acerca das quais se formula a hipótese acima enunciada.

Não nos cabe aqui analisar pormenorizadamente este estudo, mas vale, também, observar que, no mesmo, se discute a hipótese de base sintáctica dos compostos apresentados em primeiro lugar (V-N). Por outras palavras, os autores apresentam os argumentos nos quais se baseia a hipótese de que os compostos de que se ocupam têm uma base sintáctica. Porém, procuram, por outro lado, demonstrar que esses compostos têm as propriedades típicas das palavras. Começam por assegurar que, embora os referidos compostos derivem de uma estrutura sintáctica, são sintacticamente opacos, sendo que a opacidade sintáctica é uma propriedade de todas as expressões linguísticas sintacticamente inanalísáveis, qualquer que seja o seu grau de complexidade

interna. Traduzem-se em unidades cuja estrutura interna e processo de formação não são relevantes em sintaxe. No final concluem o seguinte:

Apresentamos neste trabalho alguns argumentos a favor da hipótese segundo a qual um tipo particular de compostos em Português tem uma base sintáctica. Segundo a proposta aqui apresentada, tais palavras são resultantes de um processo de nominalização que consiste na reanálise das estruturas sintácticas de partida, através de operações de recategorização e identificação de constituintes que afectam apenas os elementos sintácticos lexicalmente realizados. (Eliseu e Villalva, 1992:132)

Um outro assunto que se pode ilustrar em relação à preferência de uma abordagem morfossintáctica e não meramente sintáctica é a concordância verbal, de que o nosso trabalho também se ocupa. Uma vez que a relação entre verbo e sujeito se concretiza por meio das desinências verbais de natureza número-pessoal, entendemos haver aqui a intervenção quer da sintaxe quer da morfossintaxe. Além disso, como afirma Vieira, em termos tradicionais, a definição de concordância verbal tem-se pautado pela conformidade morfológica do verbo com o número e a pessoa do sujeito. (cf. Vieira, 2007:94a)

Concordamos, deste modo, com esta autora no seguinte pensamento:

Em termos “formais”, a categoria do verbo será descrita quanto à sua “estrutura” mórfica, constituída de radical, vogal temática e desinências modo-temporais e número-pessoais, o que remete imediatamente ao fenómeno da “concordância verbal” e permite o destaque à interface Morfologia-Sintaxe na apreensão do fenómeno. (Vieira, 2007:96a)

Com efeito, por exemplo, um verbo no plural implica um sujeito igualmente no plural. Este processo é, obviamente, do domínio da sintaxe. Porém, a realização sintáctica de uma frase no plural recorre a morfemas que se devem

acrescentar quer ao sujeito quer ao verbo, o que implica a observância da estrutura interna das palavras em vista a uma disposição frásica considerada gramatical, sendo, pois, do domínio da morfologia. Comparem-se as seguintes frases:

(6) a. *Os manifestantes gritam.*

b. *\*Os manifestantes grita.*

c. *\*O manifestante gritam.*

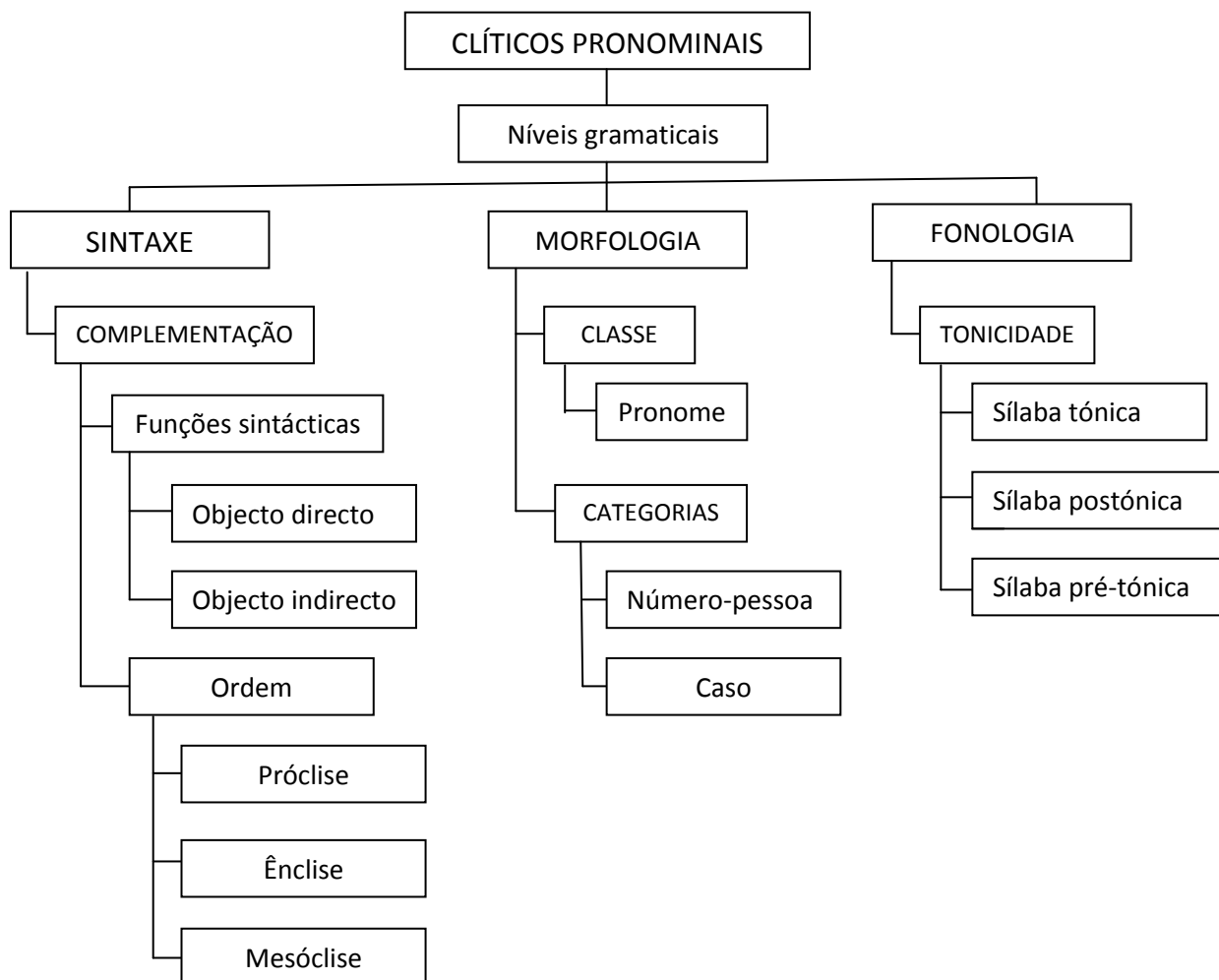
É evidente a agramaticalidade da segunda e terceira frases pelo facto de na segunda se ter omitido a desinência número-pessoal no verbo *gritar*, quando o sujeito figura no plural; na terceira, por sua vez, omite-se a marca de plural em todo o sintagma nominal (SN) – *O manifestante*, isto é, o sujeito é apresentado no singular quando o verbo está no plural.

Considerando estes aspectos, é possível inferir que na descrição de um processo como é o caso da concordância verbal torna-se, na verdade, necessário ter em conta não apenas a sintaxe, mas também a morfologia.

Um dos assuntos que nos ocupam neste trabalho é, igualmente, a descrição da colocação dos clíticos pronominais. Como é sabido, os clíticos pronominais podem apresentar-se, na frase, em posição pré-verbal (próclise), inter-verbal (mesóclise) e pós-verbal (ênclise). Esta análise tem que ver com a ordem das palavras na frase e está relacionada com o conceito de precedência, que é uma das relações sintáticas básicas e define-se a partir da posição que cada elemento de uma dada expressão ocupa numa sequência linear. (cf. Eliseu, 2008:27) Uma análise como esta é obviamente do domínio da sintaxe. É ainda do domínio da sintaxe observar que os clíticos argumentais desempenham funções sintáticas, como a de complemento directo e a de complemento indirecto, por exemplo.



Adicionalmente, de acordo com Vieira, a descrição de clíticos tem igualmente que ver não só com a sintaxe, mas também com a morfologia e com a fonologia. Para esta autora, «No que diz respeito à morfologia, o tema permite discutir a categoria pronominal como um todo, com suas características formais na expressão de número-pessoa e caso.» Acrescenta a autora que, se tivermos em conta a oralidade, o clítico pronominal viabiliza a apresentação dos padrões de tonicidade (sílabas átonas *versus* tónicas), isto devido à sua característica de falta de independência acentual (cf. Vieira, 2007:142b). Como se pode inferir, à sintaxe e à morfologia se acrescenta a fonética na abordagem dos clíticos pronominais. Para melhor pormenorizar este posicionamento, Vieira apresenta um diagrama que reproduzimos aqui: (cf. Vieira, *Ibid.*)



Neste esquema, a autora apresenta os diferentes papéis que jogam a sintaxe, a morfologia e a fonologia quando o objecto de estudo é o clítico pronominal. No mesmo, é evidente a intervenção da sintaxe na atribuição das funções sintácticas dos clíticos, bem como na sua posição relativamente à ordem que podem ocupar em estruturas frásicas. Cabe à morfologia, em primeiro lugar, classificar os clíticos como pertencendo à classe dos pronomes e observar as suas categorias de número, pessoa e caso. A fonologia, por sua vez, intervém em factores de tonicidade silábica.

Deste modo, a descrição dos clíticos é uma tarefa que exige a observância da interface dos níveis gramaticais.

Por outro lado, mesmo que a morfologia agrupe as palavras em classes gramaticais, convém, porém, notar que o comportamento de algumas palavras na frase, especialmente no que respeita à sua ordem, faz com que possam ter diferentes funções sintácticas em dependência da sua posição na sequência frásica, processo no qual intervém necessariamente a sintaxe. Veja-se, por exemplo, que nas frases

(7) *A polícia prendeu o automobilista.*

(8) *A mulher polícia prendeu o automobilista.*

a palavra *polícia* é nome no primeiro caso, mas adjectivo no segundo, em conformidade com a posição que ocupa nas frases.

As alusões acima demonstram bem a dificuldade que pode existir em separar completamente a morfologia da sintaxe, particularmente quando se tem como objecto de estudo estruturas frásicas da língua. Como foi possível observar, a abordagem de muitos aspectos do domínio da sintaxe implica necessariamente recorrer à morfologia, se considerarmos que a sintaxe se ocupa da frase, e a frase, por sua vez, é estruturada tendo em conta a combinação de

constituintes, que são também compostos por palavras. Enfatize-se que não é objecto da sintaxe a forma das palavras. É seu objecto a estrutura de constituintes e de frases. É este o posicionamento da hipótese lexicalista, que se explica muito brevemente nos seguintes termos:

A essência da Hipótese Lexicalista e da maioria dos mais recentes trabalhos em sintaxe se baseia na hipótese de que a estrutura interna das palavras não é estabelecida por princípios sintácticos, nem mesmo acessível a esses princípios. [...] Do ponto de vista da sintaxe, as estruturas produzidas no léxico são essencialmente opacas: elas podem ter estrutura interna, mas essa estrutura não está sujeita à manipulação ou competência das regras da sintaxe, que tratam os itens lexicais como unidades integrais, atômicas. A essência da Hipótese Lexicalista, sob esse aspecto, está representada pela separação entre os componentes sintácticos e lexicais. (Anderson, 1982:591)

Aronoff já tinha dado conta deste posicionamento quando explica que

[...] Regras de Formação de Palavras são regras do léxico e como tais operam totalmente dentro do léxico. São totalmente separadas de outras regras da gramática, embora não o sejam de outros componentes da gramática. Uma Regra de Formação de Palavras pode fazer referências a propriedades sintácticas, semânticas e fonológicas das palavras, mas não as regras sintácticas, semânticas ou fonológicas. (Aronoff, 1976:46)

Do ponto de vista ainda da morfologia lexical, há problemas em definir o que é uma palavra. É discutível se uma palavra compreende uma mancha gráfica separada por espaços, uma unidade de sentido ou uma unidade que pertence a uma dada classe.

Por outras palavras, em – *vem de Benguela* – teremos uma, duas ou três palavras? Em – *feriu-se* – teremos uma ou duas palavras?

Para o linguista Bloomfield (1933), «a palavra é uma forma livre mínima», quer dizer, por si só constitui um enunciado, ao contrário das formas presas ou afixos que só podem ocorrer agrupadas a outra ou às outras, da qual depende. Para o autor, uma vez que a frase também pode ser uma forma livre, então a palavra é a forma livre mínima, ou seja, a forma livre que não pode ser subdividida em formas livres, apesar de poder conter uma forma livre.

Neste sentido, por exemplo, a preposição *de* (cf. *Vem de Luanda*) não é uma palavra, uma vez que não pode constituir por si só um enunciado. Enquanto as palavras *Vem* e *Luanda* constituem enunciados por si só, a ocorrência da preposição *de* depende do verbo *vir*, que, no contexto frásico em referência, é complementado por um sintagma preposicional (SP).

Basílio entende, por isso, que a definição de Bloomfield, apesar de ser interessante pelo facto de distinguir *palavras* de *frases*, *sintagmas* e *afixos*, é problemática no que respeita, por exemplo, a palavras compostas. Estas são formadas por mais de duas palavras ou radicais, o que torna difícil sustentar ao mesmo tempo que as palavras não podem ser subdivididas em formas livres. (cf. Basílio, 2008:17)

A autora prefere, por isso, a definição de Matoso Câmara Jr. que à de Bloomfield acrescentou a noção de «forma dependente», referindo-se à palavra que depende de outra para ocorrer, embora não esteja concretamente agrupada à forma da qual depende. (*Ibid.*) De facto, se tivermos em conta este conceito, são formas dependentes os artigos, as preposições e as conjunções, por exemplo. Sendo, por isso, os artigos, as preposições e as conjunções classificadas como palavras, redefine-se, assim, a palavra não como forma presa mínima, mas como forma não presa mínima, abrangendo, este conceito, quer formas livres quanto formas dependentes.

Apesar desses avanços na definição de *palavra*, é importante notar que o seu conceito continua ainda ambíguo, podendo variar em conformidade com o contexto de estudo.

Mediante a literatura exposta, podemos inferir que a sintaxe recorre à morfologia flexional para a descrição dos constituintes e das frases, sendo que a derivação se afigura como assunto estrito da morfologia, ou mais concretamente, da morfologia lexical. O que se tem discutido ainda hodiernamente é a formação de palavras, que, sendo igualmente do domínio da morfologia lexical, é igualmente reclamada pela sintaxe e pela semântica.

Em todo o caso, é muito evidente o recurso à intervenção da sintaxe em questões morfológicas. Consequentemente, parece haver consenso quase absoluto pelo menos numa questão: morfologia e sintaxe não são compartimentos estanques quando está em análise a estrutura da língua. Ademais, outras áreas podem, também, afigurar-se necessárias para, de modo mais exaustivo, se dar conta de um dado fenómeno linguístico.

Ilari, ao abordar a temática sobre os níveis de análise e de observação da língua, tendo em conta o nível dos sons, das formas e das construções, e referindo-se particularmente ao nível das formas, não deixa de mencionar a sintaxe como uma área a ser igualmente considerada, nos seguintes termos:

Falar de formas, nas línguas flexivas, é também, e sobretudo, descrever o modo como a variação das palavras traduz diferenças de sentido que a língua impõe como relevantes, ou o modo como a língua apresenta variantes que têm de ser consideradas conforme o contexto sintático. Nesta perspectiva, «formas» remete para os domínios da morfologia e da sintaxe. (cf. Ilari, 2013:58)

Teles e Filipe, num artigo intitulado *Do léxico à morfologia e à sintaxe: mais sobre a estrutura argumental dos deverbais*, procuram igualmente sustentar uma estreita relação entre morfologia e sintaxe com base em processos de

nominalização e adjectivalização deverbais. Esforçam-se por evidenciar e relacionar as características dos derivados deverbais composicionais, dos verbos que lhe deram origem e das respectivas estruturas argumentais. No seu estudo, os autores concluem que as relações entre morfologia e sintaxe se manifestam e são evidentes em processos de derivação de palavras que têm como base uma forma verbal. (cf. Teles e Filipe, 2003:829-839)

Com base na bibliografia exposta acerca da possibilidade e, em alguns casos, da necessidade de intervenção simultânea da morfologia e da sintaxe na descrição dos fenómenos linguísticos, entendemos ser adequado posicionarmo-nos essencialmente nestas duas áreas, a morfologia e a sintaxe, não como domínios isolados um do outro, mas como domínios que se complementam na descrição dos fenómenos linguísticos, uma vez que muitos fenómenos aqui descritos reclamam uma visão morfossintáctica.

O título principal do trabalho, *Tratamento de estruturas e expressões frásicas do Português em Angola*, exige igualmente que esclareçamos o que entendemos por *tratamento*, por *estrutura frásica* e por *expressão*.

Neste trabalho, o termo *tratamento* é usado como sinónimo do termo *análise*, que, naturalmente, exige alguma descrição do objecto de estudo. A unidade *expressões frásicas* é empregue como sinónimo de *constituente*. Como se sabe, um constituinte é uma unidade linguística que pertence a uma unidade linguística maior. Por exemplo, na seguinte sequência:

(9) *Os homens trabalham.*

*Os + homens* são constituintes de [*os homens*], portanto um SN, que, por seu turno, é constituinte de [[*os homens*] *trabalham*].

No tratamento que fazemos das frases, seremos, como é obvio, muitas vezes obrigados a isolar constituintes das estruturas frásicas em que figuram, para uma melhor descrição de um dado fenómeno.

Em relação à noção de frase, que, como já exposto, é do domínio da sintaxe, vale notar, em primeiro lugar, que as que serão objecto de descrição nesta dissertação resultam de enunciados, sendo que um enunciado

(...) é a realização concreta de uma unidade gramatical, em particular de uma frase num acto de fala ou de escrita, por um falante ou um escritor particular, dirigindo-se a um interlocutor ou grupo de interlocutores – ouvinte(s) ou leitor(s) – num momento e num lugar determinados. (Raposo, 2013:306)

No entanto, o autor que acabámos de citar advertiu antes que «A noção de frase, enunciado e proposição encontram-se de tal maneira ligadas entre si que é praticamente impossível discutir cada uma delas sem mencionar as outras» (*Ibid.*). Neste trabalho empregamos os termos *frase* e *enunciado* indiferentemente.

Baseando-nos no mesmo autor, podemos observar várias tentativas de definir frase:

- a) Uma frase é uma sequência de palavras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e os princípios gramaticais da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala ou remete para ela.

Com base nesta definição, não podem ser consideradas frases as estruturas que não satisfaçam as regras e os princípios gramaticais da língua. Por exemplo, na sequência

(10) Os Angolano irão ao voto.

não temos uma frase, visto que a sequência em alusão viola um dos princípios gramaticais, isto é, o princípio da concordância nominal. Como se pode observar, ao núcleo do SN (Angolano) falta a marca de plural.

O autor esclarece que a propriedade de veicular um conteúdo proposicional é uma das características essenciais das frases. Assim, não é uma frase uma sequência de palavras que não descreve ou remete para uma situação do mundo, isto é, se não veicula um conteúdo proposicional. Note-se que uma proposição é por ele definida como «o conteúdo descritivo de uma frase quando esta se realiza num enunciado concreto, isto é, quando corresponde ao “estado de coisas” do mundo que o enunciado da frase descreve ou para o qual remete.» (Raposo, 2013:321)

Reformula, então, a primeira definição como se segue:

- b) Uma frase é uma sequência de palavras gramaticais que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem como elemento nuclear um verbo; (iii) esse verbo está no modo indicativo ou imperativo; e (iv) pode ser usada como um enunciado autónomo.

Ainda segundo o autor, falar em frases não gramaticais não é senão um contra-senso, pois se uma sequência de palavras não é gramatical, mesmo que tenha outras propriedades definitórias da noção de frase (como ter conteúdo proposicional e um verbo [...]) então não é uma frase. Neste sentido, «A gramaticalidade é (...) uma propriedade definitória das frases de uma língua.» (cf. Raposo, 2013:321) Para se referir a frases comumente designadas por agramaticais ou não gramaticais, o autor prefere o termo aceitabilidade, que, segundo ele, é uma noção pré-teórica, de natureza subjectiva, e tem a ver com a reacção dos falantes a uma determinada expressão linguística, isto é, os juízos de valor que os falantes fazem sobre se uma dada expressão é ou não correcta gramaticalmente, se é ou não aceitável semanticamente ou sobre se é ou não adequada a um determinado contexto discursivo ou situacional. (*Ibid.*)

Nesta lógica, mesmo que a sequência *Os Angolano irão ao voto* veicule, como se pode observar, um conteúdo proposicional, isto é, remeta para uma situação do mundo, ainda assim não pode ser considerada como uma frase.



As sequências que tratamos neste trabalho, sobretudo as que constituem o *corpus*, apresentam quase sempre estruturas que fazem com que não se revejam no conceito de gramaticalidade.

Apesar disso, neste trabalho insistimos no conceito de agramaticalidade em relação às frases que tratamos, desviantes em relação à norma-padrão europeia, desde que sejam sequências que encerrem conteúdo proposicional e remetam claramente para uma realidade extralinguística, isto é, veiculem conteúdos semânticos interpretáveis. Assim, embora estejamos de acordo com Raposo em relação à definição de frase, neste trabalho continuamos a diferenciar frases gramaticais, as que observam os princípios e regras da gramática, e frases agramaticais, as que violam essas regras. Neste sentido, Montenegro afirma o seguinte:

Uma frase é agramatical quando não respeita as condições de formação de frases. Por exemplo, quando não há concordância morfológica entre o sujeito e o verbo, ou quando não estão presentes elementos de relação, como as preposições.» (Montenegro, 2001:20)

Com base na autora, são agramaticais frases como as que se seguem:

(11) \**As crianças já brinca.*

\**O avião partiu Açores.*

Contudo, importa esclarecer que a diferenciação entre frases gramaticais e agramaticais pode afigurar-se subjectiva, pois é importante que se tenha em conta a possibilidade da variação linguística, isto é, uma frase agramatical em Portugal pode não ser considerada como tal no Brasil.

Concordamos, também, com a noção de aceitabilidade, de Raposo, quando se refere a frases agramaticais, cuja ocorrência é possível desde que, considerando a sua unidade estrutural, semântica e até pragmática sejam capazes de atingir os seus objectivos comunicativos, mesmo que

«claudiquem» em termos morfológicos, sintáticos ou semânticos, às vezes, em relação a uma dada norma, pois podem ser consideradas perfeitas no contexto de uso.

Assim, na nossa abordagem, consideramos a sequência *Os Angolano irão ao voto* como um frase, embora agramatical, isto é, ainda que viole uma das regras gramaticais. É o mesmo que dizer que se trata de uma frase desviante em relação à norma-padrão. Porém, não seria, obviamente, uma frase a seguinte sequência, com a qual não se pode recuperar um “estado de coisas”:

(12) *Os Irão voto angolano ao*

De facto, ao que parece, no conceito de frase cabem apenas aquelas que obedecem a padrões sintáticos vigentes na língua, como o define também Câmara Jr.:

Unidade de comunicação lingüística, caracterizada, como tal, do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo, e do ponto de vista fonético – por uma entoação, que lhe assinala nitidamente o começo e o fim. É assim a divisão elementar do discurso, mas pertence à estrutura lingüística por obedecer a padrões sintáticos vigentes na língua, no seu sentido de sistema por que se pauta o discurso. (Câmara Jr., 2007:150)

O autor acrescenta ainda que na linguagem oral da comunicação quotidiana, a frase é complementada pela mímica do falante e pelos dados da situação em que é enunciada. A mesma pode consistir numa única palavra ou até numa interjeição. (*Ibid.*)

Montenegro define igualmente frase como uma unidade sintática, semântica e pragmática. (cf. Montenegro, 2001:46) Nesta acepção, como bem se pode notar, nas frases devem estar presentes conteúdos proposicionais e estas

devem remeter para uma realidade extralinguística, encerrando um propósito definido.

Relativamente à oração, é claro que esta pode ser contida numa frase. A tradição gramatical, ao estabelecer diferenças entre os conceitos de frase e de oração, afirma que toda a oração é uma frase, embora nem toda a frase seja uma oração. Uma oração só o pode ser se tiver um conteúdo proposicional cujo núcleo é um verbo, sendo que uma frase pode ocorrer sem o verbo, mas que pode ser tida como um enunciado autónomo.

Como já esclarecemos mais acima, as sequências com as quais trabalhamos resultam de enunciados orais, posteriormente transcritos. Por essa razão, embora empreguemos o conceito «estruturas frásicas», em muitos casos teremos apenas fragmentos frásicos que podem ocorrer autonomamente, ou seja, como sequências que podem ser analisadas de forma independente. Como já o afirmámos, centramos o nosso estudo em frases desviantes, por isso agramaticais em relação à norma-padrão europeia. Assim, os referidos fragmentos frásicos correspondem frequentemente a unidades discursivas pertencentes a outras unidades discursivas ainda maiores.

O termo *estrutura*, que o título da dissertação encerra, equivale apenas ao conceito de organização estrutural que, segundo Raposo,

[...] tem a ver com o facto de uma frase não ser meramente uma soma linear de palavras, mas sim uma estrutura na qual as palavras formam grupos que se articulam entre si, estes por sua vez formam novos grupos de nível superior, até chegar ao nível da frase completa. (Raposo, 2013:304)

Uma vez que nos ocupamos do tratamento morfossintático, torna-se, na verdade, imprescindível observar as palavras como unidades elementares, que se articulam entre si em vista à formação de uma unidade mais complexa, que é a frase.



## **CAPÍTULO II: SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE ANGOLA**

Neste capítulo procede-se a uma caracterização da situação sociolinguística de Angola, começando, naturalmente, por apresentar dados geográficos, demográficos e históricos do país.

Embora o cerne deste trabalho seja o tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português no contexto de Angola, entendemos ser útil descrever a realidade extralinguística na qual são projectadas as estruturas que iremos tratar no capítulo V, isto é, a população que habita o país, o seu mosaico linguístico e alguns dados históricos em relação ao surgimento da língua ibérica no espaço africano de Angola.

### **2.1. Caracterização geográfica, demográfica e histórica de Angola**

Angola é um país situado na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, cujo território está confinado entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitude Este de Greenwich. Conta com uma superfície total de 1 246, 700 km<sup>2</sup>, sendo que a sua costa se estende por 1 650 km. A sua fronteira terrestre é de 4 837 km. O seu comprimento máximo, no sentido Norte-Sul, é de 1 277 km. A sua largura máxima, no sentido Oeste-Leste, é de 1 236 km. A população angolana é estimada em 19,9 milhões, dados de 2010, sendo que cerca de 54,8% da população vive em áreas urbanas e o restante, isto é, 45,2% da população, permanece nas áreas rurais<sup>3</sup>. Estes dados serão, contudo, melhor precisados pelo censo populacional em curso. A sua composição afigura-se bastante complexa. Apesar de ser quase toda de origem *bantu*, é composta por uma significativa diversidade étnica: as etnias de maior peso demográfico são os *Ovimbundu*, os *Ambundu* e os *Bakongo*.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/Angola/angola.html> [consult. 2012 - 07 - 22].

Angola é, assim, um país de larga extensão geográfica e, como veremos mais adiante, com uma grande diversidade cultural e linguística.

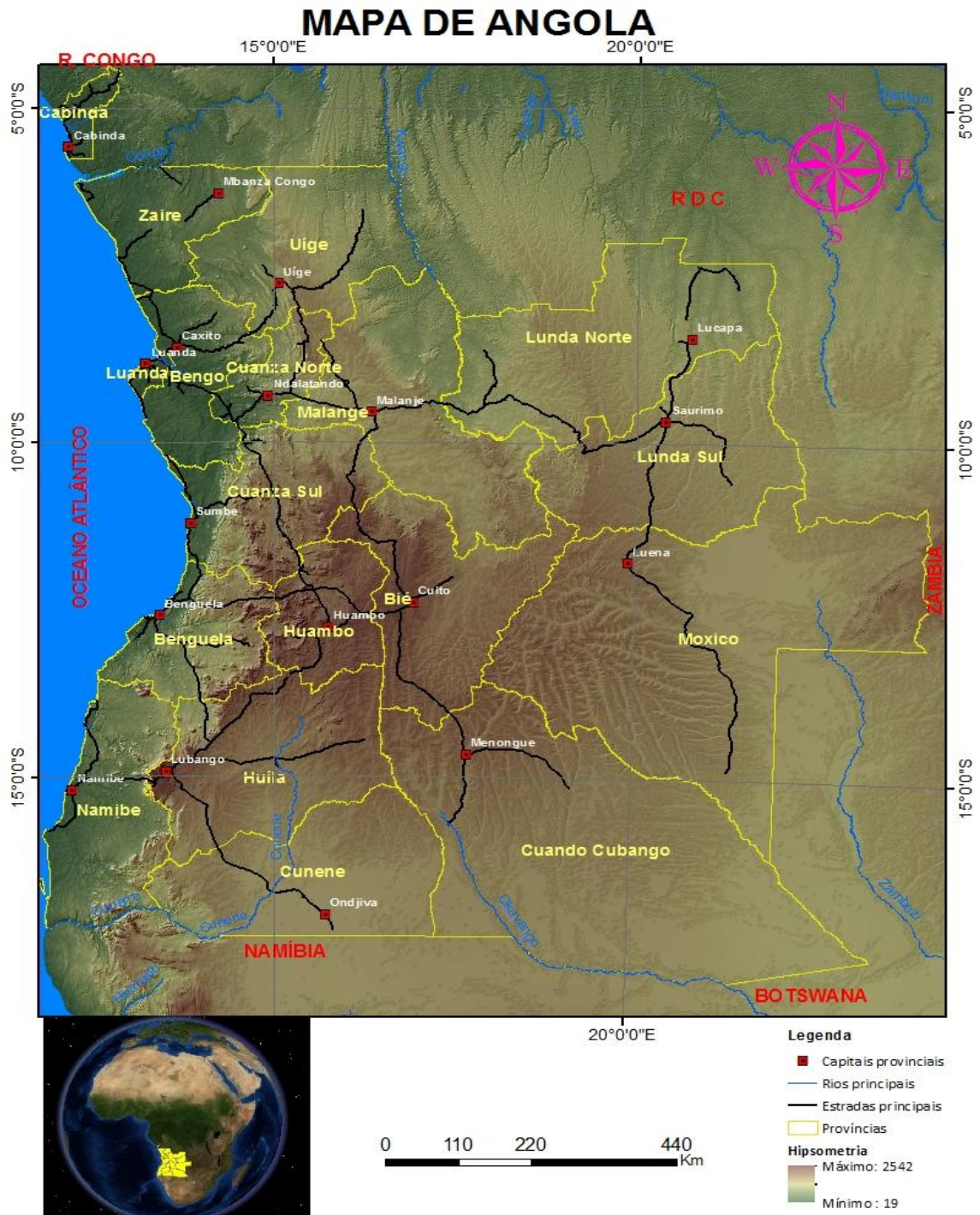
No que respeita ao clima, este é húmido e caracteriza-se essencialmente por duas estações: a estação das chuvas e a estação seca. A primeira vai de Setembro a Abril; a segunda, de Maio a Agosto. O país é detentor de extensas praias na costa, de Norte a Sul, com uma área bastante fértil no seu interior.

No interior, existe uma grande meseta continental, com uma altitude em média superior a 400 metros acima do nível do mar. Aí, as estepes são férteis e a pluviosidade está acima da média, nas províncias de Benguela, Bié e Huambo. A referida meseta estende-se pelas províncias do Zaíre, Uíge, Kwanza Norte, Malange, Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul, onde existem savanas, matas e selvas tropicais bastante férteis e com imensas riquezas naturais.

Relativamente às suas fronteiras, o país está limitado pela República da Zâmbia a Este e a Sudeste; a República da Namíbia a Sul; o Oceano Atlântico a Oeste; a República do Congo a Noroeste e a República Democrática do Congo a Norte e a Leste.

No que à divisão administrativa respeita, o país conta com dezoito províncias, designadamente: Luanda (capital), Cabinda, Zaire, Uige, Bengu, Malange, Lunda Nort, Lunda Sul, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Mochico, Bié, Benguela, Huambo, Huíla, Cunene, Kwando Kubango e Namibe. Para mais pormenores, veja-se o mapa abaixo:

Paulino Soma Adriano



<sup>4</sup> Elaborado por A. W. Chissingui (2013).

Em termos históricos, a República de Angola é o resultado de um conjunto de antigos reinos africanos, cujas fronteiras, posteriormente ratificadas pela Conferência de Berlim, não eram naturais. Com a referida Conferência, realizada em 1885, o país foi reconhecido como uma colónia portuguesa.

A vocação marítima dos Portugueses fez com que, começando por Ceuta, em 1415, Porto Santo e Madeira, entre 1418 e 1419, Canárias e Açores, entre 1424 e 1427, atingissem e conquistassem também outras terras longínquas na América, Ásia e África. Neste último continente, além de outras terras, atingiram Cabo Verde e a Costa da Guiné entre 1444 e 1445; São Tomé e Príncipe, em 1471; Angola em 1482. Nessas grandes aventuras, levavam consigo a religião, a cultura, mas, acima de tudo, a língua portuguesa. (cf. Cristóvão, 2008:49)

Em Angola, os colonizadores fixaram-se, inicialmente, no litoral. As relações, inicialmente pacíficas, com os diferentes chefes indígenas não prevaleceram saudáveis. Fruto das hostilidades que existiam entre uns e outros, os colonizadores foram forçados pela Conferência de Berlim a fim de ocuparem todo o território nacional, condição para o reconhecimento do direito à colónia. Urgiu, assim, a necessidade, por parte destes, de desencadear as chamadas «guerras de ocupação», que, praticamente, se traduziram em autênticos massacres. Como é do conhecimento geral, os colonizadores provinham de uma sociedade cujo estado de desenvolvimento tecnológico era superior comparativamente com o dos Angolanos, o que lhes permitiu que se impusessem sobre estes.

Como era de esperar, o povo angolano resistiu de tal modo que só depois de mais de quatro séculos de luta os colonizadores portugueses puderam alcançar o domínio completo do país, isto é, em 1926. Observe-se que os invasores tinham marcado a sua presença no território desde o século XV. No dia 4 de Fevereiro de 1961, os Angolanos começaram uma luta de libertação, que resultou, no dia 11 de Novembro de 1975, na Independência de Angola.



Com a independência de Angola, eclodiu também uma guerra civil e fratricida sem precedentes, sobretudo nas zonas rurais, numa primeira fase. Deu-se um êxodo massivo da população branca e de quadros angolanos, que se refugiou noutras paragens, fora do país. Foram, nessa época, desmornadas as infra-estruturas que existiam. Angola aliou-se aos países socialistas com os quais cooperou no ensino, na educação e na cultura.

A partir de 1992, a guerra civil atinge igualmente as zonas urbanas. Todavia, acontece a recapitalização do país com a administração pública, a diminuição da produtividade e o aumento do comércio informal, bem como de negócios obscuros, o que contribuiu para a pobreza profunda da população, por um lado, e a emergência de grupos de novos-ricos e milionários, por outro. (cf. Barros, 1999:37)

Segundo a análise de Barros, registou-se um aumento crescente, em termos gerais, dos hábitos de leitura na época colonial que vai até 1975. O quadro inverte-se, porém, a partir de 1992, quando se começa a registar uma crescente diminuição dos referidos hábitos. (cf. *Ibid.*, 1999:36-37)

A guerra civil conheceu o seu fim em 2002. Com a paz, o país vai tomando um novo rumo, caracterizado, sobretudo, pela sua reconstrução, pelo aumento de infra-estruturas diversas que visam o melhoramento das condições básicas das populações, como são os casos da saúde, energia e água, educação, reabilitação de estradas, entre outros. Consequentemente, abriram-se oportunidades para muitos investidores estrangeiros, entre os quais importa destacar os Asiáticos, particularmente os Chineses.

Para a redução da pobreza, entre outras acções, o governo vem implementando em todos os municípios, desde 2012, um projecto denominado «Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza» considerado pelo Presidente da República como o maior Programa de inclusão social do país, aquando da sua mensagem sobre o estado da

nação, a 15 de Outubro de 2012. Ainda nesta mensagem, o Presidente da República dá conta do seguinte:

[...] presentemente 52 por cento da população rural tem acesso a água potável, 48 por cento ao saneamento básico, que inclui a rede de esgoto e fossa séptica; 25 por cento a electrificação rural, através de fontes alternativas, como geradores e painéis solares; 61 por cento aos serviços municipalizados de saúde; 79 por cento das crianças têm acesso ao ensino primário e 48 por cento beneficiam de merenda escolar<sup>5</sup>.

Ainda segundo dados apresentados pelo Presidente da República, o país conta com 7,4 milhões de alunos matriculados em todos os níveis de ensino não universitário, cujo número de professores é de 278 mil. Quanto ao ensino superior, 198 mil e 700 estudantes estavam matriculados nesse nível, dados referentes ao terceiro trimestre de 2013. Apesar disso, a grande preocupação ainda se prende com a qualidade do ensino ministrado, bem como a necessidade de o mesmo responder às necessidades do país.

Importa destacar igualmente o aumento da taxa de natalidade, a diminuição considerável da taxa de mortalidade infantil, o rejuvenescimento significativo da população e uma maior esperança de vida à nascença.

Em suma, Angola é um país que cresce em várias perspectivas, mas com imensos desafios ainda por enfrentar.

## **2.2. A situação linguística de Angola e a língua portuguesa**

A presente secção dá conta da existência, em Angola, de várias e distintas línguas de origem *bantu*, e não só, que coabitam com o português. Por outras

---

<sup>5</sup> [http://www.mission-angola.ch/portugues/index.php?option=com\\_content&view=article&id=59&Itemid=93](http://www.mission-angola.ch/portugues/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=93)

palavras, sublinha a considerável diversidade linguística de Angola, o que contribui, em larga medida, para a variação linguística, particularmente para a emergência de uma variedade do português diferente da do português de Portugal. Dá igualmente conta de que, apesar da referida diversidade linguística, o português se sobrepõe claramente a todas as restantes línguas africanas angolanas, uma vez que, diferentemente destas, transpõe os limites geográficos e é a língua veicular através da qual diferentes culturas angolanas, com línguas próprias, categorizam o mundo que os cerca.

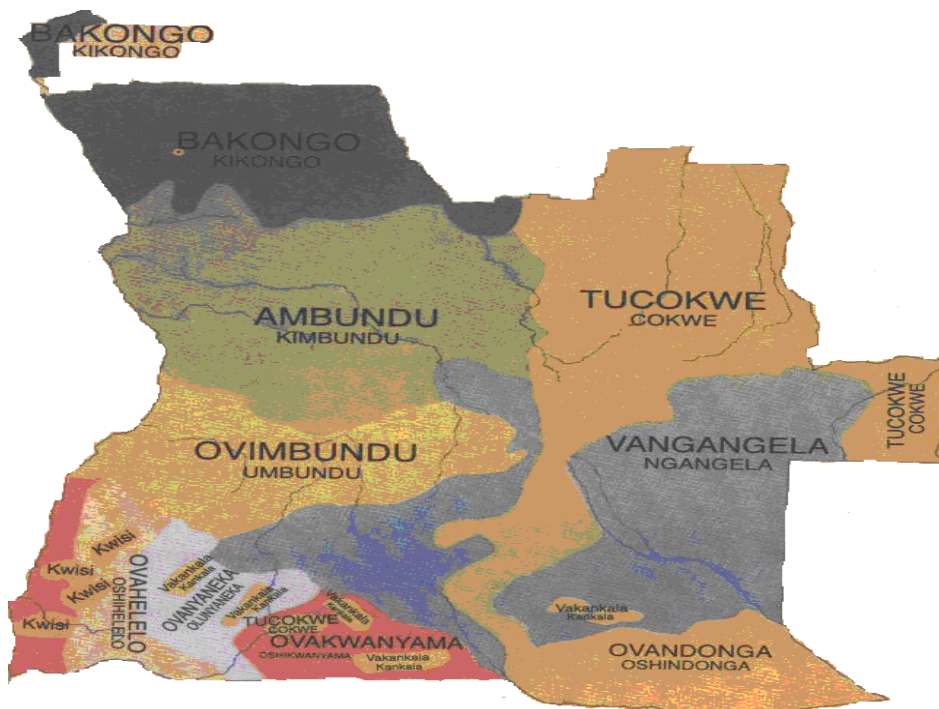
Quanto aos grupos etnolinguísticos de Angola e suas respectivas línguas, veja-se o quadro abaixo, que reflecte apenas o grupo *bantu*:

N/O	Grupo etnolinguístico	Língua
01	<i>ovimbundu</i>	<i>umbundu</i>
02	<i>ambundu</i>	<i>kimbundu</i>
03	<i>tucokwe</i>	<i>cokwe</i>
04	<i>bakongo</i>	<i>kikongo</i>
05	<i>vangangela</i>	<i>ngangela</i>
06	<i>ovanyaneka-khumbi</i>	<i>olunyaneka</i>
07	<i>ovahellelo</i>	<i>oshihelelo</i>
08	<i>ovambo</i>	<i>oshikwanhama</i> <i>oschindonga</i>

O país conta ainda com outros grupos, nomeadamente, grupos etnolinguísticos não *bantu*, como se espelha no quadro abaixo:

N/O	GRUPO	SUB-GRUPO	LÍNGUA
01	<i>khoisan</i>	<i>vakankala</i> ( <i>kamusekele</i> ou <i>bosquímane</i> )	<i>hotentote (koi)</i>
		<i>hotentote (ou kede)</i>	
02	<i>vátwa</i> ou <i>Kuroka</i>	<i>ovakwando (ou kisi)</i>	<i>kankala (san)</i>
		<i>ovakwepe (ou kwepe)</i>	

Para se ter uma ideia desses grupos etnolinguísticos na extensão geográfica de Angola, observe-se o mapa que se segue:



Mapa etnográfico de Angola

Fonte: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola

Como se pode notar, este mapa encerra uma fraca representatividade das línguas *Khoisan*, com a língua *Kankala*. Em Angola, são muito reduzidos os seus falantes. Como se evidencia, limitam-se ao sul do país, mais concretamente nas províncias da Huíla, do Cunene e do Kuando-Kubango.

Enfatiza-se, assim, o facto de Angola ser um país multilingue. Contudo, torna-se difícil saber exactamente quantas são, em rigor, as línguas faladas em Angola, uma vez que esta caracterização linguística de Angola como um espaço multilingue tem acarretado consigo a dificuldade de distinguir língua de dialecto.

Parece haver, em Angola, diferentes nomenclaturas que divergem, em certa medida, na classificação de uma mesma variedade como dialecto ou como língua. Com efeito, «o que uns autores consideram como sendo uma “língua”, outros consideram um “dialecto” e outros ainda consideram como sendo um grupo de línguas.» (cf. Cabral, 2005:12)

É, assim, clara a dificuldade que se tem de definir e distinguir língua, dialecto e grupo etnolinguístico, o que, em consequência, levanta algumas dúvidas do número de línguas que o mapa do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola encerra, isto é, dez línguas, designadamente: *umbundu*, *kimbundu*, *kikongo*, *cokwe*, *ngangela*, *kwanhama*, *nyaneka-humbi*, *herero*, *oshindonga* e *san*.

Segundo Raposo, «São as fronteiras políticas, os interesses culturais, a história comum que determinam se um dado sistema é língua ou dialecto – não as questões linguísticas e gramaticais.» (Raposo, 1984:589)

É, para já, com as línguas enumeradas acima que o português coabita, originando, naturalmente, o fenómeno do contacto linguístico, que contribui para a formação da variedade angolana do português.

### **2.2.1. O surgimento e a hegemonia do português entre as línguas africanas angolanas**

Como é do conhecimento geral, o português é levado a Angola por meio da colonização portuguesa, cujos contactos, como já exposto mais acima, tiveram início em 1482, estabelecendo-se uma aliança entre o reino do Congo e os Portugueses.

Em conformidade com Cristóvão, os colonizadores levavam consigo a língua, a cultura e a religião. Das três, porém, a mais importante foi a língua, que serviu de intérprete e companheira permanente aos outros dois e, nessa época, assumia a função de companheira do império. (cf. Cristóvão, 2008:49)

A difusão da língua portuguesa era uma estratégia importante no processo de colonização e de aculturação dos indígenas. Por exemplo, no Brasil, quando, entre 1757 e 1758, Marquês de Pombal percebeu que a «língua geral» dos índios, o tupi-guarani, tinha vencido o português em termos de quantidade de falantes, tomou medidas drásticas, proibindo o seu ensino e obrigando ao ensino do português em todo o território brasileiro, com a consequente expulsão dos jesuítas que a falavam e ensinavam nos seus colégios.

Semelhantemente, houve proibição das línguas regionais das colónias portuguesas em África. No caso de Angola, entre 1764 a 1772, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador português em Angola na época, determinou que os brancos ensinassem aos seus filhos a Língua Portuguesa e a ensinassem também aos negros, como se fazia no Brasil. Já em 1921, o General Norton de Matos, também como governador de Angola, ordenou o apagamento das línguas regionais, defendendo a sua substituição pelo português, através do Decreto n.º 77, em 1921, o que pode ser constatado na obra *A Nação Una*.

É, deste modo, facilmente observável que enquanto se impunha o prestígio da língua portuguesa, as restantes línguas africanas angolanas eram reprimidas. Observe-se, para o efeito, alguns fragmentos do referido Decreto:

É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal,... na catequese das missões, nas escolas e em todos os contactos com as populações... (Norton de Matos, 1953:103-104))

Visavam o mesmo propósito de reprimir as línguas africanas angolanas os seguintes artigos:

... Artigo 2.º ... nas escolas católicas, é proibido ensinar as línguas indígenas;

...Artigo 3.º ... a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa. (*Ibid.*)

É constatável a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em qualquer missão, em detrimento quer das línguas estrangeiras quer das línguas indígenas. Estas também não eram permitidas nos livros de ensino religioso, concedendo-se apenas a possibilidade de uma versão paralela.

Porém, segundo Cabral,

Embora se refira no artigo 3º que o uso da língua endógena era permitido em linguagem falada na catequese e como auxiliar no período de ensino elementar da Língua Portuguesa, esta disposição não se efectivou, ou seja, procurou-se sempre impedir o uso das línguas endógenas. (Cabral, 2005:15)

De facto, extinguir todas as línguas angolanas africanas, substituindo-as pela língua portuguesa era uma prioridade na política colonial portuguesa. Além disso, as deliberações para afirmar a língua portuguesa em Angola procuraram

impor esta língua não apenas em substituição das línguas africanas angolanas, mas também das línguas estrangeiras, como bem afirma Norton de Matos no Decreto n.º 77:

Pus-me a dar os primeiros passos para a realização do formidável projecto de se fazerem esquecer, o mais rapidamente possível as línguas de Angola, substituindo-as pela língua portuguesa; e o facto dos bantos nunca terem aproveitado ou inventado qualquer espécie de escrita na sua vida em comunidade, desviava deste propósito qualquer aspecto de destruição ou de injustiça. (...) A minha opinião mantinha-se a mesma que acabo de apresentar quanto à aprendizagem da língua portuguesa e a sua substituição total por ela de todas as línguas indígenas. (Norton de Matos, 1953:91)

Esta atitude, que Cristóvão chamou de «imperialismo linguístico», afirma ele, «vinha sobretudo da Revolução Francesa, em que o ideólogo da revolução obrigava ao uso do francês, proibindo o latim.» (cf. Cristóvão, 2008:51-52)

Para a aculturação dos indígenas, surgiu o processo de assimilação, que obrigava a que estes fossem educados debaixo dos preceitos e costumes europeus, entre os quais se sublinha a aprendizagem e utilização da língua portuguesa. Em conformidade com Mingas, «O bom conhecimento da língua portuguesa era a condição mais importante para aceder a qualquer cargo de destaque na sociedade colonial.», (Mingas 2000:32) o que contribuiu significativamente para que as línguas angolanas africanas se mantivessem estáticas, pois foi ainda mais consolidada a sua privação quanto à sua realização escrita e quanto ao seu ensino, sem deixar de considerar o êxodo de muitos falantes dessas línguas endógenas para os centros urbanos, vendo-se, deste modo, obrigados a aprenderem e a empregarem mais o português em detrimento das referidas línguas. É o que afirma Cabral:

Como refere Norton de Matos, é a forma escrita que dá condições de fixação às línguas. Sucede porém que, privadas de realização escrita



e de ensino, as línguas endógenas foram remetidas para um benefício da Língua Portuguesa, a única que foi sendo ensinada nas escolas e usada nos meios oficiais. A fuga dos verdadeiros conhecedores dessas línguas dos kimbos para os centros urbanos contribuiu, significativamente, para a diminuição do uso de algumas línguas já que nos centros urbanos o uso da Língua Portuguesa se revela(va) fundamental. (Cabral, 2005:16)

É, deste modo, facilmente perceptível a intenção de substituir as línguas africanas angolanas pela língua portuguesa. É igualmente perceptível que «(...) a política linguística em Angola estava ao serviço do regime repressivo, (...) para melhor servir ao enraizamento da ideologia colonial no nosso território.» (Marques, 1983:205)

Ainda consultando a obra *A Nação Una*, dá-se conta de alguns dos problemas mais relevantes da Administração Ultramarina no que resepita aos seus sectores e a todos os territórios de Além-mar, com destaque para Angola. É nesta obra que se defende, de modo particularmente evidente, a ideia de uma nação unificada na base de três aspectos – unidade nacional, unidade económica e unidade de acção. Por outro lado, a obra dá a conhecer uma das posições mais radicais de Norton de Matos, visando alterar o panorama de utilização das línguas endógenas, com o objectivo de dar maior espaço à língua portuguesa, cuja essência neste particular já esboçámos quando nos referimos ao Decreto n.º 77, de 1921 (cf. Norton de Matos, 1953:90).

Como já explicitado, em 1975 dá-se a Independência de Angola, e de Angola se retiram os colonizadores, mas fica a língua portuguesa, que se traduziu também numa arma usada pelos Angolanos, poetas, políticos e povo, para reivindicar os seus direitos e conquistar a sua Independência. A importância da língua portuguesa foi imediatamente reconhecida como factor de unidade nacional, num país caracterizado por uma situação sociocultural complexa, com múltiplas culturas e múltiplas línguas que se poderiam constituir num

terreno fértil para divisionismos. Por outras palavras, a língua portuguesa foi um componente fundamental do tecido unificador da pluralidade étnica e cultural que caracteriza o país. Como se pode inferir, este factor unificador decorre de uma estratégia política conducente à garantia da unidade nacional. Trata-se de um dos recursos mais valiosos que o povo português legou aos Angolanos, de modo particular, e a todos os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, de modo geral. Em Angola, serviu e continua a servir de comunicação entre pessoas de culturas e línguas diferentes. Tendo possibilitado a comunicação entre guerrilheiros durante a luta armada de libertação nacional, foi intensificado o seu uso a ponto de se ter afigurado, como havemos de expor mais abaixo, na única língua de unidade nacional, coabitando com múltiplas línguas angolanas africanas.

Posteriormente, a língua portuguesa em Angola continuou a gozar do estatuto de língua oficial<sup>6</sup>, cujo processo de adopção foi comum à grande maioria dos países africanos. Contudo, o facto que se pode considerar incomum prende-se com a célere expansão do português entre a população angolana, a ponto de haver uma considerável parcela que, segundo as evidências, a tem como sua única língua.

Embora não haja ainda dados estatísticos fiáveis relativamente a Angolanos que têm o português como sua única língua, as tendências demonstram que há um número considerável de indivíduos que só falam português, sobretudo a nova geração (jovens e adolescentes) que vivem na urbe. Tomemos como exemplo a cidade do Lubango, onde, em 2011, numa turma de 30 alunos da 11.<sup>a</sup> classe do Colégio O Sol, cuja idade variava entre os 14 e os 16 anos, apenas um falava, com dificuldades, uma língua local (*Nyaneka*). No Colégio Amigos do Saber, dos 35 alunos da 10.<sup>a</sup> classe, apenas dois falavam sofrivelmente o *Nyaneka* e três, o *Umbundu*. No ISCED - Instituto Superior de

---

<sup>6</sup> Constituição da República de Angola – 2010, Artigo 119.º.

Ciências da Educação do Lubango, dos 40 alunos do curso de Linguística/Português do 1.º ano, cuja idade variava entre os 20 e os 42 anos, apenas 21 estudantes afirmaram falar uma língua local, sendo que alguns a falavam num nível médio. (cf. Marçalo, Adriano e Nhatuve, 2013:247, 248)

Observando, ainda, os alunos da Escola do 2º Nível e 1º Ciclo do Ensino Secundário da Humpata-Sede, município da Província da Huíla, que dista 15 km da cidade do Lubango, assim como os da Escola do 1º Ciclo da Lufinda, comuna do município da Chibia, que dista mais de 40 km, constata-se que os alunos das zonas rurais tinham domínio das suas línguas maternas (maioritariamente *Umbundu* e *Nyaneka*), mas, no intervalo, escolhiam quase sempre o português para comunicarem uns com os outros. O mesmo acontece, em muitas circunstâncias, fora do recinto escolar. As línguas locais parecem ser usadas por estes alunos particularmente quando se dirigem a pessoas adultas (os pais, os tios, etc.) (*Ibid.*).

Barros já havia constado o facto de um número cada vez maior de jovens que se encontram a viver em zonas urbanas terem o português como L1, nos seguintes termos:

Como se sabe, o Português é a única língua escrita e usada no Ensino, Administração e Relações Internacionais, logo, é a língua do poder e de maior prestígio, daí que seja a L1 de um número cada vez maior de jovens citadinos. (Barros, 2002:43)

A questão não fica apenas pelas gerações mais novas. Num estudo de Adriano (2014), foram seleccionados aleatoriamente 85 professores de Língua Portuguesa, que leccionam na província da Huíla desde o ensino primário ao superior, cuja idade variava entre os 22 e os 52 anos. Mais precisamente, trabalhou, para o Ensino Primário, com 12,9%; para o I Ciclo do Ensino Secundário, com 40%; para o II Ciclo do Ensino Secundário, com 42,4% e para Ensino Superior, com 4,7%. O único critério que se teve em conta foi o facto de

Paulino Soma Adriano

serem professores de Língua Portuguesa, licenciados, bacharéis ou a frequentarem o bacharelato. Mais concretamente, o autor trabalhou com 15 licenciados (17,6%), 39 bacharéis (45,9%) e 31 a terminar o bacharelato (36,5%). Nos dados preliminares dos inquéritos aplicados a esses informantes, constatou-se que a maior parte, cerca de 60%, tem o português como Língua Materna e a menor parte, cerca de 40%, tem uma língua africana angolana, isto é, uma língua *bantu*, como se ilustra na tabela que se segue:

Língua materna dos informantes	N.º	Percentagem
Português	51	60,0%
Uma língua <i>bantu</i>	34	40,0%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100%</b>

Quando foram inquiridos os mesmos informantes sobre o facto de falarem, além do português, mais uma língua de origem *bantu*, a percentagem mais elevada foi de informantes bilingues, cerca de 65,9% contra 34,1% que só falavam português, como se pode ilustrar na tabela que se segue:

	N.º	Percentagem
Bilingues (Português + uma língua <i>bantu</i> )	56	65,9%
Unilingues (só Português)	29	34,1%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100%</b>

Enfatize-se que o país é linguisticamente caracterizado como multilingue, pois integra línguas estruturalmente muito diferentes umas das outras. Como já visto, algumas pertencem à família linguística *bantu*, outras, que são minoritárias, à família não *bantu*. Na tabela acima, nota-se que dos 85 informantes nenhum optou por uma língua endógena não *bantu*. É a estas línguas que, a partir do século XVI, se junta o português, língua novilatina ou românica, única língua oficial no país. Como se pode observar a partir dos dados acima apresentados, o português vai-se sobrepondo às línguas africanas angolanas. É língua materna da maior parte desses informantes, sendo que 34,1% dos mesmos só falam português. Ao que parece, caso não se tomem medidas tendentes ao funcionamento e manutenção das línguas *bantu*, aumentará cada vez mais o número de pessoas unilingues, isto é, que só falam português, em detrimento daquelas, que poderão ser cada vez mais legadas ao ostracismo. Os dados apresentados parecem concorrer para a confirmação de uma certeza de Cabral, nos seguintes termos:

Quantos falam exclusivamente uma língua africana ou também o Português é a questão para a qual não temos respostas. Sabemos, no entanto, que actualmente nem todos os angolanos falam uma língua endógena, sobretudo os mais jovens (com aproximadamente 30 anos de idade) que habitam os centros urbanos. (Cabral, 2005:22)

Contudo, parece que o Governo, sem deixar de dar privilégio ao português, está também preocupado com a valorização das línguas locais. Terá sido por esta razão que o Instituto de Línguas Nacionais, órgão mor da investigação linguística no país, propôs o estudo prioritário de seis línguas *bantu*, classificadas como maioritárias: o *kikongo*, o *kimbundo*, o *cokwe*, o *mbunda* (integrante do grupo *ngangela*), o *oshikwanyama* e o *umbundu*. Tinha-se partido da premissa de que essas línguas tinham sofrido um fenómeno de dialectização, permitindo, desta forma, a intercompreensão entre as suas respectivas variantes.

Ao que parece, estas e outras línguas angolanas africanas foram concebidas como nacionais por razões histórico-políticas, já que, logo após a independência nacional, procurou-se a revalorização das referidas línguas, reprimidas durante a colonização. Isto é apontado por Miguel:

Na terminologia africanista, o conceito de “línguas nacionais” foi, muitas vezes, associado às línguas nativas. Parece ter sido esta perspectiva que esteve na base da atribuição de estatuto de “línguas nacionais” às línguas angolanas. (Miguel, 2008:38)

Contudo, o emprego das línguas africanas angolanas quase nunca transpõe o âmbito regional. Apenas o português pode fazê-lo. É a este propósito que o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, referiu que «as línguas africanas de Angola, até aqui designadas ‘línguas nacionais’, talvez indevidamente, quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras.» (cf. Miguel, *Ibid.*)

Neste sentido, tem havido questionamentos sobre o conceito de «língua nacional» para o caso do português, em Angola. Ainda segundo Miguel,

A concepção de “língua nacional”, muito forte nos anos que se seguiram à Independência nacional, visava, essencialmente, a revalorização das línguas africanas angolanas, excluídas e hostilizadas durante a colonização, sobretudo nas escolas públicas. Sobressaía, nessa medida, o desejo expresso de enaltecer tudo o que era nativo do país, vigorando o repúdio a tudo que se associasse à colonização. A língua portuguesa escapou a essa hostilidade porque teve uma função transcendente, reconhecida e aceite por todos (*Ibid.*).

Firmino, referindo-se à realidade de Moçambique, afirma que neste país, a política linguística oficializou o português sem o nacionalizar, e nacionalizou as línguas autóctones sem as oficializar, o que resultou na actual política

linguística que não está em conformidade, nem simbólica, nem instrumental, com a natureza da diversidade linguística que caracteriza Moçambique. (cf. Firmino, 2002: 305)

Este pensamento pode ser aplicável ao caso de Angola, que, tal como Moçambique, oficializou o português e «nacionalizou» as línguas autóctones, sendo que, como já se começa a discutir, é o português que, de facto, cumpre, na nossa realidade, o papel de língua nacional.

Para Fernandes e Ntondo, as línguas *bantu* e não *bantu*, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido e servem apenas de línguas de comunicação a micro-nível, isto é, entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico. (cf. Fernandes e Ntondo, 2002:18)

Na verdade, pelas razões já aduzidas, a Lei constitucional de 1975, apesar de ter sido escrita em português, não fazia alusão a esta língua como oficial. A actual constituição já o faz no seu artigo 119.º.

Igualmente, se em 1977, o discurso do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, proferido na União dos Escritores Angolanos, afirmava que «o uso exclusivo da língua portuguesa como língua oficial, veicular e actualmente utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas», e acrescentava que «tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso usar as nossas línguas nacionais», defendendo que «todo o desenvolvimento do problema linguístico, naturalmente, dependerá também da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo e do desenvolvimento económico.» (*apud* Marques, 1983:210) Já em 2006, o Presidente José Eduardo dos Santos, no seu discurso ao III Simpósio sobre Cultura Nacional, afirmou que «devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos

angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola.» (*apud* Miguel, 2008)

Têm sido evidentes alguns esforços do Governo angolano na tentativa de defender e promover a aprendizagem das línguas africanas angolanas, porém, pelo facto de se procurar valorizar aspectos que contribuem para a unificação do país, não tem deixado de prestar uma atenção especial ao português como forma de combater a diferenciação de grupos.

Com efeito, na grande diversidade cultural e linguística de Angola, o português surge como língua de unidade nacional, ou seja, traduz-se na língua franca de indivíduos pertencentes a culturas ou origens étnicas diferentes, com línguas igualmente diferentes, facilitando a comunicação entre os mesmos. Foi reforçado pelo Estado angolano o seu uso no exército, no sistema administrativo, no sistema escolar e nos meios de comunicação.

Constitui-se, assim, numa língua de prestígio e de integração social e, conseqüentemente, a que mais os falantes desejam aprender e empregar cada vez melhor. Daí a sua hegemonia em relação às restantes línguas com as quais convive. Em consequência, muitos Angolanos não reconhecem o valor funcional das línguas africanas angolanas e, por isso, não manifestam interesse em as aprender, como bem o atesta Miguel:

Efectivamente, a Língua Portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas angolanas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional.  
(Miguel, 2008:39)

É tendo em consideração este panorama que surgiram reflexões conducentes à inclusão das línguas nacionais no ensino. Apesar disso, entendemos que o sucesso desta opção passa, necessariamente, por alargar a funcionalidade das



línguas africanas angolanas. Caso contrário, embora reconheçamos a extrema importância dessas línguas como veículos de cultura, identidade e não só, as mesmas estarão condenadas a um lento desaparecimento, à medida que forem passando as gerações, uma vez que, cada vez mais, os falantes se concentrarão na aprendizagem de línguas que lhes confirmem integração social, prestígio e projecção profissional, papéis que a língua portuguesa está a cumprir perfeitamente no contexto de Angola.

Assim, embora seja plausível o encorajamento da inserção das línguas africanas angolanas no ensino, entendemos que tal projecto só terá «pernas para andar» se o uso dessas línguas atravessar as quatro paredes da sala de aulas e os círculos familiares das zonas rurais. Na verdade, para que serve a um homem aprender uma língua que quase nunca usará num requerimento dirigido a uma repartição pública; num posto de saúde, quando necessitar de ser curado; num tribunal, quando for julgado..., num contexto em que há uma língua que, cumulativamente, cumpre com todas essas funções? Esta é uma questão não apenas de didáctica linguística (orientações educativas), mas é sobretudo uma questão de política linguística.

Com base em Cristóvão, quer a língua de comunicação internacional quer as línguas locais são mutuamente inofensivas, ou seja, nenhuma prejudica a outra por possuírem todas espaço e funções próprias, não sendo, por isso, admissível o imperialismo político de uma língua, dentro ou fora do seu território, reprimindo ou enfraquecendo as outras. (cf. Cristóvão, 2008:36)

Todavia, em Angola parece estar a passar-se exactamente o inverso, isto é, o português, pelas funções que cumpre, parece estar a coarctar cada vez mais o espaço das línguas locais. Isto é decorrente não apenas do facto de não ter havido nenhuma política linguística sobre o emprego das línguas africanas angolanas, mas também pelo facto de, ao que parece, muitos falantes não terem apreço pelas referidas línguas angolanas africanas. Por outras palavras, parece haver ainda algum preconceito linguístico que, como acontecia no

tempo colonial, classifica de gentias as pessoas que falem as suas línguas endógenas que não o português. Neste aspecto, há quem reclame o pouco empenho do Estado na revalorização das referidas línguas, que, entendemos nós, passa também por se começar a fazer a desconstrução do referido preconceito e por promover um sentimento que considere igualmente essas línguas como um património de elevado valor cultural e identitário. Caso tal não aconteça, não só prevalecerá a hegemonia do português como também continuará o gradual desaparecimento das línguas africanas angolanas. Veja-se, a propósito, o que afirma Cabral:

Mas, se a acção do Estado é tida como pouco eficiente para fazer com que algumas línguas endógenas não desapareçam e outras ganhem uma dimensão regional, ou mesmo nacional, a atitude da sociedade parece não ser mais animadora, ao considerar aquelas línguas como línguas do mato, de tribalistas ou de gentios.

Estas atitudes devem-se, como refere Silva-Corvalán (1989: 170), ao impacto de factores extra linguísticos, por exemplo, as atitudes subjectivas dos falantes bilingues perante as duas línguas, as atitudes subjectivas de toda a comunidade perante a manutenção de línguas diferentes, a relativa especialização das línguas, as atitudes perante a cultura das diferentes comunidades linguísticas. (Cabral, 2005:20)

É tendo em conta a hegemonia do português sobre as demais línguas que, referindo-se ao contexto de Angola, Miguel afirmou o seguinte:

«(...) todo o angolano tem de aprender a falar português, pois, como cidadão, deve inscrever o seu dizer na língua do Estado. Nesta acepção, poderemos mesmo afirmar-nos como um Estado monolíngue, com população bilingue.» (Miguel, 2000:39)

Na lógica deste pensamento, pode-se inferir facilmente que um Estado essencialmente monolíngue dificilmente promove uma sociedade multilingue.

Porém, se se tiver em conta a realidade histórica de Angola, é de todo importante a promoção das referidas línguas.

Ainda a propósito do enfraquecimento do emprego das línguas africanas angolanas, Miguel observa o seguinte:

Nos primeiros anos de independência, caracterizados pela inexistência de padronização oficial e de sistemas ortográficos das línguas africanas, bem como de professores e de materiais didáticos, a possibilidade de uma escolaridade em línguas locais não se apresentava como tarefa viável. A verdade é que, voltadas ao ostracismo, as línguas angolanas tiveram uma divulgação restrita, sendo a sua exploração científica quase nula. (cf. Miguel, 2008:39)

É tendo em conta este quadro que o português vingou como veículo de ensino, assumindo papéis antes inesperados, como os de língua oficial e de escolaridade.

Em resumo, observa-se que o português está, de facto, a resolver quase todos os problemas de comunicação em Angola, embora esteja, também, a causar um outro problema: a sua hegemonia e sobreposição em relação às línguas locais que com ela coabitam, adicionando o facto de estar também a jogar um papel glotofágico em relação a essas línguas africanas angolanas. Daí a preocupação do Estado para a promoção destas. Tais hegemonia e sobreposição devem-se essencialmente aos seguintes factores: (i) Além de língua oficial (utilizada nas repartições públicas, nos meios de comunicação social, etc.), é também língua de discurso pedagógico. Nas escolas, é tida não apenas como uma área do conhecimento, mas também como um instrumento para a aquisição dos diferentes conhecimentos aí ministrados. (ii) Pela razão anterior, e sem descurar questões históricas, o português é língua de prestígio e de integração social. (iii) Em consequência, há maior interesse de os cidadãos aprenderem o português comparativamente com as línguas locais, já que estas nunca passam do âmbito regional. (iv) Aparentemente, cresce o

número de cidadãos que têm o português como sua única língua. (v) Em termos geográficos e demográficos, é a língua que detém maior abrangência em todo o país. (vi) É, indubitavelmente, a primeira língua que serve de unificação na diversidade sociocultural e linguística do país, tendo sido reconhecida desde a independência como factor de unidade nacional. (vii) Sobretudo pela razão acima, já se avançam pronunciamentos segundo os quais o português é a língua nacional de Angola.

Embora nos tenhamos referido à preocupação do Estado na promoção das línguas angolanas africanas, parece ter havido há não mais de cinco anos, uma política linguística que repete a história, isto é, que, mesmo numa situação política diferente, segue os mesmos ideais que os de Norton de Matos.

Importa observar um facto, senão contraditório, pelo menos insólito, relativamente à utilização das línguas endógenas. Durante o período colonial o uso destas línguas era proibido sob várias formas. No entanto, a sua presença na vida dos nativos era significativa, ao passo que, passados 30 anos da proclamação da independência nacional, em que as restrições ao seu uso são menores, é um facto que o Estado parece continuar a trilhar, de algum modo, os passos do projecto de Norton de Matos, nomeadamente no que diz respeito ao ensino das línguas endógenas, disposto no artigo 2º; ou seja, um dos instrumentos da colonização no passado é hoje um dos instrumentos de dominação dos segmentos que detêm o poder na sociedade angolana. (Cabral, 2005:16-17)

Na verdade, esta situação contribui para que as línguas africanas angolanas tenham, cada vez mais, um espaço reduzido. É que os Angolanos, como já afirmámos, estão preocupados em aprender a língua do Estado, a fim de garantirem a sua integração multifacetada nessa realidade, atribuindo menos importância às suas línguas de âmbito regional.

## **CAPÍTULO III: VARIAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA: CONTRIBUTOS PARA A PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA**

Tal como observámos na introdução do presente trabalho, não é nossa intenção fazer uma abordagem aprofundada sobre questões do campo da sociolinguística. Apesar disso, e visto que os estudos sobre a situação do português em Angola são ainda escassos, como iremos demonstrar, não resistimos em apontar, mesmo que brevemente, para o facto evidente da variação do português em Angola e, por isso, também para questões relacionadas com a norma ou as normas.

Neste sentido, começamos com uma breve discussão sobre a variação e a norma à luz, naturalmente, da linguística e da gramática normativa. Posteriormente, apoiando-nos em estudos já existentes sobre a situação do português em Angola, que, na generalidade, defendem a existência de uma política linguística funcional para o português e a sua normalização no país em vista, entre outros objectivos, a um ensino mais adaptado àquela realidade, não resistimos em apresentar nesta dissertação os nossos contributos para o efeito. Assim, embora a nossa perspectiva não seja, essencialmente, sociolinguística, não deixamos de fazer algumas reflexões neste âmbito e no âmbito da escola, guardiã e difusora da norma.

### ***3.1. Variação e norma: Linguística e gramática normativa***

Uma das muitas questões controversas no desenvolvimento da linguística enquanto ciência prende-se com questões de variação e mudança linguística. Ao lado desses dois factores, variação e mudança, está também a norma. Como poderemos ver, temas como *norma*, *variação* e *mudança linguística*, embora sejam fenómenos linguísticos, em certa medida diferentes, estão

estritamente relacionadas e devem ser analisadas conjuntamente. É destes assuntos que se ocupa esta parte, aplicada, quando necessário, à realidade de Angola.

A abordagem da norma em trabalhos que se pretendem puramente linguísticos nem sempre mereceu consenso por parte de muitos autores. Todavia, estamos de perfeito acordo com Castro, quando este afirma que «a norma precisa do linguista e este também precisa dela, nem que seja por razões estritamente profissionais.» (Castro, 2002:11)

A norma tem sido comumente definida como um padrão de uso escrito e falado adequado às situações formais de intercomunicação linguística. Nesta perspectiva, a norma associa-se às classes altas e instruídas, ou seja, é uma marca que distingue essas classes das outras classes pouco ou nada instruídas.

Deste modo, a norma é vista como uma força centrípeta que procura contrapor a variação e a mudança linguísticas, sobretudo o desvio linguístico. A variação das línguas é o seu modo de vida. Sabendo-se que as línguas variam porque estão vivas, porque estão em funcionamento, já no século XIX, o Alemão Augusto Schleicher tenta situar a ciência linguística no âmbito das ciências naturais. Linguista e botânico notadamente influenciado pelo evolucionismo darwinista e pela filosofia hegeliana, ele opta por uma explanação metafísica da evolução linguística. Concebe-se, então, a linguagem verbal humana como um organismo natural (cf. Martins, 2011: 46).

Xavier e Mateus, apoiando-se em Dubois (1973) definem variação como um «(...) fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa época, num outro lugar e num outro grupo social.» (Xavier e Mateus, 2007:760). )

Da antiguidade à contemporaneidade, os estudos linguísticos têm observado que as línguas variam e, em consequência, sofrem mudanças a vários níveis.

No entanto, esta observação só pode ser perceptível caso se tenha em conta uma variedade de língua considerada minimamente estável e homogénea, que constitui a norma ou o padrão. Assim, num dado território, podem coabitar múltiplas variedades das quais pelo menos uma se constitui o padrão, que, geralmente, funciona como língua oficial, de cultura e de ensino. Essa constituição do padrão, entre as outras variedades, deve-se não ao facto de tal variedade considerada referencial ser mais lógica do que as outras, mas por razões históricas, geográficas, sociais e culturais. À luz desta reflexão, percebe-se, por exemplo, que uma língua como o português, falada em vários países com autonomia política e cultural, acaba por apresentar várias normas, que apresentam variações mais ou menos significativas a partir da norma referencial da qual evoluíram – o padrão europeu. Muitas dessas variações podem passar desse estágio de variação para um estágio de mudança linguística em curso ou de mudança linguística concluída.

A variação pode ser vista sob diversas perspectivas. Foi por essa razão que a linguística estruturalista europeia, cujo protagonista, segundo Ferreira et al., foi Eugénio Coseriu, que, recorrendo ao prefixo *dia-*, (isto é, *ao longo de, através de*), estabeleceu uma série de compartimentos com o objectivo de delimitar os campos de estudo da variação: *diacronia*, *diatopia*, *diastatia* e *diafasia*. (cf. Ferreira et al., 1996:480)

A relação entre variação e mudança está baseada no facto de uma não ocorrer sem a outra, isto é, uma dada mudança linguística tem de passar necessariamente por uma fase de variação. Tal como afirma Lucchesi, a variação constitui a actualização a cada momento dos processos de mudanças possíveis na língua, enquanto a mudança constitui uma das resultantes dos processos de variação linguística. (cf. Lucchesi, 1998:61)

O estruturalismo saussureano analisa o fenómeno linguístico em si mesmo e por si mesmo, procedendo não apenas a uma diferenciação, mas também a uma separação entre língua e fala, sincronia e diacronia. Privilegia a língua e a sincronia em detrimento da fala e da diacronia. Nesta perspectiva, a língua deve ser concebida como um sistema que só pode ser analisado a partir de suas relações internas. Para Saussure, o sistema linguístico é circunscrito a um sistema de signos, relevando-se apenas a relação que une o significado ao significante. A unicidade e a homogeneidade são as características intrínsecas à língua.

Ao expurgar da língua as variáveis *sociedade*, *história* e *cultura*, para purificá-la e concebê-la como um sistema uno e homogêneo, Saussure exclui a mudança linguística da sua abordagem e deixa também de considerar o factor tempo na análise das línguas.

Como observou Coseriu, «A linguagem repousa na interacção entre o individual e o social, que Saussure quis negar através de sua opção pelo sistema abstracto da língua.» (Coseriu, 1979:37)

Com efeito, a interacção entre o social e o individual deve ser considerada no estudo da língua, porque esta não se impõe de maneira inexorável ao indivíduo, e este não aceita passivamente a estrutura do sistema tal como lhe é imposta, antes serve-se dela para categorizar o mundo que o cerca. Uma vez que o mundo é representado sob diversas realidades, a estrutura do sistema, manipulada pelo indivíduo ao categorizá-lo, apresentará igualmente variedades distintas.

Lucchesi (1998:64), baseando-se em Lepschy (1975:18) e em Coseriu (1979:15-17), dá conta do que ele próprio chamou de «ostracismo da mudança linguística» na obra do mestre genebrino, ao exprimir-se como se segue:



Paulino Soma Adriano

Situando a mudança fora da língua e considerando-a, conseqüentemente, como particular e acidental, ou seja, não-sistémica, o modelo saussuriano vai determinar uma marginalização progressiva da questão da mudança de seus princípios cenários teóricos. Quanto mais avançava a concepção saussureana de língua, mais se aprofundava o ostracismo da mudança linguística (...). (Lucchesi, 1998:64)

Para o autor citado, são duas as críticas principais que se podem perpetrar à proposição saussureana: (i) a autonomia do sincrónico, que separou irremediavelmente a história e a estrutura linguística; (ii) o facto de a mudança e o sistema afigurarem-se como mutuamente excludentes. (cf. Lucchesi, 1998:71,72)

Uma vez que a mudança linguística é decorrente da heterogeneidade e da variação, o modelo saussureano, ao considerar seu único objecto de estudo a língua, sob a visão de esta se constituir num sistema homogéneo e unitário, não pôde dar conta da questão da mudança.

Repare-se que tal visão excludente em relação à questão da mudança esteve na base da sua reformulação nos trabalhos conjuntos dos linguistas do Circulo Linguístico de Praga. Os referidos linguistas, tal como o genebrino, continuaram a conceber a língua como sistema, mas foram mais além, pois a essa concepção acrescentaram a de função, isto é, a língua não é apenas sistémica, mas é simultaneamente sistémica e funcional. De facto, as Teses do Circulo Linguístico de Praga formulam o seu posicionamento nos seguintes termos:

[...] la lengua es un sistema de médios de expresión apropiados a un fin. No se puede comprender ningún fenómeno lingüístico sin

Paulino Soma Adriano

tener en cuenta el sistema en que se insierte. También ha de tomarse en cuenta en el análisis lingüístico, el punto de vista de la función. En esta perspectiva, la lengua es un sistema de medios de expresión apropiados a un fim. (Teses do Circulo Linguistico de Praga, 1929:15)

A partir deste posicionamento, o Circulo Linguístico de Praga procura resgatar a questão de diacronia, que Saussure relegou para segundo plano. Deste modo, pretende igualmente por atribuir importância às questões de variação e de mudança. Note-se que a concepção de língua como sistema funcional origina implicações nos planos externo e interno da mesma, ou seja, origina implicações quer no seu funcionamento na sociedade, quer no seu funcionamento enquanto estrutura. Esta reformulação dos investigadores de Praga é, portanto, um contributo bastante valioso para o desenvolvimento da teoria geral da linguística, pois, conforme infere Lucchesi, concentraram-se na superação da contradição entre sistema e mudança. (cf. Lucchesi, 1998:83)

Variação e mudança linguística constituem, actualmente, os objectos centrais da Sociolinguística, que, através de métodos e procedimentos próprios, pode delinear a norma ou as normas das comunidades de fala. Como é sabido, a Sociolinguística procura, essencialmente, dar conta do modo como factores de natureza linguística e extra-linguística estão correlacionados ao uso de variantes nos diferentes níveis da gramática de uma língua – a fonética, a morfologia, a sintaxe e o léxico.

Embora, à luz da linguística, todas as línguas e variedades sejam legítimas e previsíveis, surgem, por razões exteriores ao domínio linguístico, julgamentos de valor em relação aos usos dessas línguas e variedades, isto é, as variedades linguísticas estão sujeitas à avaliação social, positiva ou negativa.

Subjacentes a essa avaliação estão razões históricas, socioculturais e geográficas. Deste modo, algumas línguas e/ou variedades ganham relevo em relação às outras. Consequentemente, o falante é inserido numa escala social, que pode ser mais ou menos prestigiada, consoante faça uso de uma variedade mais ou menos prestigiada, respectivamente.

A variedade prestigiada é, por sua vez, constituída norma, um modelo de comunicação escolhido por uma sociedade, em relação ao qual as outras variedades podem ser desviantes. Surgem rótulos como «certo», quando o que se fala está em conformidade com a norma; «errado», quando o que se fala contraria a norma.

Como é actualmente reconhecido, «qualquer língua é um património de valor inestimável, factor de identidade cultural, de preservação e produção de valores que em muito transcendem a mera realidade linguística.» (Peres e Mória, 2003:13)

Nesta perspectiva, ao valorizar uma dada variedade, que, como qualquer língua, obedece a regras gramaticais próprias, a comunidade tende a censurar quem faça uso dessa mesma variedade de modo divergente ou inusitado em relação ao que era esperado e considerado «o bom uso de sua língua», tendo em conta a situação de uso. Preconceito linguístico ou não, trata-se de uma realidade a que não se pode estar alheio quando se descreve uma língua ou variedade.

Contudo, o que acontece em Angola no que ao português diz respeito é, a nosso ver, uma situação de crise normativa. No país, falar e escrever bem português é falar e escrever em conformidade com a norma-padrão europeia, que é igualmente a difundida pela escola. Porém, dentro da comunidade, a prática da língua é quase sempre divergente daquilo que é comunicado em

aula como sendo a forma «correcta» de se falar ou de se escrever. Na avaliação, correcção e divulgação de notas, são evidentes as observações lamentosas, quer por parte dos professores, quer por parte dos alunos. Aqueles julgam que o seu trabalho parece não surtir o efeito desejado. Estes, por sua vez, afirmam-se incapazes de interiorizar a multiplicidade de regras da gramática normativa baseada no português padrão europeu. Quando são capazes de as interiorizar, são, em muitas circunstâncias, incapazes de as pôr em prática. É esta discussão que agora levantamos, tendo em conta o normativo, aquilo que a gramática regula e impõe, e o normal, aquilo que é efectivamente praticado pela comunidade de falantes no caso do português em Angola.

### **3.1.1. Entre o normal e o normativo: a variação do português em Angola**

Para Lucchesi, baseando-se em Alain Rey (1972), o termo *norma* comporta dois conceitos distintos, expressos pela língua através de duas derivações possíveis do substantivo *norma*, que resultam nos adjetivos “normal” e “normativo”. O *normal* será, assim, o habitual, o costumeiro, o tradicional dentro de uma comunidade. O *normativo*, por seu turno, vai remeter para o sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade. (cf. Lucchesi 1994:18)

A partir da reflexão acima, podemos então concluir que o normativo é o como se deve dizer, o subjectivo, o ideal. O normal é o como se diz na prática, o objectivo, o real e, assim também, o natural.

Sendo o normativo a norma-padrão europeia, considerando que o contexto angolano é diferente do de Portugal, poucos têm sido, em Angola, os falantes que atingem o normativo. Mesmo indivíduos escolarizados optam pelo normal, preterindo o normativo. Entre outras causas, importa destacar a força (natural) que o normal exerce na vida das pessoas escolarizadas, motivada pelo

contexto sociocultural e linguístico em que o português se desenvolve. Cabral afirma o seguinte:

A variedade europeia é favorecida pelo sistema educacional, por ser esta a variedade que se pretende que o ensino transmita, e beneficia ainda do facto de a variedade angolana não estar normalizada. No entanto, nas últimas três décadas, tem aumentado o número de professores e alunos que em pouco se identificam com a variedade europeia, generalizando-se a noção de “língua de aula”, para se referir à variedade europeia, e “língua de corredor”, para designar aquela que é característica de grande parte dos professores e alunos. (Cabral, 2005:3)

Se tivermos em conta que é o normativo que domina as escolas angolanas, facilmente depreendemos o facto de a escola ensinar uma norma, mas a comunidade aplicar outra.

Se, hipoteticamente, observarmos o português de Angola, à luz do padrão real (aquele constituído pelas estruturas mais frequentes na língua) e da norma culta (que tem em conta as estruturas usadas por indivíduos com formação escolar e detentores de maior prestígio social), constataremos que muitas formas tidas como desvios ou «erros» naquele padrão real prevalecem na norma culta, quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita. Algumas de tais formas, consideradas pela gramática normativa como desviantes ou «erradas», podem afirmar-se, tendencialmente, como mudanças linguísticas ou variações que alternam com a norma-padrão europeia, revelando o facto de o português se ter adequado à realidade geográfica, sociocultural e sociolinguística de Angola. Tais desvios ou «erros», embora sejam severamente reprovados pela escola, continuam a ser fluidamente projectados no discurso de muitos falantes escolarizados, que não as sentem como desvios ou «erros». São também deliberadamente reproduzidas nas obras de alguns escritores angolanos. Neste sentido, Miguel já afirmara que «Muitos destes usos estão já com forte

infiltração na fala de angolanos cultos que, mesmo em situação de comunicação formal recorrem a usos da língua com desvios do padrão ibérico.» (Miguel, 2008:44)

A autora acrescenta mesmo que

Poucos são os angolanos que conseguem atingir o “ideal” linguístico, isto é, falar e escrever exactamente como prescreve a norma europeia: alguns escritores, alguns professores de língua e pouco mais. É fácil encontrar, em sectores de referência linguística como a comunicação social, professores universitários, classe dirigente, usos da língua que se apartam do padrão europeu. (Miguel, 2008:45)

Na verdade, se quisermos ser humildes, poderemos afirmar que o ideal linguístico, no sentido das regras e princípios que regulam o funcionamento da língua, muitas vezes sem se proporem a fornecer uma explicação, mas antes um modelo, nunca é integralmente abarcado e dominado pelos falantes, mesmo pelos mais literatos. É neste sentido que Castro reconhece o facto de mesmo linguistas dedicados ao estudo da língua portuguesa, que até têm responsabilidades directas ou indirectas no seu ensino, também são seres humanos e, por isso, igualmente falíveis no emprego de regras gramaticais, que se traduzem em convenções sociais efémeras. (cf. Castro, 2003:11) Portanto, falar e escrever exactamente como prescreve a norma padrão europeia (no sentido normativo ou da norma idealizada) não se traduz numa dificuldade só dos Angolanos, mas também, entendemos nós, dos próprios europeus. Apesar disso, podemos afirmar, com toda a certeza, que tais dificuldades, por razões óbvias, podem ser mais sentidas na realidade angolana do que na europeia. Neste sentido, vem reforçar o ponto de vista de Miguel o pensamento de Cabral:

Paulino Soma Adriano

Têm sido frequentes os depoimentos de professores que manifestam a sua dificuldade em conduzir uma aula inteira na variedade europeia, ou seja, alguns professores são bidialectais: dispõem de uma competência linguística próxima da dos falantes nativos do Português Europeu e, para se aproximarem dos alunos, praticam também a variedade falada por estes. (Cabral, 2005)

Como se pode observar, pode haver a possibilidade de o professor de Língua Portuguesa dominar essencialmente, embora com algumas dificuldades, duas variedades: a que se aproxima do padrão europeu e a que emerge na realidade angolana. Cabral observa que, para o professor se aproximar do aluno, pode empregar também a variedade praticada por este. Acrescentamos que, na verdade, mesmo em situações formais de comunicação em que os professores não se dirigem aos seus alunos, há uma tendência considerável de, em determinadas circunstâncias discursivas, se apagar a variedade europeia por sobreposição da variedade local. Isto vem reforçar a nossa hipótese segundo a qual nem sempre o motivo pelo qual os falantes não atingem o padrão europeu do português se prende, explicitamente, com a falta de domínio do referido padrão. Muitas vezes, é a força do contexto que faz com que as variantes do português que emergem em Angola se sobreponham ao português padrão europeu.

É tendo em conta todo esse panorama que se tornam plausíveis as palavras de Miguel, ao reflectir sobre a caracterização da situação do português em Angola, defendendo o reconhecimento desta língua como nacional:

Já não se trata [...] de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a

Paulino Soma Adriano

nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a *angolanizar-se* como, também, já se abasileirou. (Miguel, 2000:40)

O português usado, actualmente, em Angola, apresenta marcas próprias, que o diferenciam da variedade europeia. Algumas estudiosas como Barros (cf. 2002:42) e Mingas (cf. 2002:45) recebem mesmo uma possível tendência de criouliização do português, particularmente no seu registo oral/popular. Segundo a primeira, tal deve-se à aquisição deficiente do português e à fossilização dos «erros», à ausência do código escrito e à exclusão da vida pública, considerando o contacto ou cruzamento das línguas, fenómeno que desencadeia um novo sistema. Para a segunda, além do contacto linguístico que caracteriza o país, uma outra causa possível da eventual tendência de criouliização do português tem que ver com as condições do seu ensino.

Tendo em conta a importância que tal língua apresenta no contexto de Angola e o contacto que estabelece com outras línguas, tem urgido a necessidade de a investigar sob diversos pontos de vista, sobretudo no que respeita ao seu ensino, considerando a variação ou desfasamento que vem apresentando relativamente à norma europeia.

A título de exemplo, já em 1983 uma Angolana fez parte do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, em Lisboa. Trata-se de Irene Guerra Marques. Em relação à situação do português na diversidade linguística de Angola, ou seja, ao contacto que o português estabelecia com outras línguas, a autora supra exprimiu-se da seguinte forma:

A realização da língua portuguesa no nosso país dá-se numa situação de plurilinguismo.

Atendendo ao ponto anterior, isto significa que o fenómeno do contacto linguístico e o que dele decorre – como por exemplo, as interferências linguísticas – não pode ser ignorado nem negligenciado. Este fenómeno deve ser considerado, pela sua



Paulino Soma Adriano

importância e suas implicações metodológicas e pedagógicas.  
(Marques: 1983:209)

Mendes julgava já o português de Angola como um «português Angolanizado» na sua forma e estrutura, avançando mesmo que se tratava de uma variedade de língua que se vai afastando progressivamente do português padrão pelas modificações que consciente, ou inconscientemente, o bilingue e, até mesmo o unilingue angolano lhe vão introduzindo (cf. Mendes, 1985:8).

Minga refere-se à mesma problemática, evocando duas possíveis posições quando está em questão o ensino da língua portuguesa em Angola:

Tendo em conta a realidade linguística do país, a definição de uma política de ensino da língua portuguesa implica considerar duas vertentes: ensinar o Português padrão tal como era feito durante o período colonial, ou ensinar um Português mais adaptado à realidade angolana e, portanto, com uma abertura à componente cultural local. Somos de opinião que a vantagem de opção para a segunda vertente é óbvia. Na realidade, o que se fala actualmente em Angola é uma variante balbuciante do Português de Portugal, resultante do contacto da língua portuguesa com as línguas maioritárias angolanas. (Mingas, 2002:47)

### Segundo Miguel

O português de Angola, desde a Independência, evoluiu, produto da situação *suigeneris* em que se encontrou / encontra, nomeadamente:

- Convívio com numerosas línguas africanas angolanas;
- Aquisição do português como língua segunda, muitas vezes, em situação informal, através da imersão no meio linguístico;
- Deficiente preparação dos professores, muitos dos quais não detêm o domínio da norma-padrão;

Paulino Soma Adriano

- Escolaridade feita em português desde os primeiros anos, mesmo em situações em que o aluno não falava esta língua quando entrou na escola. (Miguel 2008:41)

Camacha, apontando como causa o contacto linguístico, também sustenta haver um português de Angola, que diverge da norma-padrão europeia, ao afirmar o seguinte:

Sem sombra de dúvida, o que se fala hoje em Angola é uma variante do Português Europeu, resultante do contacto da Língua Portuguesa com as Línguas Nacionais maioritárias. Tal contacto dá a esta variante uma característica especial, com sotaque próprio, diferente do português falado em Portugal e no Brasil, em que ocorrem expressões próprias das Línguas Nacionais. (Camacha 2005:07)

As autoras acima apresentaram, além das considerações teóricas feitas, alguns exemplos práticos da variação do português e, como evidenciam nas citações anteriores, atentam sobretudo para questões didácticas indubitavelmente relevantes no contexto em referência. São igualmente consensuais em relação ao facto de haver, em Angola, uma variedade que se demarca do padrão europeu. A partir desse breve panorama bibliográfico, é possível depreender que a língua portuguesa, em Angola, até certa medida, está desfasada da norma europeia. Urge, agora, a necessidade de continuar a estudá-la com o objectivo de conhecer as suas características, não só aquelas que fazem dela o «português em Angola», mas também aquelas que fazem dela o «português de Angola». Na verdade, o distanciamento entre a variedade angolana e a europeia é um facto, como afirma Cabral.

Nos últimos 30 anos, provavelmente porque mais angolanos falam português do que até à data da independência, pelas razões já assinaladas, parece acentuar-se o distanciamento da variedade angolana do português relativamente à variedade europeia. No modo oral, é de realçar que os desvios relativamente à norma

européia parecem existir em vários níveis de realização da língua. Essas realizações começam a ganhar corpo também na modalidade escrita. (Cabral, 2005:2)

Apesar de, nas afirmações acima, ter sobressaído o distanciamento do português de Angola em relação ao de Portugal, é preciso não generalizar tal situação a todos os falantes angolanos, pois há, seguramente, um grupo consideravelmente reduzido que apresenta, nas palavras de Cabral, «(...) um comportamento linguístico muito próximo dos padrões linguísticos e culturais europeus.» (cf. *Ibid.*)

O distanciamento geográfico, sociocultural e outros factores individualizantes entre Portugal e Angola torna inevitável tal variação. A língua sempre absorveu a evolução da cultura do povo que a emprega. O povo português e o povo angolano não categorizam o mundo através da língua do mesmo modo. Por isso, é esperável que muitos aspectos (fonéticos, lexicais, morfossintáticos e semânticos) do português em Angola se demarquem do português europeu. Esta constatação de haver um português em Angola que se vai diferenciando do de Portugal é, por isso, indiscutível. Discutível mesmo é saber que aspectos são esses e em que medida e com que critérios os consideramos como sendo marcas do português de Angola. Há *corpora* desse português suficientemente tratados que possibilitem, com fiabilidade, a generalização de uma marca como fazendo parte do português de Angola? Há uma definição clara do que é o português de Angola? Há uma base empírica produzida por representantes das línguas *bantu* maioritárias no país? É este o desafio que só se enfrenta com pesquisas linguísticas (e sociolinguísticas). Há evidências indiscutíveis de marcas que se manifestam como pertencendo ao português de Angola, mas a afirmação tal como consta não é suficiente. É necessário extrair essas marcas de um *corpus* produzido nessa realidade, descrevê-las e observar as suas ocorrências.

Uma revisão bibliográfica mais completa sobre algumas referências acerca da situação do português em Angola pode ser encontrada em Cabral (2005, 45-52). O autor, neste particular, organiza cronologicamente os diferentes estudos. Começa por agrupá-los em dois grandes grupos, designadamente, (i) os que tratam de empréstimos e adaptações lexicais do português para as línguas nacionais e vice-versa e (ii) os que abordam as tendências de mudança dentro da própria língua portuguesa, ou seja, estudos em que se põe em comparação a norma europeia e a variedade angolana em formação. Ocupa-se deste último grupo. Alude, posteriormente, a estudos que procederam a uma tentativa de adaptar à ortografia e à fonética portuguesas palavras de línguas endógenas e os estudos em que se aborda a questão da interferência das línguas endógenas no português.

Em relação aos estudos que se ocupam da comparação entre a norma europeia e a variedade angolana em formação, o autor começa por aludir a um artigo de Marques (1983), intitulado *Algumas Considerações Sobre a Problemática Linguística em Angola*, no qual se abordam alguns aspectos da realidade linguística angolana e se reconhece, na época, o facto de as línguas maternas da maior parte da população angolana serem de origem *bantu*, fazendo-se, também, algumas alusões de âmbito didáctico, isto é, a defesa do ensino do português como língua estrangeira, entre outras. Faz referência, depois, ao facto de a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus *et al.* (1983, 24-26) encerrar, também, alguns aspectos sobre o português de Angola, particularmente algumas marcas desta variedade nos níveis fonético, morfológico e sintáctico, bem como no nível lexical e no que respeita às formas de tratamento. Segue-se uma alusão à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1984), que, ao abordar a colocação dos pronomes átonos no Brasil, fazem-no estabelecendo semelhanças com as Repúblicas africanas. Cita ainda o trabalho de Mendes (1985), intitulado *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*, no qual, com base

num *corpus* constituído essencialmente por textos literários, se procede a uma caracterização do português falado em Angola, considerando o contexto de plurilinguismo e procurando identificar algumas mudanças operadas nesse português. Segue-se uma dissertação de licenciatura de Carrasco (1988), cujo título é *Subsídios para o Estabelecimento da Norma do Português de Angola*, que procura descrever o ensino da Língua Portuguesa no período pré e pós-independência, levantando algumas características morfossintáticas, fonético-fonológicas e léxico-semânticas, cujo *corpus* é, por um lado, baseado igualmente em textos literários e, por outro, é variada, isto é, contactos e recolhas orais, incluindo enunciados ocasionalmente ouvidos e que se afiguraram úteis para o estudo. Surge um estudo de Annette Endruschat (1993) intitulado *Acerca da Colocação dos Pronomes Clíticos no Português de Angola e Moçambique, sua Problemática no Contexto dos Diferentes Registos e na Aquisição da Língua*, que, baseando-se no trabalho de Petruck (1989), se serve de um *corpus* constituído por textos de imprensa, cartas oficiais e trabalhos feitos por angolanos e moçambicanos que, na altura, estudavam linguística em Leipzig. Está a seguir um estudo de Eberhard Gärtner (1996) intitulado *Particularidades Morfossintáticas do Português de Angola e Moçambique*, cuja base teórica da sua análise é o Funcionalismo. São três as fontes do *corpus* do referido trabalho, nomeadamente: (i) análise da linguagem dos *musseques* tal como se manifesta nas obras dos escritores Luandino Vieira, Pepetela e Jofre Rocha; (ii) cartas de leitores da revista Tempo, de Maputo, (iii) análises linguísticas feitas por linguistas africanos, nomeadamente Irene Guerra Marques (Luanda) e Perpétua Gonçalves (Maputo). Vem a seguir a publicação de Miguel (1997), uma dissertação de licenciatura intitulada *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, que procura encontrar regularidades na utilização dos pronomes entre os habitantes de Luanda, tendo recorrido, para o efeito, a textos produzidos por informantes de várias faixas etárias e ocupações, justificando, recorrentemente, que são as interferências da língua *Kimbundu* no sistema do português como sendo a causa dos usos

desviantes dos pronomes. Cita-se ainda uma dissertação de doutoramento intitulada *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantas em Angola. Para uma Análise Diferencial*, de Costa (1997), na qual a autora, além de ter como abordagem principal uma preocupação com as questões do ensino da Língua Portuguesa em Angola, procede também a uma análise contrastiva entre o Kimbundu e o português em Angola, tendo em conta o mecanismo de determinação da estrutura nominal, o funcionamento da estrutura predicativa e as propriedades básicas do discurso definidas pela coerência e coesão intrafrásicas, cujo corpus é igualmente constituído por textos literários. Alude-se, depois, à Mingas (2001), que intitula o seu artigo *Português, Língua Vernácula de Angola*, observando alguns desvios do português de Angola em diferentes níveis, comparativamente com a variedade europeia. É da mesma autoria o artigo *Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano* (2002), no qual a autora, considerando a situação de contacto linguístico que caracteriza o país e receando, por isso, a criouliização do português, procura discutir sobre questões como (i) *Que Línguas Ensinar*, (ii) *Quando Ensinar* e (iii) *Como Ensinar*. O último trabalho a que Cabral alude é o artigo de Agnela Barros (2002) intitulado *A Situação do Português em Angola*, no qual a autora observa que “o português é língua materna da maior parte dos jovens de Luanda e das cidades de Benguela e Lobito”, mas não refere a fonte destes dados, avançando que o português popular de Angola se encontra num processo de criouliização.

Note-se que já citamos alguns dos trabalhos acima. Contudo, parece-nos relevante esclarecer que não tivemos acesso directo a alguns dos que são apontados por Cabral. Porém, os que foram acedidos permitem-nos concordar com a conclusão a que chega este autor nos seguintes termos: (cf. Cabral, 2005:52)

- (i) nem todos se referem unicamente à realidade linguística angolana;

Paulino Soma Adriano

- (ii) dos que se referem, alguns reflectem pouco sobre aspectos linguísticos e, dos que reflectem sobre aspectos linguísticos,
  - a) em alguns deles a fonte para análise não é expressa,
  - b) outros apoiam-se em dados literários,
  - c) poucos se apoiam em dados linguísticos reais .

É certo que o facto de termos julgado a revisão bibliográfica acima como sendo a mais completa possível não pressupõe afirmar que a mesma abarca todos os estudos levados a cabo sobre a situação do português em Angola. Sem a pretensão de completar tal revisão, convém acrescentar outros estudos.

Em 2004, Mingas participou no XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, tendo apresentado, numa mesa redonda sobre o português em África, o tema *Multiplicidade linguística: A língua portuguesa em Angola*. No mesmo, a autora defende a necessidade de criar condições para ser feito um inventário do português fundamental dos países membros da CPLP, justificando que, se não se inventariar, estudar e monitorizar a referida língua nesse espaço, poderá estar ameaçada a manutenção da possibilidade de intercompreensão ainda existente entre os países que o constituem, ao mesmo tempo que defende a promoção das línguas locais. Procede a um breve levantamento de algumas áreas nas quais o português de Angola apresenta variação, isto é, no nível fonético e morfossintático. Contudo, não apresenta exemplos.

Inverno (2005, 2009a,b) é outra autora muito dedicada às questões do português vernáculo de Angola. Na sua tese de mestrado (2005), intitulada *Angola's Transition to Vernacular Portuguese* estuda em que medida a morfossintaxe do português vernáculo de Angola indica o grau de reestruturação sofrido pelo português no referido país, com ênfase à descrição sistemática da morfossintaxe do Sintagma Nominal. Na de doutoramento (2009b), intitulada *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax*

*in interior Angola. Evidence from Dundo (Lunda Norte)*, a autora analisa a estrutura linguística do português vernáculo de Angola (PVA) que se desenvolveu no Dundo, na província nordestina da Lunda Norte, através da comparação sistemática da estrutura do seu sintagma nominal e verbal com a do português europeu e as línguas banto com quais este esteve em contacto. Como se pode observar, trata-se de um aprofundamento da sua tese de mestrado.

Não menos importante é o artigo de Miguel (2008), intitulado *A Língua Portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica*, no qual a autora, valendo-se do dinamismo que caracteriza as línguas, procura discutir mais três aspectos, isto é, (i) o Estatuto da Língua Portuguesa em Angola, (ii) a Variação do português em Angola e (iii) a Variedade do português angolano, subtítulo formulado em forma de pergunta. Este trabalho levanta brevemente algumas características da variedade angolana do português no que respeita a aspectos fonéticos e morfossintáticos, admitindo haver também particularidades lexicais. Porém, tal como acontece com alguns trabalhos anteriores, a autora não cita as fontes ou, pelo menos, os métodos de que se valeu para proceder ao levantamento de tais características.

A recente *Gramática do Português*, organizada por Raposo, Bacelar do Nascimento, Coelho da Mota, Segura e Mendes (2013), encerra um capítulo intitulado “O português em África”, da autoria de Gonçalves. No mesmo, a autora, começando por desenvolver algumas questões históricas sobre a colonização de Angola e Moçambique, bem como o período pós-colonial, apresenta algumas características do português dos dois países africanos nos aspectos fónicos, lexicais e sintáticos, o que é, sem dúvida, um grande contributo para o conhecimentos das variedades dos dois países.

Podemos, assim, observar que o caminho do estudo da variedade do português de Angola vai sendo feito. Porém, é preciso reconhecer que há,



ainda, um longo caminho a percorrer. Entendemos que o que se julga como sendo português de Angola não é norma-padrão do português de Angola, o que implica igualmente a necessidade de se reflectir numa planificação e política linguística conducente à normalização da língua em referência. Este processo pressupõe recorrer quer à linguística puramente descritiva (considerando igualmente a sociolinguística) quer à linguística educacional, que, como se sabe, é a favor da norma-padrão. Por outras palavras, é necessário que se tenha em conta a gramática descritiva para a elaboração de uma gramática normativa.

A gramática normativa, com muitas polémicas em discussão relativamente ao seu método, não deixa de ser indispensável, uma vez que tem sido utilizada como modelo teórico para a abordagem e o ensino da língua. Privilegia o uso escrito da língua e, não raro, condena as construções não abonadas pelos grandes escritores do passado. Pelo facto de, frequentemente, estar associada às classes altas e instruídas, a escola elege-a como o modelo, a forma «correcta» de empregar a língua. Ao mesmo tempo que procura difundi-la, marginaliza amiúde todas as restantes variedades, tachando-as de inferiores ou mesmo “incorrectas”.

Tal como reconheciam Cunha e Cintra em relação à língua padrão, que é sempre a mais prestigiada, «do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação.» (Cunha e Cintra, 1999 [1984]: 4)

A gramática normativa assume, deste modo, um ponto de vista prescritivo ou normativo em relação à língua, impondo como esta deve ser e não observando como esta é realmente. É também o instrumento, a «bíblia» do purista iconoclasta, que entende, frequentemente, haver uma só forma «correcta» de usar a língua, evidenciando inclusivamente uma elevada aversão em relação a todas as influências externas. Defende intransigentemente a pureza da língua

e, por isso, cai muitas vezes no equívoco de a conceber como perfeita e imutável.

Bechara, na sua *Moderna Gramática Portuguesa*, distingue, em páginas introdutórias, gramática normativa de gramática descritiva.

Segundo o autor, cabe à gramática normativa elencar os factos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. Procura recomendar como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores correctos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. Não sendo uma disciplina com finalidade científica, trata-se, antes, de uma disciplina com finalidade pedagógica. A gramática descritiva é uma disciplina científica que regista e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos. Não elenca factos recomendados como modelares, mas procura registar como se diz uma língua (cf. Bechara, 1999:52).

Para Lima, a gramática normativa é uma disciplina, didáctica por excelência, que tem por finalidade codificar o “uso idiomático”, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correcta. (cf. Lima 2010:38)

É óbvio que o linguista moderno, quando pretende descrever uma língua, fá-lo no âmbito da gramática descritiva e não no da gramática normativa.

A gramática grega era já impregnada por uma visão normativa, pois procurava ditar padrões que reflectissem o uso ideal da língua grega, o que se torna particularmente evidente na imposição do dialecto ático, considerado então como o ideal, e que passou a ser a variedade oficial da Grécia como consequência da hegemonia política e cultural de Atenas, na Grécia conquistada, por sua participação nas guerras contra os persas. (cf. Martelotta, 2011:46)

Por outro lado, é importante lembrar o facto de ter sido feita pelo gramático Panini hindu (século IV a. C) a primeira descrição linguística de que se tem notícia. Panini descreveu o sânscrito numa perspectiva igualmente normativa, isto é, procurou assegurar a conservação literal dos textos sagrados e a pronúncia «correcta» das preces. Era manifesta a intenção de valorizar, estabilizar e difundir a língua sânscrita culta (*blasha*), a fim de a defender da invasão dos falares populares (*pácritos*). (cf. Petter, 2011:19)

Ainda no século I, Dionísio de Trácia definia já a gramática como «o conhecimento prático dos usos característicos dos poetas e prosadores.» (cf. Duarte, 2000:41)

Duarte reconhecia, nesta definição, o estatuto instrumental atribuído à gramática, partilhada por gramáticos latinos como Donato e Prisciano (Séculos V e VI, cuja corrente de pensamento gramatical centrava-se na ideia de que a mudança linguística era um mecanismo de corrupção da língua. (cf. Duarte 2000:41)

Já no século XVI, o latim, por exemplo, foi tido como língua da erudição na época medieval. Adoptado também pela igreja, tinha sido ainda maior o seu prestígio e havia intenções de o conservar puro como língua universal de cultura entre as novas línguas vernáculas, como o afirma Martelotta.

A partir do século XVI, quando se elaboraram as primeiras gramáticas das línguas faladas no mundo da época, as gramáticas latinas foram fonte de inspiração, já que o latim, por seu prestígio como língua de expressão culta, servia como modelo para as novas línguas: quanto mais parecidas com o latim fossem as novas línguas, melhores elas seriam. (Martelotta, 2011:46)

Como é do conhecimento geral, ainda nos dias de hoje existe esta apetência bastante tentadora de descrever, ou mesmo prescrever, sobretudo com fins pedagógicos, o uso «correcto» da variedade tida como a «melhor». Nesta

senda, a gramática normativa ainda tem atribuído importância à escrita, tendo como modelos insígnis escritores, que, segundo essas gramáticas, são considerados exemplos para o «bem falar e escrever».

Importa lembrar que em Angola, a gramática normativa corresponde à norma-padrão europeia e, ao que parece, há mesmo entidades esclarecidas que a defendem, descartando a possibilidade ou a intenção de se estabelecer uma norma mais adaptada à realidade angolana. Num estudo de Adriano (2014), foram inquiridos 85 professores de Língua Portuguesa se acreditavam que, com a escolarização, os Angolanos pudessem chegar a empregar a língua portuguesa como o fazem os Portugueses escolarizados. É curioso observar que 43,5% respondeu positivamente a esta questão.

Note-se que o facto de a gramática normativa ter como referência para a norma textos escritos de renomados escritores tem sido, nos nossos dias, bastante criticada e, entendemos nós, justamente criticada. Com efeito, quanto à culpabilização da oralidade no que tange aos desvios linguísticos, Castro discorda liminarmente. «Não é verdade.» E acrescenta:

Podiam os gramáticos do séc. XVI dizer-nos que a norma emanava da Corte e os do XIX que ela emanava de Coimbra, porque tinha a Universidade, mas hoje teriam de reconhecer que a norma portuguesa dotada de maior vitalidade e capacidade de fazer adeptos é a que transmitem os jornais, a rádio e a televisão. (Castro, 2003:12)

Todavia, a linguística moderna critica, de um modo geral, a gramática normativa, devido ao seu carácter prescritivo. Observe-se, para o efeito, o que afirma Martinet:

...o linguista contemporâneo ignora tanto a indignação do purista conservador como o júbilo do iconoclasta revolucionário. Casos como esses representam para ele simples factos a observar e

Paulino Soma Adriano

explicar dentro dos usos em que aparecem. O seu papel não o inibe de apontar as censuras ou apreciações trocistas a que tais “barbarismos” ou “solecismos” se prestam na boca de uns, nem a indiferença em que deixam outros; mas ele abstém-se de tomar partido a favor ou contra, porque não é esse o seu papel. (Martinet, 1991:12)

Investigações recentes na área da Linguística têm demonstrado que não há línguas mais ricas e línguas mais pobres; línguas mais lógicas e línguas menos lógicas ou línguas melhores e línguas piores. Qualquer que seja a língua natural é caracterizada por possuir os recursos necessários para a comunicação entre os seus falantes. As línguas são apenas diferentes.

O que se afirma em relação às línguas é igualmente válido para as variedades de uma mesma língua. Ou seja, linguisticamente, não se pode considerar a variedade angolana do português pior e a variedade europeia melhor. Cada variedade linguística cumpre o seu papel na comunidade em que é falada. No entanto, isto não pressupõe incluir na norma-padrão tudo o que respeita à variedade do português de Angola, como havemos de discutir mais abaixo. Atalhemos logo, porém, que reproduzir integralmente a variedade europeia e considerar só esta como sendo a norma-padrão adequada numa realidade como a de Angola é utópico.

A linguística moderna começa já a recusar determinados procedimentos da gramática normativa para a «descrição» do que deve ser tido como norma-padrão. Estas gramáticas, como visto já acima, baseiam-se amiúde nas atestações de escritores considerados insignes para, deste modo, justificar as regras que propõem e, não raro, impõem. Porém, é sabido que até os escritores podem ter dúvida no emprego da língua e, conseqüentemente, a língua escrita pode igualmente apresentar «erros». A esse respeito, vale a pena reproduzir a já conhecida história de Castro:

Paulino Soma Adriano

(...) contava Celso Cunha que Augusto Abelaira, incerto quanto a uma construção sintáctica infelizmente não identificada, pegou na Nova Gramática do Português Contemporâneo para verificar se ela estava atestada; estava, mas atestada por uma citação do próprio Abelaira, que me confirmou a anedota. (Castro, 2003:12)

E, na sequência, formula as seguintes perguntas, igualmente pertinentes no sentido de refutar o procedimento de as gramáticas normativas basearem-se em textos de escritores consagrados:

(...) se o escritor tinha dúvidas permanentes quanto à construção, estaria em condições de fornecer sólido respaldo aos gramáticos? Se Celso estivesse ciente das hesitações de Abelaira, teria mantido a citação? E, sem ela, a regra? O que um escritor escreve, porventura desviadamente, torna-se logo português de lei? (*Ibid.*)

Infere, finalmente, o seguinte:

a) não é o escritor, mas o gramático normativo quem fixa a norma; o escritor é o pretexto; b) se a norma fosse fixada por linguistas e não por gramáticos, seria certamente mais respeitadora dos fenómenos de variação e dos actos de fala reais e verificáveis. (Castro, 2003: 13)

Por isso, Castro, como ele mesmo assumiu, procura chamar a atenção dos linguistas para a tarefa da fixação da norma e, implicitamente, parece pretender retirar esse papel aos gramáticos sem, no entanto, lhes atribuir outro. A fixação da norma tem sido, até aos nossos dias, papel de gramáticos e não de linguistas. Se lhes é retirado o referido papel, em que se vão ocupar? Deverão, igualmente, converter-se em linguistas? Por outras palavras, a subjectividade que muitas vezes encerram as gramáticas no estabelecimento de regras normativas justificaria que se retire esse papel da fixação da norma aos gramáticos?

Reconhecemos a inexecutabilidade de muito do que é postulado pelas gramáticas normativas. Contudo, julgamos que o problema não se prende com os gramáticos, cujo resultado são as suas gramáticas. Em nossa opinião, o problema tem que ver com o método dos gramáticos, tal como Castro o explicou com bastante clareza. Por isso, embora respeitemos a posição de Castro nesse particular da fixação da norma pelos linguistas e não pelos gramáticos, entendemos, antes, muito mais plausível e mesmo exequível um trabalho que conjugue esforços de linguistas e de gramáticos. Por outras palavras, os gramáticos, no seu labor, têm a obrigação de observar pormenorizadamente os estudos levados a cabo por linguistas e cooperar com estes no sentido de afixar a norma. Concordamos perfeitamente com I. Castro, quando este afirma que «os linguistas não se limitariam a uma atitude meramente prescritiva e subjectiva, procurando impor à sociedade um padrão. Em vez disso, procurariam descobrir o padrão na sociedade (*Ibid.*)». Porém, ainda assim, julgamos que, embora seja imponente a tentação de observar o que deve e o que não deve fazer parte da norma, isto é, o que é «certo» e o que é «errado», não é papel dos linguistas a imposição de uma ou de algumas formas de empregar uma dada língua, considerando que normalizar, ou, se quisermos, standardizar uma variedade linguística numa comunidade pressupõe, implicitamente, a imposição da variedade padrão e uma certa exclusão ou marginalização de outras. Defendemos que o papel primordial do linguista é descrever as línguas tal como são usadas pelas comunidades. O papel primordial dos gramáticos é efectivamente afixar a norma. Quando aludimos a papéis primordiais para um e para outro, queremos dizer que, na verdade, o linguista pode, com base na descrição que faz de uma dada língua, afixar a norma, mas este é um papel secundário e não primordial no seu caso. O gramático, por sua vez, deve observar o que o linguista descreve e que ocorre realmente na comunidade para, dessa descrição, observando critérios sociolinguísticos, fixar a norma.

É nesse sentido que Castro, sem nos esclarecer exactamente a «descrição de tarefas» de um linguista e de um gramático, ou seja, o que faz um linguista e o que faz um gramático, viu-se obrigado a modalizar o seu discurso, afirmando que

Não quero, com esta distinção entre linguistas e gramáticos, fazer injustiça a personalidades como Celso Cunha, Evanildo Bechara e Lindley Cintra, que são antes de mais grandes linguistas, profundos conhecedores da língua e das suas complexidades. Quero, sim, fazer justiça a certas personalidades que dogmatizam ou dogmatizaram na televisão e nos jornais, que se intitulam linguistas com alguma imprecisão terminológica e que têm da língua uma visão dicotómica, em que só há lugar para o Bem e para o Mal em estado puro (...). (Castro, 2003:14)

Ao que parece, quase todos os que laboram na língua, ou que têm como objecto de trabalho ou de pesquisa a língua, conhecem Celso Cunha, Evanildo Bechara e Lindley Cintra como insignes gramáticos, e não linguistas. Aliás, as suas gramáticas são de índole normativa e baseiam-se igualmente em insignes escritores da língua portuguesa. Na reflexão anterior de Castro, estes gramáticos fixam a norma e, ao fazê-lo, os escritores que estão na base das suas descrições são igualmente um pretexto. Adicionalmente, as chamadas «certas personalidades que têm uma visão dicotómica, em que só há lugar para o Bem e para o Mal» no caso da língua, baseiam, não raro, os seus argumentos nas gramáticas dos referidos autores (Celso Cunha, Evanildo Bechara e Lindley Cintra) que, agora, com a reflexão de Castro, ficamos sem saber claramente se são gramáticos ou linguistas.

Contudo, julgamos nós, o que Castro queria transmitir é que esses gramáticos, como mais os conhecemos, embora tenham baseado as suas descrições em escritores insignes, esforçaram-se por observar os usos da língua na(s) comunidade(s) cuja(s) variedade(s) é/são descrita(s). Além disso, não é raro



esses gramáticos citarem linguistas proeminentes para tomarem as suas opções.

Em resumo, consideramos que o ideal é um trabalho que conjugue esforços de ambos para uma melhor percepção do problema e, conseqüentemente, para tomadas de decisões mais exequíveis numa comunidade linguística em relação ao estabelecimento da norma. Como é sabido, linguística e gramática normativa, embora com abordagens diferentes, ambas necessárias em nossa opinião, têm um mesmo objecto de estudo – a língua. Por isso, pensamos que podem, em muitas circunstâncias, laborar juntos ou, pelo menos, o gramático não deve relegar para a inutilidade o trabalho do linguista.

Se exemplificarmos o caso de Angola, em cuja realidade, como foi discutido mais acima, se impõe a necessidade de se proceder a uma normalização do português, é indiscutível que tal normalização deve partir de estudos puramente linguísticos, isto é, levados a cabo por linguistas. Os referidos estudos, como defendemos mais acima, devem ser capazes de fornecer argumentos à linguística educacional, considerando que a escola procura promover e difundir a norma-padrão. Nesta fase, do estabelecimento da norma-padrão, é necessário encontrar um meio-termo entre a força inovadora, que se traduz em novidades trazidas pela linguística, e a força conservadora, que é, geralmente, a praia dos gramáticos, mas também dos autênticos puristas. Assim, no nosso caso, nem tudo o que se diz ser característica da variedade angolana do português deve, efectivamente, fazer parte de uma possível norma-padrão de Angola. É de todo importante a observância de alguma ponderação na assunção de que tudo quanto é comum na língua se constitua na norma, isto é, no normativo.

Com efeito, tem havido atitudes que negam, inclusivamente, a existência do «erro». Se, em termos puramente científicos, todas as línguas e/ou variedades são equivalentes, tudo pode ser válido e o «erro» não existe?

### **3.1.2. A (in)existência do «erro»: uma polémica que ainda se impõe**

Na intrincada discussão sobre norma, variação e mudança linguística, alguns autores têm advogado a inexistência do «erro». Outros há que defendem a sua existência, mesmo sob alguns eufemismos tais como «in correcção» ou «desvio». Há ainda aqueles que não se posicionam categoricamente.

Assim, segundo, por exemplo, alguns posicionamentos, num caso como o de Angola, que evidencia falares claramente divergentes do padrão ibérico, todos esses falares são adequados e não podem ser considerados marginais. Por outras palavras, não há nada errado no modo como as pessoas usam a língua, pois elas podem satisfazer as suas necessidades comunicativas, não importando o modo como a empregam, que é reflexo do meio em que se encontram inseridos.

Uma vez que as estruturas frásicas que descrevemos nesta dissertação são desviantes em relação à norma-padrão, e embora não façamos juízos de valor, isto é, não classifiquemos como «erradas» ou «correctas» as referidas estruturas, entendemos ser necessário, num trabalho desta índole, evidenciar o nosso posicionamento sobre a questão polémica da existência ou não do «erro», partindo de alguns pontos de vista que já se referiram ao assunto.

No *Dicionário de Lingüística e Gramática*, de Câmara Jr., define-se norma como

O conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no país. O esforço mesmo latente para manter a norma e estendê-la aos demais lugares e classes é um dos factores do que se chama a correcção. (...) Do ponto de vista da norma, a variabilidade que a contraria constitui o erro (...). (Câmara Jr., 2007:220)

Cunha e Cintra levantam a discussão sobre o que pode ser considerado «correcto» no capítulo introdutório da sua gramática, «Conceitos Gerais», mais concretamente no subcapítulo «A noção do correcto», evidenciando, para o efeito, os pontos de vista de A. Noreen, Jespersen, R. Jakobson e E. Coseriu. (Cf. Cunha e Cintra, 1999 [1984]:5-8)

Para Adolf Noreen, há três critérios principais de correcção: «histórico-literário», «histórico-natural» e «racional». O seu preferido é o último. (*apud* Cunha e Cintra, 1999 [1984]:5)

À luz do critério «histórico-literário» a correcção baseia-se principalmente nos escritores de uma época pretérita, isto é, nos exemplos dos clássicos. O segundo critério, chamado “anárquico” por Jespersen, o «histórico-natural», defende que a linguagem se desenvolve muito melhor em estado de completa liberdade, sem entraves, não havendo nela nada correcto ou incorrecto. O terceiro e último, o «racional» é aquele que a audiência pode apreender mais exacta e rapidamente, por reunir simplicidade e inteligibilidade da parte de quem fala. (cf. Cunha e Cintra, 1999 [1984]:5-6)

O. Jespersen, por sua vez, refuta todos os critérios anteriores e enumera outros sete: o da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético. Este autor define o «linguisticamente correcto» como aquilo que é exigido pela comunidade linguística a que se pertence. Nesta perspectiva, o que difere é o «linguisticamente incorrecto». Nas suas palavras «falar correcto significa o falar que a comunidade espera, e *erro* em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas». Apesar disso, Jespersen reconhecia já que «existe uma valorização da linguagem na qual o seu valor se mede com referência a um ideal linguístico.» (cf. Cunha e Cintra, 1999 [1984]:6-7)

A par de todas essas discussões, cujas posições nem sempre são coincidentes, emerge uma posição mais moderada, a de Coseriu (1956), que

atribuiu importância idêntica quer ao aspecto da variedade quer ao da unidade, defendendo que a primeira corresponde à expressão individual e a segunda, à comunicação inter-individual que se traduz na garantia de intercompreensão.

Jakobson reconhecia a existência de uma unidade de língua para qualquer comunidade linguística e para todo indivíduo falante, mas alertava já que esse código global representa um sistema de subcódigos em comunicação recíproca. (cf. Cunha e Cintra, 1999 [1984]:7)

Tendo levantado a discussão acima, Cunha e Cintra não se posicionam explicitamente, embora, tal como a maior parte dos gramáticos e linguistas, reconheçam que a norma pode variar no seio de uma mesma comunidade linguística, dos pontos de vista diatópico, diastrático e diafásico, visão que, segundo eles, é conveniente adoptar para a comunidade de fala portuguesa. Entendem, igualmente, que os critérios de correcção aduzidos se aplicam nuns casos e não se aplicam noutros. Assim, para esses gramáticos, entre todos os critérios sobressai o da aceitabilidade social, válido em qualquer circunstância. (cf. Cunha e Cintra, 1999 [1984]:8)

Com base na reflexão acima, se os critérios levantados se aplicam nuns casos e não se aplicam noutros, era de todo necessário explicar em que casos concretos podiam ou não ser aplicados.

Em nossa opinião, o critério da aceitabilidade social está em perfeita conformidade com a reflexão de Jespersen – «falar correcto significa o falar que a comunidade espera» – pois o argumento de Cunha e Cintra prende-se com o facto de certas construções ou certos falares agradarem a todos, mesmo que não se revejam na norma eleita, isto é, na norma-padrão.

A breve discussão acima expõe questões importantes acerca da noção do «correcto», mas não é explicitamente peremptória em afirmar se, em todo este emaranhamento complexo de norma e variação, o «erro» existe ou não.

Cunha, filólogo e gramático brasileiro, chamava a atenção do seguinte: «Evitem-se os erros, os erros verdadeiros. Mas para isso só há o remédio já preconizado por Jespersen: “Nada de listas e de regras, repita-se o bom muitas e muitas vezes”(…).» (*apud* Callou, 2007:14)

É evidente, na posição acima, a ideia de que o «erro» existe. Recomenda-se, na mesma, que sejam evitados os «erros», e enfatiza-se: «os erros verdadeiros». Contudo, torna-se polémico o modificador «verdadeiro» ao nome «erros». Assim exposto, pressupõe a existência de «erros verdadeiros» e «erros falsos». O que são uns e outros? Que critérios devem ser tidos em conta para a delimitação entre «erros verdadeiros» e «erros falsos»?

Essa dificuldade de diferenciar o que é «erro» do que não o é vem confirmar a reflexão dos gramáticos Cunha e Cintra, segundo a qual

Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correcto. (Cunha e Cintra, 1999:08)

Bagno, no seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, defende veementemente a inexistência do «erro» linguístico, assim como a inexistência de forma «correcta» de falar. Para o autor, o que existe são variedades, consideradas frequentemente inferiores ou erradas pela Gramática Normativa. Emprega o conceito de «preconceito linguístico» para a atitude normativa que não tolera o modo de falar de certas pessoas, que procura combater efusivamente. Entende que o círculo vicioso do preconceito linguístico circunscreve-se na gramática normativa, nos métodos tradicionais de ensino e, finalmente, nos livros didáticos. Para Bagno, «O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa.» (cf. Bagno, 1999:9)

Nesta perspectiva, construções frásicas como as que se seguem, que são possíveis na realidade angolana, não são erradas, pois reflectem apenas variedades alternativas dos usos da língua portuguesa.

- (13) \**Eu lhe vi.*
- (14) \**Envie o presente ao teu patrão.*
- (15) \**Comprei os sapato.*

Este posicionamento é claramente ancorado em princípios de linguística, particularmente em princípios da sociolinguística. Contudo, não haverá, no mesmo, algum exagero? Excluir-se-ia a gramática normativa e a escola seria capaz de abarcar as múltiplas variedades que se observam numa dada comunidade? Desde tempos imemoriais, o comportamento social do homem esteve sempre regulado por normas. Seria mesmo possível e até útil excluir, em todas as circunstâncias, a norma da língua?

Peres e Mória, no prefácio do seu livro *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, reconhecem que o português não constitui uma entidade uniforme; desdobra-se, antes, numa multiplicidade de variantes. Reconhecem, da mesma forma, que tais variantes são equivalentes enquanto objectos linguísticos e que uma língua constitui um património de valor inestimável, factor de identidade cultural. Na sequência, procuram não assumir uma atitude conservadora e normativa perante a língua, argumentando que «as normas linguísticas vão sendo lentamente moldadas pelas comunidades, não pelos especialistas da linguagem». Apesar disso, chamam imediatamente a atenção de que o «erro» ou desvio linguístico existe, uma vez que há certas realizações linguísticas, orais e escritas, que nunca serão tidas como construções regulares por uma comunidade linguística. (cf. Peres e Mória, 2003 [1995]:13)

Embora seja plausível o posicionamento de Peres e Mória, uma vez que as comunidades linguísticas fazem, efectivamente, juízos de valor acerca dos usos das suas línguas, é, no entanto, em nossa opinião, discutível julgar que

haja construções tidas como «erradas» ou «desviantes» no presente que nunca serão aceites como regulares numa dada comunidade e num tempo futuro. A história das línguas está repleta de exemplos que eram repulsivos numa dada época e que se tornaram perfeitamente normais noutra – as normas mudam ao longo do tempo. Seria, deste modo, necessário pormenorizar o que se considera «erro» ou desvio que nunca seria aceite por uma comunidade linguística. «Todo o erro (ou toda a “inovação” como prefere dizer Coseriu [1979]) pode vir a tornar-se uma forma adoptada, uma “verdade” da língua». (cf. Teixeira, 2003:125) Castro, por exemplo, já avançara o seguinte:

Mesmo os linguistas dedicados ao estudo da língua portuguesa, e com responsabilidades directas ou indirectas no seu ensino, são seres humanos e estão por isso sujeitos a falhar na aplicação de preceitos oriundos de uma convenção social e destinados a vigorar por algum tempo, em determinado espaço. (Castro, 2003:11)

Nas palavras de Castro, é evidente a referência dos «preceitos», isto é, das regras gramaticais que são uma convenção social, e, por isso, vigoram durante algum tempo e num determinado espaço. Se até os preceitos gramaticais podem vigorar durante um tempo e um espaço limitados, não se pode perceber que tipo de realizações é que, segundo Peres e Mória, nunca serão tidas como construções regulares por uma comunidade linguística.

Os mesmos autores (Peres e Mória), ao não explicarem que tipos de realizações é que nunca seriam tidas como construções regulares por uma comunidade linguística, parecem contradizer, em certa medida, o que afirmam mais adiante, no corpo do seu trabalho, isto é «(...) o que hoje se afigura aos olhos do gramático um erro ou uma impropriedade foi largamente empregado pelos nossos melhores escritores clássicos.» (Peres e Mória, 2003 [1995]:456)

Castro, num artigo intitulado «Norma linguística e ensino do português» afirma peremptoriamente, logo no princípio, que «O erro existe e que uma das

funções nobres da escola é conhecê-lo e preveni-lo. E corrigi-lo, se os cuidados anteriores não tiverem sido suficientes.» (Castro, 2006:30)

No entanto, reconhece também que os meios de comunicação de massa «(...) à força de repetirem um erro, conseguem persuadir o público a tolerá-lo, mais tarde a considerá-lo aceitável e, por vezes, até a recomendar o seu uso.» (*Ibid.*)

Castro considera, a título de exemplo, erros as trocas que se fazem entre palavras parónimas (emigrar e imigrar), a confusão entre «ter a ver» e «ter a haver», entre outros casos. (cf. Castro, 2006:30)

De um ponto de vista sincrónico e tendo em conta a realidade espaço-temporal em que Castro faz estas alusões, bem como a gramática normativa, é verdade que empregar a palavra *emigrar* em vez da palavra *imigrar* ou empregar *ter haver* por *ter a ver* são desvios. Todavia, do ponto de vista estritamente linguístico, é perfeitamente discutível afirmar que *emigrar* nunca será empregue normalmente com o sentido de *imigrar* e vice-versa. É igualmente discutível afirmar peremptoriamente que *ter a haver* nunca substituirá *ter a ver*, posições que o mesmo autor reconhece. Basta, para o efeito, ter em consideração a arbitrariedade do signo linguístico. Não há nenhuma relação necessária entre som e sentido, ou seja, não há nada no significante que lembre o significado. O corolário do signo linguístico é a convenção. Apesar disso, é preciso ter em conta a pressão social sobre a língua.

Mediante a discussão exposta, é possível concluir que a relativização do conceito de norma acarretou consigo uma discussão sem precedentes que resultou também no questionamento do «erro linguístico». O que alguns podem considerar como «preconceito linguístico» pode ser, para outros, mera anarquia linguística.

Todavia, a Linguística passou a ter explicação científica para o que se tem chamado «erro», que pode simplesmente equivaler a uma variante plausível



em situação própria de comunicação. Nas palavras de Teixeira, «Em língua, o erro nunca é não saber, mas sim saber de forma diferente.» (Teixeira, 2003:131) Apesar disso, a língua é um património cultural e os seus falantes desenvolvem, inclusivamente, algum afecto para com a mesma. Uma vez que ela é dinâmica e pode revestir-se de diferentes variedades, os falantes escolhem entre essas variedades uma que lhes sirva de modelo e que se constitua norma. Por conseguinte, todos os usos dessa língua que não se revejam na variedade eleita como norma são considerados desviantes. Esses julgamentos, que os falantes fazem, nada têm a ver com o domínio linguístico. São motivados por questões socioculturais, histórico-políticas e geográficas.

Por conseguinte, entendemos que é inútil afirmar que o «erro» não existe. É ainda discutível afirmar que o «erro», pelo facto de ser «erro» numa situação de comunicação, numa variedade de língua, num espaço geográfico e num dado período de tempo, o seja em todas as situações de comunicação, em todas as variedades de uma língua, em todos os espaços geográficos que se servem da mesma língua e em todos os tempos. Dito de outro modo, um «erro» numa dada variedade e numa dada situação de comunicação pode não o ser noutra variedade e noutra situação de comunicação.

Assim, embora para Ferreira (1983) «(...) defender a língua é, de um modo geral, uma tarefa ambígua e até certo ponto inútil.», não a defender é o mesmo que não a amar, o que, sociologicamente, aparenta ser impossível. Foi por isso que o ex-presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, na abertura da Conferencia Internacional *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, realizada em Dezembro de 2004, quando, em determinado momento, relatava o sentimento que pessoas de diferentes espaços (países africanos, europeus e Timor-Leste tinham pelo português), afirmou:

Em todos eles há uma constante: interesse e amor pela língua portuguesa e pelas culturas que nelas se expressam (...).

Paulino Soma Adriano

A língua que falamos não é apenas um veículo funcional e utilitário de comunicação – molda o que pensamos e o que sentimos, leva-nos ao mundo e traz-nos ao mundo. A língua que falamos exige que a renovemos, que a recriemos, que a amemos. (...) Quando olhamos para o mundo lusófono, sentimo-nos portugueses de outra maneira, pois a língua abre-nos à alteridade do espaço e do tempo<sup>7</sup>.

Como se observa, o fragmento do discurso citado não é implacável em relação à alteridade da língua. É permeado pelo bom senso. No mesmo sobressai o amor pela língua, não pela língua como uma variedade compartimentada, mas pela língua no sentido de todas as variedades do português reciprocamente inteligíveis, apesar das diferenças. Todas as comunidades prezam e procuram defender as suas línguas, pois elas reflectem a sua consciência, a sua identidade e são o seu património. Desde tempos imemoriais, como vimos, as sociedades procuraram preocupar-se no sentido de protegerem as suas línguas da «corrupção», o que permitiu a existência de conceitos como «erros» e «corruptelas» em relação aos usos linguísticos. Isto acontece porque a língua é um símbolo de identidade, e há quem defenda ser o mais poderoso meio de a manifestar, permitindo que as pessoas se reconheçam umas às outras como fazendo parte de uma mesma comunidade. O inverso é igualmente possível, ou seja, o reconhecimento ou a identificação de quem não pertença à nossa comunidade. Em alguns casos, esta diferenciação pode ser motivo de discórdias e de guerras, ou mesmo, de morte. Por essa razão, julgamos que a promoção da diversidade linguística não deve ser tão extremista a ponto de pôr em causa a sua unidade, como discutiremos mais abaixo, quando retomarmos este assunto sobre a unidade linguística na diversidade. Logo, julgamos que a melhor atitude é a de Coseriu:

---

<sup>7</sup> Cf. AA. VV., (2005), *A Língua Portuguesa: presente e futuro*, 2.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (17-23).

Paulino Soma Adriano

Na Linguagem é importante o pólo da variedade, que corresponde à expressão individual, mas também o é o da unidade, que corresponde à comunicação inter-individual e é a garantia da intercompreensão. (Coseriu 1956:44-45)

A nosso ver, esses dois pólos, um mais liberal e outro mais conservador, embora sejam forças que «contendem» uma com a outra, são ambas necessárias à compreensão do fenómeno linguístico, sendo que a abordagem de uma implica a abordagem de outra. Um «desvio» ou «erro» só é considerado como tal quando visto numa co-relação com outra forma tida como «correcta».

### ***3.2. A escola angolana: difusora da norma do português – que norma e com base em que política linguística?***

Pesquisas hodiernas parecem pender para um consenso segundo o qual não existe uma norma única, mas sim uma pluralidade de normas que se distinguem segundo os níveis sociolinguísticos e as circunstâncias de comunicação. (cf. Callou, 2007:17)

Na verdade, a escola, que tem a responsabilidade de dominar e difundir a norma não pode abarcar todas as variedades de uma dada comunidade. Quanto ao português, se considerarmos que há uma variedade padrão em Portugal e esteja em formação outra variedade padrão no Brasil, inferimos que os países africanos de língua oficial portuguesa podem igualmente isolar da sua variedade um padrão. Assim, a escola pode adoptar alguma pluralidade da norma, considerando as variedades padrão de outros territórios e, naturalmente, insistir mais na que é padrão no contexto de ensino, sempre promovendo o respeito pelas restantes, quer se revejam ou não no padrão considerado superior em determinado contexto.

Ainda que não nos ocupe, nesta pesquisa que se pretende essencialmente linguística, a formulação de juízos em relação à aceitação ou rejeição das estruturas frásicas consideradas desviantes pela gramática normativa, parece-nos impossível não fazer referência, mesmo que de relance, à escola, já que é esta que, através da gramática normativa, impõe e promove o domínio da norma-padrão. É, por assim dizer, a guardiã da norma-padrão.

Importa aqui enfatizar o facto de as escolas angolanas ensinarem a norma padrão europeia num contexto muito desfasado do de Portugal, quer em termos socioculturais quanto em termos sociolinguísticos. Neste aspecto em particular, a escola angolana parece não estar a funcionar como uma instituição que, embora traga algo novo, seja também o reflexo da sociedade em que se encontra inserida.

Há mais de duas décadas, Marques já constatara que, nas escolas angolanas, o ensino da língua portuguesa nunca teve em conta as línguas maternas dos alunos, o que originou sérias dificuldades na aprendizagem desta língua. Já via também a necessidade e a importância de analisar a nossa problemática linguística e tentar procurar uma metodologia mais correcta para o ensino da língua portuguesa que, no nosso país, tem actualmente estatuto de língua oficial e veicular. (cf. Marques, 1983:205)

Embora haja um esforço por parte do Governo e de agentes da educação para se mudar o quadro acima, a referida constatação prevalece praticamente actual nos nossos dias.

Carrasco, por sua vez, referia já que, devido ao facto de a Língua Portuguesa coabitar com outras línguas, sendo transformada por força do contacto linguístico, era importante ensiná-la tendo em conta essa dinâmica, mas sem extremismos. Tal atitude parece permitir ao professor e ao aluno inserção e a sua participação neste natural processo evolutivo. Acautelava igualmente o professor no sentido de estar informado e alerta relativamente às implicações

metodológicas e pedagógicas inerentes à realização da Língua Portuguesa numa sociedade multilingue. (cf. Carrasco, 1988: 66-67)

Na experiência prática de muitos professores de Língua Portuguesa, em Angola, da qual fazemos parte, parecem frequentes os esforços tendentes a corrigir e até mesmo substituir a norma do aluno pela norma-padrão europeia. Predomina, em algumas circunstâncias, uma orientação prescritiva no ensino da Língua Portuguesa. Poder-se-ia defender que é esta a função da escola – prescrever, impor o ideal. Todavia, a situação torna-se ainda mais complexa se tivermos em conta que o ideal linguístico nesse contexto é a norma-padrão europeia. Julgamos que as proibições intolerantes dos professores em relação ao modo como o aluno fala, trazendo à escola uma norma que de longe se assemelha à norma europeia só resulta na fraca participação do mesmo e em nada favorecem para os tornar sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Quando a escola e os professores de Língua Portuguesa assumem uma atitude dogmática perante a língua, considerando uma só forma correcta de a empregar, coarctam significativamente as oportunidades de os alunos aprenderem o referido ideal linguístico. Assim, em Angola, julgamos que o professor deve reconhecer a heterogeneidade social, cultural e linguística do país, partir das realizações linguísticas dos seus alunos para, posteriormente, lhes possibilitar o acesso ou a aproximação ao português padrão, sem deixar de promover o respeito pelas restantes variedades.

Uma pesquisa de caso levada a cabo por Adriano (2009) confirmou que o ensino da gramática normativa (padrão europeu) é a actividade predominante nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas angolanas. A título de exemplo, no Lubango (Angola), observou-se, com base nas respostas de 84 alunos e cinco professores do II Ciclo do Ensino Secundário, a hegemonia do ensino da gramática normativa nas salas de aulas de Língua Portuguesa, seguida da leitura e interpretação de textos. Por outras palavras, enquanto actividades como produção e exposição de textos, debates, entre outras não atingiam os

100%, todos os 84 alunos, bem como os respectivos professores concordaram que a actividade predominante nas suas aulas circunscreve-se nos apontamentos e exercícios gramaticais, bem como na leitura e interpretação de textos.

Acerca do acima exposto, é semelhante a conclusão de Gaspar, Osório e Pereira, quando consideram o seguinte:

A gramática é encarada como complexa, é certo, mas tanto os alunos como os professores a associam ao falar bem e ao escrever bem a língua, pelo que ela tem um lugar de destaque. Quando se realça algum aspecto gramatical em aula, há uma atenção redobrada por parte dos alunos e uma motivação intrínseca. Naturalmente, há, também, uma preocupação por parte dos docentes em transmitir o “bom” uso da língua, oral e escrito, seguindo a norma do português europeu. (Gaspar, Osório e Pereira, 2012:27)

Estes dados instigam reflexões tendentes ao questionamento da gramática ensinada e de como é ensinada, bem como dos resultados que se tem tido com o referido ensino. Tal tarefa cabe, obviamente, à linguística educacional. É, também, um indicador do elevado valor que os professores de Língua Portuguesa, no contexto de Angola, atribuem ao ensino da gramática normativa baseada na norma-padrão europeia. Na verdade, os professores não têm outra alternativa, pois as orientações didácticas apontam para o ensino da referida norma. Além disso, ainda não há pesquisas significativas sobre o português nessa realidade que permitam tomar decisões acerca de um possível estabelecimento de uma escala de aceitabilidade em relação ao que é considerado desvio ou erro nesse contexto.

O acima exposto não impede, para já, uma aposta mais consentânea no âmbito da linguística educacional, em Angola. A fraca proficiência em língua portuguesa dos alunos angolanos não se deverá apenas ao facto de o português não contar com uma normalização nesse contexto, mas a vários

outros factores entre os quais se destacam os métodos tidos em conta no ensino da referida língua, além do choque entre as línguas maternas e a língua de escolarização, que, segundo Gaspar, Osório e Pereira, «(...) tem levantado problemas graves no sector educativo, uma vez que não facilita o enraizamento estrutural da língua veicular e fomenta, a longo prazo, o insucesso escolar.» (cf. Gaspar, Osório e Pereira, 2012:25)

Os autores citados asseguram que, em Angola, (...) o modelo de ensino tradicional, de cariz colonial, tem ainda uma implementação muito forte, factuada surpreendente por força das circunstâncias histórico- sociais.» (*Ibid.*)

Por outro lado, Panzo defende uma abordagem comunicativa no processo de ensino-aprendizagem da língua, que enfatiza a competência de comunicar fluentemente, em detrimento da pura e simples aquisição de estruturas gramaticais, realçando-se o uso e não a forma linguística. (cf. Panzo, 2014:9) Apesar das discussões que este posicionamento tem levantado, o que importa sublinhar é a preocupação, que é necessária, de conhecer o modo como se tem ensinado o português em Angola.

Voltando à questão sobre a crise entre o normativo e o normal, num contexto multilingue, surge necessariamente a pergunta: que português se deve ensinar, afinal, nas nossas escolas angolanas? O português de Portugal (norma-padrão europeia) ou o português de Angola (tendo em conta as suas características externas e internas)?

A este propósito, pouco depois da independência, Marques defendia o ensino do português como língua estrangeira, justificando que se tratava de uma língua segunda para uma grande parte da população angolana. (cf. Marques 1983: 208)

É certo que, nos tempos hodiernos, esta reflexão não se coloca pelas razões já expostas, que se prendem com o papel do português em Angola, embora

eventualmente ainda seja plausível o facto de esta língua ser a segunda para uma grande parte da população angolana.

Mingas defende o ensino de um português mais adaptado à realidade angolana, com uma abertura à componente cultural local, já que, segundo esta autora, «o que se fala actualmente em Angola é uma variante balbuciante do português de Portugal». (Mingas 2002:47)

Miguel defende que, para a legitimação de mudanças, deve escusar-se a pura assunção dos erros e dos desvios linguísticos motivados, maioritariamente, por um fraco domínio linguístico. Para ela, o caminho a percorrer pressupõe dois percursos: i) Investir fortemente na formação do professor de língua portuguesa, bem como criar instrumentos que tornem profícuo o ensino/aprendizagem desta língua; ii) Incentivar a pesquisa linguística de modo a começar-se a delinear as tendências da língua portuguesa angolana e poder-se, assim, implementar acções oportunas. (cf. Miguel 2008:46)

Quanto à reflexão de Miguel, parece-nos discutível assumir que os «erros» e desvios linguísticos no contexto de Angola sejam absolutamente motivados por um fraco domínio linguístico. Entendemos que subjacente ao referido juízo de valor «fraco domínio linguístico» está, entre outros factores, o contexto sociocultural e a configuração do mosaico linguístico do país. Pode haver imensos casos, que não nos ocupam neste trabalho, nos quais os falantes podem ter um forte domínio linguístico, no que respeita ao português, mas, pela força do contexto, e sobretudo na espontaneidade coloquial, preterem a norma que se aproxima do padrão, preferindo construções já consagradas pelo uso. É nesta perspectiva que Cabral afirmara que «Se, em termos de ensino, a questão da opção por uma variedade se coloca, no convívio familiar e laboral, a utilização da variedade angolana em formação é um facto.» (Cabral, 2005:3) Sem descurmarmos outros factores, o que nós enfatizamos nas considerações de Miguel é o incentivo à pesquisa linguística. Entendemos que um dos critérios essenciais para normalizar o português em Angola é descrever e



explicar de forma sistematizada, não apenas o papel dessa língua no nosso contexto, mas também inventariar e explicar os usos achados divergentes do padrão europeu. A perspectiva didáctica tem de observar a perspectiva linguística, ou seja, a pesquisa linguística deve fornecer argumentos à linguística educacional conducentes à tomada de decisões sobre a marginalização ou inclusão de certas formas no normativo.

Enfatize-se, deste modo, a observação de Barros, segundo a qual «No contexto de Angola, o ensino do português torna-se extremamente difícil devido à inexistência de investigação científica.» (cf. Barros, 2002:39)

Como já foi evidenciado no capítulo sobre a situação linguística de Angola, no país, coabitam estruturas do português padrão europeu com estruturas já adaptadas à sua realidade. Em muitos casos, as estruturas adaptadas à nossa realidade sobrepõem-se às do padrão europeu, como se provou no estudo de Adriano (2014), no que respeita, por exemplo, ao clítico dativo *lhe*, usado frequentemente em função de acusativo. Neste sentido, no contexto angolano, nem tudo o que é tido como «erro» o é rigorosamente; igualmente, nem tudo o que é tido como português de Angola o é. Só pesquisas linguísticas de profundo rigor científico podem resolver esta incógnita e ajudar a incluir no normativo algumas formas do normal. De contrário, poderemos estar a tirar conclusões apressadas a partir de informação científica muito insuficiente e quase inexistente.

Considerando que a harmonização dos programas aos contextos de ensino é, sem dúvida, de mais-valia na aprendizagem do português, a verdade é que tais programas nunca serão adequadamente contextualizados, se, do ponto de vista linguístico, não forem feitas pesquisas descritivo-explicativas e contrastivas profundas. Os resultados de tais pesquisas devem traduzir-se em condicionalismos que possibilitem à linguística educacional a aplicação de uma pedagogia correctiva e/ou preventiva, permitindo-lhe igualmente a aceitação de

alguns usos antes considerados «desvios» ou «erros» como normais no contexto de uso, pois, como se exprime Barreto

(...) muitas das formas de dizer que amiúde vemos tachar de erros, não são erros senão aos olhos dos pedantes, e pelo contrário ou são propriedades do idioma ou hábitos da fala, ou locuções mal compreendidas, ou ainda idiotismos que, entrados na língua pela porta do uso, obtiveram, pela sua graça e eficácia, a autenticação dos bons mestres (...) (Barreto 1980:03).

Por isso, estamos de acordo com Lemle (1978), quando este faz a seguinte observação:

O estudo das diferenças estruturais regulares entre a norma padrão e cada uma das demais variedades da língua portuguesa constitui uma etapa básica para uma boa metodologia do ensino do português, uma vez que só tendo em mão os resultados empíricos de tais pesquisas contrastivas terão os organizadores dos currículos as informações essenciais para o planeamento das etapas didáticas através das quais os educandos poderão ser levados a desenvolver a capacidade de “traduzir” de uma para outra variedade do português. (Lemle, 1978:64).

Na verdade, o ensino quase exclusivo da norma-padrão europeia marginaliza a(s) variedade(s) angolana(s) e, ao fazê-lo, marginaliza também quem a(s) fala. É neste âmbito que há mais de três décadas, Marques já reconhecera que

a escola pode representar uma violência para a criança, na medida em que todo o seu universo psíquico, afectivo e relacional deverá ser elaborado, expresso e comunicado através de um outro código. Isto pode gerar inibições, frustrações e até dificulta o ritmo natural do seu

Paulino Soma Adriano

desenvolvimento psíquico, chegando, em alguns casos, a rejeitar a escola. (Marques, 1983:206-207)

Ainda neste aspecto, Cabral considera que

O silenciamento do bilinguismo, muitas vezes eleito como bode expiatório do fracasso escolar, leva a um ensino que não tem em conta as particularidades dos alunos, monolíngues ou bilingues, e ignora qualquer adequação metodológica do ensino às especificidades do aluno falante nativo de determinada língua endógenas. O Português é, em consequência, ensinado como se fosse a língua materna do aluno bilingue, sendo tomado quase como um sinónimo dessa denominação. (Cabral, 2005:19)

Mesmo Portugal, que hoje reconhece não ser um Estado monocultural e monolíngue por acolher uma multiplicidade de falantes cuja língua materna não é, geralmente, o português, defende o respeito pelas diferentes variedades que chegam às escolas do referido país.

Como em outras áreas do saber, a insegurança e a intolerância decorrem do desconhecimento. No caso particular da língua, decorrem, sobretudo, da falta de hábitos de tomada de consciência e de reflexão sobre a própria língua e sobre as possibilidades de variação entre as línguas. (Costa *et al.*, 2011: 20)

E, na sequência, acrescenta que adoptar uma atitude dogmática perante uma ou outra construção se torna pouco natural. Corrigir frequentemente as construções que os alunos ouvem a toda a hora à sua volta, ou ouvem em casa desde que nasceram, fá-los-á tomar a atitude de permanecerem calados para não dizerem o que, afinal, não se diz (cf. Costa *et al.*, 2011: 21).

Ainda neste mesmo âmbito, sobre a marginalização das variedades linguísticas que os alunos podem levar para a escola, Sim-Sim, Duarte e Ferraz, reconhecendo a heterogeneidade social, cultural, linguística e económica da

população estudantil e docente, formulam, como segundo princípio orientador do ensino da língua materna «possibilitar a todos o acesso ao português padrão e, simultaneamente, promover o respeito pelas restantes variedades». (Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997:33-36) (Sublinhado nosso)

Mattos e Silva, ao referir-se ao ensino do português no Brasil tendo em conta uma norma que não é prática na sociedade, parece levantar uma crítica mais contundente, nos seguintes termos:

Para esses [indivíduos que ao longo do seu percurso escolar aprendem a dominar um certo uso linguístico que, na linguagem corrente se qualifica de correcto] a escola não é mais que uma espécie de «colónia correcional» coercitiva, instrumento de ajuste social. Ajuste a uma determinada face da sua sociedade. Em linguagem sociológica se tem denominado esse tipo de escola de «escola reprodutora» da sociedade dominante (Soares, 1986) a escola que castra a mudança por seu conservadorismo elitizante. (Mattos e Silva, 1989:34)

Assim, no que respeita ao ensino da língua portuguesa, a escola Angolana precisa de repensar a sua atitude normativa com base em estudos descritivos e contrastivos da sua variedade com a variedade europeia e não só, para a sua consequente normalização. Enquanto tal não acontece, os professores estão autorizados a avaliar as produções orais e escritas dos alunos em conformidade com a norma-padrão europeia, como afirma Miguel:

Enquanto os usos linguísticos, amplamente massificados, não estiverem incorporados na norma linguística, a escola continuará a considerá-los erro e insistirá, com legitimidade em combatê-los, num ensino que resultará improfícuo. (Miguel, 2008:45)

Além de tudo quanto fica dito, no ensino de uma língua não se deve descurar a dimensão sócio-histórica, sociocultural e sociolinguística do contexto no qual a mesma se encontra inserida. O importante deverá ser a promoção de uma competência linguística e comunicativa que possibilite ao falante/aprendente adquirir a liberdade para categorizar o mundo que o cerca através da sua língua, que, no caso do português, é também dos outros daqui e dos outros acolá, apresentando, por isso, realizações diferentes aqui e acolá, pois «(...) dentro de um mesmo sistema linguístico, co-ocorrem e concorrem gramáticas diferenciadas que importa reconhecer.» (FARIA, Isabel Hub, 2003:34)

É, contudo, essencial que essas gramáticas diferenciadas do mesmo sistema linguístico permitam a inteligibilidade, pois «Quanto maior for a intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, mais bem-sucedida será a comunicação.» (Barros, 2011:31)

Portanto, é necessário promover a diversidade não para a divergência, mas para a convergência. E ser convergente não pressupõe falar ou escrever exactamente do mesmo modo, mas usar a mesma língua e assegurar a possibilidade de comunicação, ainda que haja (e há) a impossibilidade da realização única de uma mesma língua pelos diferentes povos que a usam.

De facto, «(...) para a geração actual de brasileiros, de cabo-verdianos, de angolanos, o português é uma língua tão própria como para os portugueses.» (cf. Cristóvão, 2008:29-30) Cristóvão afirma mesmo que nenhuma nação do mundo que compreende a lusofonia pode ter a pretensão pueril de querer ditar normas e usos linguísticos aos demais. No caso, o que todas as nações devem fazer é proceder ao conhecimento das diferenças, sempre em busca de uma unidade superior. (cf. Cristóvão, 2008:31)

Curiosamente, mesmo não havendo nenhuma nação do mundo lusófono a querer ditar normas e usos linguísticos aos Angolanos, nós, os Angolanos, apegamo-nos sofrivelmente à norma-padrão europeia. Procuramos difundir-la nas nossas escolas, mas quase nunca a praticamos. O português que se vai afirmando em Angola apresenta indubitavelmente diferenças que, aparentemente, nós próprios ainda não reconhecemos. Contudo, é perfeitamente certo que «Todas as nações do mundo lusofónico falam a mesma língua, mas cada um a seu modo.» (Cristóvão, 2008:31) Nós não reconhecemos, ainda, o nosso modo como um modo possível entre os vários existentes na lusofonia. Apegamo-nos afectuosamente à norma europeia. Esta foge-nos claramente de algum modo e abraça mais naturalmente os Portugueses.

Com efeito, questões de mudança e normalização linguística nunca foram pacíficas. Sempre foram polémicas, isto porque a sociedade ao tomar uma dada língua como seu património, idealiza-a tendo em conta as classes mais prestigiadas que a falam e que a promovem como instrumento de integração social. É o mesmo que se vem passando, por exemplo, com os acordos ortográficos, que, mesmo quando se executam, contam com vários grupos sociais que os procura impugnar desenfreadamente. Por isso, no caso de Angola, é preciso prever alguma resistência quando chegar o momento de normalizar o português, adaptando-o à sua realidade, fruto do conservadorismo social que, geralmente, impera em relação à língua.

Em Novembro de 1952, Celso Cunha, ao tomar posse na cadeira de português do Colégio Pedro II, afirmou que «o que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas é que todo o ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo (...).» (*apud* Callou, 2007:14) e recomendava que deixássemos de lado as regras e as excepções, uma vez que a língua de nossos dias reflecte a civilização actual e é impossível manter um purismo

linguístico, querer forçar a jovens – que pertencem aos mais diversos grupos sociais – um padrão idiomático dissociado da vida. (cf. Callou, 2007:14)

Na verdade, embora caiba à escola ensinar as construções socialmente mais aceites, tidas como mais elegantes e que constituem a norma-padrão de uma comunidade linguística, a linguística educacional não deve ser totalmente confundida com o purismo linguístico iconoclasta. Deve considerar a polémica que se prende com a relatividade do conceito de norma. O que é elegante no Brasil pode não sê-lo em Portugal; por isso, nem tudo o que é elegante em Portugal o será em Angola. Igualmente, como Angolanos, não nos convém considerar elegante tudo o que é de Angola. A escala de aceitabilidade deve ser encontrada no equilíbrio entre a descrição e a prescrição, pois, como se exprimem Peres e Mória, «(...) as normas linguísticas vão sendo lentamente moldadas pelas comunidades, não pelos especialistas da linguagem.» (Peres e Mória, 2003:13) Esta opinião não é nova. Fernão de Oliveira (1536) já havia igualmente reconhecido que é o homem quem faz a língua e não o contrário.

A ser assim, entendemos que é ilusória a observância de um conservadorismo linguístico baseado na imitação do normativo de Portugal. A imitação linguística integral de uma comunidade que não apresenta as mesmas especificidades da comunidade imitadora é inglória. A comunidade angolana, pelas suas particularidades já aludidas, não molda a norma do português tal como o faz a comunidade portuguesa. Esta afirmação é válida para as restantes comunidades lusófonas se comparadas com a europeia.

Chegados aqui, devemos reconhecer que, embora seja necessário ensinar uma norma-padrão, é utópico impor só a norma-padrão de Portugal em Angola. Tal é justificável se tivermos em conta que o português, como qualquer outra língua natural, possui, entre outras, as propriedades da flexibilidade e da adaptabilidade. Assim sendo, o português dos Portugueses passou também a

ser dos Angolanos, e o português dos Angolanos não é (nem deve ser) necessariamente o mesmo português dos Portugueses, pois este adaptou-se e adapta-se constantemente a uma realidade diferente. É tendo em conta esta realidade que Cabral afirma o seguinte:

A identificação e a descrição de tendências de mudança no Português em Angola devem (pre)ocupar professores e linguistas, podendo estes alertar para a necessidade de uma tomada de posição, por parte do governo, de modo a caminharmos para o estabelecimento da norma culta do Português em Angola, distinguindo aquilo que são construções transitórias, ou seja, próprias de processos de aprendizagem das línguas, daquelas passíveis de serem encontradas na produção de falantes adultos cultos. Não se procedendo assim, certos usos linguísticos continuarão a ser considerados e penalizados como erros, promovendo a desmotivação e os baixos índices de aproveitamento em Língua Portuguesa. (Cabral, 2005:2)

As alusões acima não devem, porém, levar ao pressuposto de que tudo o que é normal no português de Angola possa fazer parte do normativo. Necessário se torna, após estudos aprofundados e metódicos, delimitar o que, no nosso português de Angola deve ou não ser normativo, o que é desvio em relação, também, ao nosso normativo, sem deixarmos de ter em conta que, sociologicamente, o nosso normativo pode ser considerado, em algumas situações, desviante em relação ao normativo dos outros, mas seguros de que, linguisticamente, o nosso normativo cumpre o seu papel e resolve os nossos problemas na nossa comunidade, podendo ser perfeitamente percebido pelas comunidades de outras margens. A partir daí, levar o nosso normativo também para a nossa escola, sem, no entanto, marginalizar o normativo referencial do qual evoluiu a variedade do português de Angola. Afinal, ao promovermos a competência comunicativa na escola, estaremos a validar a possibilidade de os



nossos alunos conhecerem e aplicarem mais de uma variante, consoante as situações que a vida lhes proporciona.

Neste aspecto, concordamos com Callou nos seguintes termos:

A norma lingüística deve ser vista, assim, no quadro mais amplo dos comportamentos sociais, sem desconsiderar o papel do prestígio e da correcção linguística e as condições históricas que antecedem a constituição de uma norma explícita. (Callou, 2007:17)

Num mundo cada vez mais aberto, marcado pela globalização e pelo diálogo multicultural, é prudente que Angola, ao normalizar o português na sua realidade, o faça não só para reforçar a sua identidade a nível interno, mas também para fazer com que tal identidade se integre facilmente em outras identidades. Referimo-nos aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a toda a lusofonia, onde cabem igualmente Portugal e Brasil. E aqui é preciso não fazer confusão entre integracionismo e assimilacionismo. Neste sentido, não é possível falar em integração se a comunidade integradora não for tolerante nem valorizar a diversidade. O assimilacionismo, por sua vez, é movido por intenções manifestas de dominação de um povo e da sua aculturação. O que aqui se defende é precisamente acautelar a integração de Angola na comunidade internacional através da língua portuguesa, mas não, naturalmente, a assimilação da sua cultura, o que já aconteceu na época em que o quinto império, através de viagens marítimas, chegou a terras angolanas impondo a sua cultura em detrimento da nossa.

Assim, a normalização linguística, que passa também por uma planificação e política linguística, não deve ser guiada por emoções dispostas a romper significativamente com as identidades de outras realidades. Daí a necessidade de, também, se investir na formação de docentes qualificados, na edição de materiais didáticos adequados para o ensino do português, observando, mesmo que alguns linguistas não concordem, alguma pluralidade da norma.

Se o multiculturalismo exige agora o multilinguismo (cf. Cristóvão, 2008:52), a multiplicidade de variedades, no caso do português, exige a pluralidade da norma.

Baseando-nos em Milroy e Milroy (1991), quando abordam a prescrição linguística e suas consequências, é possível observar que a discriminação pública baseada na língua é ainda evidente. Geralmente, as pessoas que usam a variedade não padrão são consideradas como fazendo parte de uma classe social inferior e tendem a ser marginalizadas, podendo-lhes, inclusivamente, ser negado um emprego.

As alusões acima podem ser claramente aplicadas no contexto de Angola, na medida em que o uso adequado do português, língua de prestígio nessa realidade, é determinante para a integração social dos cidadãos angolanos. Assim, quanto maiores forem os desvios cometidos por um falante em relação à norma-padrão, mais serão as possibilidades de ser marginalizado no que respeita à sua integração. Desta forma, repensar a política linguística no sentido de mitigar essa marginalização é, em nossa opinião, uma necessidade.

Em relação às atitudes que se pode ter sobre a língua, Milroy e Milroy (1991) discutem as duas predominantes: a prescritiva e a descritiva. Partindo do pressuposto saussureano baseado na arbitrariedade do signo linguístico, procuram explicar o facto de as línguas gozarem todas do mesmo prestígio, não havendo línguas melhores ou piores, superiores ou inferiores. Isto é também aplicável às variedades. Apesar disso, os autores reconhecem haver pessoas que não acreditam na arbitrariedade do signo linguístico e consideram algumas línguas mais lógicas do que outras. De facto, numa perspectiva generativista, em que a faculdade da linguagem é uma capacidade inata, própria do ser humano, qualquer língua adquirida como língua materna é uma língua natural, uma língua humana possível, independentemente do seu estatuto social e político. Os autores concluem que o juízo de valor que os falantes fazem da sua língua, embora pareça ilógico, é parte da vida das

línguas. Deste modo, prescrição e descrição constituem simplesmente dois lados do mesmo objecto, sendo que uma, a defendida por pessoas comuns, é ideológica; e outra, a defendida por linguistas, é científica. A normalização ou padronização linguística é definida por eles como a intolerância de variedades linguísticas opcionais. Apesar disso, precisamos de reconhecer o papel social que tem uma norma-padrão.

Callou, para justificar que assuntos sobre variação, norma e ensino não são recentes nem se circunscrevem à lusofonia, observa alguns estudos fora desta, nomeadamente (i) Rona (1965), Rosenblat (1967) e Bédard (1983). Segundo a autora, Rona afirma que «nos Estados Unidos já se chegara à conclusão de que o falante, depois de completar a sua aprendizagem, deveria ser capaz de falar de tal forma que a sociedade o considerasse um falante culto. Infelizmente, nos países hispano-americanos, o ensino estaria baseado na língua literária extradiassistémica, atópica». Por isso, conclui Rona, dois resultados seriam possíveis ao final do aprendizado básico do falante: (i) «possuir dois sistemas, o do nível mais baixo de sua região e o da língua académica, nenhum dos quais corresponderia ao do nível culto local», (ii) «ou o falante continuar possuindo um sistema – o anterior ao da sua aprendizagem – por não conseguir levar o outro sistema ao grau intuitivo. Se provém do nível culto, não haveria problema, exceto o desperdício de esforço». Neste sentido, Rona propõe que o ensino da língua materna seja feito em duas etapas: tomar por base, em primeiro lugar, a norma culta local e só depois a literária. (cf. Callou 2007:18)

Parece que o segundo resultado, isto é, o facto de o falante, no final da sua aprendizagem, continuar a empregar um sistema anterior à referida aprendizagem por não conseguir levar o sistema considerado padrão ou culto ao grau intuitivo é o mais frequente em Angola, pois, via de regra, o aluno angolano não provém de um nível que seja considerado culto. Ilustre-se o estudo de Adriano (2014), que submeteu professores de Língua Portuguesa a

tarefas sobre o emprego de clíticos e preposições em conformidade com a norma-padrão europeia. O facto de os mesmos terem correspondido satisfatoriamente tais tarefas em apenas 60% pode levar-nos a especular que a percentagem seria ainda mais baixa se os informantes não fossem professores de Língua Portuguesa. Igualmente, o estudo de Cabral (2005) que, abordando os complementos preposicionados do português em Angola, tem como informantes estudantes desde o ensino primário ao ensino superior, pode levar-nos à mesma especulação, uma vez que o seu estudo revela a persistência de desvios que se prendem com a complementação verbal nos diferentes níveis de ensino.

Por outro lado, no que respeita às duas etapas propostas por Rona para o ensino da Língua Portuguesa, ou seja, tomar por base, em primeiro lugar, a norma culta local e só depois a literária, temos um empecilho gigantesco, pois Angola ainda não conta com uma norma culta já descrita sob a égide de uma planificação e política linguística, servindo-se, como já vimos afirmando, da norma-padrão europeia que, sem dúvida, é atópica neste contexto.

Rosenblat, por sua vez, defende a atribuição à noção de correcção um carácter extra-linguístico, uma espécie de sanção cultural ou social que corresponde, de preferência, a uma chamada linguística externa. Defende também o prevalecer do ensino da variedade culta sobre o ensino de outras variedades, uma vez que opera em toda comunidade certo ideal expressivo, sendo igualmente que todo uso corresponde a um paradigma imposto pelo consenso social. (cf. Callou, 2007:19)

Note-se que no caso de Angola, a norma culta, que se ancora na norma-padrão europeia, vem passando, inevitavelmente, por uma sanção cultural ou social, apresentando características que o diferenciam do padrão europeu. Contudo, a escola insiste em difundi-la, mesmo que haja algum abismo considerável entre esta norma-padrão europeia idealizada e a norma que se pratica.

Assim, no consenso de que o português não é idêntico nas suas variedades lusófonas, evoluindo de modo diferente em conformidade com cada realidade sociocultural e sociolinguística, não se justifica, a nosso ver, seguir sofrivelmente uma norma que não praticamos.

Se a mudança de contextos socioculturais e geográficos implica mudanças linguísticas, é possível seguir uma norma que não reflecta a realidade na qual é imposta, como acontece em Angola, onde se segue a norma-padrão europeia? Em relação a este aspecto, afigura-se adequado concordar com Cristóvão nos seguintes termos:

Cada língua possui uma mundividência própria no entendimento da realidade, modulando a percepção da vida e dos acontecimentos, articulando a sua estrutura com formas gramaticais próprias de tipo sintático ou morfológico, distinguindo ou ignorando modos de dizer, criando coesão entre os que a têm por sua, e marcando uma fronteira em relação aos outros (Cristóvão, 2008:69-70).

Embora haja entidades que não acreditem no projecto da lusofonia, considerando-o ou como uma utopia, ou como uma espécie de neo-colonização, nós entendemos que o termo é certamente relevante para fazer face à situação de um mundo globalizado como é o nosso. Adoptá-lo é uma forma de aproximação dos povos que falam a mesma língua, o português, que, embora com múltiplas variedades, ainda permite a intercompreensão entre estas.

Como Angolanos, estamos conscientes de que temos e usamos uma variedade que se demarca daquela que, há mais de cinco séculos, nos foi imposta pelo colonizador, mas que hoje se tornou tão nossa quanto do colonizador.

Tendo em conta o reconhecimento que até mesmo portugueses observam relativamente à actual diversidade linguística do português, sempre considerando a possibilidade da sua unidade, Elia (1989:16-17), substitui o termo România por Lusitânia, numa tentativa de explicar todos quantos falam português. Este autor via cinco faces da Lusitânia actual, isto é (i) a Lusitânia Antiga, que compreende Portugal, Madeira e Açores; (ii) a Lusitânia Nova, que corresponde ao Brasil; (iii) a Lusitânia Novíssima, que são os países africanos de língua oficial portuguesa, isto é, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe; (iv) a Lusitânia Perdida, que são as regiões da Ásia ou de Oceania, nas quais já não há esperança da sobrevivência da língua portuguesa e, por último (v) a Lusitânia Dispersa, que são as comunidades de fala portuguesa espalhadas pelo mundo não lusófono. (cf. Elia, 1989:16-17)

Esta reflexão, com a qual concordamos, enaltece a unidade linguística na diversidade. Assim, embora haja, no nosso contexto, a necessidade de se assumir um padrão próprio, uma vez que reconhecemos aí a pratica de uma variedade que ainda não é explicitamente conhecida por não ter sido suficientemente descrita, mas que, seguramente, se demarca do padrão ibérico, há determinados condicionalismos a observar numa planificação e política linguística possível, que discutimos mais abaixo.

É inegável, em primeiro lugar, a urgência de pesquisas linguísticas que devem ir além do mero prescritivismo, tendentes, através de uma planificação e de uma política linguística isenta de preconceitos, e considerando os diversos sectores sociais, à normalização do português.

Rosenblat entende que uma possível normalização, que equivale, na tradução de Callou, a uma nivelção, pode ser desencadeada de cima para baixo – por imposição, ou de baixo para cima – por força do uso. O autor defende ser mais democrático e unificador fazer com que o falante domine também a variedade padrão, de prestígio, na medida em que a língua, como qualquer instituição social, é regida por uma hierarquia de valores. (cf. Callou, 2007:19)

Na verdade, em Angola, parece que certas expressões desviantes do padrão europeu estão a ser consagradas pela força do uso e, como observamos mais acima, nem sempre são reconhecidas como desviantes. A título de exemplo, muitos informantes do estudo sobre clíticos e complementação verbal, de Adriano (2014), sendo professores de Língua Portuguesa, não reconheceram como desviantes muitas frases nas quais figuram clíticos e preposições não previstas pela norma-padrão europeia, assim como não reconheceram como desviantes certas frases nas quais se apaga a preposição. Por outro lado, muitas expressões desviantes cometidas por alunos de diferentes níveis de ensino, incluindo o superior, já não são sancionadas pelos professores. Assim, dos 85 informantes, apenas 27,1% corrigem todos os desvios que detectam e os sancionam com subtracção de valores, sendo que 30,5% corrigem os desvios que detectam, sem os sancionar com subtracção de valores. Ainda mais insólito é o facto de os dados revelarem que a maior percentagem, isto é, 42,4% toleram alguns desvios que consideram menos grosseiros na realidade angolana. Além disso, 98,8% desses informantes responderam que têm constatado desvios ou «erros» que consideram inaceitáveis também no discurso formal, falado ou escrito, de pessoas com escolarização superior que exercem cargos de relevância. Apesar de todo esse quadro, o estudo revela também que ainda há professores que defendem o ensino e o emprego da norma-padrão europeia, sem mesmo adaptá-la à realidade sociocultural e sociolinguística do país.

Como é sabido, razões históricas e políticas fizeram com que os Angolanos desenvolvessem um afecto profundo pela língua portuguesa não como eles a projectam, mas como a projectam os Portugueses. Em contrapartida há, mesmo nos tempos hodiernos, Angolanos que ainda têm algum preconceito linguístico em relação às línguas endógenas e a várias expressões portuguesas que, fruto do contacto linguístico, apresentam diferenças bastante salientes entre a sua variedade e a variedade europeia.

Em nosso entender, a situação acima descrita revela bem a crise normativa em relação ao português no contexto angolano e, mais uma vez, a urgência de pesquisas linguísticas conducentes a uma planificação e política linguísticas capazes de uniformizar a atitude avaliativa dos professores, pois, ao que parece, afigura-se bastante complexo diferenciar o que é «erro» do que é «correcto» num contexto em que, aparentemente, o «erro» muitas vezes se sobrepõe ao que se considera «correcto», mesmo no discurso de pessoas que deviam ser consideradas as guardiãs da norma-padrão.

Naturalmente, quando insistimos em pesquisas linguísticas, não pressupomos, de maneira alguma, que sejam os linguistas a fixarem isoladamente o que deve ser norma. Reconhecemos que «(...) a sociedade não é um conglomerado de linguistas (...)» (Rosenblat, 1967 *apud* Callou, 2007:16)

Por outro lado, por muito que, como Angolanos, queiramos empregar a língua portuguesa como o fazem os Portugueses, particularmente os Portugueses de Lisboa e Coimbra, muito pouco nos aproximamos do seu padrão. Por isso, e mais uma vez, importar o padrão europeu e reproduzi-lo rigidamente em Angola, bem como quereremos fazer alusões que se prendem com o purismo linguístico tendo como referência esta norma, não deixa de ser utópico. Além, disso, é preciso considerar que as normas mudam, sobretudo quando mudam as sociedades e as culturas. Neste ponto de vista, são úteis as palavras de Callou:

A norma não pode ser rígida, monolítica, a língua muda, as normas gramaticais se modificam e nada é mais prejudicial que um purismo estreito, quase sempre baseado num conhecimento deficiente da própria língua. Legisla-se, na verdade, sem real conhecimento da complexidade dos fatos que caracterizam cada falar, cada variedade, cada falante. (Callou, 2007:19)

Como nos apercebemos, reclama-se da inexistência de uma política linguística funcional em Angola, sobretudo para o português. Segundo Lopes, Planificação



Linguística e Política Linguística são duas disciplinas diferentes. A primeira consiste num conjunto de actividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação. A segunda, por sua vez, consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visa materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade. (cf. Lopes, 2002:19)

Nos próximos momentos em que nos referirmos ao conceito *política linguística*, entenda-se nele implícito o termo *planificação linguística*.

Para T. de Castilho, política linguística é «(...) uma espécie de “Sociolinguística intervencionista”.» (Castilho, 2009:193) Receando, o autor, que o adjetivo intervencionista pode não ficar bem, recorre à reflexão de Elvira Arnoux, quando esta autora refere que

(...) o estudo das Políticas linguísticas constitui um campo complexo em que a descrição e a avaliação de situações sociolingüísticas são estimuladas por necessidades sociais e, em grande medida, tende a propor linhas de intervenção. (Arnoux, 1999:13 *apud* T. de Castilho, 2004:193)

Por isso, para Arnoux, quem se interessa pela Política Linguística «(...) deve aderir a certos princípios políticos, éticos, ideológicos que vão orientar sua pesquisa e suas propostas.» (Arnoux, 1999:13 *apud* T. de Castilho, *Ibid.*)

Naturalmente, uma política linguística, ou qualquer outra política dentro de um país, é da competência das entidades governamentais e não de um sector isolado. Por outras palavras, o poder deliberativo é da instância governamental, mas, como é óbvio, as entidades governativas podem, e devem, contar com grupos especializados que, de modo coordenado, reflectam nas razões que

motivam tal política, nos critérios por que se devem guiar para o efeito e no modo como se vai executar.

Nemésio apresenta no seu trabalho um esquema que envolve as diversas entidades implicadas numa possível política linguística, nomeadamente, o Estado, os Órgãos de ensino e difusão, os Centros de investigação linguística e as Organizações não governamentais. É ao Estado que, detentor do poder legislativo, administrativo, bem como dos instrumentos ideológicos e económico-financeiros cabe determinar o estatuto e as funções sociais das línguas. (cf. Nemésio, 2006:51)

De facto, «Cada país assume políticas linguísticas em conformidade com a sua realidade sociopolítica e cultural. (...) as questões das línguas são, também, assuntos de Estado.» (Miguel, 2008:44)

Em Angola, o que mais sobressai em termos de política linguística é a definição das línguas de ensino obrigatório, a sua carga horária e o volume dos programas radiofónicos ou televisivos em cada língua. (cf. Reis, 2006:56)

Se, em conformidade com Cristóvão, «É pueril que uma nação, qualquer que seja, dite normas e usos linguísticos aos demais (...)», é, em nossa opinião, igualmente pueril que uma nação trace uma política linguística que materialize uma norma completamente desfasada das normas que correspondem as diferentes variedades de outras nações, dificultando, deste modo, a intercomunicação. Note-se que a política linguística tem estreitas relações com a sociolinguística, o que pressupõe afirmar que é a sociedade que influencia na variação e até mesmo na mudança linguística. Por isso, a política linguística deve ter em conta a sociedade na qual se procura materializar tal intento, sem nunca perder de vista que as sociedades não são isoladas.

Pode haver a tendência de, nos países que se constituíram colónias de outras nações, se traçar uma política linguística que é permeada ainda por sentimentos do passado, isto é, evocando tempos de desentendimento e

discórdia entre colonizadores e colonizados, o que resulta numa política linguística igualmente lusófoba. Com isto, queremos dizer que, numa possível política linguística, é preciso acautelar, desde cedo, pensamentos segundo os quais a lusofonia é uma forma de neocolonialismo cultural. De facto, a lusofonia é uma forma de salvaguardar a nossa identidade em relação às identidades de outras nações que também falam português, e não temos como fugir a isso – é o apanágio da nossa história.

Tal como Fernão de Oliveira, primeiro gramático português, não tolerava que Portugal independente ainda estivesse demasiado sujeito à tradição das línguas clássicas (cf. Cristóvão, 2008:49), pode ainda haver no Brasil quem defenda a imposição não da língua portuguesa, mas do «brasileiro»; em Angola, é preciso acautelarmo-nos já de quem venha a defender o «angolano» ou o «português vernáculo de Angola» em substituição da língua portuguesa.

Deste pensamento não se depreenda que estejamos a ser demasiado lusófilos, mas a nossa certeza é de que Angola tem de se afirmar não apenas no seu território, mas também nos territórios das nações que têm o português como sua língua. Para isso, precisa de ser percebida e de se fazer perceber. É por essa razão que defendemos que nem todo o desvio deve vingar numa possível norma culta de Angola. A aceitabilidade de alguns usos até então tidos como marginais naquela realidade, quando, na prática da língua, são sentidos como perfeitamente normais, decorrente do seu uso frequente e até por falantes cultos deve ser comedida, tendo em conta a pressão social sobre a língua. São relevantes, neste aspecto as palavras de Houaiss, quando refere que uma língua

é, assim, um bem comum que será tanto mais meu quanto mais for de todo, o que só se faz possível porque cada um 'pode' fazer do bem comum um uso pessoal sem que o bem comum sofra, mas, ao contrário, se faça mais bem comum ainda. (Houaiss, 1977:11 *apud* Callou, 2007:20)

Assim, uma política linguística possível, e até necessária, em Angola, não deve ser guiada por ânimos lusófobos ou pela sofreguidão de promover um português desaportuguesado, cujo pretexto, que até é plausível, pode vir a ser o fortalecimento da identidade, o que pode comprometer a inteligibilidade entre os falantes de outras realidades da lusofonia. As motivações subjacentes a uma possível normalização do português não devem basear-se em atitudes de emancipação relativamente à norma-padrão europeia, procurando marginalizá-la, mas antes devem estar alicerçadas em fundamentos que se prendem com a intercomunicabilidade, com uma melhor coesão nacional e com uma menor marginalização linguística no país.

Neste particular, são válidas as contribuições de Nemésio, segundo o qual (i) a política linguística deve ser suficientemente flexível, contínua e equilibrada de modo a não contribuir para a exclusão social; (ii) A socialização de cada indivíduo e o seu desenvolvimento pessoal não devem antagonizar-se. Devem tender para um sistema que procure combinar as vantagens da integração e o respeito pelos direitos individuais; (iii) A intervenção do Estado na resolução dos problemas linguísticos deve contribuir para a promoção de querer viver juntos, elemento básico da coesão social e da identidade nacional; (iv) Essa intervenção do Estado deve ainda contribuir para a promoção e integração dos grupos linguísticos minoritários como forma de fortalecer a vitalidade nacional e de cimentar uma cidadania consciente e participativa. (cf. Nemésio, 2006:62)

Relativamente à linguística educacional, no caso do português, torna-se necessário a observância de uma política que tenha em conta o acesso dos alunos a um processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa que lhes permita utilizá-la em todas as situações e funções em que é exigida, mas sempre enfatizando, também, algum conhecimento de outras variedades reconhecidas na lusofonia, considerando a interculturalidade que promova o respeito por essas variedades. De facto,

Paulino Soma Adriano

O estatuto de língua oficial atribuído à língua portuguesa, bem como o conseqüente reconhecimento enquanto meio de comunicação privilegiado a nível das relações interpessoais dos cidadãos entre si e entre as instituições do estado, permite também aos seus falantes uma grande abertura para o mundo. (Panzo, 2014:17)

Por outro lado, tendo em conta a grande diversidade linguística de Angola, a língua portuguesa deve observar uma política que desestrua o seu actual carácter devorador das línguas locais, como está a acontecer. Por outras palavras, é preciso encontrar mecanismos que permitam a sobrevivência das línguas africanas angolanas, mesmo que seja o português a língua tendencialmente nacional e transcendental em relação às nossas fronteiras. É certo que, linguisticamente, todas as línguas são iguais, mas é evidente, na prática, o estabelecimento de hierarquias e o privilégio de umas em relação a outras. No caso de Angola, como já foi abordado, as línguas angolanas africanas não têm a mesma projecção e o mesmo potencial em termos do seu uso dentro do território, por um lado; por outro, não chegam a internacionalizar o país como o faz o português. Apesar disso, é preciso reconhecer que as mesmas se constituem, sem dúvida, num factor prototípico da nossa identidade, isto é, no cerne, na camada nuclear da nossa cultura.

Estamos assim de acordo com Mingas, nos seguintes termos:

Enquanto as línguas locais são elementos quase genéticos de identidade dos cidadãos, a língua portuguesa cumpre uma funcionalidade específica, inter-relacionando as várias comunidades linguísticas de um mesmo país, dos vários países integrantes da CPLP e de comunicação no contexto internacional mais alargado.

Esta funcionalidade está, por isso, associada a uma utilidade, constituindo um elo comunicacional que se desenvolve em vários patamares – o nacional, o comunitário e o internacional (Mingas, 2004:74).

Porém, é certo que o emprego cada vez menos frequente das línguas angolanas africanas, profundamente coarctado pelo português, pode, a longo prazo, desencadear o desaparecimento daquelas. Neste sentido, parece-nos relevante o pensamento de Mateus:

Todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural no uso que delas faz o falante no seu quotidiano e contribuem para a realização do indivíduo como membro de uma comunidade. (...) Por outro lado, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala (Mateus, 2003:543).

Com efeito,

o papel desempenhado pela língua portuguesa (...) não inviabiliza, necessariamente, a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto formas de expressão de valores e de representação da realidade social. O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e protecção das línguas locais. (cf. Mingas, 2004:75-76)

Neste sentido, Miguel aludiu ao Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, particularmente ao seu programa de inserção das línguas nacionais no Ensino Primário, que, segundo o mesmo, a inclusão das línguas nacionais no Ensino Primário «É (...) um trabalho que visa a criação de um cidadão bilingue em Angola.» (*apud* Miguel, 2008:39) Quanto a esta afirmação, entendemos ser válida a observação da autora nos seguintes termos:

Até agora, qualquer cidadão angolano, cuja língua materna não seja o Português, torna-se, obrigatoriamente, bilingue, já que a aquisição

Paulino Soma Adriano

da língua oficial é uma condicionante para o exercício da cidadania. Já o inverso – o cidadão angolano com o Português como língua materna – dificilmente se tornará bilingue, pela aquisição, na escola, de uma língua nacional. (Miguel, 2008:39)

Na verdade, tem havido alguns avanços para a afirmação de algumas línguas africanas angolanas em Angola, como já se observou ao longo do presente trabalho. Neste aspecto, Miguel refere que

A estrutura para a normalização das línguas nacionais angolanas está, há muito, criada. Produziu já alguns frutos, o mais importante dos quais foi a criação dos alfabetos de seis línguas angolanas com as respectivas regras de transcrição, aprovados pela Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio de 1987, do Conselho de Ministros. (Miguel, 2008:45)

Com efeito, até 2002, foram introduzidos novos manuais de alfabetização em línguas angolanas africanas e o processo ainda está em curso. Muitas dessas línguas são contempladas por um espaço na Televisão Pública de Angola, que se traduzem nos designados *Noticiários em Línguas Nacionais*, entre outros avanços. Apesar disso, até ao presente momento, parece não terem surtido efeito os referidos esforços, pois muitos Angolanos continuam cépticos em relação à importância das línguas indígenas para as suas vidas. Neste sentido, Cabral afirma mesmo que

Apesar de se ter ensaiado um alfabeto para seis línguas endógenas, de se ter criado o Instituto de Línguas Nacionais em 1985, de a televisão pública de Angola (TPA) destacar, dentro da sua grelha de programas, um espaço para as línguas endógenas, em que as estações regionais emitem programas nas respectivas línguas, e, mais recentemente, a criação de uma estação de Rádio, denominada Rádio Ngola Yetu, faltou o essencial: prover estas línguas de escrita e utilizá-las no ensino. O certo é que cada vez menos angolanos,

Paulino Soma Adriano

sobretudo os jovens que nasceram depois de 1975, falam uma língua endógena. (Cabral, 2005: 19)

Julgamos que é relevante prover as línguas africanas angolanas de escrita e utilizá-las no ensino, o que, nos últimos anos, vem sendo ensaiado, mas estas medidas não são suficientes, tal como já referimos ao longo do nosso trabalho. Para uma possível saída da situação crítica descrita acima, isto é, de revalorizar as línguas africanas angolanas, parece-nos bastante prática a reflexão de Miguel, que observa o seguinte:

Este propósito apenas se concretizaria se se conseguisse implantar um sistema de bilinguismo funcional, isto é, se houver/houvesse condições para que os cidadãos angolanos utilizem/utilizassem uma e outra(s) língua(s) em situações de comunicação fixadas para elas. De outra maneira, não obstante a obrigatoriedade curricular das línguas nacionais, as preferências e o investimento pessoal dos formandos concentrar-se-ão em línguas que lhes dêem projecção profissional. (*Ibid.*)

Voltando ao português, é certo que na língua se reflecte a cultura e a identidade de um povo. Os tempos modernos exigem uma identidade que, não perdendo a sua cultura, é ela mesma multicultural, capaz de ser aceite não apenas nos limites territoriais da sua nação soberana, mas também nos limites de outras margens. Na verdade, observando a evolução da técnica e da tecnologia, bem como o fenómeno da globalização, tudo leva a crer que, pouco e pouco, as pessoas serão cada vez mais cidadãos do mundo. E este processo, como se sabe, é benéfico e é maléfico. É benéfico por alargar os horizontes de identidade numa perspectiva global, mas é também maléfico por, às vezes, fragmentar tão profundamente as culturas dos povos com um risco iminente de perderem a sua identidade.

Deste modo, uma possível materialização de uma política linguística conducente à normalização do português de Angola deve ter um duplo



cuidado: por um lado, salvaguardar a identidade do povo angolano e a sua cultura, incluindo aqui as línguas africanas angolanas; por outro, fazer com que a sua identidade e a sua cultura não seja uma muralha impenetrável, que tornaria isolado o seu povo, enfraquecendo-o igualmente sob diversas perspectivas.



## CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

Antes de explicar exhaustivamente o presente capítulo, importa enfatizar que, com o presente estudo, pretendeu-se, essencialmente, atingir os seguintes objectivos:

- a) Contribuir para o conhecimento da situação externa e interna da língua portuguesa em Angola;
- b) Contribuir para as reflexões tendentes ao estabelecimento da norma do português de Angola através da descrição da referida língua e dos papéis que ocupa no país.

Se a análise e síntese da bibliografia nos foram essencialmente úteis para se conhecer a situação externa do português, os procedimentos metodológicos que iremos aqui esboçar afiguraram-se úteis para se ter alguma compreensão da situação interna do português, do ponto de vista morfossintático.

Por outras palavras, este capítulo constitui a descrição das técnicas e procedimentos metodológicos tidos em conta na recolha e tratamento dos dados orais, que correspondem ao *corpus* do estudo.

Tal como o afirma Bacelar do Nascimento

Consideramos que os *corpora* favorecem essencialmente uma Linguística descritiva, fortemente apoiada pelas novas tecnologias, e permitem tomar como ponto de partida da descrição a análise de quantidades significativas de dados autênticos, à semelhança do que se faz noutros domínios científicos. O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas. (Bacelar do Nascimento, 2002:601)

Uma vez que o nosso trabalho é de âmbito descritivo, a alternativa metodológica para o realizar foi a reunião de um *corpus*, não suficientemente significativo devido às limitações temporais, mas que se afigura numa base sólida e autêntica para o que nos propusemos realizar. Afigurou-se-nos relevante recorrer a um *corpus*, concordando ainda com a autora já citada, na seguinte afirmação:

(...) consideramos, antes, de uma forma abrangente, que os *corpora* proporcionam novas maneiras de estudar as línguas, das quais resultam descrições, generalizações e hipóteses teóricas de grande consistência porque fortemente enraizados nos dados empíricos.  
(*Ibid.*)

Para a realização da presente pesquisa, recorreu-se a um *corpus* oral, cuja fonte são os enunciados de falantes angolanos, gravados aleatoriamente em aparelho digital, a partir de programas televisivos e radiofónicos angolanos. Posteriormente, procedeu-se à selecção e transcrição das amostras gravadas. Tal como nota Freitas,

Na literatura linguística, o termo transcrição passou a denotar, explicitamente desde Bird e Liberman (2001), um tipo de anotação que se aplica a dados da oralidade. Dependendo do tipo de partição (ou alinhamento) e do tipo de símbolos que a transcrição apresenta, é habitual falar-se de transcrição ortográfica, fonética ou prosódica.  
(Freitas, 2010:18)

Neste sentido, importa observar que a transcrição que fizemos do *corpus* gravado é ortográfica, definida por Freitas como sendo «(...) tipicamente um registo de natureza textual que representa as unidades identificadas na ortografia como palavras como conjunto de letras delimitados por espaços.»  
(Freitas, *Ibid.*)

Entendemos que, nos tempos hodiernos, os grandes meios de difusão da língua são os *media*, em que as pessoas sentem uma premente necessidade de serem compreendidas ao comunicar, conscientes de estarem a falar para um largo auditório, implicando, tal necessidade, uma uniformização que diminua o máximo possível as diferenças dialectais.

No que respeita à oralidade ou à língua falada, que é nosso objecto de estudo, julgamos ser relevante notar que esta foi tida como objecto científico muito recentemente, como o afirma T. de Castilho:

A constituição da língua falada (...) como um objecto científico se deu muito recentemente na Lingüística, embora há tanto tempo se tenha reconhecido a sua primazia sobre a língua escrita.

Ferdinand de Saussure dizia que numa ciência humana como a Lingüística, é o ponto de vista que cria o objecto. A isto gostaria de acrescentar que na língua falada é a gravação e a transcrição das fitas que instituem o ponto de vista criador do objecto. (Castilho, 2002:14)

Na verdade, já remonta há mais de um século o reconhecimento dos propósitos dicotómicos do oral e do escrito. Neste particular, Blanche-Benveniste e Jeanjean lembram que

Foi na segunda metade do século XIX que se reconheceu que registo oral e registo escrito tinham propósitos dicotómicos, mas igualmente importantes, assim como códigos normativos distintos. Embora se tivesse consciência desta oposição, só em 1965 foi uma realidade, pela mão de Dubois, a teoria dos dois códigos: o oral e o escrito. (Blanche-Benveniste e Jeanjean, 1986: 15)

Ribeiro procura, com base em Pessoa de Barros (1999:37), argumentar que a língua falada apresenta um sistema codificado de funcionamento. Neste sentido, a norma explícita, isto é, a classificação de enunciados de *correctos*,

*errados e belos*; a sujeição a um aparelho de referência, que se traduz nos falantes de autoridade e de prestígio em matéria de linguagem e a ditames das gramáticas; a difusão e imposição na escola, na imprensa e na administração pública – são igualmente aplicáveis à língua falada. Assim, ainda com base na opinião de Pessoa de Barros, M. Ribeiro dá conta do facto de haver a possibilidade de se falar de uma norma da fala, «Porém, e contrariamente à escrita, ela não se vislumbra tão prescritiva e possibilita um maior leque de variações, o que não significa que não haja limites para estas mesmas variações.» (cf. Ribeiro, 2012:38)

Se tivermos em conta as reflexões acima, concluímos que a língua falada pode, inequivocamente, constituir-se em objecto científico. Esta opção afigura-se ainda mais relevante se considerarmos que, geralmente, a variação e, posteriormente, a mudança linguística ocorrem, numa primeira fase, na oralidade, para, depois, ocorrerem na escrita.

É hoje do conhecimento geral que todas as línguas antes de serem escritas eram faladas. A fala precede sempre a escrita e a grafia de uma língua é, à partida, um decalque mais ou menos elaborado da estrutura da fala. (cf. Martinet, 1995:112)

Pela razão acima, é justo atribuir importância quer a uma quer a outra modalidade. Por outras palavras, oralidade e escrita afiguram-se ambas importantes e, neste sentido, é legítima a afirmação de Ribeiro, segundo a qual «O papel de destaque que normalmente se atribui à escrita não é de todo correcto.» (cf. Ribeiro, 2012:3940). De facto,

Para melhor compreender as relações entre a fala e a escrita, talvez seja útil tentar reconstituir as suas modalidades sucessivas no decurso da história da humanidade. Se fizermos coincidir os primórdios da humanidade propriamente dita e os da linguagem articulada, podemos datar a fala em termos de biliões de anos. Mas só há escassos milhares de anos é que começou a utilização de

Paulino Soma Adriano

grafismos mais ou menos conformados com certos traços das línguas. (Blanche-Benveniste e Jeanjean, 1986:154) )

Contraditoriamente, a maior parte do estudo das línguas tem-se centrado na escrita, relegando para o ostracismo a oralidade. No caso de Angola, além de serem escassos os trabalhos sobre a descrição do português, e além de os poucos que existem se terem apoiado, maioritariamente, em textos literários, sendo que alguns nem sequer apresentam *corpora* para fundamentar as alusões que fazem. Efectivamente, os únicos trabalhos do português em Angola baseados na oralidade, que conhecemos, são as teses de mestrado e doutoramento de Inverno (2005, 2009b) e, em certa medida, a tese de mestrado de Cabral (2005). Por isso, julgamos ser este estudo um contributo no sentido de continuar a conhecer o que, efectivamente, se dá na realidade angolana sobre o português aí falado.. No entanto, à medida que fazíamos a gravação e a transcrição ortográfica dos enunciados orais, apercebíamos-nos de dificuldades não previstas. De facto

(...) apesar de todos os recursos usados, transcrever é uma actividade morosa: em média, 15 minutos de transcrição exigem três horas de trabalho, o que se explica pelo facto de, ao mesmo tempo que ouve, o redactor ter de desempenhar a tarefa de mediador entre as palavras ditas e as escritas, aproximando as primeiras às regras das segundas. (Ribeiro, 2012:46)

Como se pode observar, uma das intenções principais de gravarmos sequências a partir de programas radiofónicos e televisivos é alguma espontaneidade com que a maior parte das pessoas falavam. De facto, «Verifica-se hoje, mais do que nunca, a necessidade de dados de fala espontânea.» (cf. Freitas, 2010:21) Alguns textos gravados não podem, porém, ser considerados completamente espontâneos, uma vez que exigiram uma planificação prévia e, de certo modo, cuidada. É o caso, por exemplo, de textos

de alguns jornalistas e políticos, neste último caso, por altura das campanhas eleitorais.

#### **4.1. Informantes**

O *corpus* gravado e, posteriormente, transcrito teve em conta sequências proferidas por falantes cuja idade varia, aparentemente, entre os 18 e os 75 anos.

Nota-se, deste modo, que os falantes cujas frases foram transcritas constituem um grupo heterogéneo, com escolarização superior, média, básica, incluindo, aparentemente em menor escala, indivíduos pouco ou nada escolarizados. Profissionalmente, além do público em geral, alguns falantes são políticos, desportistas, professores do II ciclo e universitários, líderes religiosos, médicos, jornalistas e formadores eleitorais, como podem transparecer os assuntos das suas conversas. Não nos sendo possível controlar rigorosamente variáveis sociolinguísticas como, por exemplo, o grau académico dos falantes, o que, conseqüentemente, impede que o *corpus* recolhido se reveja num determinado registo, o que aqui nos interessa é evidenciar a ocorrência de alguns casos morfossintáticos divergentes da norma-padrão, o que possibilita que, em próximos estudos, possam merecer um tratamento mais particularizado e mais profundo.

Neste sentido, Bacelar do Nascimento *et al.* (1987) haviam já considerado que o estudo do oral é «(...) indispensável para uma descrição da língua feita em termos globais, sem privilegiar um código nem hierarquizar os usos.» (*apud* Freitas, 2010:21)



#### ***4.2. Condições de gravação***

Na recolha dos dados orais, utilizou-se um aparelho digital portátil, o que permitiu, após as gravações, a cópia desses dados do aparelho para um computador. A qualidade das gravações é boa na maior parte dos casos. Com a extracção dos dados orais para o computador, foi igualmente possível guardá-los numa pasta e listá-los em conformidade com os programas radiofónicos e televisivos dos quais foram gravados. Tal como já espelhado anteriormente, não houve critérios de selecção dos programas a gravar nem de selecção dos informantes, tendo sido a gravação de carácter aleatório.

#### ***4.3. Órgãos de comunicação social, carácter dos programas e discursos gravados***

As sequências gravadas fazem, sobretudo, parte de programas informativos, embora haja também alguns que, além da informação, não deixavam de parte o entretenimento, alguns com uma transversalidade educativa. Incluímos, também, alguns anúncios publicitários, quer tenham sido feitos em forma de slogans, quer em forma encenada, envolvendo, no mínimo, dois interlocutores. Em programas como os noticiários foram também gravadas sequências de pessoas entrevistadas por jornalistas, que emitiram as suas opiniões acerca de diferentes assuntos. O total da informação oral gravada é de 1 GB. A tabela abaixo espelha os órgãos de comunicação, assim como os respectivos programas gravados e o seu carácter.

Paulino Soma Adriano

<b>Órgão de comunicação</b>	<b>Designação do programa</b>	<b>Carácter do programa</b>
<b><i>RH (Rádio Huíla)</i></b>	Jornal Provincial	Informativo
	Jornal de Notícias	Informativo
	Huíla em Movimento	Entretenimento/Actualidade
	Viva a Tarde	Entretenimento/Actualidade
	Bué Pausado	Educativo/Entretenimento
	Cantinho do Amor	Educativo/Entretenimento
	Paixão e Coração	Entretenimento
<b><i>RNA (Rádio Nacional de Angola)</i></b>	Capanhas Eleitorais	Informativo
	Jornal (13h00 e 20h00)	Informativo
	Notícias em Sete Dias	Informativo
<b><i>TPA1 (Televisão Pública de Angola, Canal 1)</i></b>	Telejornal	Informativo
	Angola a Caminho das Eleições (Programa Especial)	Informativo
	Campanhas Eleitorais	Informativo
	10/12	Informativo

Paulino Soma Adriano

	Angola Magazine	Informativo
	Eleições Gerais (Programa Especial)	Informativo
	Anúncios publicitários	Apelativo/Instrutivo
	Viva com saúde	Educativo/Informativo
<b>TPA2 (Televisão Pública de Angola, Canal 2)</b>	Telejornal	Informativo
	Pato na área	Entretenimento

Quanto aos diálogos, Castilho distingue-os em dois tipos: (i) o diálogo assimétrico e (ii) o diálogo simétrico. Segundo o autor

No diálogo simétrico ou espontâneo, os falantes dispõem de condições semelhantes para negociar livremente o assunto e controlar os turnos. No diálogo assimétrico, um interlocutor tem ascendência sobre o outro, introduz ou muda o assunto, distribui os turnos – esta é a situação típica das entrevistas e dos diálogos desenvolvidos em ambientes institucionais (...), etc. (T. de Castilho, 2002:14)

Convém afirmar que os enunciados gravados para a constituição do nosso *corpus*, embora apresentados de forma fragmentada, tendo em conta o fenómeno linguístico a tratar, encerram, à luz da classificação do autor acima, os dois tipos de diálogo, isto é, o diálogo simétrico e o assimétrico.

Deste modo, transcrevemos apenas as formas desviantes, sempre integradas no seu contexto frásico, para tentar aferir que desvios é que são possíveis e, eventualmente, frequentes na realidade angolana.

#### **4.4. Procedimentos metodológicos**

##### **4.4.1. Alguns critérios observados**

- a) Uma vez que boa parte do *corpus* foi recolhido em período de eleições, e pretendendo-se o anonimato, omitiram-se alguns antropónimos e nomes de partidos políticos, aproveitando apenas o modo como estes estruturaram as suas frases. Quando necessário ao sentido pleno da frase, substituiu-se o nome do partido político pela simples expressão «Partido»; substituíram-se igualmente os nomes de partidos ou coligações partidárias do género feminino por «Organização» ou «Organização Partidária».
- b) O sinal cardinal (#) representa o número de um dado partido político ou de uma dada coligação de partidos políticos.
- c) Observou-se, igualmente, o anonimato em relação à autoria dos enunciados gravados e transcritos, apresentando, entretanto, os programas televisivos ou radiofónicos dos quais foram gravados, sem deixar de aludir à data da respectiva gravação.
- d) Os nossos exemplos, manipulados, para explicar alguns fenómenos que ocorrem no *corpus* e que são objecto de descrição, apresentamo-los todos em itálico, observando, nesses casos, uma pontuação normal, o que não acontece com os exemplos autênticos, cuja transcrição obedece a normas que explicaremos logo a seguir.

##### **4.4.2. Técnicas observadas na transcrição**

Em conformidade com Ramilo e Freitas «Um dos aspectos mais marcantes da língua oral é, sem dúvida, o facto de as pausas não corresponderem de modo nenhum aos nossos hábitos de pontuação na escrita.» (Ramilo e Freitas, 2010,69)

Na sequência do que acima se constata, as normas para a observância das pausas e da pontuação não são uniformes entre os autores que labutam no âmbito da oralidade. É o que se pode constatar na seguinte afirmação:

Há muitos investigadores que pura e simplesmente abdicam da pontuação convencional, optando por sistemas de representação mais abstractos. Outros há, no entanto, que preferem pontuar os textos de uma maneira mais simples e intuitiva, conservando os símbolos usados na ortografia. Esta dualidade coloca muitas vezes os investigadores em posições antagónicas (Ramilo e Freitas, *Ibid.*)

Para fundamentar o que afirmam acima, os autores citados seguem Bacelar do Nascimento (1987), por um lado, que afirma que «Os textos não pontuados tornam-se-nos praticamente incompreensíveis.» (Ramilo e Freitas, 2010:69) Por outro lado, está o posicionamento de Blanche-Benveniste e Jeanjean (1987), que afirmam, contraditoriamente à autora anterior, que «Les textes libres sans ponctuation sont, moyennant une certaine accoutumance, assez faciles a lire.» (*cf.* Ramilo e Freitas, *Ibid.*)

Mediante o acima exposto, pensamos estar de acordo com o posicionamento de Ramilo e Freitas, quando concluem que

O favorecimento ou não do uso da pontuação depende sempre, em última análise, dos objectivos do projecto. Há certos casos em que a pontuação convencional é seriamente desaconselhada, podendo mesmo tornar os textos inutilizáveis. Nos projectos especificamente destinados a análises prosódicas ou sintácticas, por exemplo, é natural que a pontuação seja posta de parte. (MRibeiro e Freitas, 2010:69)

Os autores acrescentam que «Nos projectos que não se destinam a utilizações tão específicas, contudo, a tendência é para adoptar a pontuação convencional, ainda que com algumas restrições.» (*Ibid.*)

Relativamente à pontuação, há várias propostas teóricas que nem sempre são coincidentes. Na verdade «O seu uso na transcrição não é pacífico, porque, segundo Ramilo (2012:54) a pontuação deixa entrever a personalidade e a subjectividade do transcritor no texto que transcreve. Ainda segundo a autora, por este facto «grande parte dos projectos de estudo da língua falada não utiliza a pontuação ortográfica nos seus corpora.» (*Ibid.*) O GARS (Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe) opta por não excluir totalmente a pontuação (Blanche-Benveniste 1986: 139), marcando somente as pausas; o NURC (Norma Urbana Culta) usa alguns símbolos ortográficos, como sejam o ponto de interrogação (?) e as reticências (...) para marcar qualquer pausa; o NERC-47 (Network of European Reference Corpora) utiliza o ponto de interrogação (?), marca as pausas inesperadas e introduz o símbolo (.) para delimitar fronteiras frásicas; o NERC-50 acrescenta a delimitação das fronteiras entoacionais; o CHAT (Codes of the Human Analysis of Transcripts) marca unidades entoacionais terminais e não terminais do enunciado (//- declarativo; ? - contexto interrogativo; !- contexto exclamativo; ...-suspensão intencional) e as pausas; o REDIP mantém a maior parte dos sinais ortográficos, o que torna as transcrições mais subjectivas. (cf. Ribeiro, 2012:54)

No nosso caso, seguimos essencialmente as Normas de transcrição de *corpus* oral adoptadas pelo grupo Anagrama (CLUL) (Antunes, Veloso, Mendes e Bacelar do Nascimento, 2011).

Em determinadas situações, particularmente aquelas que envolvem hesitações e sobreposições de fala, observamos as orientações de Marcuschi (2001).

Assim, por muito que nos tenhamos esforçado no sentido de diminuir o distanciamento entre o oral e o escrito, isto é, de sermos o mais possível fiéis na transcrição dos dados orais, as expressões e frases transcritas nem sempre vão reflectir exactamente o modo como foram articuladas, considerando que a relação entre grafemas e sons da língua não é biunívoca. O que nos interessou foi a análise das estruturas de expressões e frases que constituem o *corpus*

levantado, bem como do(s) sentido(s) fiéis veiculado(s) por essa estruturas. É neste sentido que Freitas afirmou que «É preciso encarar a transcrição como um processo de análise necessariamente redutor e selectivo.» (cf. Freitas, 2010:35) Adicionalmente, Ramilo e Freitas, apoiando-se em French, 1991, referiram-se a duas regras básicas no domínio da transcrição do oral, nomeadamente (i) *Don't type anything that isn't there*; (ii) *Don't include everything that is there*. (cf. Ramilo e Freitas, 2010:67)

Uma vez que algumas sequências transcritas, sobretudo as dialogais, encerravam algumas sobreposições de falas, houve, em alguns casos muito escassos, a necessidade de manipular a transcrição no sentido de eliminar o que não abonava a compreensão do fio condutor do diálogo e, conseqüentemente, do próprio diálogo em si, sem, no entanto, mexer na estrutura sintáctica. Seguidamente, foram juntados os fragmentos de frases, isto é, eliminada uma sobreposição desnecessária, junta-se o fragmento seguinte ao anterior, esforçando-se por tornar a frase inteligível. (cf. Marcushi, 2001)

Quando afirmámos que, na transcrição do *corpus* deste trabalho seguimos essencialmente as Normas de transcrição de *corpus* oral adoptadas pelo grupo Anagrama (CLUL) (Antunes, Veloso, Mendes e Bacelar do Nascimento, 2011), queremos dizer que aproveitámos a maior parte dos sinais constantes que constituem as normas de transcrição do grupo Anagrama, espelhados na seguinte tabela, que encerra também alguns exemplos do referido grupo, além dos nossos:

Paulino Soma Adriano

Fenómeno	Definição / Exemplo	Etiqueta	Obs.
Pausa sintáctica longa; final de enunciado assertivo	Representa o fim de enunciado declarativo ou qualquer outro que não interrogativo, interrompido ou deixado em aberto. É sempre precedido por espaço.  Ex.: Estão a ser construídas três residências destinadas aos quadros //	//	Esta é, naturalmente, uma das etiquetas mais usadas na transcrição do nosso <i>corpus</i> .
Interrogação	É sempre precedido por espaço.  Ex.: Onde é que eu vou ficar com as crianças meu irmão ?	?	O <i>corpus</i> atesta, no entanto, poucos enunciados interrogativos.
Pausa sintáctica breve; separação de hesitações e elementos	Representa a fronteira de uma unidade tonal (pausa breve).  Ex.: Houve aqui a necessidade dos médicos angolanos / e eu aceitei a proposta //	/	Esta é, igualmente, uma outra etiqueta mais usada no <i>corpus</i> deste trabalho.
Enunciado	Ex.: estamos aqui a	+	O <i>corpus</i> atesta



Paulino Soma Adriano

interrompido, abandonado	construir uma bela ponte / grande / aqui da província do Zaire // somos tantos trabalhador +		escassos casos de enunciados interrompidos.
Palavra mal pronunciada	Se um informante pronunciar mal uma palavra e imediatamente a emendar, as duas formas são mantidas na transcrição (ex: lugal / lugar, sau / céu); se, por outro lado, o informante pronunciar mal uma palavra e não a emendar (continuando com o seu discurso), é transcrita somente a forma correcta, acrescentando-se uma nota no respectivo campo do cabeçalho a indicar que essa palavra foi mal pronunciada (Ex.: o informante pronunciou <i>comé</i> em vez de <i>comer</i> )		Houve igualmente poucos casos destes.
Formas reduzidas	Embora o falante pronuncie uma forma reduzida (tá, tou, tive), as formas são transcritas na totalidade (estou, está,		O <i>corpus</i> encerra muitos casos deste género.

Paulino Soma Adriano

	estive).		
Repetições de palavras	<p>Ex.: parece que [/] que [/] que ele foi lá //</p> <p>Se, no entanto, a repetição incidir sobre mais do que uma palavra, estas ficarão entre parêntesis angulares (&lt; &gt;)</p> <p>Ex.: parece &lt;que ele&gt; [/] que ele foi lá</p>	[/]	O <i>corpus</i> encerra, naturalmente, alguns casos destes.
Reformulação do discurso com a mesma ideia	<p>Ex.: um sítio que [//] onde eu fui //</p> <p>Se, no entanto, a reformulação incidir sobre mais do que uma palavra, estas ficarão entre parêntesis angulares (&lt; &gt;)</p> <p>Ex.: &lt;nós fomos&gt; [//] eu fui lá ver como é que ele estava //</p>	[//]	O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.
Acrónimos e siglas	Os acrónimos e as siglas são transcritos com letra maiúscula e sem pontos (ex: TAP e não T.A.P.); contudo, se o acrónimo já tiver uma entrada no dicionário, então é transcrito em minúsculas (ex: sida, radar).		O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.
Numerais e letras	Todos os numerais (incluindo os que integram datas ou percentagens) são transcritos por		O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes

Paulino Soma Adriano

	extenso; todas as letras são transcritas por extenso (ex: <i>pê, erre, xis</i> ).		
Discurso directo	XYZ: e ele disse // “ então / não vais lá a casa ? ” (as aspas são seguidas e precedidas de espaço. Atenção: quando se fecha as aspas antes de espaço, estas ficam sempre a abrir. O melhor é inserir o espaço depois de as fechar).	“ ”	O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes
Palavra incompreensível		xxx	Houve apenas dois casos

A proposta do grupo anagrama contém ainda outras orientações às quais não tivemos necessidade de recorrer na transcrição ortográfica do nosso *corpus*.

Acrescentámos, porém, outros sinais que se nos afiguraram indispensáveis para passar uma dada informação que se refere à omissão de dados orais e outra estratégias que explicamos logo a seguir.

Os constituintes nos quais focámos a nossa descrição são realçados através de sublinhado e negrito. O sublinhado sem o negrito pressupõe uma construção eventualmente desviante que, embora seja aludida, não é objecto de descrição numa determinada secção, sendo-o na secção apropriada. O sublinhado prevalece nas frases correspondentes à norma europeia, porém, sem o negrito. No final de cada frase, entre parênteses rectos, está a informação que se prende com o órgão de comunicação, seguido do programa do qual foi gravada a sequência e, finalmente, a data de gravação. É o que se exemplifica nas frases (i) e (ii).

Paulino Soma Adriano

- (i) É a nossa mãe // elas é que nos meteram no mundo / tenho que lhe levar carinhosamente / não é mamã ? [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (ii) Porque nós não queremos ver eu tenho pão para comer / o outro irmão não tem pão para comer // é meu irmão // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]

Os parênteses rectos a fecharem o sinal «menos» ([ - ]) indicam a omissão de um dado oral, não agrupado à palavra, como na frase que se segue, em que se omite a preposição a:

- (iii) a direcção que hoje está aqui é a direcção que está [-] mandar / que deve reunir com os trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Quando a omissão é de um morfema que se agrupa à palavra, é representada por [Ø], como na frase (iv).

- (iv) estão a ser construídas três residênciasØ destinadas aos quadros [...] // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]

Os parênteses rectos a fecharem as reticências ([...]) indicam uma interrupção da frase feita não pela pessoa que fala, mas por nós que transcrevemos os dados ou pelo órgão de comunicação social. Podem figurar no princípio e no fim de um enunciado, indicando que o mesmo se traduz num fragmento retirado de um enunciado maior. Indica, também a omissão de alguns dados orais que, por motivos de economia de espaço e por não serem necessários à nossa análise, retiramos do enunciado.

- (v) se porventura estás a colocar o *xis* / sente que fiz erradamente ou coloquei um *xis* a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / tu podes devolver // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Os parênteses rectos foram também usados para, no sentido de fazer perceber o discurso que não é claramente perceptível na escrita, acrescentar um dado nulo na oralidade, como o segundo pronome forte na frase (vi).

- (vi) **eu vive p'a** Luanda // Vim votar aqui [-] Caxito // Assim vou voltar já // [...] **[eu] agradeceu** muito, muito me[-]mo // Assim foi muito correcto me[-]mo / eu até fiquei contente // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Importa também esclarecer que um dado enunciado pode ter sido alvo de análises diferentes em espaços diferentes por conter, igualmente, desvios diferentes.

Em termos de constituição do *corpus*, como se pode notar no anexo, o mesmo apresenta um índice e está dividido em capítulos. Estes, os capítulos, quando necessário, estão divididos em secções, por ordem alfabética, conforme os temas tratados.

#### **4.5. Limitações da pesquisa**

Entendemos que investigações semelhantes à que desenvolvemos contam com limitações físicas e temporais. Além disso, no que respeita a investigações com base num *corpus* oral, a complexidade é, de facto, maior, uma vez que são várias as etapas e técnicas a observar, começando pela transcrição manual, que foi observada neste trabalho. Assim, não nos referindo às dificuldades próprias da transcrição ortográfica, são, mais concretamente, as seguintes, as limitações principais:

- i) A escassez de recursos (humanos), bem como a limitação do tempo regulamentado para a apresentação dos resultados deste estudo não

permitiu que se transcrevessem os enunciados produzidos na sua íntegra.

- ii) Uma vez que as conclusões são tiradas a partir de um *corpus* oral (gravação de enunciados orais a partir de programas televisivos e radiofónicos), não nos foi possível estabelecer rigorosamente uma margem da variedade e/ou do registo em descrição por falta de indicadores socioculturais dos falantes, embora tenhamos apontado pistas à medida que descrevemos os dados. O que nos importou, porém, neste estudo, foi evidenciar as estruturas e expressões frásicas divergentes do padrão europeu que ocorrem no contexto de Angola.
- iii) No *corpus* obtido por meio de gravações, nem sempre foi possível observar algumas estruturas frequentes devido, não apenas à sua quantidade limitada, mas também ao género de textos televisivos e radiofónicos gravados (essencialmente informativos). Por exemplo, o modo imperativo (afirmativo e negativo) e as formas de tratamento ocorrem mais frequentemente em sequências textuais instrucionais e conversacionais, considerando as relações e os papéis que se estabelecem entre os intervenientes no acto de comunicação. Esta é uma das razões pelas quais não enfatizamos, neste estudo, dados estatísticos acerca das ocorrências dos fenómenos descritos, pois, o facto de um dado fenómeno ter sido pouco atestado nem sempre significa que seja pouco frequente ou produtivo.
- iv) Não tendo havido a pretensão de nos posicionarmos num registo de língua específico, o presente trabalho não obedece, assim, ao critério da homogeneidade. Por outras palavras, o *corpus* a que recorreremos acolhe enunciados proferidos por diferentes grupos socioeconómicos, não sendo representativos de um tipo específico de discurso. Cremos que o mesmo permite tirar conclusões que podem ser generalizadas a um *corpus* hipotético, mais alargado, dos referidos grupos heterogéneos.

Quando nos referimos à não homogeneidade do nosso *corpus*, queremos afirmar que os discursos gravados e transcritos, produzidos por pessoas de extractos sociais diferentes, não se referem ao mesmo tema nem são produto de situações de comunicação idênticas. Na verdade, estas limitações não põem em causa os objectivos do nosso trabalho, que, essencialmente, pretendem, como já espelhado, evidenciar estruturas frásicas possíveis no contexto de Angola, desviantes à norma-padrão. Esta é também outra razão que não nos permite aludir a dados estatísticos que se prendem com os fenómenos descritos, uma vez que certas construções são mais ocorrentes num registo do que noutro. Assim, embora as ocorrências tenham sido devidamente numeradas no *corpus*, não enfatizamos, no estudo, os referidos dados estatísticos.

- v) O *corpus* permite, naturalmente, observar outros casos que poderiam ter sido contrastados com a norma europeia. Porém, como acontece com todos os estudos, houve necessidade de delimitar o âmbito da pesquisa. Demos prioridade ao tratamento de desvios dos quais temos consciência de que estão, de certo modo, generalizados no contexto de Angola, quer tenham sido muito ou pouco atestados.





## **CAPÍTULO V: TRATAMENTO MORFOSSINTÁTICO DE ESTRUTURAS E EXPRESSÕES FRÁSICAS DO PORTUGUÊS EM ANGOLA**

Neste capítulo realiza-se, com base no *corpus* transcrito, a descrição morfossintática de estruturas e expressões frásicas. As áreas a que se centrará são essencialmente as da concordância nominal e verbal, da regência verbal, particularmente dos complementos verbais preposicionados e da cliticização. Em relação à concordância nominal, entre outros casos, procuramos dar conta da possibilidade, na variedade angolana do português, da omissão da marca de plural nos SN e SA, quer estes entrem ou não na formação de SPs. Quanto à concordância verbal, destacamos alguns casos nos quais o sujeito, em posição pré-verbal ou pós-verbal não concorda com o seu predicado. Entre outros casos, salienta-se também, na secção sobre concordância verbal, a crescente possibilidade de concordância ideológica pela concordância morfológica, bem como a crise de tratamento no português falado, isto é, a presença de elementos, no mesmo enunciado, que remetem ora para *tu* ora para *você* ou *senhor*. Outros fenómenos morfossintáticos, além dos acima expostos, são igualmente tratados neste capítulo.

### **5.1. Concordâncias**

As normas sintáticas são, entre outros factores, determinantes para uma formação frásica que seja considerada gramatical, pois, algumas delas regulam a ligação entre os seus vários constituintes. Algumas dessas regras, que se revestem de grande importância na formação de frases gramaticais, são precisamente as regras de concordância, assunto que nos ocupa nesta secção, começando pelas ocorrências de disposição frásica que não obedecem à

norma europeia no que respeita à concordância nominal. Em seguida, observaremos as mesmas ocorrências em relação à concordância verbal.

### 5.1.1. Concordância nominal: a omissão da marca de plural /s/

Tradicionalmente, denomina-se concordância nominal a reiteração do mesmo conteúdo morfológico (categoria de género e/ou de número) de um nome nos determinantes (artigo, possessivo, demonstrativo), quantificadores e adjectivos com eles relacionados sintáctica e semanticamente.

Para Câmara Jr., na sua visão estruturalista, «a categoria gramatical de número consiste na oposição entre os morfemas [Ø], do singular, e /s/, do plural» (cf. Câmara Jr., 1979:92), como se compara nos casos abaixo:

- (16) *aluno*Ø  
*aluno/s/*

Brito, numa perspectiva teórica, defende que «os valores de género e número do nome determinam a concordância de determinantes e quantificadores e, ainda, dos sintagmas adjectivais e dos apostos.» (Brito, 2003:330) Assim, se tivermos em conta a frase

- (17) a. *A reitoria convocou todos os estudantes faltosos.*

O núcleo – *estudantes* – do SN, no masculino, está flexionado no plural e, por isso, determina a ocorrência da forma masculina e plural do SA – *faltosos* –, do quantificador – *todos* – e do determinante artigo – *os*.

De igual modo, o SN feminino singular – *a reitoria* – desencadeia a ocorrência do determinante artigo feminino singular – *a*.

O que sucede amiúde na variedade do português em Angola é a ausência dessa marca de plural nos nomes e adjetivos, quer sejam núcleos de SN, de SA ou de SP como se demonstrará com base no *corpus* recolhido. Assim, verificam-se as ocorrências abaixo:

- (17)      *b. \*A reitoria convocou todos os estudanteØ faltosos.*  
              *c. \*A reitoria convocou todos os estudantes faltosoØ.*

Embora não haja, e como já afirmamos ao longo do trabalho, descrições suficientemente sistematizadas sobre o português falado em Angola, o caso da omissão da marca de plural não é novo, nem é um fenómeno que acontece apenas em Angola. Segundo Brandão, o Brasil, por exemplo, tem uma larga descrição de tais casos, sobre os quais se destacam os estudos de Scherre (1998; 1989a; 1989b; 1991; 1992; 1994; 1996; 2005). Nas suas pesquisas, Scherre já observara uma considerável variedade de padrões de concordância que não obedece à gramática normativa, tendo considerado o diversificado número de constituintes que pode compor o SN. (*cf.* Brandão, 2007:63)

Outros estudos procederam à descrição da omissão da marca de plural considerando alguns princípios, isto é, o princípio da saliência fónica e o princípio do paralelismo formal (*cf.* Brandão, 2007:64-65), conceitos que não nos ocupam nesta dissertação.

No caso de Angola, destaca-se o estudo de Inverno, tendo esta autora concluído que «no Português Vernáculo de Angola (PVA), o núcleo do SN raramente recebe marcação de número, sendo que a pluralidade é indicada pela adição do sufixo -s apenas aos elementos não-nucleares mais à esquerda do SN, especialmente no discurso de falantes mais velhos ou menos instruídos

ou no discurso informal daqueles que são mais jovens ou instruídos.» (cf. Inverno, 2005:4)

O *corpus* por nós transcrito confirma, efectivamente, a conclusão de Inverno, uma vez que, entre outras questões morfossintáticas do nosso interesse, a omissão da marca de plural foi um dos fenómenos que mais sobressaiu (cf. *Corpus*, em Anexo, Cap. I).

Importa, no entanto, observar que a omissão do /s/ no *corpus* transcrito pode ocorrer quer mais à esquerda, quer à direita do SN. Além disso, tal omissão não acontece apenas no discurso de falantes adultos ou menos instruídos, nem tão pouco apenas no discurso informal dos mais jovens. A omissão do /s/ é um fenómeno que ocorre comumente no discurso de pessoas não escolarizadas, ou pouco escolarizadas. Porém, o *corpus* atesta o referido fenómeno no discurso de falantes escolarizados e de indivíduos que ocupam cargos de relevância, como médicos e políticos.

Se ocorreram vários casos de omissão da marca de plural nos nomes e adjectivos, o mesmo não se pode afirmar em relação à omissão dessa marca nos determinantes, pois, apenas se registaram oito ocorrências.

Um caso à parte, que merece destaque, observado quando recolhíamos o *corpus*, foi a omissão da fricativa /s/ na desinência número-pessoal - *mos* na fala de pessoas pouco ou nada escolarizadas.

#### **a) Omissão da marca de plural no SN sujeito**

Como é sabido, embora o SN com a função sintáctica de sujeito possa surgir mais à direita da frase, a sua posição em frases não marcadas é precisamente à esquerda do verbo. Nesta posição, é possível observar a omissão da marca de plural no português falado em Angola. É o que acontece nas seguintes estruturas:

Paulino Soma Adriano

- (18) a. \*os programaØ do Partido são bons para os Angolanos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (19) a. \*[...] e as mamãØ conhecem onde vão votar // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (20) a. \*dia 31 / que os AngolanoØ reflectam muito // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Como se pode verificar, os constituintes sublinhados em (18), (19) e (20) são SNs com a função sintáctica de sujeito nos quais se omite a marca de plural. Observa-se a falta de concordância entre os determinantes, no plural, e os nomes que se seguem, que ocorrem no singular:

- (18) b. \*os programa  
c. os programas
- (19) b. \*as mamã  
c. as mamãs
- (20) b. \*os angolano  
c. os angolanos

É, assim, observável que na norma europeia, os SNs devem reflectir concordância entre os nomes, seus núcleos, e, quando existem, os

determinantes que os acompanham. Deste modo, os enunciados em (18a), (19a) e (20a) devem ser estruturados como em (18d), (19d) e (20d).

(18) d. os programas do Partido são bons para os Angolanos //

(19) d. [...] e as mães conhecem onde vão votar //

(20) d. dia 31 / que os Angolanos reflectam muito //

Há, também, algumas ocorrências de omissão da marca de plural no SN com a função sintáctica de sujeito (Suj), quando este (SN) surge na segunda oração, como nos seguintes enunciados:

(21) a. acredito que os treinadorØ vão voltar a ir no Brasil // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

(22) a. portanto / caros irmãos / estamos aqui para poder dizer que as mudançaØ estão a chegar / o povo tem que votar naqueles partidos que possam garantir uma nova vida e uma nova Angola // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Como se pode observar, nas frases em (21a) e (22a), compostas por mais de uma oração, verifica-se a omissão da marca de plural no SN com a função sintáctica de sujeito na segunda oração. Na frase em (21) há também um desvio que se prende com o facto de o verbo *ir* ter seleccionado um SP, que

trataremos na secção apropriada. São, assim evidentes as discordâncias entre os determinantes e os nomes que constituem os SNs, como se pode observar em (21b,c) e em (22b,c):

- (21)      b. \*os treinador  
            c. os treinadores
- (22)      b. \*as mudança  
            c. as mudanças

Na norma europeia as frases em (21a) e (22a) são estruturadas como em (21d) e (22d).

- (23)      d. acredito que os treinadores vão voltar (voltarão) a ir ao Brasil //
- (24)      d. portanto / caros irmãos / estamos aqui para poder dizer que as mudanças estão a chegar; o povo tem que votar naqueles partidos que possam garantir uma nova vida e uma nova Angola //

Parece haver também a possibilidade de ocorrência da omissão da marca de plural em sujeitos deslocados nas construções passivas, como em (25).

- (25)      a. \*estão a ser construídas três residênciØ destinadas aos quadros //

Paulino Soma Adriano

É, facilmente, constatável que o constituinte *três residência* é o sujeito da oração acima e o seu núcleo, *residência*, no singular, não concorda com os restantes constituintes no plural. Compare-se a discordância entre o numeral e o nome que constituem o SN em (25b) e (25c).

(25) b. \*três residência

c. três residências

Em SNs que observem a norma europeia, deve-se colocar no plural o núcleo *residência*, como em (25d), havendo até a possibilidade de deslocar o sujeito para a sua posição habitual, isto é, à esquerda do SV, como em (25e).

(25) d. estão a ser construídas três residências destinadas aos quadros //

e. três residências destinadas aos quadros estão a ser construídas //

#### **b) Omissão da marca de plural no SN Complemento Directo**

A omissão da marca de plural ocorre igualmente em SNs com a função sintáctica de complemento directo (CD):

(26) a. criticam as nossas estradaØ / mas são estas que usam para circular // [TPA1, Telejornal, 25.08.2012]

(27) a. nós temos alguns empreendimentoØ // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]



Paulino Soma Adriano

- (28) a. eu nunca tive oportunidade de ingerir **essas coisa**Ø // [...] [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (29) a. eu gostaria de saber uma questão **ao** senhor Secretário Executivo do Partido / visto que há **muitos problema**Ø de habitação em Angola / principalmente para [-] juventude // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Verifica-se a omissão da marca de plural em SNs com a função sintáctica de complemento directo, nas estruturas acima, todos à direita do SV. Observemos apenas os SNs críticos nas frases acima, isolando-os e comparando-os com os SNs que estão em conformidade com a norma europeia. Vejam-se, para o efeito, os constituintes em (b) que, na norma europeia, tomariam as formas representadas em (c).

- (30) b. \*as nossas estrada  
c. as nossas estradas
- (31) b. \*alguns empreendimento  
c. alguns empreendimentos
- (32) b. \*essas coisa  
c. essas coisas
- (33) b. \*muitos problema  
c. muitos problemas

Considerando os SNs não desviantes acima, as frases desviantes em (30a), (31a), (32a) e (33a) tomam as formas em (30d), (31d), (32d) e (33d):

- (30) d. criticam as nossas estradas mas são estas que usam para circular //
- (31) d. nós temos alguns empreendimentos //
- (32) d. eu nunca tive oportunidade de ingerir essas coisas...
- (33) d. eu gostaria de saber uma questão do senhor Secretário Executivo do Partido / visto que há muitos problemas de habitação em Angola / principalmente para a juventude //

### c) Omissão da marca de plural no SN Predicativo do sujeito

Em nomes que se constituem núcleos de predicados, isto é, em nomes que completam os predicados nominais, há igualmente ocorrência da omissão da marca de plural, como se pode observar nas seguintes frases:

(34) a. [...] independentemente da nossa formação política / todos nós somos **irmão**Ø / lutámos pela mesma causa [...] // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(35) a. o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / **tem** um outro número // Julgo **de** serem **cerca de quatro ou cinco dígito**Ø. [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(36) a. todos os fiéis também são **eleitor**Ø // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]

As expressões a negrito nas frases acima correspondem a constituintes que completam o verbo predicativo *ser*. Desempenham, por isso, a função sintáctica de predicativo do sujeito. Verifica-se, porém, que em todos eles ocorre a omissão da marca de plural. No enunciado em (35a), além da omissão da marca de plural no núcleo *dígito*, o verbo *julgar* é complementado pelo SP encabeçado pela preposição *de*, quando, na norma europeia, essa complementação por SP contribui para a agramaticalidade da frase. A mesma frase apresenta ainda o verbo *ter* em vez do verbo *haver* existencial. Estes

casos são tratados em secções próprias. Isolemos as partes críticas das frases acima e observemo-las em (34b,c), (35b,c) e (36b,c):

- (34)      b. \*todos nós somos irmão  
            c. todos nós somos irmãos
- (35)      b. \*julgo serem cerca de quatro ou cinco dígito  
            c. julgo serem cerca de quatro ou cinco dígitos
- (36)      b. \*todos os fiéis são eleitor  
            c. todos os fiéis são eleitores

Assim, as estruturas não desviantes equivalentes à norma europeia são as que espelhamos em (34d), (35d) e (36d):

- (34)      d. [...] independentemente da nossa formação política / todos nós  
            somos irmãos / lutámos pela mesma causa / [...] //
- (35)      d. o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do  
            lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / há  
            (está) um outro número // julgo serem cerca de quatro ou cinco dígitos //
- (36)      d. todos os fiéis também são eleitores //

A omissão da marca de plural pode ocorrer com outros verbos predicativos que não necessariamente o verbo *ser*, como nos casos descritos acima. É o que se pode demonstrar em (37a), (38a) e (39a).

(37) a. nós como funcionários da ENANA ficamos **satisfeito**Ø...  
[TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

(38) a. temos que nos sentir **orgulhoso**Ø como africanos e educados  
[...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

(39) a. os jovens da província mostram-se **satisfeito**Ø com o  
empreendimento / pois poderão demonstrar o seu talento // [RNA,  
Jornal, 25.08.2012]

Como se pode observar, há omissão da marca de plural em todas as expressões em negrito, que correspondem a adjetivos, núcleos dos SAs. Se isolarmos as partes críticas das frases acima, mesmo com alguma manipulação, notamos melhor os desvios que ocorrem:

(37) b. \*nós ficámos satisfeito  
c. nós ficamos satisfeitos

(38) b. \*sentir-nos orgulhoso  
c. sentir-nos orgulhosos

(39) b. \*os jovens mostram-se satisfeito

Paulino Soma Adriano

c. os jovens mostram-se satisfeitos

Observando a norma europeia, as frases em (37a), (38a) e (39a) são construídas como em (37d), (38d) e (39d):

(37) d. Nós como funcionários da ENANA ficamos satisfeitos // [...]

(38) d. Temos que nos sentir orgulhosos como africanos e educados  
[...] //

(39) d. os jovens da província mostram-se satisfeitos com o  
empreendimento / pois poderão demonstrar o seu talento //

**d) Omissão da marca de plural no SN Modificador**

O *corpus* recolhido evidencia escassos casos de omissão da marca de plural no SN com a função sintáctica de modificador apositivo, como no enunciado em (40a).

(40) a. \*agora / os outros de outra área / os administrativoØ / penso  
eu que também o Clube devia velar por eles [...] // [RNA, Clube Angola,  
28.07.2012]

É clara a discordância entre o aposto, cujo núcleo é *administrativo*, e o determinante artigo definido que lhe segue *os*, bem como o constituinte que modifica, *os outros de outra área*. É o que se demonstra isolando o SN em

função de modificador no qual falta a marca de plural (40b), comparando-o com o SN que recebe a marca de plural em (40c).

- (40)      b. \*os administrativo  
            c. os administrativos

Com efeito, na norma europeia, a frase em análise toma a estrutura em (40d).

- (40)      d. agora / os outros de outra área / os administrativos / penso eu  
            que também o Clube devia velar por eles [...] //

**e) Omissão da marca de plural no SA Mod**

A omissão da marca de plural ocorre ainda em SA com a função sintáctica de modificador. Observe-se que, nas seguintes frases, aos adjectivos que constituem o núcleo do SA lhes falta a marca de plural.

- (41)      a. \*o município está assegurado por trinta e quatro enfermeiros /  
            uma médica de nacionalidade russa que trabalha em oito postos de  
            saúde e dois centros médicoØ // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]

- (42)      a. \*a Comissão Nacional Eleitoral já definiu aqueles que têm  
            prioridade: “as mulheres grávidaØ / os membros que trabalham na  
            Assembleia / os militares // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições,  
            24.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (43) a. \*a droga faz muito mal ao nosso corpo / porque o nosso corpo  
é o templo do Espírito Santo / não devemos pôr coisas imundaØ // [RH,  
Bué Pausado, 27.06.2012]

É evidente, nestas frases, a falta de concordância entre os adjectivos, que são núcleos do SA, com o SN que modificam. Isolemos as partes críticas para as observarmos melhor em (41b,c), (42b,c) e (43b,c).

- (41) b. \*dois centros médico  
c. dois centros médicos
- (42) b. \*as mulheres grávida  
c. as mulheres grávidas
- (43) b. \*coisas imunda  
c. coisas imundas

Considerando as formas nas quais é evidente a concordância, isto é, nas quais se junta a marca de plural ao adjectivo, na norma europeia as frases em (41a), (42a) e (43a) são como em (41d), (42d) e (43d).

- (41) d. O município está assegurado por trinta e quatro enfermeiros /  
uma médica de nacionalidade russa que trabalha em oito postos de  
saúde e dois centros médicos //



Paulino Soma Adriano

- (42) d. A Comissão Nacional Eleitoral já definiu aqueles que têm prioridade // as mulheres grávidas / os membros que trabalham na Assembleia / os militares // [...]
- (43) d. A droga faz muito mal ao nosso corpo / porque o nosso corpo é o templo do Espírito Santo / não devemos pôr coisas imundas.

#### f) Omissão da marca de plural no SP

Os SPs, que são necessariamente encabeçados por uma preposição, nunca aparecem sozinhos, ou seja, não constituem núcleos por si só, como se pode observar em (44a) e (44b). Devem ser complementados por um nome ou por um adjectivo.

- (44) a. *As visitas vêm de Benguela.*  
b. *\*As visitas vêm de.*

O que acontece frequentemente no português falado em Angola é a omissão da marca de plural nos SN e SA que complementam os SPs, quer tenham a função sintáctica de modificador, como em (45a), complemento oblíquo, como em (46a) e (48a) ou de complemento agente da passiva, como em (47a).

- (45) a. é uma infra-estrutura que poderá contribuir para os jovens na sua formação **em várias especialidade**Ø / ocupando o tempo livre // [...] [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (46) a. o facto de se **terem** colocado as listas **nas escola**Ø e nos locais de voto está [-] facilitar muita gente [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Paulino Soma Adriano

(47) a. já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta **por jovem**Ø / então eu peço a eles que adiram esta campanha // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

(48) a. a obra [-] que se refere o presente termo de entrega encontra-se **em perfeita**Ø **condições** e foi alvo de vistoria pelos órgãos competentes // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]

Como se pode constatar, os nomes *especialidade* (45a), *escola* (46a) devem, de acordo com a norma europeia, figurar no plural, em concordância com os determinantes que os acompanham e, na frase em (47a), haver a exigência de o constituinte *jovem* figurar também no plural. Ainda na frase em (47a) figura o pronome forte *ele*, seguido da preposição *a* (*a eles*) em substituição do clítico dativo *lhe*, o que acontece comumente no português coloquial em Angola. Comparemos, no entanto, os SPs nos quais se omite a marca de plural com os SPs que a preenchem em (45a,c), (46a,c), (47a,c) e (48a,c):

(45) b. \*em várias especialidade

c. em várias especialidades

(46) b. \*nas escola

c. nas escolas

(47) b. \*população composta por jovem

c. população composta por jovens

Paulino Soma Adriano

- (48)      b. \*em perfeita condições  
            c. em perfeitas condições

Considerando as formas das alíneas c, que recebem a marca de plural, na norma europeia teríamos frases como as que figuram em (45d), (46d), (47d) e (48d):

- (45)      d. É uma infra-estrutura que poderá contribuir para os jovens na sua formação em várias especialidades / ocupando o tempo livre [...] //
- (46)      d. O facto de se ter colocado as listas nas escolas e nos locais de voto está a facilitar muita gente [...] //
- (47)      d. Já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta por jovens / então eu peço-lhes que adiram a esta campanha //
- (48)      d. a obra a que se refere o presente termo de entrega encontra-se em perfeitas condições e foi alvo de vistoria pelos órgãos competentes [...] //

#### **g) Omissão da marca de plural no determinante artigo definido**

Além dos casos acima apresentados, o *corpus* transcrito encerra ainda alguns escassos casos em que se omite a marca de plural no determinante artigo definido. Isto acontece não apenas em contextos de artigo não contraído, como nas frases (49a) e (50a), mas também em contextos de contracção da

preposição *de* com o artigo, como nas frases (51a), (52a) e (53a). Pode haver ainda omissão da marca de plural quando o artigo se contrai com a preposição *em*, como é o caso das frases (54a) e (55a).

- (49) a. [...] o **equipamentos** modernos / residência para os funcionários / um posto de saúde e uma área de formação especializada e de apoio ao agricultor // o projecto é uma aposta do executivo angolano que visa o desenvolvimento agrário na província // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (50) a. Crianças / estudantes / alunos, o **vossos** pais têm estado a conduzir-vos à escola / têm estado a levar-vos para a escola // agora é a vossa vez // estudantes e alunos / levem o papá para votar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (51) a. Eu apoio o programa de governo do Partido porque nele constam a solução da **minhas preocupações** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (52) a. antes eu dependia // assim não estarei a depender sempre do **meus pais** // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (53) a. o Estado decretou uma Lei que as **nossas terra** / do **nossos antepassado** / já são do Estado / já não são **nossos** // [...] você também aceita ?
- (54) a. todos nós passámos por momentos difíceis na **nossas vida** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (55) a. eu vou deixar mensagem na **minhas irmãs** que se encontram ao meu redor / “que dia 31 desse mês não se esqueçam de ir votar” // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

Como se pode observar, os enunciados em (53a) e (54a) apresentam, simultaneamente, a omissão da marca de plural no artigo e no nome. Em (53a), a marca de plural foi três vezes omitida, ou seja, foi omitida no nome *terra*, não concordando, deste modo, com os determinantes artigo definido e possessivo plural (*as nossas*) que o segue; foi ainda omitida no artigo *o* contraído com a preposição *de* (*do*); por último, foi omitida no nome *antepassado*, seguido do possessivo *nossos*. Em (54a), há simultaneamente omissão da marca de plural no artigo definido feminino *a* contraído com a preposição *em* (*na*) e no nome *vida*, que, sem a marca de plural, não concordam igualmente com o determinante possessivo *minhas*. Outros desvios de concordância e regência marcam alguns dos enunciados acima e são tratados em secções próprias. Observemos isoladamente os SNs, partindo de estruturas nas quais se omite a marca de plural no determinante (a), que podem ser comparadas com as alíneas (c), nas quais a marca de plural é evidente nos determinantes. Note-se que nos enunciados (54) e (55), as estruturas usadas na norma europeia são as que figuram nas alíneas (d), havendo a possibilidade, no segundo caso, isto é, no enunciado (55), de substituir o SP às *minhas irmãs* pelo clítico dativo *lhe* complemento indirecto, como em (55e).

(49) b. \*o equipamentos modernos

c. os equipamentos modernos

(50) b. \*o vossos pais

c. os vossos pais

(51) b. \*a solução da minhas preocupações

c. a solução das minhas preocupações

Paulino Soma Adriano

- (52)     b. \*depender do meus pais  
          c. depender dos meus pais
- (53)     b. \*as terras do nossos antepassados  
          c. as terras dos nossos antepassados
- (54)     b. \*momentos difíceis na nossas vida  
          c. momentos difíceis nas nossas vidas
- (55)     b. \*deixar mensagem na minhas irmãs  
          c. \*deixar mensagem nas minhas irmãs  
          d. deixar mensagem às minhas irmãs  
          e. deixar-lhes mensagem

Na norma europeia, e tendo em conta os constituintes que acabámos de comparar, as frases em (49a) a (55a) são estruturadas como se segue:

- (49)     b. [...] os equipamentos modernos / residência para os funcionários / um posto de saúde e uma área de formação especializada e de apoio ao desenvolvimento agrário na província //
- (50)     d. crianças / estudantes / alunos / os vossos pais têm estado a conduzir-vos à escola / têm estado a levar-vos para a escola // agora é a vossa vez //
- (51)     d. eu apoio o programa de governo do Partido / porque nele consta a solução das minhas preocupações //
- (52)     d. antes eu dependia // assim não estarei a depender sempre dos meus pais //

Paulino Soma Adriano

(53) d. o Estado decretou uma Lei segundo a qual as nossas terras /  
dos nossos antepassados / já são do Estado / já não são nossas // [...] /  
a senhora também aceita ?

(54) d. todos nós passámos por momentos difíceis nas nossas vidas //

(55) e. eu vou deixar mensagem às minhas irmãs que se encontram  
ao meu redor / “que dia 31 deste mês não se esqueçam de ir votar” //

#### **h) Possibilidade de omissão da marca de plural em mais do que um constituente**

As frases em (50a) e (51a), que foram pouco atestadas no *corpus*, proferidas por pessoas com pouca escolarização, fazem-nos concluir que há, no português falado em Angola, a possibilidade de omissão simultânea da marca de plural no determinante artigo e no nome que acompanha, desde que entre aquele e este haja um outro determinante possessivo. Comparem-se as estruturas em (50c, d) e em (51c, d).

(50) c. \*na nossas vida.  
d. nas nossas vidas.

(51) c. \*do nossos antepassado.  
d. dos nossos antepassados.

Adicionalmente, o *corpus* atesta vários contextos em que, na mesma frase ou oração, a marca de plural é omitida em mais de um constituinte, isto é, em mais de um sintagma, o que, com base nos casos já descritos, é obviamente

Paulino Soma Adriano

previsível. Os sintagmas sucessivos nos quais se omite a marca de plural podem ser da mesma natureza, isto é, simplesmente repetidos, ou de natureza diferente. É o que acontece, por exemplo, nas seguintes estruturas:

- (56) a. \*[...] apostar seriamente no ensino / para que **os nossos certificado**Ø / **os nossos técnico**Ø sejam **reconhecido**Ø no contexto da África / do mundo / no contexto das nações [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (57) a. \*[...] uma outra coisa também é que tem poucas cabina [//] **poucas cabinas eléctrica**Ø [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (58) a. [...] isso é porque o treinador conhece melhor **os jogador**Ø / conhece melhor [CD]**os jogador**Ø // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (59) a. vamos mostrar primeiro nós que nós não somos **corrupto**Ø / pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque / às vezes / eu trabalho numa instituição [...] / e sou corrupto e quero que os outros não sejam **corrupto**Ø // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (60) a. teremos também políticas para ajudar **as nossas aldeia**Ø // nós não queremos ver mais aldeia de capim / sem energia / sem água // queremos modernizar **as nossas aldeia**Ø / queremos criar condições / queremos formar lá também **pequenos governo**Ø para poderem atender os assuntos correntes da comunidade... [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]



(61) a. a organização partidária vai defender fortemente as mulheres  
contra todas as formas de discriminação / **aberta**Ø ou **velada**Ø...  
[TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(62) a. [...] por isso é que as pessoas / hoje / estão na associação /  
mas estão **acanhada**Ø / estão **fechada**Ø / [RH, Bué Pausado,  
20.06.2012]

(63) a. houve aqui a necessidade **dos médico**Ø **angolano**Ø / e aceitei  
a proposta // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

Na estrutura em (56), além da omissão da marca de plural nos dois SNs com a função sintáctica de sujeito composto *os nossos certificado*, *os nossos técnico*, é observável a omissão dessa mesma marca no participio de valor adjectivo com a função sintáctica de predicativo do sujeito *reconhecido*. Logo, numa mesma oração, a marca de plural está omissa três vezes, isto é, no primeiro SN *os nossos certificado*, no segundo SN *os nossos técnico* e, por último, no SA (*reconhecido*). Observem-se as sequências em que se omite a marca de plural (56b), comparando-as com as que preenchem essa marca (56c):

(56) b. \*que os nossos certificado, os nossos técnico sejam  
reconhecido

c. que os nossos certificados, os nossos técnicos sejam  
reconhecidos

Assim, na norma europeia, ter-se-ia uma estrutura como a que figura em (56d)

- (56) d. [...] apostar seriamente no ensino / para que os nossos certificados / os nossos técnicos sejam reconhecidos no contexto da África / do mundo / no contexto das nações //

Em (57a) observa-se, além da omissão da marca de plural em dois constituintes sucessivos, também um desvio que consiste no emprego do verbo *ter* em substituição do *haver* impessoal, caso tratado na secção 5.5. É, no entanto, curioso verificar que o falante tenta reformular o seu discurso e tem êxito na ressalva do desvio anterior, isto é, na omissão da marca de plural no SN *poucas cabina*. Contudo, volta a omitir a marca de plural no constituinte reformulado, embora já não no SN, mas sim no SA que modifica aquele *poucas cabinas eléctrica*. Vejam-se as comparações em (57b,c) e (57d,e):

- (57) b. \*poucas cabina  
c. poucas cabinas
- (57) d. \*poucas cabinas eléctrica  
e. poucas cabinas eléctricas

É aqui evidente a considerável tendência para a omissão da marca de plural no português falado em Angola. Na norma padrão, a frase em (57a) seria construída como em (57f).

Paulino Soma Adriano

- (57) f. [...] uma outra coisa também é que há (existem) poucas  
cabinas [/] poucas cabinas eléctricas [...].

Em (58a) verifica-se exactamente o mesmo. Porém, neste caso, temos dois constituintes da mesma natureza que o falante repete, mas em ambos os casos omite a marca de plural. Comparem-se os SNs em (58b) e (58c). Note-se que o falante repete toda a segunda oração, embora no segundo caso omita o sujeito *o treinador* (*o treinador conhece melhor os jogador, conhece melhor os jogador*).

- (58) b. \*os jogador  
c. os jogadores

Na norma europeia, mesmo repetindo o constituinte SN complemento directo, tem-se uma estrutura como em (58d):

- (58) d. [...] isso é porque o treinador conhece melhor os jogadores /  
conhece melhor os jogadores //

Em (59a) o constituinte *corrupto* ocorre três vezes, sendo que na segunda deve naturalmente permanecer no singular (*sou corrupto*), mas não na primeira e na terceira ocorrências, em que o mesmo deve figurar no plural. Todavia, embora a primeira e a terceira ocorrências estejam consideravelmente separadas uma da outra, em nenhuma das duas se junta a marca de plural. Quer na primeira (*não somos corrupto*) quanto na segunda (*não sejam corrupto*) o SN *corrupto*

Paulino Soma Adriano

desempenha a função sintáctica de predicativo do sujeito. Note-se que o primeiro caso em que se omite a marca de plural o SA *corrupto* tem como sujeito *nós*, e no segundo, *os outros*, como se pode observar melhor em (59b,c) e em (59d,e).

- (59)      b. \**nós não somos corrupto*  
            c. *nós não somos corruptos*

- (59)      d. \**que os outros não sejam corrupto*  
            e. *que os outros não sejam corruptos*

Desta forma, se tivermos em conta os SAs que preenchem a marca de plural, temos a frase estruturada em conformidade com a norma europeia em (59f).

- (59)      f. *vamos mostrar (mostremos) primeiro nós que (nós) não somos corruptos / pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque / às vezes / eu trabalho numa instituição [...] / e sou corrupto e quero que os outros não sejam corruptos //*

Em (60a), temos várias orações de um mesmo discurso no qual ocorre o constituinte *as nossas aldeia* duas vezes, em ambos os casos sem a marca de plural. Como se pode constatar, em *as nossas aldeia* não há concordância, já que os determinantes artigo definido e possessivo *as nossas* ocorrem no plural, o que obriga a junção da marca de plural ao SN *aldeia*. No final está um outro constituinte (*pequenos governo*) que, igualmente, fica à margem da norma europeia, uma vez que entre o adjectivo *pequeno* e o nome *governo* não há

concordância. A resolução deste caso passa igualmente por juntar a marca de plural ao constituinte governo. Quer o SN *as nossas aldeia*, quer o SN seguido do SA *pequenos governo* desempenham todos a função sintáctica de complemento directo.

Ainda quanto à ausência da marca de plural, comparem-se as estruturas em (60b,c) e (60d,e):

- (60)      b. \*as nossas aldeia  
            c. as nossas aldeias

- (60)      d. \*pequenos governo  
            e. pequenos governos

Assim, na norma europeia, ter-se-ia uma estrutura como a que se segue:

- (60)      f. teremos também políticas para ajudar as nossas aldeias // nós não queremos ver mais aldeia de capim / sem energia / sem água // queremos modernizar as nossas aldeias / queremos criar condições / queremos formar lá também pequenos governos para poderem atender os assuntos correntes da comunidade [...]

Em (61a) temos dois modificadores separados pela conjunção coordenativa disjuntiva *ou*. Os referidos modificadores são, respectivamente, *aberta* e *velada*, portanto, no singular feminino. Esta disposição, porém, põe em causa a gramaticalidade da frase, uma vez que tais modificadores se referem ao

Paulino Soma Adriano

constituente SN *todas as formas de discriminação*, no feminino plural.  
Comparem-se os constituintes em (61b,c,d) e (61e,f,g):

- (61)     b. \*todas as formas de discriminação / aberta  
          c. \*todas as formas de discriminação / velada  
          d. \*todas as formas de discriminação / aberta ou velada

- (61)     e. todas as formas de discriminação / abertas  
          f. todas as formas de discriminação / veladas  
          g. todas as formas de discriminação / abertas ou veladas

Logo, na norma europeia, o enunciado em (61a) teria a seguinte forma:

- (61)     h. a organização partidária vai defender fortemente as mulheres  
          contra todas as formas de discriminação / abertas ou veladas //

Em (62a), observa-se também a ausência da marca de plural nos constituintes SA *acanhada* e *fechada*, no singular, ambos com a função sintáctica de predicativo do sujeito. Esses SA referem-se ao constituinte SN sujeito as *peessoas*, no plural, daí a falta de concordância entre o SN e os SAs. Comparem-se os constituintes em (62b,c) e (62d,e):

- (62)     b. \*as pessoas estão acanhada  
          c. \*as pessoas estão fechada

Paulino Soma Adriano

- (62) d. as pessoas estão acanhadas  
e. as pessoas estão fechadas

Considerando as observações acima, na norma europeia haveria a junção da marca de plural nos SA *acanhada* e *fechada*, como na frase em (62f).

- (62) f. [...] por isso é que as pessoas hoje estão na associação / mas estão acanhadas / estão fechadas //

Por último, em (63a) ocorre a omissão da marca de plural em dois constituintes sucessivos, embora de natureza diferente. Trata-se do SP *dos médico*, seguido do SA *angolano*, que modifica aquele SN, isto é, *dos médico angolano*, havendo uma clara falta de concordância entre os dois sintagmas e o determinante artigo que os acompanha, contraído com a preposição *de* (*dos*). Por outro lado, como se pode inferir a partir do contexto frásico, o artigo contraído com a preposição *de* seria também dispensável, uma vez que havia necessidade de qualquer médico, desde que fosse angolano, e não de um grupo específico de médicos, como se pode ver em (63b,c,d).

- (63) b. \*necessidade dos médico angolano  
c. ?necessidade dos médicos angolanos  
d. necessidade de médicos angolanos

Deste modo, na norma europeia a frase em (63a) seria construída como em (63e).

Paulino Soma Adriano

(63) e. houve aqui a necessidade de médicos angolanos / e aceitei a proposta //

**5.1.2. Um caso à parte: a omissão da fricativa /s/ na desinência verbal número-pessoal -mos.**

Este assunto não nos ocupa detalhadamente, pois entendemos ser mais objecto da fonética do que da morfossintaxe. Todavia, à medida que gravávamos e transcrevíamos os dados, surgiram muitos casos nos quais se omitiu a fricativa /s/ na desinência número-pessoal -mos, na fala de pessoas pouco escolarizadas, mas também na de pessoas escolarizadas (observe-se o enunciado em (68a)) proferido por um médico angolano), bem como outros casos abaixo apresentados:

(64) a. [...] porque nós quando entramo∅ nas drogas / começamos a consumir tanto //.[RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

(65) a. [...] visto que temo∅ sido muito fragilizados em relação ao género // [TPA1, Campanhas Eleições, 17.08.2012]

(66) a. [...] também já conhecemo∅ o nosso quartel onde vamo∅ votar // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

(67) a. nós queremo∅ a mudança // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]



Paulino Soma Adriano

- (68) a. a partir da boca / nós consequimoØ descobrir outros problemas // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

Na variedade europeia esses casos não ocorrem, uma vez que as desinências são preenchidas pela fricativa /s/, como nas formas correspondentes a partir de (64b).

- (64) b. [...] porque quando nós entramos nas drogas / começamos a consumir tanto [...] //

- (65) b. [...] visto que temos sido muito fragilizados em relação ao género //

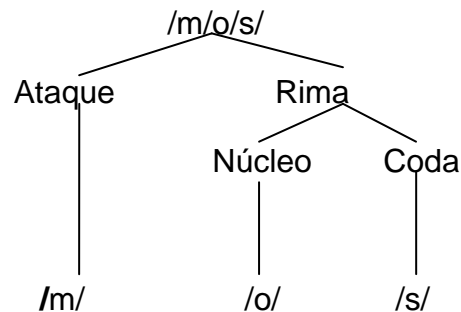
- (66) b. [...] também já conhecemos o nosso quartel onde vamos votar //

- (67) b. nós queremos a mudança //

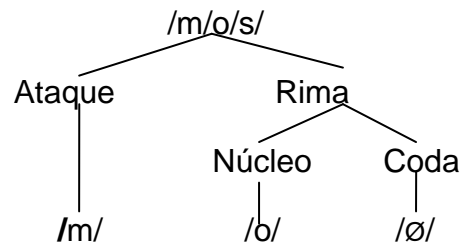
- (68) b. a partir da boca / nós consequimos descobrir outros problemas //

Como se pode observar, do ponto de vista silábico, a omissão acontece em posição de coda. Assim, nos verbos em (64) *en-tra-mos*, (65) *te-mos*, (66) *co-nhe-ce-mos* e *va-mos*, (67) *que-re-mos*, (68) *con-se-gui-mos*, a estrutura da última sílaba – *mos*, que é a desinência número-pessoal, é a seguinte:

Paulino Soma Adriano



No contexto angolano omite-se frequentemente este /s/, em posição de coda (na desinência número-pessoal), ficando um vazio nesta posição, como no esquema seguinte:



Este fenómeno pode dar-se em simultâneo com a omissão da marca de plural, como nas frases em (69a), frase equivalente, na norma europeia, a que figura em (69b).

- (69) a. o próprio líder não respeita **os cidadão** // nós **queremo** a mudança // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- b. o próprio líder não respeita os cidadãos // nós queremos a mudança //

Mais exemplos destes casos podem ser observados no Capítulo II do *Corpus* em anexo.

### **5.1.3. Considerações finais sobre a omissão de /s/**

Mediante tudo quanto se expôs, é possível afirmar que a omissão da marca de plural é um facto no português falado em Angola. Embora não tenha sido possível aferir dados socioculturais e sociolinguísticos dos falantes, os enunciados gravados e transcritos revelam claramente que a omissão da marca de plural não é um fenómeno que se atribui exclusivamente a falantes não escolarizados, mas também a falantes da norma culta, pertencentes a diferentes grupos socioprofissionais. Esta constatação condiz, assim, com a de Mattos e Silva, quando esta autora, referindo-se ao fenómeno descrito no caso do Brasil, conclui igualmente que «(...) o mesmo não é estranho a alguns falantes da norma culta.» (Mattos e Silva, 2013:151)

Entendemos que são previsíveis os contextos de omissão desta marca, isto é, há a possibilidade de omissão da marca de plural em qualquer sintagma no qual figure um nome ou um adjectivo. Parece não terem papel relevante as palavras que seguem os nomes, nos quais se omite a marca de plural, nem a sua função sintáctica, como se pode observar:

- ✓ Nomes seguidos de determinante artigo:

(70) \*os programa

(71) \*os angolano

- ✓ Nomes seguidos de determinante demonstrativo

(72) \*essas coisa

- ✓ Nomes seguidos de determinante artigo + possessivo

Paulino Soma Adriano

(73) \* as nossas estrada

(74) \*as nossas aldeia

✓ Nomes seguidos de quantificador

(75) \*três residência

(76) \*muitos problema

(77) \*alguns empreendimento

(78) \*várias especialidade

Em relação aos adjectivos, ou nomes em contextos nos quais se comportam como adjectivos, a marca de plural ocorre quer quando este é o núcleo do predicado, isto é, quando desempenha a função sintáctica de predicativo, como em (79) e (80), quer quando é modificador do SN, como em (81) e (82).

(79) \*somos irmão

(80) \*são eleitor

(81) \*centros médico

(82) \*mulheres grávida

Como se pode observar nos casos acima, os adjectivos, ou nomes de valor adjectivo, figuram todos à direita dos nomes a que se referem. Parece haver também a possibilidade de omissão da marca de plural em adjectivos que figurem à esquerda do nome, como no SP em (83):

(83) \*em perfeita condições

Como visto, é possível a omissão da marca de plural simultânea no nome e no adjectivo, como ocorre em (84):

(84) \*necessidade dos médico angolano

Segundo Marques (1983), a ausência de marcação de número no núcleo do SN decorre do facto de nas línguas bantu esta categoria ser marcada nos nomes através de prefixos e não de sufixos. Quando o nome ocorre com outros elementos no SN, todos os elementos não nucleares recebem o mesmo prefixo, o qual concorda em número e classe com o prefixo marcado no núcleo.

A mesma autora defende ainda que, ao adquirirem o português, os angolanos terão interpretado os nomes portugueses como invariáveis, considerando a ausência de alteração no início das palavras e os artigos portugueses como equivalentes dos prefixos *bantu*. Baseando-se em Chatelain (2001) argumenta haver evidências abundantes de que os empréstimos portugueses nas línguas *bantu* terão perdido a marcação original de número, sendo normalmente integrados nas classes nominais *bantu*, estes sem marcador de singular, embora recebam a correspondente marca de plural (cf. Marques, 1983:2019).

Inverno (2005:132) concorda com Marques (1983) e aprofunda com bastante clareza este assunto, partindo das características de algumas línguas *bantu* e passando, posteriormente, para o português, observando, no português vernáculo de Angola, as influências daquela no que respeita à marcação e à concordância de número no SN.

No Brasil, onde este fenómeno também ocorre frequentemente, têm sido avançados alguns princípios explicativos, que não nos ocupam neste estudo. Trata-se do princípio da (i) *saliência fónica* e do (ii) *paralelismo formal*, considerando variáveis extralinguísticas, como o nível de escolaridade relacionado ao estatuto social do falante. Há mesmo opiniões que defendem a funcionalidade desses padrões como não erróneas (cf. Brandão, 2007:58,59).

Em Angola, porém, falantes que recorrem às referidas construções, que são frequentes no país, são discriminados por falantes mais cultos. Contudo, o fenómeno é tão evidente e tão imponente que já está a interferir na escrita de alunos do nível médio e superior<sup>8</sup>.

Na generalidade pode dizer-se que, no português falado em Angola há, efectivamente, uma tendência considerável para a omissão do /s/ como marca de plural, mas também como parte da desinência número-pessoal de verbos na primeira pessoa do plural. Entendemos, por isso, que estudos deste fenómeno numa perspectiva fonética podem ser muito mais esclarecedores, tendo em conta os contextos fonéticos em que o /s/ é, ou não, omissos.

Para observar todas as ocorrências dos casos acima descritos, confrontem-se os Capítulos I e II do *Corpus* em anexo.

#### **5.1.4. Outros casos de concordância nominal atestados**

Como é sabido, no interior do SN estabelecem-se igualmente relações de concordância de género e número entre i) o determinante e o nome, ii) o quantificador e o nome e iii) o nome e o adjectivo.

---

<sup>8</sup> Cabral dá conta de frases escritas (por exemplo: *estas duas mulher estavam unida pelo sentimento de solidariedade*). (cf. Cabral, 2005:76)

E. Bechara define concordância nominal a que se verifica em género e número entre o adjectivo e o pronome (adjectivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o nome ou pronome (palavras determinadas) a que se referem (cf. Bechara, 1999:543).

Acontece, porém, que no *corpus* recolhido ocorrem algumas tendências de casos que se desviam do padrão e que apresentamos seguidamente (cf. *Corpus*, Capítulo III).

#### **5.1.4.1. Concordância do nome com o adjectivo**

Em português, o adjectivo varia em género e número, obedecendo ao género e número do nome que modifica. Por isso, o adjectivo e o nome acham-se estreitamente relacionados, ainda que, numa dada estrutura frásica, se encontrem consideravelmente distanciados um do outro (85). A falta de concordância entre ambos resulta numa frase agramatical, como em (86) e em (87).

(85) *O passageiro teve um desmaio em pleno voo. Corpulento que era, foi difícil tirá-lo do assento em que se encontrava.*

(86) *\*O passageiro teve um desmaio em pleno voo. Corpulenta que era, foi difícil tirá-lo do assento em que se encontrava.*

(87) *\*O passageiro teve um desmaio em pleno voo. Corpulentos que era, foi difícil tirá-lo do assento em que se encontrava.*

No português falado em Angola, porém, estruturas que apresentam esse tipo de desvios parecem ganhar algum terreno. A agramaticalidade pode dar-se quer com adjectivos propriamente ditos, quer com participios verbais (cf. *Corpus*, Capítulo III, Secção a). Como tem sido anotado pela tradição gramatical, o participio apresenta o resultado do processo verbal, mas acumula as características de verbo com as de adjectivo, podendo, em certos casos receber, como acontece com os adjectivos, os morfemas -a (de feminino) e -s (de plural). Na descrição que se procede em relação às estruturas de concordância desviante entre o adjectivo e o nome, as formas verbais no participio têm valor adjectival. Considerem-se os seguintes enunciados:

- (88) a. a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral **tem instalado cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis mesas de voto** // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (89) a. enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos / vários populares já têm **identificado as suas Assembleias de Voto** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (90) a. dos eleitores / era **notório** a **ansiedade de votarem** pelas primeiras horas e serem os primeiros // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (91) a. **todo outro processo de formação** foi **feita** no exterior do país // em França / Portugal / na China... [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]



Paulino Soma Adriano

- (92) a. aparece pessoas voluntárias para nos ajudar a levantar a cadeira de roda[-] / o que não seria adequada // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]

Como se pode inferir há, nas frases acima, discordância entre os nomes e os adjectivos que os modificam.

No enunciado (88a) deste grupo, o nome – *Assembleias* – seguido do quantificador numeral «161» bem como o nome composto – *mesas de voto*, seguido igualmente do quantificador numeral – 496 – fazem, em conjunto, o argumento interno complemento directo, isto é – *161 Assembleias e 496 mesas de voto*. Era, então, expectável que o adjectivo «instalado», com a função de predicativo, concordasse com o referido complemento directo, no plural. Assim, partindo da frase desviante em relação ao padrão da norma europeia (88a), havia a possibilidade de acrescentar apenas a marca de plural -s ao adjectivo (88b) ou deslocar esse adjectivo para o final da frase (88c) ou, ainda, para haver mais clareza, colocar a frase toda na ordem directa (88d).

- (88) b. a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral tem instaladas cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis Mesas de voto //

c. a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral tem sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis Mesas de Voto instaladas //

Paulino Soma Adriano

d. o Conselho Provincial Eleitoral tem sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis Mesas de Voto instaladas a nível da província //

Relativamente ao enunciado (89a), igualmente o participio de valor adjectivo – *identificado*, no singular, não concorda com o nome – *as suas Assembleias de Voto*, que modifica, o que torna tal estrutura desviante em relação à norma europeia. Observe-se que o constituinte *as suas Assembleias de Voto* desempenha a função sintáctica de complemento directo e o constituinte *identificado* é o modificador desse complemento. Assim, a frase em questão rever-se-ia na norma-padrão se observasse uma das opções abaixo expostas, isto é, acrescentar a marca -s ao adjectivo (89b), o que se comprova se deslocarmos o participio de valor adjectivo para à direita (89c) ou, para mais clareza, colocar o enunciado todo na ordem directa (89d).

(89) b. enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos, vários populares já têm identificadas as suas Assembleias de Voto.

c. enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos, vários populares já têm as suas Assembleias de Voto identificadas.

d. vários populares já têm as suas Assembleias de Voto identificadas, enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos.

No que respeita à frase (90a), já não se coloca uma questão de concordância que tem a ver com o número dos constituintes, mas com o seu género. Como se pode observar, o predicativo do sujeito – *notório* encontra-se no género masculino, quando o respectivo sujeito – *a ansiedade de votar* – se encontra no

género feminino. É este problema que coloca a estrutura em referência à margem da norma-padrão. Para o resolver, o predicativo tinha de concordar com o seu sujeito em género (90b), o que fica mais evidente com a demonstração das frases (90c) a (90d) com base na deslocação dos constituintes. Consta-se que o sujeito do enunciado em questão é todo o constituinte frásico *A ansiedade de (os eleitores) votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros*.

- (90)      b. Dos eleitores / era notória a ansiedade de votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros //
- c. Era notória a ansiedade de os eleitores votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros //
- d. A ansiedade de os eleitores votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros era notória //

Já no enunciado (91a) o que se observa é uma estrutura na voz passiva. A mesma é colocada à margem da norma-padrão pelo facto de, além da omissão do artigo *o* entre os quantificadores *todo* e *outro*, o particípio *feita*, no género feminino, não concordar com o sujeito *Todo o outro processo de formação*, no género masculino. Deste modo, obedeceria à norma-padrão se comportasse o artigo, e o particípio concordasse com o respectivo SN sujeito, que tem como núcleo o nome composto – *processo de formação* (91b).

- (91)      b. todo o outro processo de formação foi feito no exterior do país: em França, Portugal, na China [...].

O artigo torna-se indispensável nesta frase pelo facto de *outro* ter sentido determinado e *todo* referir-se à totalidade do processo de formação em referência.

Na frase (92a) podem ser registados dois casos que a tornam marginal em relação à norma-padrão europeia. Na primeira oração, o constituinte *peessoas voluntárias*, no plural, é o sujeito do predicado *parece*, no singular, o que nos remete para um desvio de concordância verbal. Em segundo lugar, a expressão *nos ajudar a levantar a cadeira* é o sujeito oracional do predicado nominal *seria*, da segunda oração, que, por sua vez, introduz o nome predicativo *adequada*. Sendo o sujeito uma oração, retomada posteriormente pelo demonstrativo *o*, como representado mais claramente na frase (92b), o seu predicativo devia figurar no género masculino, como na frase (92c). Observe-se, também, o facto de haver omissão da marca de plural no nome *cadeira de roda*. Assim, em conformidade com a norma-padrão europeia, a frase completa estaria estruturada como em (92d).

(92) b. \*[...] Ajudar-nos a levantar a cadeira de roda[-] não seria adequada //

c. [...] Ajudar-nos a levantar a cadeira de rodas não seria adequado //

d. Aparecem pessoas voluntárias para nos ajudar a levantar a cadeira de rodas / o que não seria adequado //

como se pode observar, parece que a discordância entre o nome e o adjectivo que o modifica acontece mais frequentemente quando não se observa a ordem directa da frase, isto é, quando há deslocação do adjectivo modificador ou predicativo. Veja-se, mais sinteticamente, a estrutura essencial da maior parte dos enunciados predominantes no *corpus*:

(93) Enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos / vários populares já têm identificadas as suas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

(94) Dos eleitores / era notória a ansiedade de votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Há também casos desviantes em que o adjectivo vem à direita do nome. É o que se passa com as seguintes frases:

(95) Até agora / o sistema que vínhamos fazendo a observação de pesca era apenas efectuada pelos nossos observadores e inspectores de pesca a bordo das próprias embarcações de pesca // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

(96) [...] Visto que o projecto está inteiramente dirigida à classe juvenil e / como jovem / não estaria ausente desta [//] deste pormenor // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]

A antecipação do adjectivo com a função sintáctica de predicativo ou de modificador é característica de boa parte das frases desviantes neste âmbito. É o que acontece também com as frases (93) e (94).

Nestas frases, comparativamente com a maior parte das anteriores analisadas, não há concordância entre o nome e o adjectivo, apesar de este último vir à direita daquele, em alguns casos, muito deslocado.

No enunciado (95a) o sujeito é o *sistema*, representado a seguir pelo pronome *que*, portanto, no masculino. Surge na outra oração, muito deslocado, o predicativo do sujeito cujo núcleo é *efectuada*, logo, no feminino. Além disso, há uma omissão da preposição *com* na segunda oração que a torna igualmente agramatical. Comparem-se os enunciados em (95a) e em (95b):

(95) a. \*até agora / o sistema **que** vínhamos fazendo a observação de pesca era apenas **efectuada** pelos nossos observadores e inspectores de pesca a bordo das próprias embarcações de pesca // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

b. até agora / o sistema **com que** vínhamos fazendo a observação de pesca era apenas **efectuado** pelos nossos observadores e inspectores de pesca a bordo das próprias embarcações de pesca // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

Em relação ao enunciado (96a), observa-se que o SN sujeito *o projecto* não concorda com o participio de valor adjectivo *dirigida*, que constitui o seu predicativo. Compare-se o enunciado em (96a) com o que figura em (96b):

- (96) a. \*[...] Visto que o projecto está inteiramente dirigida à classe juvenil [...].
- b. [...] Visto que o projecto está inteiramente dirigido à classe juvenil [...].

#### 5.1.4.2. Concordância dos determinantes com o nome

Há, no entanto, casos mais inusitados na fala de pessoas pouco ou nada escolarizadas, que vivem particularmente em zonas suburbanas ou mesmo rurais. Trata-se de casos de falta de concordância entre os determinantes e o nome<sup>9</sup>, como nas frases (97a) e (98a) (cf. *Corpus*, Capítulo III, Secção b).

- (97) a. \*agradecer [...] esse oportunidade de fazer uma sentada com a família [...] // [TPA1, Campanhas Eleitoral, 23.08.2012]

- (98) a. \*sim / com a paz sempre nas nossas cabeças / nas nossos corações [...] // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012]

Inverno (2009b:165), em conformidade com o *corpus* por ela recolhido, entende que «in the speech of older and less educated L2 speakers of Portuguese in

---

<sup>9</sup> Inverno dá igualmente conta desses casos no discurso de falantes adultos e de pessoas pouco escolarizadas do Dundo. Segundo a autora, «There are two reasons for this. First, the phenomenon tends to occur only in the speech of older and less educated L2 speakers of Portuguese in Dundo. In the speech of L1 and younger and more educated L2 DVP speakers there is typically agreement between the gender value of the head noun and that of the non-nuclear elements in the noun phrase. Second, there are innumerable counter-examples to this rule in my corpus, i.e. theme –o and athematic masculine nouns occurring with feminine non-nuclear elements ». (cf. Inverno, 2009:165)

Dundo there seems to be a similar tendency to use masculine non-nuclear elements with feminine theme –a or athematic head nouns».

As frases acima tomariam, na norma europeia, as seguintes estruturas:

(99) b. agradecer [...] essa oportunidade de fazer uma sentada com a família [...] //

(100) b. sim / sempre com a paz nas nossas cabeças, nos nossos corações [...] //

#### **5.1.5. Considerações finais sobre a concordância nominal**

A maior parte dos enunciados transcritos em relação aos casos de concordância nominal foi proferida por pessoas com escolarização média e superior. Como se pode observar, os problemas de concordância são mais frequentes quando o adjectivo com valor de modificador ou de predicativo é antecipado ao SN com o qual concorda (101a), (102a), embora haja igualmente casos em que o adjectivo, que apresentamos entre parênteses rectos, vem posposto ao SN (103a), (104a). Comparem-se os fragmentos em (a) com os de (b):

(101) a. \*[instalado] cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentas e noventa e seis mesas de voto

b. [instaladas] cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentas e noventa e seis mesas de voto.

(102) a. \*[identificado] as suas Assembleias de Voto



Paulino Soma Adriano

b. [identificadas] as suas Assembleias de Voto

(103) a. \*o sistema era [efectuada]

b. o sistema era [efectuado]

(104) a. \*o projecto está [dirigida]

b. o projecto está [dirigido]

Nas camadas pouco ou nada escolarizadas, isto é, no português não culto, ocorreram também estruturas que apresentam falta de concordância entre o determinante e o nome. Comparem-se os fragmentos em (105a,b) e em (106a,b):

(105) a. \*esse oportunidade

b. essa oportunidade

(106) a. \*nas nossos corações

b. nos nossos corações

Este fenómeno também acontece no português de Moçambique (cf. P. Gonçalves, 2013:176). Por outro lado, ainda no respeitante à concordância entre o nome e o adjectivo, os desvios detectados ocorrem, igualmente, na norma europeia, particularmente quando o nome tem a função sintáctica de sujeito e o adjectivo, de predicativo. É o que atesta o *corpus* de C. Ribeiro (2011:369), em enunciados extraídos de debates parlamentares. Veja-se um

exemplo transcrito pela autora em que há falta de concordância entre o sujeito e o predicativo (107) (*Ibid.*):

(107) “\*...ficou-nos agora relativamente **claro** ainda **uma outra posição...**”

Outras ocorrências do fenómeno acima descrito podem ser observadas no Capítulo III do *Corpus* em anexo.

## **5.2. Concordância verbal**

Segundo Cunha e Cintra, a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito (cf. Cunha e Cintra, 2008:510). Como se pode perceber, na concordância verbal o sujeito concorda em pessoa e número com o núcleo do SV da oração, como nas frases (108) e (109). Assim sendo, são, na norma-padrão, consideradas agramaticais as frases que não obedecem a esse princípio sintáctico, como acontece nos enunciados (110) e (111).

(108) *Os filhos fizeram uma surpresa ao pai.*

(109) *Eles compraram um carro novo.*

(110) *\*Os filhos fez uma surpresa ao pai.*

(111) *\*Eles comprou um carro novo.*

Porém, com base nos dados obtidos (cf. *Corpus*, Capítulo IV), em Angola, a concordância verbal é, claramente, uma área tendencialmente crítica, cujos desvios nem sempre são sentidos como sendo anómalos. Há desvios, contudo, que só foram registados em pessoas com pouca ou nenhuma escolarização, como iremos demonstrar em seguida.

### 5.2.1. Concordância do verbo com sujeito simples

No que respeita às regras básicas de concordância entre o verbo e o sujeito, Cunha e Cintra afirmam que «O verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido.» (Cunha e Cintra, 1999:494)

A concordância do verbo com o sujeito simples parece não colocar muitas dificuldades, particularmente quando não se regista a deslocação do sujeito. Todavia, há alguns casos que não observam a regra básica de concordância acima exposta (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção a). Vejamos os seguintes enunciados:

(112) a. acreditamos que **esses dez anos de paz trouxe** a esperança de vida a todos os jovens e a todos os Angolanos // [TPA1, Publicidade, 23.08.2012]

(113) a. **\*as situações de dificuldade** que os nossos amigos associados vão viver / estando nós presentes / **fará** com que o nosso *background* [...] desenvolva // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

(114) a. \*apelo a **todos [-] Angolanos** para que **possa** exercer este direito de cidadania / para que **possa** votar de coração limpo e

Paulino Soma Adriano

porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de eleições periódicas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

É possível, em todos os enunciados acima, constatar sujeitos em posição pré-verbal, sendo que o verbo não concorda com os mesmos. Assim, no enunciado (112a) não se verifica concordância do predicado, – *trouxe* – no singular com o sujeito da segunda oração – *esses dez anos de paz* – no plural. Comparem-se os fragmentos em (112b), em que se verifica a não concordância, e em (112c), em que se verifica a concordância:

- (112)    b. \*esses dez anos trouxe  
          c. esses dez anos trouxeram

No enunciado (113a), não se verifica concordância entre o predicado – *fará*, no singular e o sujeito – *as situações de dificuldade* – no plural. Comparem-se os fragmentos em (113b) e (113c):

- (113)    b. \*as situações de dificuldade fará  
          c. as situações de dificuldade farão

Note-se, ainda, que no enunciado (113a) o verbo – *desenvolver* – no contexto em que ocorre, exige o clítico – *se*, caso que tratamos na secção 5.9.4.

No enunciado (114a), além da omissão do artigo depois do quantificador – *todos* – que tratamos na secção 5.10.3, o sujeito da segunda oração – *para*

Paulino Soma Adriano

*que possa exercer este direito de cidadania*, bem como da terceira – *para que possa votar de coração limpo*, é – *todos Angolanos*. Assim, é facilmente observável a falta de concordância entre – *todos Angolanos* (sujeito) e *possa* (núcleo do predicado). Comparem-se os fragmentos em (114b) e (114c):

- (114)    b. \*que todos angolanos possa  
          c. que todos os angolanos possam

Deste modo, em resumo, na norma europeia os enunciados frásicos em referência teriam as seguintes estruturas possíveis:

- (112)    d. acreditamos que esses dez anos de paz trouxeram a  
          esperança de vida a todos os jovens e a todos os Angolanos //
- (113)    d. as situações difíceis que os nossos amigos associados vão  
          viver / estando nós presentes / farão com que o nosso *background* [...] se desenvolva //
- (114)    d. apelo a todos os Angolanos para que possam exercer este  
          direito de cidadania / para que possam votar de coração limpo e  
          porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de  
          eleições periódicas //

Como se pode observar, nestes casos figuram sujeitos no plural, sendo que os predicados ocorrem no singular. Quando é o sujeito que figura no singular, o *corpus* não nos apresentou ocorrências desviantes do padrão, excepto um

Paulino Soma Adriano

caso de um falante aparentemente pouco ou não escolarizado (*todo Angolano estão escutar nós falar...*) e casos de concordância ideológica, que abordaremos mais adiante. Assim, se ocorrem estruturas como a que se apresenta em (115), parece ocorrerem muito raramente as que se apresentam em (116), que são efectivamente estruturadas como em (117):

(115) \*Os homens votou no dia trinta e um de Agosto.

(116) \*O homem votaram no dia trinta e um de Agosto.

(117) O homem votou no dia trinta e um de Agosto.

Por outro lado, é previsível que os casos acima descritos ocorram também em complexos verbais, como no enunciado (118):

(118) a. a nossa província / desde o tempo colonial / nunca modificou //  
mas quando entrou o senhor presidente [...] // **as nossas província**[Ø]  
**está** [-] desenvolver // [TPA1, Telejornal 25.08.2012]

Este enunciado apresenta várias características que o distanciam da norma europeia, designadamente, a omissão da marca de plural em *província*, a supressão ou apagamento da preposição – *a* – no complexo verbal – *está desenvolver*, a ausência do clítico – *se* – no hospedeiro verbal – *desenvolver* e, por último, a questão que nos está a ocupar, isto é, o facto de o verbo auxiliar – *está* – não concordar com o sujeito – *as nossas províncias*. Centremos a nossa atenção na concordância, reconstruindo o fragmento em (118a) até chegar a (118d), que é a forma que se revê na norma europeia:

Paulino Soma Adriano

- (118) a. \*as nossas provínciaØ está desenvolver  
b. \*as nossas províncias está desenvolver  
c. \*as nossas províncias estão a desenvolver  
d. as nossas províncias estão a desenvolver-se

Observa-se que o enunciado é de difícil compreensão, pois não sabemos se o falante se está a referir a uma ou a várias províncias, já que, na primeira oração, o sujeito – *a nossa província* – figura no singular. Porém, na terceira oração, o sujeito tende para o plural – *as nossas província* – omitindo-se a marca de plural no núcleo do SN.

Sem nos centrarmos na descrição dos restantes desvios que o enunciado (118a) apresenta, em relação à norma europeia, se, hipoteticamente, pensarmos que o falante emprega como sujeito, na terceira oração, o constituinte – *as nossas províncias* – formulamos a seguinte proposta (118e) da referida terceira oração, que corresponde à norma europeia:

- (118) e. [...] // as nossas províncias estão a desenvolver-se //

Em determinadas circunstâncias, alguns falantes podem prescindir de flexionar o verbo, mantendo-o no infinitivo, como ocorre em (119a):

- (119) a. nesse universo / temos pra cima de setenta e quatro mil militantes // se todos [-] militantes votar / mais os amigos e simpatizantes / conseguimos atingir mais de noventa e cinco por cento dos votos desse município // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

Paulino Soma Adriano

Neste enunciado, o falante encontrava-se no município a que aludia. Por isso, era expectável que empregasse os demonstrativos *neste* e *deste*. Além disso, não emprega o artigo depois do quantificador – *todos*. Interessa-nos aqui analisar o verbo *votar*, que, referindo-se ao sujeito – *todos [-] militantes* – não é flexionado, como se pode comparar nos fragmentos (119b,c,d). O último exemplo (d) obedece à norma europeia:

- (119)    b. \*se todos [-] militantes votar  
          c. \*se todos os militantes votar  
          d. se todos os militantes votarem

Considerando a análise acima, o enunciado (119a) teria como proposta padrão alternativa o enunciado (119e):

- (119)    e. neste universo / temos pra cima de setenta e quatro mil  
          militantes // se todos os militantes votarem / mais os amigos e simpatizantes  
          / conseguimos atingir mais de noventa e cinco por cento dos votos deste  
          município //

Ainda no que respeita à concordância verbal, uma questão que se revelou tendencialmente frequente numa entrevista a falantes aparentemente não escolarizados é a ausência de concordância entre o verbo e a primeira pessoa, que fala. Por outras palavras, o falante conjuga o verbo na terceira pessoa do singular. Na maior parte dos enunciados, porém, o sujeito é nulo (subentendido), que representamos entre parênteses rectos, nos seguintes exemplos, retirados do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção b):



Paulino Soma Adriano

- (120) a. \***[eu] está** atrasada mamã // [TPA1, Programa Especial:  
Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (121) a. \***[eu] correu** memo para votar // [TPA1, Programa Especial:  
Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (122) a. \***[eu] tem** que vir // paciência // [TPA1, Programa Especial:  
Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (123) a. \*no dia 31 **[eu] vai votar** me[-]mo // [TPA1, Telejornal,  
16.08.2012]

Como se pode verificar, os enunciados em (120a) a (123a) não apresentam concordância entre o predicado, que figura na terceira pessoa, e o sujeito, que corresponde à primeira pessoa. No caso do predicado, a falta de concordância acontece quer se trate de verbos com apenas um SV (120a), (121a) e (122a), quer se trate de complexos verbais (123a). Centremos a nossa atenção apenas nos fragmentos anómalos, comparando-os com as alternativas que obedecem à norma europeia:

- (120) b. \*eu está  
c. eu estou
- (121) b. \*eu correu  
c. eu corri
- (122) b. \*eu tem

Paulino Soma Adriano

c. eu tenho

(123) b. \*eu vai votar

c. eu vou votar

Tendo em conta a norma-padrão europeia, que se reflecte nos fragmentos em (c), as frases (120a) a (123a) seriam reestruturadas como se segue:

(120) d. **[eu] estou** atrasada mamã //

(121) d. **[eu] corri** mesmo para votar //

(122) d. **[eu] tenho** que vir // paciência //

(123) d. no dia trinta e um **[eu] vou votar** mesmo //

Observando as frases acima, verificamos que são todas compostas por uma oração, isto é, são frases simples. Contudo, é previsível a ocorrência da falta de concordância em referência em mais de uma oração, como em (124a) e (125a). Por outro lado, certos falantes tendem a emendar esta anomalia na segunda oração, isto é, havendo discordância na primeira, pode haver concordância na segunda, como em (126a) e (127a).

(124) a. \***[eu] está** contente porque **[eu] já fez** o voto [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (125) a. \*[eu] está alegre porque eu votou naonde que eu desejou na minha coração // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (126) a. \*eu vive pa Luanda // vim votar aqui [-] Kaxito // assim vou voltar já // [...]
- (127) a. \*[eu] agradeceu muito / muito me[-]mo // [...] / eu até fiquei contente // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Como se pode observar, nos enunciados (124a) e (125a) repete-se a falta de concordância em orações diferentes produzidas pelo mesmo falante, como se pode verificar em (124b) e (125b), em que apresentamos entre parênteses os fragmentos anómalos das duas orações.

- (124) b. \*[eu está] \*[eu já fez]  
(125) b. \*[eu está] \*[eu votou]

Observando atentamente o enunciado (125a), verificamos que o mesmo encerra outros desvios. Trata-se, entre outros de que não nos ocupam, da contracção da preposição – *em* – com o Advérbio – *onde* – o que resulta na expressão – *naonde*, seguida do relativo – *que* – a introduzir uma oração (\**naonde que eu desejou na minha coração*). Não há também concordância entre o determinante – *a* – contraído com a preposição – *em* – e o núcleo do

Paulino Soma Adriano

SN – *coração* – com os determinantes que o seguem – *na minha* – o que resulta na expressão – *\*na minha coração*. Embora com elevada raridade, a contracção da preposição – *em* – com o advérbio – *onde* – lembra-nos uma outra ocorrência que já ouvimos de pessoas não escolarizadas e de crianças, na qual há contracção da preposição *em* com o interrogativo – *quem* – tomando a forma – *niquem* – em frases interrogativas, como representado em (128), em vez de (129).

(128) *\*Entregaste o livro niquem?*

(129) *Entregaste o livro a quem?*

Julgamos que um trabalho no âmbito da aquisição da linguagem, com crianças, revelaria algumas destas construções.

Já nos enunciados (126a) e (127a), os falantes não observam a concordância na primeira oração, contudo observam-na em orações subsequentes, como se verifica nos fragmentos (126b) e (127b).

(126) b. *\*[eu vive] [eu vim votar] [eu vou voltar]*

(127) b. *\*[eu agradeceu] [eu até fiquei]*

O enunciado (126a) apresenta outros desvios: o emprego da preposição – *para* (reduzida a – *pa*), e a omissão da preposição – *em* – antes do topónimo Kaxito. Na norma europeia, os enunciados (124a) a (127a) poderiam ser reformulados como (124c) a (127c):

Paulino Soma Adriano

(124) a. [eu] estou contente porque já fiz o voto [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(125) c. [eu] estou alegre porque votei no partido que o meu coração deseja // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(126) c. eu vivo em Luanda // vim votar aqui em Kaxito // assim vou voltar já // [...]

(127) c. [eu] agradeçi muito / muito mesmo // [...] / eu até fiquei contente //

De um modo geral, podemos afirmar que estes últimos dados que se prendem com a falta de concordância entre a primeira pessoa e o verbo, que figura, geralmente, na terceira, vem confirmar, e até mesmo reforçar o que já havia sido descrito por Gonçalves, quando, na *Gramática do Português*, cabendo-lhe o capítulo *O Português em África*, procurou descrever as variedades moçambicana (PM) e angolana (PA). A autora considera o seguinte:

Em PM e em PA, existe uma tendência para o enfraquecimento da morfologia verbal de pessoa e número. Assim, muitos falantes do PM com um baixo nível de instrução preferem usar a forma gramatical da 3.<sup>a</sup> pessoa do singular em casos nos quais o sujeito é semanticamente da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular ou da 3.<sup>a</sup> pessoa do plural (Gonçalves, 2013:175).

Assim, o paradigma do presente do indicativo é o que se exemplifica em (106) (cf. Gonçalves, *Ibid.*):

Paulino Soma Adriano

- (130)    *\*eu trabalha*  
          *tu trabalhas*  
          *ele trabalha*  
          *nós trabalhamos*  
          *\*eles trabalha*

No nosso *corpus* não foi, no entanto, atestado o uso da morfologia verbal da terceira pessoa do singular com sujeito semântico da segunda, como nos casos que figuram em (131a) e (132a) que Gonçalves (cf. 2013:176) extraiu de textos literários, embora tal fenómeno seja, mesmo com alguma raridade, possível em Angola, por influência, julgamos nós, da variedade brasileira.

- (131)    *a. tu vai pagar tudo o que me fizeste (U. Xito, Vozes, pág. 60).*  
(132)    *a. tu quer mesmo ir com aquele rapaz? (U. Xito, Vozes)*

Frases que, na norma europeia, devem ser estruturadas como em (131b) e (132b).

- (131)    *b. tu vais pagar tudo o que me fizeste*  
(132)    *b. tu queres mesmo ir com aquele rapaz?*

A análise das frases desviantes, isto é, que apresentam a combinação de primeira pessoa com um verbo da terceira pessoa pode ainda ser interessante do ponto de vista semântico. Como se sabe, o português é uma das línguas que admitem a omissão do sujeito ou a não realização fonética do sujeito em orações finitas, isto é, em orações cujo verbo é flexionado com marcas de tempo/aspecto/modo e de pessoa/número (cf. Lobo, 2013:2309). Tal

possibilidade de omitir o sujeito foi relacionada com o facto de essas línguas possuírem morfologia verbal rica. (*Ibid.*, 2013:2311) Os morfemas flexionais permitem, na grande maioria dos casos, recuperar o sujeito gramatical, mesmo quando este está ausente. (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003:433; Lobo, 2013:2311) É o que acontece nos seguintes exemplos:

(133) *Eu vou à escola.*

(134) *[-] Vou à escola.*

Na frase (134), a terminação do verbo ir em *-ou* (vou) permite recuperar o sujeito gramatical – *Eu* – foneticamente expresso na frase (133)

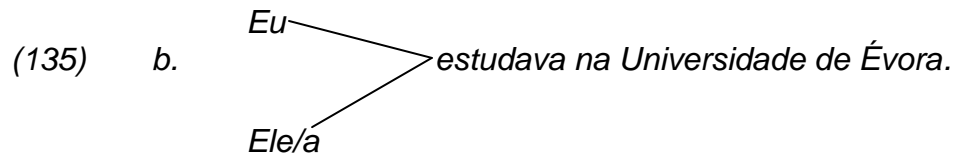
Porém, tal não acontece com certas formas verbais de primeira e terceira pessoas, que podem ser idênticas, como no imperfeito do indicativo. É o que acontece com as frases (135a):

(135) *a. Estudava na Universidade de Évora.*

No verbo – *estudava* – da frase (135a), a flexão não é suficiente para recuperar o sujeito gramatical<sup>10</sup>. De facto, pode haver ambiguidade de interpretação, ou seja, o sujeito gramatical pode ser uma primeira pessoa – *Eu* – ou uma terceira pessoa – *Ele/a*, como se constata em (135b):

---

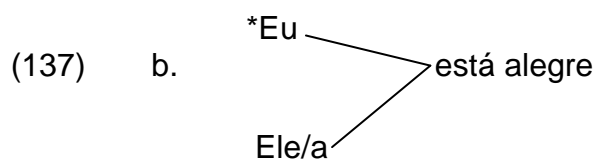
<sup>10</sup> [...] As terceiras pessoas [...] embora se distingam pela marca de número, não permitem identificar de forma não ambígua, fora de um contexto específico, a referência do sujeito. [...] O mesmo acontece com formas verbais em que a primeira e a terceira pessoas são homófonas (i.e., não se distinguem foneticamente), como no imperfeito do indicativo. (Lobo, 2013:2331).



Nos casos extraídos do nosso *corpus*, como os que se exemplificam em (136a), estando o sujeito omissivo, a única interpretação possível é que o verbo se refere a um sujeito gramatical da terceira pessoa – *Ele/a*.

(136) a. está alegre

Na verdade, mesmo com o sujeito na primeira pessoa – *Eu* – ainda se torna difícil interpretar este enunciado, como se constata em (137b):



De facto, só conseguimos interpretar o enunciado (137c), abaixo, se contarmos com informações adicionais do contexto situacional, e não apenas linguístico.

(138) c. \*Eu está alegre



O *corpus* encerra também um caso que, embora menos frequente, ocorre no discurso de certas pessoas não escolarizadas. Trata-se da combinação do verbo querer, na primeira pessoa (*quero*) com sujeito da terceira (cf. *\*todo mundo quero ver Angola reconstruir*). De facto, não é raro ouvir-se, em Angola, na fala de pessoas não escolarizadas, enunciados semelhantes.

### 5.2.2. Concordância do verbo com sujeito pós-verbal

Como é sabido, na ordem directa e lógica do enunciado, a posição do sujeito é à esquerda do verbo, isto é, a posição pré-verbal. Contudo, o português permite a ocorrência do sujeito à direita do verbo, isto é, em posição pós-verbal, ou, noutra terminologia, o português permite a inversão livre do sujeito, como se demonstra nas frases (139a,c).

(139) a. *o barco naufragou*  
[Sujeito]+[Predicado]

b. *naufragou o barco*  
[Predicado]+[Sujeito]

No caso de inversão do SN sujeito, isto é, quando o sujeito é pós-verbal, como acontece na frase (139b), o mesmo exprime normalmente informação nova, sendo, por isso, um foco informacional (cf. A. M. Brito, I. Duarte e G. Matos, 2003:447).

No *corpus* do presente trabalho (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção b1), há igualmente ocorrências de falta de concordância entre o sujeito pós-verbal e o

Paulino Soma Adriano

seu predicado, como se pode ilustrar a partir dos seguintes enunciados, retirados do mesmo:

- (140) a. \*dizer que também **está aqui os elementos da Sinfic** / que estão a trabalhar com o PDA / e muitos agentes têm ajudado as populações a saber os locais de voto // [RH, Huíla em Movimento, 30.08.2012]
- (141) a. \*quando construí, **estava [-] faltar alguns meios mesmo** // [RH, Huíla em Movimento, 05.09.2012]
- (142) a. \*já **começou os trabalhos** para darmos início à construção das novas centralidades de Mbanza Congo e do Soyo // [...] [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (143) a. \*enviei uma mensagem a partir do telefone e **veio todos [-] dados completos** // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (144) a. \*sabemos que está em fase de elaboração final o Plano Reitor das infra-estruturas / que abarcará um horizonte temporal de quinze anos // por este facto / **ganha muito mais importância as decisões** que hoje tomaremos // [...] [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]

É possível observar, em todas as frases acima, a falta de concordância entre o predicado e o sujeito em posição pós-verbal.

Note-se que no enunciado (140a), o núcleo do predicado é – *está* – verbo no singular, seguido do complemento – *aqui* – cujo sujeito é o SN – *elementos da Sinfic*, no singular. Daí a falta de concordância, que pode ser melhor observada

Paulino Soma Adriano

se isolarmos a unidade anómala (140b) e a compararmos com a alternativa que obedece à norma europeia no fragmento (140c), que fica ainda mais clara se tivermos um enunciado em que o sujeito surge na sua posição canónica, isto é, à esquerda do verbo (140d).

- (140)    b. \*está aqui os elementos da Sinfic  
          c. estão aqui os elementos da Sinfic  
          d. os elementos da Sinfic estão aqui

No enunciado (141a), temos como predicado um complexo verbal – *está [-] faltar* – que, como se pode observar, lhe falta a preposição *a*, caso tratado na secção 5.6. O sujeito deste predicado é – *alguns meios* – enfatizado pela expressão – *mesmo*, tomando a forma – *alguns meios mesmo*. Note-se que, normalmente, na norma-padrão a expressão – *mesmo*<sup>11</sup>, com valor de advérbio focalizador confirmativo, significando – *exactamente*, no contexto frásico em descrição vem antes do SN, isto é, pode vir depois do complexo verbal ou entre este, pois modifica o SV. Verificamos melhor a unidade anómala (141b), se a compararmos como a unidade padrão (141c), que pode ficar ainda mais clara se o sujeito estiver na sua posição lógica, isto é, à esquerda do verbo (141d).

- (141)    b. \*estava faltar alguns meios mesmo  
          c. estavam a faltar mesmo alguns meios

---

<sup>11</sup> «O advérbio *mesmo* tem um comportamento idiossincrático relativamente aos outros focalizadores. Quando se combina com um sintagma nominal ou preposicional, tem um valor inclusivo, próximo de até (cf. *Mesmo a Maria odeia o Zé; o Zé surpreendeu mesmo a Maria; o Pedro ofereceu um presente mesmo à Maria*). Em contrapartida, quando ocorre como constituinte imediato do sintagma verbal [...] adquire um valor confirmativo da situação descrita, ocorrendo obrigatoriamente numa posição imediatamente a seguir ao verbo: cf. *o Alonso ganhou mesmo a corrida, não foi boato* (E. B. P. Raposo, 2013:1675).

Paulino Soma Adriano

- d. alguns meios estavam mesmo a faltar
- e. alguns meios estavam a faltar mesmo

No enunciado (142a) temos como predicado o verbo – *começou*, no singular, ao qual segue imediatamente o sujeito – *os trabalhos*, no plural. a falta de concordância entre um e outro constituinte, que pode ser melhor observada ao isolarmos de todo o enunciado os constituintes discordantes entre si no fragmento (142b). A alternativa padrão é a (142c), que se torna mais clara se o sujeito – *os trabalhos* – for representado à esquerda do verbo (142d).

- (142) b. \*começou os trabalhos
- c. começaram os trabalhos
- d. os trabalhos começaram

No enunciado (143a), observando a segunda oração, também está em primeiro lugar o predicado – *veio* – seguido do respectivo sujeito, à direita – *todos dados completos*. Note-se, porém, que, à semelhança de alguns enunciados já descritos, há no SN sujeito a omissão do artigo – *os*. Observe-se que o núcleo do sujeito é – *dados* – seguido do quantificador universal – *todos*, que, no plural, exige, na norma-padrão europeia, o referido artigo, isto é, *todos os dados*. O sujeito é ainda modificado pelo adjectivo – *completos*. Analisemos mais particularmente os constituintes discordantes entre si no fragmento (143b), comparando-o com a construção na qual os constituintes concordam (143c), apresentando também a estrutura na qual o sujeito figura em posição pré-verbal (143d).

- (143) b. \*veio todos dados completos

Paulino Soma Adriano

- c. vieram todos os dados completos
- d. todos os dados vieram completos

Por último, no enunciado (144a), à semelhança dos enunciados analisados acima, focamos a nossa atenção na penúltima oração adiante sublinhada – por este facto ganha muito mais importância as decisões que hoje tomaremos. Como se pode observar, o SV – *ganha muito mais importância* – que é o predicado desta oração, não concorda com o sujeito à sua direita – *as decisões*. O predicado é projectado no singular, quando o sujeito o é no plural, razão que originou a falta de concordância entre os dois constituintes. Ao que parece, o falante achou por bem fazer concordar o sujeito com o complemento directo – *muito mais importância*, quando, neste contexto, a concordância deve ser feita com o sujeito. Analisando mais detidamente os constituintes onde se verifica a falta de concordância (144b), podemos compará-los com as alternativas que se observam na norma padrão europeia (144c), (144d), sendo que esta última apresenta o sujeito à esquerda do verbo.

- (144) b. \*ganha muito mais importância as decisões
- c. ganham muito mais importância as decisões
- d. as decisões ganham muito mais importância

Assim, se tivermos de observar a norma-padrão, as frases desviantes acima descritas podem apresentar as seguintes alternativas:

- (140) e. dizer que também estão aqui os elementos da Sinfic / que estão a trabalhar com o PDA / e muitos agentes têm ajudado as

Paulino Soma Adriano

populações a saber os locais de voto // [RH, Huíla em Movimento, 30.08.2012]

- (141) f. quando construí, estavam a faltar mesmo alguns meios//
- (142) e. já começaram os trabalhos para darmos início à construção das novas centralidades de Mbanza Congo e do Soyo // [...] [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (143) e. enviei uma mensagem a partir do telefone e vieram todos os dados completos // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (144) e. sabemos que está em fase de elaboração final o Plano Reitor das infra-estruturas / que abarcará um horizonte temporal de quinze anos // por este facto / ganham muito mais importância as decisões que hoje tomaremos // [...] [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]

Um outro fenómeno que merece descrição é a concordância do verbo – *ser* – com o predicativo. É regra que o verbo concorde com o sujeito. Há, contudo, excepções nos casos em que o verbo é – *ser*, ocorrendo, deste modo, com o predicativo. Tais excepções não nos ocupam. Convém, também, afirmar que, segundo a tradição gramatical, quando numa frase figura o verbo – *ser* – com predicativo do sujeito constituído por uma expressão nominal, a concordância faz-se com o elemento que estiver no plural. No entanto, vejamos os seguintes enunciados retirados do *corpus* (cf: Corpus, Capítulo IV, Secção c):

- (145) a. \*devem aceitar / a princípio / os resultados / porque é a expressão do povo // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

Paulino Soma Adriano

- (146) a. \*[...] e o bom que eu acho nas **associações** / portanto / **é** de carácter voluntário // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (147) a. \***as causas** [da manifestação] **é** o descontentamento dos trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (148) a. \*eu vou dizer o que eu recebo por frequência no meu local de serviço // **é problemas periodontais** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

Nos contextos enunciativos acima, verifica-se que em todos ocorre o verbo – *ser* – sem concordar com o sujeito (145a) a (147a), bem como com o seu predicativo (148a).

Assim, o enunciado (145) é constituído por duas orações. Se centrarmos a nossa atenção na segunda oração – *porque é a expressão do povo* – verificamos que a mesma, introduzida pelo conector – *porque* – tem como predicado a forma finita do verbo *ser* – *é*. O sujeito desta forma é nulo (subentendido). Observa-se a recursividade para se encontrar o sujeito desta oração, isto é, o complemento directo da primeira oração – *os resultados*, passa, na segunda oração, a desempenhar a função sintáctica de sujeito, como se pode observar no exemplo (145b), no qual repetimos, entre parênteses, o constituinte em alusão na segunda oração.

- (145) b. \*devem aceitar / a princípio / **os resultados** / porque [os resultados] **é** a expressão do povo //

Torna-se, assim, mais clara a agramaticalidade do enunciado (145a), uma vez que não há concordância entre o sujeito – *os resultados* – no plural, e o predicado – *é* – no singular. Compare-se a discordância entre o SN sujeito e o SV predicado na oração representada em (145c), bem como a alternativa padrão em (145d):

- (145) c. \*os resultados é a expressão do povo  
d. os resultados são a expressão do povo

Além disso, a locução adverbial – *a princípio* – é, na norma padrão europeia, estruturada – *em princípio*.

As alterações observadas tornariam o enunciado em descrição como o que se apresenta em (145e), uma alternativa possível para a norma europeia.

- (145) e. devem aceitar / em princípio / **os resultados** / porque **são** a expressão do povo //

No enunciado (146a), há uma estrutura que se aproxima à do enunciado (145a), pois em ambas o sujeito não está foneticamente expresso na última oração. Se o apresentarmos (entre parênteses rectos), a frase toma a seguinte estrutura:



Paulino Soma Adriano

(146) b. \*[...] e o bom que eu acho nas **associações** / portanto / [as associações] **é** de carácter voluntário // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

Pode verificar-se que este enunciado encerra constituintes discordantes entre si, isto é, o SN sujeito – *as associações*, e o SV predicado – *é de carácter voluntário*. Compare-se o fragmento (146c), no qual não há concordância entre os constituintes, e o (146d) em que se observa a concordância:

(146) c. \*as associações é de carácter voluntário  
d. as associações são de carácter voluntário

Além disso, mesmo observando a concordância entre os constituintes em referência, a oração na qual se verificam os problemas de concordância pode, ainda assim, não se rever na norma-padrão. Julgamos que, resultado da espontaneidade oral, haverá alguns dados em falta nesta oração. Comparem-se, finalmente, os enunciados (146e) e (146c), este último obedecendo à norma europeia.

(146) e. ?[...] e o bom que eu acho nas **associações** / portanto / **são** de carácter voluntário // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

d. [...] e o bom que eu acho nas associações / portanto / é que são de carácter voluntário //

Quanto ao enunciado (147a), além da troca da preposição – *com* – pela preposição – *por* – que encabeça o complemento do verbo *receber* – \**recebo por frequência* – em vez de – *recebo com frequência*, fenómeno que tratamos na secção 5.7, mais particularmente no ponto 5.7.1, temos uma oração introduzida pela locução pronominal – *o que* (= *aquilo*). Neste caso, segundo a tradição gramatical, o verbo *ser* concordaria, na norma padrão, com o predicativo – *problemas periodontais* – facto que não acontece no enunciado em análise. Observe-se o fragmento (147b), no qual se evidencia a falta de concordância, comparando-o com o fragmento (147c), em que há concordância:

- (147)    b. o que recebo é problemas periodontais  
          c. o que recebo são problemas periodontais

Além de tudo quanto fica dito acerca do enunciado (147), é igualmente interessante observar, no mesmo, que o falante não omite o pronome pessoal – *eu* – que é perfeitamente dispensável na segunda oração<sup>12</sup>, contígua em relação à primeira. Comparem-se (1147d) e (147e):

- (147)    d. ?eu vou dizer o que eu recebo  
  
(147)    e. eu vou dizer o que recebo

---

<sup>12</sup> Em Português, os sujeitos nulos têm de satisfazer uma das seguintes condições: (i) identificação pela flexão verbal; (ii) identificação por um antecedente linguístico da mesma frase ou introduzido previamente no contexto discursivo, ou ainda através de um referente presente no contexto situacional (cf. Lobo, 2013:2332).

Todavia, embora não nos ocupemos deste fenómeno no presente trabalho, importa afirmar que os sujeitos enfáticos de primeira pessoa, como o que ocorre na segunda oração é muito frequente no português falado em Angola. Pode, também, ocorrer em frases simples, como se exemplifica em (148a,b), formas que, na norma europeia, podem ocorrer como em (148c,d).

- (148)     a. *eu comi uma torta*  
           b. *eu escrevi um poema*  
           c. [-] *comi uma torta*  
           d. [-] *escrevi um poema*

Assim, na norma-padrão, o enunciado (147a), desviante, pode apresentar como alternativa possível o enunciado em (147d).

- (146)     d. eu vou dizer o que recebo com frequência no meu local de  
           serviço // são problemas periodontais //

### 5.2.3. Concordância do verbo com sujeito composto (3.ª pessoa)

Uma vez que os enunciados gravados são essencialmente informativos, os casos desviantes atestados no *corpus*, nos quais ocorre sujeito composto, figuram na terceira pessoa e são em número muito reduzido, comparativamente com outros problemas de concordância verbal (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção d).

Em conformidade com Cunha e Cintra, o verbo que tem mais de um sujeito vai para o plural e, quanto à pessoa, irá para a terceira do plural, se os sujeitos

forem igualmente da terceira pessoa. (cf. Cunha e Cintra, 1999:497) Bechara afirma mesmo que, no caso de sujeito composto, o verbo vai, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação o verbo (cf. Bechara, 2009:554) Há, no entanto, algumas excepções de que, tendo em conta os poucos enunciados atestados e transcritos neste aspecto, não nos ocupamos.

Segundo Matos,

Em posição pré-verbal, se o constituinte sujeito resultante da coordenação de sintagmas nominais singulares refere um conjunto constituído por mais de um indivíduo, a concordância verbal faz-se no plural, quando efectuada pelas conjunções e [...] e *ou*, com valor inclusivo (...). (cf. Matos, 2003:585)

Assim, considerando a tradição gramatical, os enunciados abaixo, que têm sujeitos coordenados pelas conjunções *e* e *ou* não podem rever-se na norma-padrão:

(149) a. \***a índole e a postura ética se desenvolve** muito // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

(150) a. \*[...] se **os cães ou gatos da aldeia apanhar** raiva / vão-lhes matar nos homens da veterinária // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]

(151) a. \*[...] vote no Partido para que **a sua vida e a sua família mude** // nós levaremos as suas preocupações ao Parlamento angolano // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

- (152) \*a. os cães do Ngana Soba e os gatos da mulher do Ngana Soba são tipo já também da família // não pode apanhar doenças perigosas como a raiva // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]

Conforme podemos observar, em todos os enunciados acima o sujeito é composto e, por isso, exigiria que o verbo figurasse no plural, o que não acontece. Há ainda outros desvios que merecem referência.

No enunciado (149a), proferido por um falante escolarizado, o clítico se figura em posição proclítica, isto é, pré-verbal, quando, na norma europeia, o mesmo figuraria em posição enclítica, isto é, pós-verbal, assunto que nos ocupa na secção 5.9. De acordo com a norma-padrão, o enunciado em análise seria estruturado como na seguinte proposta alternativa:

- (149) b. a índole e a postura ética desenvolvem-se muito // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

O enunciado (150a), que representa um discurso de um falante não escolarizado, tem uma estrutura claramente inusitada, uma vez que se regista o emprego do clítico dativo *lhe* pelo acusativo *o*, acentuando-se ainda mais a agramaticalidade quando se observa a subida do referido clítico para o auxiliar – *vão*. Observa-se, ainda, a introdução de um complemento oblíquo – *nos homens da veterinária* – depois do complexo verbal – *vão-lhes matar*. Naturalmente, este complemento oblíquo, na norma-padrão, poderia ser convertido em agente da passiva (150b), ou em sujeito de uma segunda oração (150c).

Paulino Soma Adriano

(150) b. [...] se os cães ou gatos da aldeia apanharem raiva / vão ser mortos pelos homens da veterinária //

c. [...] se os cães ou gatos da aldeia apanharem raiva / os homens da veterinária vão matá-los //

Relativamente ao enunciado (151a), de um falante escolarizado, entendemos haver alguma ambiguidade na estrutura – *que a sua vida e a sua família mude*. De facto, ao que nos parece, o que se pretende é que mude a vida do destinatário e a da sua família, mas não que mude a sua vida e mude também a sua família. Assim, a seguinte proposta pode reflectir a norma europeia:

(151) b. [...] vote no Partido para que a sua vida e a da sua família mudem // nós levaremos as suas preocupações ao Parlamento angolano //

Quanto ao enunciado (152a), representando igualmente o discurso de um falante não escolarizado, verifica-se, além da falta de concordância entre o sujeito composto e o verbo da segunda oração – *pode*, a inserção da expressão popular *tipo*, com valor comparativo. Veja-se a seguinte proposta alternativa correspondente à norma europeia:

(152) b. os cães do Ngana Soba e os gatos da mulher do Ngana Soba são já também da família // não podem apanhar doenças perigosas como a raiva //

#### 5.2.4. Concordância com – vós: um fenómeno quase extinto no português falado em Angola

Como é sabido, o pronome – vós – está praticamente extinto nas diferentes variedades do português e, conseqüentemente, as formas verbais que com o mesmo se combinam. Quando este pronome é empregue, há uma grande tendência de o verbo se apresentar na terceira pessoa do plural, e não na segunda. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (153) a. *Vós fazeis algum trabalho hoje?*  
b. *?Vós fazem algum trabalho hoje?*

O presente estudo, no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção e), vem confirmar isto mesmo, embora nas gravações transcritas se atestem poucas construções com o referido pronome. Relembre-se que o *corpus* contém também enunciados de políticos aquando da campanha eleitoral. Como é sabido, esses discursos procuram essencialmente apresentar argumentos em vista ao convencimento do eleitorado, que é, naturalmente, um grupo heterogéneo. Nas referidas campanhas, foram múltiplas as vezes em que ocorreu o verbo – *votar* – no imperativo, mas não achámos, nas nossas gravações, uma construção como – *votai*. As construções que sobressaíram são, como era de esperar, da terceira pessoa (singular e plural) – *vote / votem*. Na verdade, este pronome – vós – é empregue em circunstâncias muito raras e específicas, estando reservado para a esfera eclesiástica.

Paulino Soma Adriano

Houve três tentativas que visavam a construção de enunciados a partir do pronome – *vós*, mas quase todas não reflectiram a norma-padrão europeia. Na primeira, (154a), emprega-se claramente o pronome – *vós*. Mas os verbos – *conhecer*, *saber* e *votar* – ocorrem todos na terceira pessoa do plural: *conhecem*, *sabem*, *votem*. Veja-se o enunciado:

- (154) a. a todos **vós** que me **conhecem** / que **sabem** da minha honestidade política / [...] peço-vos que **votem** em mim / votando no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

No terceiro, o que se verifica é o emprego do verbo – *dever* – na segunda pessoa do plural – *deveis*. Contudo, este verbo é antecedido do sujeito – *vocês*, que, como havemos de demonstrar mais abaixo, parece ganhar terreno e concorrer em igualdade de circunstâncias com – *tu* e até tender mesmo a substituir *vós*. Veja-se o enunciado (155a):

- (155) a. \*é o número # que **vocês deveis** votar / porque é o único que garante essa paz / esta harmonia / esta unidade // [...] [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Observe-se, no entanto, que há, em Portugal, extratos populacionais que mantêm o uso do pronome – *vós*. Contudo, regista-se, igualmente, uma gradual perda do mesmo e a sua substituição por – *vocês* – o que origina construções híbridas com *você* e *vós*.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> «Atestando a penetração do modelo padronizado nos dialectos que ainda mantêm o uso da 2.ª pessoa do plural, bem como a gradual perda do pronome *vós* e a sua substituição por *vocês*, podem ocorrer construções híbridas de utilização de *vocês* em combinação com formas verbais da 2.ª pessoa



É, igualmente, notável o emprego, no mesmo enunciado, dos demonstrativos *essa* e *esta*, que, como é sabido, na norma-padrão europeia não se empregam arbitrariamente, pois encerram algumas particularidades semânticas. Contudo, a ocorrência simultânea destas formas no português de Angola não é rara.

Por último, observe-se o enunciado (156a):

- (156) a. \*Por tudo isso / meus irmãos / não **tenheis** dúvidas no vosso povo // não **tenheis** dúvidas no Partido // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Como se pode verificar, há neste enunciado, no modo imperativo negativo, um sujeito nulo (subentendido) – *vós*. Porém, o falante não é bem sucedido em ajustar o verbo no referido pronome, que toma a forma – *tenheis* – em vez da forma canónica – *tenhais*, talvez por analogia com algumas formas verbais da segunda conjugação, isto é, com tema em – *e* – conjugadas na mesma pessoa – *vós* – no presente do indicativo (ex.: *vós fazeis, comeis, escreveis*).

Em resumo, para que reflectam a norma-padrão, os enunciados (154a), (155a) e (156a) podem apresentar as seguintes propostas alternativas:

- (154) b. a todos vocês que me conhecem / que sabem da minha honestidade política / [...] peço-vos que votem em mim / votando no Partido //

---

de plural (e não as esperadas na terceira pessoa). Podem também ocorrer, em concorrência, formas já padronizadas deste pronome, *vocês*, com o verbo na 3.ª pessoa do plural [...]» (Segura, 2013:131).

Paulino Soma Adriano

c. a todos vós que me conheceis / que sabeis da minha honestidade política / [...] peço-vos que voteis em mim / votando no Partido //

(155) b. é o número # que vocês devem votar / porque é o único que garante essa paz / essa harmonia / essa unidade // [...]

c. é o número # que vós deveis votar / porque é o único que garante essa paz / essa harmonia / essa unidade // [...]

(156) b. Por tudo isso / meus irmãos / não tenhais dúvidas no vosso povo // não tenhais dúvidas no Partido //

c. Por tudo isso / meus irmãos / não tenham dúvidas no vosso povo // não tenham dúvidas no Partido // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

### 5.2.5. Variação do verbo *haver* (existencial)

Segundo a tradição gramatical, o verbo *haver*, quando significa *existir*, ou quando denota tempo decorrido, emprega-se como impessoal, isto é, sem sujeito. Quando tal sucede, o referido verbo só pode ser conjugado na terceira pessoa do singular. Comparem-se os exemplos (157a) e (157b):

(157) a. *haverá calamidades naturais se derrubarem as árvores*  
b. *\*haverão calamidades naturais se derrubarem as árvores*

Na verdade, o *corpus* por nós gravado e, posteriormente, transcrito, quase não apresenta casos desviantes com o verbo *haver*, o que não pressupõe, necessariamente, que não haja desvios à norma neste particular. Foi possível observar os seguintes casos (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção f):

(158) a. \*meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não **haverão** tendas // **haverão** casas sim // não **haverão** demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

(159) a. \*[...] foram estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antena caso **hajam** mais notícias para manter o país e o mundo actualizado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Estes enunciados foram proferidos por falantes escolarizados, mais precisamente, com escolarização superior. Nos mesmos, é evidente a variação do verbo – *haver*. De facto, em ambos os casos este verbo é impessoal. É, no entanto, complementado por argumentos internos com a função sintáctica de complemento directo, com os quais concorda. Como se pode observar, no enunciado (158a) o verbo *haver* é três vezes repetido, sendo que em todas se afigura no futuro e no plural – *não haverão tendas, haverão casas, não haverão demolições*. Já no enunciado (159a), o mesmo verbo apresenta-se no futuro plural, com a única diferença de se encontrar no modo conjuntivo – *caso*

*haja*. Assim, os falantes fazem concordar o verbo *haver* com os argumentos internos cuja função sintáctica é de complemento directo.

Na norma-padrão europeia, os enunciados acima apresentados correspondem às seguintes estruturas:

(158) b. meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não haverá tendas // haverá casas sim // não haverá demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

(159) b. [...] foram estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antena caso haja mais notícias para manter o país e o mundo actualizados // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Importa, já nesta secção, atalhar que, como havemos de constatar mais adiante, se no *corpus* recolhido foram atestados dois (2) casos desviantes de variação do verbo *haver*, o mesmo não se pode afirmar em relação ao verbo *ter*, usado como impessoal, com muitas ocorrências (cf. *Corpus*, Capítulo VII), o que pode mesmo possibilitar formular a hipótese segundo a qual o verbo *ter* na acepção de *existir* pode estar a substituir, em muitas circunstâncias, particularmente no registo popular e familiar, a produtividade do verbo *haver* impessoal.

### 5.2.6. Concordância com *tu* ou *você*? Crise de tratamento e implicações semântico-pragmáticas

Carlos de Azeredo, gramático brasileiro, observa o seguinte:

Uma pessoa pode dirigir-se a seu interlocutor de diversas maneiras segundo a imagem que faz da relação social ou afectiva que os liga no momento em que acontece a interacção: *você, tu, vós, o senhor/a senhora; prezado cliente, caro colega, companheiro, doutor, senhor, gente, galera*. Estas expressões são **formas de tratamento**. (Azeredo, 2008:264)

Acrescenta, ainda, que com essas formas um enunciador geralmente fornece a primeira pista do registo de linguagem no qual pretende situar-se. (*Ibid.*)

Na norma-padrão europeia, a forma de tratamento seleccionada deve ser a mesma com o mesmo interlocutor. Neste sentido, é considerado desvio o tratamento do mesmo interlocutor ora por *tu* ora por *você*, empregando indiferentemente as formas pronominais.

Por outro lado, o emprego de – *tu* – implica, por motivos de concordância, algumas alterações frásicas diferentes (*te, ti, teu, contigo*) das que se aplicariam se o pronome usado fosse – *o senhor, você, ele/a (lhe, o/s, a/s, se, si, seu, consigo)*. Compare-se, a título de exemplo, a gramaticalidade das frase (160a) e (161a) com a agramaticalidade das frases (160b) e (161b):

(160) a. *[tu] não tens de te preocupar com o que os teus inimigos te dizem*

Paulino Soma Adriano

b. *\*[tu] não tem de se preocupar com o que os seus inimigos lhe dizem*

(161) a. *você não tem de se preocupar com o que os seus amigos lhe dizem*

b. *\*você não tens de te preocupar com o que os teus amigos te dizem*

A partir da frase (161a), podemos também observar que o pronome *você*<sup>14</sup> concorda com formas verbais na terceira pessoa, o que possibilita a sua substituição por *o senhor, ele/a, sua excelência*, como se demonstra nas frases (162 a,b,c).

(162) a. *o senhor não tem de se preocupar com o que os seus amigos lhe dizem*

b. *ele/a não tem de se preocupar com o que os seus amigos lhe dizem*

c. *sua excelência não tem de se preocupar com o que os seus amigos lhe dizem*

---

<sup>14</sup> «[...] você é um pronome de segunda pessoa semântica, visto que é usado pelo falante para se dirigir ao ouvinte (no plural, a um grupo em que se inclui o ouvinte), mas gramaticalmente é um pronome de 3.ª pessoa, visto que desencadeia concordância verbal de 3.ª pessoa (singular ou plural): cf. *você comeu, vocês comeram*. (Cf. Raposo, 2013: 900).

No nosso *corpus*, foi possível observar muitos casos em que, contrariamente à norma-padrão, o pronome – *você* – co-ocorre, no mesmo enunciado, com formas verbais e com formas de pronomes pessoais e possessivos da segunda pessoa do singular (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção g). É o que apresentamos nos seguintes enunciados, extensos para se observar a falta de coesão das formas verbais e dos possessivos em diferentes orações. Note-se que estes enunciados foram proferidos maioritariamente por pessoas cultas. Ei-los:

- (163) a. \**você* tem motivos suficientes para votar na Organização partidária no dia trinta e um de Agosto deste mês // vote no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar consigo / porque a Organização merece o **teu** voto // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (164) a. \**você* que é da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexu // *você* deve ser um exemplo / *você* deve votar na bandeira // todo e qualquer militar sabe-o perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é o nome da pessoa que deve **te** atrapalhar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (165) a. \*vota o Presidente / vota o Partido número # no boletim de voto / **aceite** o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século vinte e um // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Paulino Soma Adriano

(166) a. \*uma vez que já **tens** a informação / a Assembleia local onde **vais** votar / [...] então **visite** já aquele local // [...] no dia trinta **tenha** já este cenário / este esquema / esse mapeamento / se me permitem aqui dizer // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(167) a. \*se porventura **estás** a colocar o *xis* / **sente** que fiz erradamente ou coloquei um *xis* a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / **tu podes** devolver // o Presidente vai inutilizar aquele boletim // e **fique** tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai **na** urna // **tu vais** voltar com um novo boletim [...] / **coloque** o *xis* bem visível e na parte [-] que não deixe equívoco // ora / colocado o *xis* **deves** dobrar o boletim // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Como se pode verificar, no enunciado (163a) o falante trata explicitamente o destinatário por – *você*, pronome que concorda com formas da terceira pessoa. E assim segue na maior parte do seu enunciado (*tem, vote, consigo*), chegando, porém, a empregar o possessivo da segunda pessoa – *teu*.

No enunciado (164a), o falante começa por tratar o destinatário por – *você*. Enfatiza o pronome mais duas vezes e faz concordar as formas verbais com o referido pronome. Já no final, chega, contudo, a empregar o clítico – *te*, que, além de não poder concordar com – *você* – se encontra numa posição diferente daquela em que devia aparecer na norma europeia. Em posição não padrão se encontra também o clítico – *o* (*todo e qualquer militar sabe-o*). Ocupamo-nos destes casos na secção 5.9.1.3.



No enunciado (165a), devido à ambiguidade de tratamento e à não realização fonética do sujeito, não se pode saber se o falante opta pelo tratamento por *tu* ou por *você*. À luz do pensamento de Carlos de Azeredo, que citámos no princípio desta secção, não fica claro, no enunciado em análise, achar a primeira pista do registo de linguagem no qual pretende situar-se o falante. Nota-se, na primeira oração, o emprego da forma verbal – *vota* – no imperativo, que é depois repetida na segunda. Com esta forma verbal, no imperativo, é de esperar que o sujeito seja a segunda pessoa do singular – *tu* (*vota tu*). No entanto, surge na terceira oração a forma verbal – *aceite* – na qual se ajusta o sujeito – *você* ou *o senhor* (*aceite você / o senhor*). É neste tipo de enunciados que fica mais clara a dúvida em relação ao posicionamento do falante na segunda ou na terceira pessoa. Além disso, a forma verbal – *aceite* – pode não constituir uma estrutura de omissão do pronome – *você*, mas simplesmente estrutura de omissão do sujeito, ou seja, pode haver, neste tipo de construções, não um tratamento pronominal, mas um tratamento verbal.

No enunciado (166a), temos, em primeiro lugar, a forma verbal – *tens*. Em segundo, a forma verbal – *vais*. Pela morfologia flexional das referidas formas verbais, pode-se facilmente recuperar o sujeito gramatical nulo – *tu* (cf. *tu tens*, *tu vais*). No entanto, as duas orações seguintes apresentam como predicados os verbos *visite* e *tenha*, no conjuntivo, que, contrariamente às formas verbais anteriores, apresentam como sujeito nulo (subentendido) – *você* ou *o senhor* (cf. *visite você / o senhor*, *tenha você / o senhor*). Adicionalmente, no enunciado também se empregam indiferentemente os determinantes demonstrativos *esse* e *este* (*este esquema*, *esse mapeamento*).

Por último, no enunciado (167a), de maior extensão, observa-se uma alternância de formas verbais que concordam ora com *tu*, ora com *você* ou *o senhor*. Vejamos tal alternância, apresentando entre parênteses os sujeitos subentendidos: [*tu*] *estás*; [*você/o senhor*] *sente*; [*tu*] *podes*; *fique* [*você/o senhor*]; [*tu*] *vais*; *coloque* [*você/o senhor*]; [*tu*] *deves*. Além disso, observa-se

Paulino Soma Adriano

que o verbo *ir* selecciona um SP encabeçado pela preposição *em* (cf. *vai na urna*) em vez de SP encabeçado pela preposição *para* (*vai para a urna*). Na oração – *coloque o xis [...] na parte que não deixe equívoco* – é sensível a falta da preposição – *em* – antes do relativo – *que* (*coloque o xis [...] na parte em que não deixe equívoco*). Observe-se, ainda, que o falante introduz um fragmento em forma de discurso directo livre (*sente que fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...]*), caso que, em se tratando da oralidade, julgamos ser cada vez mais frequente.

Assim, na norma-padrão, cada um dos enunciados acima descritos apresenta duas alternativas possíveis consoante o falante se posicione no tratamento por *tu* ou no tratamento por *você*, como se segue:

(163) b. tu tens motivos suficientes para votar na Organização partidária no dia trinta e um de Agosto deste mês // vota no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar contigo / porque a Organização merece o teu voto //

c. você tem motivos suficientes para votar na Organização partidária no dia trinta e um de Agosto deste mês // vote no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar consigo / porque a Organização merece o seu voto //

(164) b. tu que és da Organização política [...] não podes perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexos // tu deves ser um exemplo / tu deves votar na bandeira // todo e qualquer militar o sabe perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é o nome da pessoa que deve atrapalhar-te //

Paulino Soma Adriano

c. você que é da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexos // você deve ser um exemplo / você deve votar na bandeira // todo e qualquer militar o sabe perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é o nome da pessoa que deve atrapalhá-lo //

(165) b. vota o Presidente / vota o Partido número # no boletim de voto / aceita o conselho do Partido // não é inteligente opores-te à democracia no século vinte e um //

c. vote o Presidente / vote o Partido número # no boletim de voto / aceite o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século vinte e um //

(166) b. uma vez que já tens a informação / a Assembleia local onde vais votar / [...] então visita já aquele local // [...] no dia trinta tenhas já este cenário / esse esquema / esse mapeamento / se me permite aqui dizer //

c. uma vez que já tem a informação / a Assembleia local onde vai votar / [...] então visite já aquele local // [...] no dia trinta tenha já esse cenário / esse esquema / esse mapeamento / se me permite aqui dizer //

Paulino Soma Adriano

(167) b. se porventura estiveres a colocar o *xís* / sentes que “fiz erradamente ou coloquei um *xís* a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...]” / tu podes devolver // o presidente vai inutilizar aquele boletim // e fica tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai para a urna // tu vais voltar com um novo boletim [...] / coloca o *xís* bem visível e na parte em que não deixe equívoco // ora / colocado o *xís* deves dobrar o boletim //

c. se porventura está a colocar o *xís* / sente que “fiz erradamente ou coloquei um *xís* a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...]” / você pode devolver // o Presidente vai inutilizar aquele boletim // e fique tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai à urna // você vai voltar com um novo boletim [...] / coloque o *xís* bem visível e na parte em que não deixe equívoco // ora / colocado o *xís* deve dobrar o boletim //

Conforme foi possível observar, os enunciados acima são bastante extensos, mas tal não pode fazer crer que não seja possível observar o fenómeno em descrição em enunciados mais curtos e simples. Observem-se as seguintes frases:

(168) a. \***diqa**-me onde **estás** // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]

(169) a. \***Vota** **você** também // [TPA1, Campanhas Eleições, 17.08.2012]

Paulino Soma Adriano

(170) a. \***desculpa** // qual é o **seu** nome ? [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

(171) a. \***vem** aqui **no** Partido / **vote** no # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Considerando a descrição já feita dos enunciados anteriores, podemos observar que, na norma europeia, os enunciados (168a), (169a), (170a) e (171a) seriam estruturados como em uma das seguintes alternativas possíveis:

(168) b. diz-me onde estás //

c. diga-me onde está //

(169) b. vota tu também //

c. vote você também //

(170) b. desculpa // qual é o teu nome ?

c. desculpe // qual é o seu nome ?

(171) b. vem aqui ao Partido / vota no # //

c. venha aqui ao Partido / vote no # //

Há contextos em que o pronome – você, foneticamente expresso com a função sintáctica de sujeito, se associa a uma forma verbal da segunda pessoa. Tais

Paulino Soma Adriano

construções são mais frequentes nos discursos de falantes pouco escolarizados. É o que se pode observar nos enunciados seguintes:

(172) a. \***você tens** direito de tocar a **tua** música / nós também temos direito de descansar // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]

(173) a. \*vizinha / abuso é isso que **você estás** a fazer // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]

(174) a. \*se não apanhar a vacina / **você** não **ficas** bem // [TPA1,Telejornal, 24.06.2012,20h00]

O *corpus* atesta ainda dois casos em que não é o pronome *você* que se associa às formas verbais da segunda pessoa, mas a forma *o senhor*, conforme se pode observar nos enunciados que se seguem:

(175) a. \*mas o senhor **estás** a exagerar // [TPA1, Encenação, Publicidade, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

(176) a. \*mas **o senhor** não **estás** a ver que ela está grávida ? [RH, Encenação, Publicidade, 06.09.2012]

Na norma europeia, os enunciados (172a) a (174a) teriam, em conformidade com a situação de comunicação, uma das duas alternativas apresentadas a seguir, em (172b,c), (173b,c) e (174b,c), excepto no caso dos enunciados (175a) e (176a), que trazem foneticamente expresso a forma *o senhor* e que,

Paulino Soma Adriano

por isso, apresentam uma única alternativa em (175b) e (176b), respectivamente:

(172) b. tu tens o direito de tocar a tua música / nós também temos o direito de descansar //

c. você tem o direito de tocar a sua música / nós também temos o direito de descansar //

(173) b. vizinha / abuso é isso que tu estás a fazer //

c. vizinha / abuso é isso que você está a fazer //

(174) b. se não apanhares a vacina / tu não ficas bem //

c. se não apanhar a vacina / você não fica bem //

(175) b. mas o senhor está a exagerar //

(176) b. mas o senhor não está a ver que ela está grávida ?

Em resumo, é possível observar a crise de tratamento entre *tu/você/senhor*.

Segundo Gonçalves, com quem estamos de acordo, o fenómeno em foco tem a ver com a tendência a neutralizar as diferentes formas de que o português europeu dispõe para o tratamento da segunda pessoa, *tu/você/senhor*, que se manifesta (i) na tendência do abandono da forma da segunda pessoa do

singular do imperativo, substituindo-a pelas formas do conjuntivo que co-ocorrem com os pronomes *você/vocês* em português europeu; (ii) na co-ocorrência, numa mesma frase, da forma *você* e de formas verbais, assim como de pronomes pessoais e possessivos da segunda pessoa do singular (cf. Gonçalves, 2013:177).

A autora assevera ainda que «Este fenómeno está generalizado à maioria dos falantes, podendo ocorrer no discurso oral ou escrito de falantes instruídos.» (*Ibid.*) como observámos mais acima.

De facto, embora a gramática tradicional ainda condene estes casos, a verdade é que os mesmos são muito frequentes e, ao que parece, não são novos na língua, particularmente no Brasil. A esse respeito, Lopes já observara que a possibilidade de combinação de *você* com formas pronominais de segunda pessoa (*te/teu*) não é um fenómeno novo. Para fundamentar esta observação, cita as cartas de Paraná, escritas em 1888. (cf. Lopes, 2007:109)

Por outro lado, é interessante notar que os instrumentos de normalização linguística, particularmente as gramáticas, encerram, no tratamento deste conteúdo, algum pendor descritivo e não meramente prescritivo e impositivo que os caracteriza, pois observam o emprego dos pronomes aludidos em variedades diferentes.

Cunha e Cintra afirmam que no português europeu o pronome *tu* é empregue como forma própria de intimidade, por exemplo, de pais para filhos, de avós ou tios para sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual e próxima. No entanto, acrescentam ainda que se evidencia algum alargamento do seu emprego nos últimos tempos, pois tem-se empregue também entre colegas de estudo ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita (cf. Cunha e Cintra, 2008:306).



Quanto ao pronome *você*, os autores acima afirmam que este, apesar de certo alargamento do seu emprego, não se usa ainda de inferior para superior, em idade, classe social e hierarquia. (*Ibid.*)

Azeredo (2008:264) não explica com pormenor o emprego de *tu* na realidade brasileira, mas refere que, em algumas regiões, sobretudo no Rio de Janeiro, *tu* ocorre de par com *você* combinados sempre com o verbo na terceira pessoa, o que permite a construção de sequências como:

(177) \***Tu** ainda não viu nada/**Você** ainda não viu nada.

(178) \*Se **você** quiser, eu **te** empresto o carro.

Repare-se que esta é, também, a situação de Angola onde, na generalidade, as formas verbais concordam em pessoa com o pronome – *você* – como na segunda frase em (177), havendo construções híbridas no que se refere ao emprego de *tu* e *você*, como acontece na estrutura em (178). Importa, porém, dizer que são muito raras construções como a que se apresenta em primeiro lugar nos enunciados em (177) (*tu* ainda não viu nada), embora possam ser ouvidas, também muito raramente, em determinadas situações específicas como é, por exemplo, o caso das liturgias de certas igrejas provenientes do Brasil.

Relativamente ao pronome *você/vocês*, Azeredo (*Ibid.*) afirma ser esta a forma pronominal característica da interlocução coloquial na maior parte do território brasileiro. Acrescenta que a mesma pode, no Brasil, ser empregue em todas as posições sintáticas, o que reduz drasticamente a frequência das formas oblíquas átonas correspondentes *o/a/os/as*, e em certa medida a ocorrência das formas dativas *lhe/lhes*.

Bechara limita-se, em nota de observação, a explicar que *você*, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência *Vossa Mercê*. Constatava ainda que o pronome *vós* caiu em desuso e só é usado em orações de estilo solene, empregando-se *vocês* como o plural de *tu*. (cf. Bechara, 1999:165)

Cintra já reconhecia o alargamento do emprego de *tu* e da segunda pessoa do singular dos verbos entre jovens, mas também entre pessoas de outra idade, estando, deste modo a perder o carácter de intimidade. Por outro lado, reconhecia também o alargamento do emprego de *você*, e que à medida que o emprego de *tu* se expande a *você*, este passa a ser mais utilizado no tratamento afectuoso. (cf. Cintra, 1986:11)

Em Angola, o pronome *tu*, como acontece em Portugal, é empregue como forma própria de intimidade, isto é, de pais para filhos, de avós ou tios para sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual e próxima. No entanto, ao que parece, o emprego deste pronome ainda não acontece de filhos para pais na maior parte das famílias angolanas, o que, quando acontece, pode denotar falta de respeito.

Conforme observámos anteriormente, este pronome – *tu* – não combina, geralmente, com verbos na terceira pessoa, tal como acontece no Brasil, mas, embora não atestadas no *corpus*, há ocorrências em que a marca -s se generaliza para os verbos da segunda pessoa do pretérito perfeito, como nas frases (179) e (180), resultando em formas verbais da segunda pessoa do plural:

(179) a. \**Tu estudastes* muito.

(180) a. \**Tu não viestes* à escola, ontem.

Diferentemente de:

Paulino Soma Adriano

(179) b. tu **estudaste** muito.

(180) b. tu não **vieste** à escola, ontem.

Em Angola, o pronome – *você* – ocorre igualmente em alguns contextos em que se esperava o pronome *tu*, isto é, de pais para filhos, de avós ou tios para sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas e, em certas famílias, de filhos para pais.

### 5.2.7. Concordância ideológica pela concordância gramatical

Além dos tipos de concordância anteriormente tratados, essencialmente a concordância nominal e a concordância verbal, foi possível atestar no *corpus* um outro tipo de concordância – a concordância ideológica (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção i) que consiste no facto de o verbo concordar, não com o constituinte, mas com a ideia que este constituinte exprime. Tem sido também chamada de concordância mental, pois o falante procura estabelecer a concordância com a ideia que está na sua mente e não com os termos claros, isto é, foneticamente realizados. Há ainda quem a chame de concordância siléptica, uma vez que, como a definem Cunha e Cintra, a silepse «(...) é a concordância que se faz não com a forma gramatical das palavras, mas com o sentido, com a ideia que elas expressam.» (Cunha e Cintra, 1999:624,625) Bechara atribui a este processo de concordância o nome de *concordância de palavra para sentido*. (cf. Bechara, 1999:555)

Ainda segundo os autores acima, a silepse pode ser (i) de número, quando um nome singular é concebido como plural (181) ou quando o sujeito da oração é um dos pronomes *nós* e *vós*, aplicados a uma só pessoa, permanecendo no singular os adjectivos e participios que a eles se referem (182); (ii) de género, quando formas gramaticais femininas, como é o caso das expressões de tratamento, se aplicam a pessoas do sexo masculino, sendo que, neste caso,

quando o adjectivo que a elas se refere funciona como predicativo, o mesmo vai sempre para o masculino (183); por último, a silepse de pessoa, quando a pessoa que fala ou escreve se inclui num sujeito enunciado na terceira pessoa do plural, sendo que o verbo vai para a primeira pessoa do plural (184), ou ainda se se pretende abranger no sujeito expresso na terceira pessoa do plural a pessoa a quem o locutor se dirige, sendo, por isso, usada a segunda pessoa do plural (185). (cf. Cunha e Cintra, 1999:625, 626)

- (181) A gente vamos ao mercado.
- (182) Sois infeliz na minha companhia.
- (183) V. Ex.<sup>a</sup> está desesperado.
- (184) Todos estudávamos linguística.
- (185) Todos pensais em estudar linguística?

Os autores fazem a abordagem acima numa perspectiva estilística, ou seja, quando desenvolvem o capítulo sobre figuras de sintaxe. Por isso, na linguagem corrente, algumas das construções acima exemplificadas são vivamente condenadas por alguns gramáticos e puristas, particularmente o caso evidenciado no enunciado (181), sendo considerados desvios à norma-padrão.

Todavia, são as construções como a que se exemplifica na frase (181) que foram suficientemente atestadas pelo nosso *corpus*, proferidas, aparentemente, por pessoas com escolarização superior, média e por pessoas com pouca ou nenhuma escolarização. Vejam-se os seguintes enunciados:

- (186) a. \*[...] é isso que a gente esperamos // a gente vamos ver quem ganhou // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (187) a. \*a gente como estudante corremo certos riscos na capacidade de assimilação // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (188) a. \*é um projecto que a gente temo escutado<sup>15</sup> / eh / anos atrás // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (189) a. \*depois da gente cumprimos este dever / a família provavelmente estará satisfeita // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (190) a. \*eu venho para alertar algo muito importante a todos [-] jovem porque tudo [-] que se passa nesse país / jovem angolano / a razão de tudo somos nós // e somos nós amanhã que seremos vítimas se a gente não soubermos escolher // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]

Conforme podemos observar, os enunciados acima apresentados encerram casos de falta de cordância entre as formas verbais e a locução – *a gente*<sup>16</sup>, que, segundo Raposo (2013:899), está, hoje em dia, gramaticalizada com a função de pronome de primeira pessoa no seu uso mais comum (cf. *a gente, logo, vai ao cinema*). Como se pode observar, concorda com a terceira pessoa do singular, o que faz com que os enunciados acima apresentados se

---

<sup>15</sup> O falante pronunciou *escutados*.

<sup>16</sup> A locução *a gente* [...], semanticamente, é de 1.ª pessoa do plural (visto que é usada pelo falante para representar um grupo no qual se inclui), mas gramaticalmente é de 3.ª pessoa do singular na norma-padrão do português (cf. *a gente, logo, vai ao cinema*).

constituam em variantes estigmatizadas pela norma-padrão do português europeu.

Além da concordância das formas verbais com *a gente*, observe-se também a omissão de /s/ nas desinências número-pessoais dos verbos *corremos* e *temos*, nos enunciados (187a) e (188a), respectivamente, fenómeno que, como vimos de relance, é comum sobretudo no português vernáculo de Angola. Uma outra anomalia prende-se com o facto de, ainda no enunciado (188a), a expressão *anos atrás* não ter sido precedida pelo verbo *haver*, na acepção de tempo decorrido, o que pode dificultar a sua interpretação. No enunciado (189) verifica-se a contracção da preposição *de* com o artigo *a* seguindo o nome *gente* – *da gente* – o que é igualmente estigmatizado na norma-padrão, uma vez que, depois daquela expressão, surge uma forma verbal no infinitivo (flexionado) – *cumprimos*. Por último, ao enunciado (189a) falta o artigo *os* depois do quantificador *todos* e antes do nome *jovens*, no qual, por sua vez, se verifica a omissão da marca de plural. Falta igualmente o demonstrativo *o* antes do relativo *que* (*o que* = *aquilo que*). Ressurge o emprego de *esse* por *este*, visto que o falante se referia ao país no qual se encontrava quando produzia o seu enunciado. Mas é na última oração, adverbial condicional, que figura a locução *a gente*, associada à forma verbal plural no condicional *soubermos* – *se a gente soubermos*.

Assim, na norma-padrão, os enunciados acima poderiam apresentar como propostas alternativas possíveis as que se seguem:

(186) b. [...] é isso que a gente espera // a gente vai ver quem ganhou //

(187) b. a gente como estudante corre certos riscos na capacidade de assimilação //

Paulino Soma Adriano

(188) b. é um projecto que a gente tem escutado<sup>17</sup> / eh / há anos (atrás)  
//

(189) b. depois de a gente cumprir este dever / a família provavelmente  
estará satisfeita //

(190) b. eu venho para alertar algo muito importante a todos os jovens  
porque tudo o que se passa neste país / jovem angolano / a razão de  
tudo somos nós // e somos nós amanhã que seremos vítimas se a  
gente não souber escolher // [TPA1, Campanhas Eleitorais,  
27.08.2012]

Nestes enunciados, pode observar-se que o falante se inclui no sujeito semântico de primeira pessoa de plural *a gente*, que equivale a *nós*, ainda que, gramaticalmente, se trate de um sujeito de terceira pessoa. O mesmo não ocorre, porém, nos enunciados que apresentamos a seguir.

(191) a. \*sabemos nós que há muita gente que vende nos mercados e  
não estão legalizadas... [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]

(192) a. \*o facto de se terem colocado as listas nas escolaØ e nos  
locais de voto está [-] facilitar muita gente [-] consultar onde vão votar

---

<sup>17</sup> O falante pronunciou *escutados*.

Paulino Soma Adriano

no dia da votação // implica dizer que **todos** [-] **eleitor**Ø que pretendem votar já conseguem localizar a sua Assembleia de Voto antes do dia da eleição // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Nestes, não temos a locução *a gente*, mas apenas o nome colectivo *gente* seguido do quantificador existencial *muita* – *muita gente*. Assim, o falante não se inclui no sujeito semântico de primeira pessoa de plural *muita gente*, que, numa primeira ocorrência tem, em ambos os enunciados, (191a) e (192a), a função sintáctica de complemento directo *há muita gente / está [-] facilitar muita gente*, sendo sujeito subentendido antes dos predicados *estão legalizadas e vão votar*, respectivamente. Observemos mais detidamente a falta de concordância realizando foneticamente o sujeito *muita gente* antes dos referidos predicados e comparando as construções agramaticais em (191b) e (192b) com as construções gramaticais em (191c) e (192c):

- (191)    b. \*muita gente estão legalizadas  
          c. muita gente está legalizada

- (192)    b. \*muita gente vão votar  
          c. muita gente vai votar

Observa-se que há, no enunciado (191a), concordância entre o nome *a gente* com a forma verbal *vende*. A falta de concordância ocorre com a forma verbal *estão*, mais distanciada em relação ao SN *a gente*.



Paulino Soma Adriano

No enunciado (192a), verifica-se, além da falta de concordância da forma verbal *vão* com o SN *a gente*, outros casos desviantes. Veja-se também a omissão da marca de plural nos SNs *nas escola* e *todos [-] eleitor*, bem como a omissão da preposição *a* nos espaços representados por [-] (*está [-] facilitar muita gente [-] consultar*). Observa-se, mais uma vez, a ausência do artigo definido entre o quantificador *todos* e o nome *eleitor* – *todos eleitor*.

Desta forma, na norma-padrão, os enunciados (191a) e (192a) são reestruturados como se segue:

(191) d. sabemos nós que há muita gente que vende nos mercados e não está legalizada //

(192) d. o facto de se terem colocado as listas nas escolas e nos locais de voto está a facilitar muita gente a consultar onde vai votar no dia da votação // implica dizer que todos os eleitores que pretendem votar já conseguem localizar a sua Assembleia de Voto antes do dia da eleição //

Com base no nosso *corpus*, ao que parece, e à semelhança, por exemplo, do enunciado (191a), quanto mais distanciado for o verbo do sujeito colectivo, mais se acentua a possibilidade de ocorrer a concordância ideológica. Assim, pode haver a possibilidade de a locução *a gente* concordar com o verbo que ocorre imediatamente à sua direita, mas não concordar com o que ocorre na outra oração. É o que se pode observar também no seguinte enunciado:

Paulino Soma Adriano

- (193) a. \*passámos vários anos a trabalhar // a gente deu no duro para ver se é que conseguíssemos ter um emprego que venha estabilizar a nossa vida // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Como se pode observar, o verbo que figura no plural e que se associa à locução *a gente* se encontra distanciado em relação à referida locução, que lhe serve igualmente de sujeito. Para melhor se observar este fenómeno, isolemos os constituintes que têm como sujeito *a gente* e realizemos foneticamente o mesmo sujeito, antes nulo, precedendo o verbo no plural:

- (194) b. [a gente deu no duro] / \*[ver se é que a gente conseguíssemos]

Note-se que, por outro lado, ocorre neste enunciado a expressão popular – *dar no duro* – que significa esforçar-se. Além disso, não se afiguram adequados os tempos presente do conjuntivo – *para ver se é que conseguíssemos* e *que venha* – que não garantem coesão em relação ao resto do enunciado e a pretensão do falante. Na norma-padrão, poderia ocorrer a seguinte proposta alternativa:

- (194) c. passámos vários anos a trabalhar // a gente esforçou-se para ver se conseguiria/conseguia ter um emprego que viesse estabilizar a nossa vida // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Importa acrescentar que a concordância ideológica não ocorre apenas com a locução ou o pronome *a gente*. Ocorre também com diferentes nomes

colectivos. Por exemplo, no *corpus* do presente trabalho foi possível verificar a ocorrência de concordância ideológica com núcleos de SNs como *população* (195a), *povo angolano* (196a), *grupo* (197a) e (200a), *juventude* (198a), *todo o mundo* (199a), *equipa* (200a), *frota* (201a), *sociedade civil* (202a).

(195) a. \*o Partido A está acima / a setenta e quatro por cento // depois o Partido B / com dezasseis por cento // terceiro está o Partido C com quatro por cento [...] // só peço que **a população sejam** mais **compreensível** e **aceitam daquilo** que está [-] acontecer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

(196) a. \*é a mudança que eu quero [...] / porque **o povo angolano andam** a sofrer muito [...] // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(197) a. \*depois **um grupo** de militantes e simpatizantes do Partido liderado pelo seu secretário provincial **foram** ao Comando Provincial da Polícia Nacional / onde **protagonizaram** cenas de agressão física a agentes da ordem / incluindo a uma oficial superior que viu também sua farda rasgada // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]

(198) a. \*eu aconselho a toda **juventude** que **votem** // [TPA1, Campanha, 24.08.2012]

(199) a. \*[...] fez todo sacrifício // **todo o mundo estamos satisfeito**Ø // [TPA, 17.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (200) a. \***enquanto a equipa** dos serviços **tentaram** persuadi-los para que não estivessem aqui à frente / **foram surgindo** mais **um grupo** a que os próprios denominam Bloco Vermelho // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (201) a. \*tenho provas de **uma frota** que está aqui permanente desde os anos oitenta // essa frota **estão** aqui / numa média de onze embarcações // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (202) a. \*O porta-voz da Organização / no Huambo / apelou **à sociedade civil** e não só no sentido de **mobilizarem o público eleitor** para que **votem** com responsabilidade, deixando p'ra trás as adversidades / preservando / no entanto / a paz que reina no país. [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]

Como se pode notar, ocorrem, além da concordância ideológica, outros desvios em algumas das frases apresentadas. No enunciado (195a), emprega-se a preposição *a*, quando, no contexto em questão, a preposição é *com*, (cf. *o Partido A está acima / a setenta e quatro por cento vs. o Partido A está acima / com setenta e quatro por cento*). É igualmente curioso observar que, neste enunciado, o adjectivo *compreensível* permanece no singular, em concordância com o SN *a população*, mesmo que o verbo figure no plural – *sejam* (cf. \**a população sejam mais compreensível*). Acrescenta-se a isto o emprego do indicativo em vez do conjuntivo com o verbo *aceitar* – *e aceitam* (em vez de *e aceite(m)*), sendo que este mesmo verbo é complementado por um SP encabeçado pela preposição *de* contraída com o demonstrativo *aquilo* (*aceitam*

Paulino Soma Adriano

*daquilo*). Mais uma vez o falante apaga a preposição *a* entre a perífrase verbal *está [-] acontecer*.

No enunciado (200a), observamos, por um lado, um sujeito pré-verbal, cujo núcleo é um nome colectivo – *a equipa (a equipa dos serviços)*, que se combina com o predicado *tentaram persuadi-los*. Por outro lado, surge também um sujeito pós-verbal – *um grupo*, no singular, cujo predicado figura no plural – *foram (foram surgindo mais um grupo)*. Veja-se melhor a posição do referido sujeito à direita do verbo (200b), bem como a possibilidade de posicioná-lo à esquerda do predicado (200c) e a agramaticalidade de ambas as tentativas pelo facto de o sujeito gramatical figurar no singular e o predicado, no plural:

- (200)    b. \*foram surgindo mais um grupo  
          c. \*mais um grupo foram surgindo

Note-se, por outro lado, a gramaticalidade da combinação dos mesmos constituintes nos fragmentos abaixo:

- (200)    d. foi surgindo mais um grupo  
          e. mais um grupo foi surgindo

No enunciado (201a), observa-se que há concordância do sujeito constituído pelo SN uma *frota* (201b). O mesmo SN sujeito é repetido neste enunciado, porém, já não concorda com a forma verbal – *estão*, no plural (201c).

Paulino Soma Adriano

- (201) b. uma frota está aqui  
c. \*uma frota estão aqui

No enunciado (202a), verifica-se que o complemento indirecto – *a sociedade civil* – na primeira oração, passa a sujeito subentendido do predicado *mobilizarem o público*. O SN *o público*, que, por sua vez, é complemento directo do referido predicado, passa, na outra oração, cujo predicado é *votem*, no plural, a desempenhar a função sintáctica de sujeito, igualmente subentendido, como se observa nos fragmentos (202b,c):

- (202) b. \*no sentido de a sociedade civil mobilizarem o público eleitor  
c. \*para que o público eleitor votem

É aqui evidente a concordância ideológica, e não a gramatical, entre os SNs sujeitos e os SVs predicados, que estariam em conformidade com a norma-padrão se observassem as construções em (202d,e), nas quais os verbos se encontram no singular:

- (202) d. no sentido de a sociedade civil mobilizar o público eleitor  
e. para que o público eleitor vote

Posto isto, podemos, em conformidade com a norma-padrão europeia, apresentar as seguintes propostas alternativas dos enunciados desviantes expostos acima:

Paulino Soma Adriano

- (195) b. o Partido A está acima / com setenta e quatro por cento // depois o Partido B / com dezasseis por cento // em terceiro está o Partido C com quatro por cento [...] // só peço que a população seja mais compreensível e aceite aquilo que está a acontecer //
- (196) b. é a mudança que eu quero [...] / porque o povo angolano anda a sofrer muito [...] //
- (197) b. depois um grupo de militantes e simpatizantes do Partido liderado pelo seu secretário provincial foi ao Comando Provincial da Polícia Nacional / onde protagonizou cenas de agressão física a agentes da ordem / incluindo a uma oficial superior que viu também sua farda rasgada //
- (198) b. eu aconselho a toda juventude que vote //
- (199) b. [...] fez todo sacrifício // todo o mundo está satisfeito //
- (200) f. enquanto a equipa dos serviços tentou persuadi-los para que não estivessem aqui à frente / foi surgindo mais um grupo a que os próprios denominam Bloco Vermelho //

Paulino Soma Adriano

(201) d. tenho provas de uma frota que está aqui permanente desde os anos oitenta // essa frota está aqui / numa média de onze embarcações //

(202) f. o porta-voz da Organização / no Huambo / apelou à sociedade civil e não só no sentido de mobilizar o público eleitor para que vote com responsabilidade / deixando para trás as adversidades / preservando / no entanto / a paz que reina no país //

#### 5.2.8. Concordância com expressão partitiva

No *corpus* foi possível verificar ainda a ocorrência de sujeitos que são expressões partitivas, como (a) *maior parte de + Nome plural*, *a maioria dos + Nome plural*, *boa parte de + Nome plural*, *grande parte de + Nome plural*, *conjunto de + Nome plural* (cf. *Corpus*, Capítulo IV, Secção j). É o que ocorre nos seguintes enunciados:

(203) a. maior parte dos cidadãos já tinham exercido o seu dever de voto // [TPA1, Eleições Gerais, 31.08.2012]

(204) a. [...] a maioria dos habitantes estão reservados em suas casas / e outros sim / dirigidos nas Assembleias para exercerem o seu voto de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(205) a. boa parte dos indivíduos que entram no mundo da droga dificilmente saem // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]



Paulino Soma Adriano

(206) a. vale referir que **grande parte de eleitores** que **votaram** / pelo menos naquilo que nós constatámos / **foi** de mulheres // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(207) a. os *akotos* é um **conjunto de reis** que **passaram** nas embalas e que **estão** bem conservados no tal local que se chama *akokotos*<sup>18</sup> // [RNA, Jornal, 19.09.2012]

A tradição gramatical não condena as construções acima no que respeita à concordância do verbo com expressão partitiva. Na generalidade, os sujeitos que são expressões partitivas podem concordar com verbos no singular como no plural, defendendo-se que o verbo no singular faz destacar o conjunto, enquanto o verbo no plural põe em evidência os vários elementos que constituem o conjunto. Noutras abordagens, o emprego do verbo no plural, combinando-se com uma expressão partitiva é apenas aceite se traduzir uma concordância enfática, expressiva ou ainda, se quisermos, estilística. Há outras visões, mais puristas, que não nos vale citar aqui, que consideram mesmo desvio ou «erro» tal concordância.

Carlos de Azeredo afirma mesmo que «Se o sujeito é formado por expressão partitiva [...], o verbo concorda ordinariamente com o núcleo sintático da construção.» (cf. Azeredo, 2008:230) Nesta acepção, os núcleos sintáticos das frases acima apresentadas encontram-se no singular e, por isso, obrigariam a que os verbos figurassem igualmente no singular. O autor aceita,

---

<sup>18</sup> Espaço no qual, com base na prática de algumas culturas angolanas, são conservados os crânios – akotos – dos sobas após a sua morte.

no entanto, construções que combinam a expressão partitiva com verbos no plural à luz da estilística.

Observando mais atentamente o enunciado (204a), verifica-se que, semanticamente, parece não ter sido adequado o emprego do verbo *reservar*. Além disso, não parece adequado o particípio – *dirigidos* – no contexto frásico em referência. Junta-se o facto de o verbo *dirigir*, no particípio, ser complementado pela preposição *em* e não *para*, na acepção de conduzir.

É também curioso observar que no enunciado (206a), a forma verbal mais próxima da expressão partitiva – *votaram* – figura no plural, quando o mais distanciado – *foi* – figura no singular, embora ambos se referiram ao mesmo sujeito, que é a expressão partitiva *grande parte de eleitores*.

Em resumo, e considerando as observações feitas, os enunciados evidenciados podem ter os verbos quer no singular quer no plural, como são representados abaixo. No entanto, fica o registo de que há, no português falado em Angola, alguma tendência de colocar o verbo não em concordância com a expressão partitiva, mas sim no plural.

(203) b. maior parte dos cidadãos já tinha[tinham] exercido o seu dever de voto // [TPA1, Eleições Gerais, 31.08.2012]

(204) b. [...] a maioria dos habitantes encontra-se[encontram-se] em suas casas / e outros sim / dirigiram-se às Assembleias para exercerem o seu voto de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(205) b. boa parte dos indivíduos que entra[entram] no mundo da droga dificilmente [sai]saem // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

Paulino Soma Adriano

(206) b. vale referir que grande parte de eleitores que votou[votaram] / pelo menos naquilo que nós constatámos / foi[foram] de mulheres // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(207) b. os *akotos* é um conjunto de reis que passou [passaram] nas embalas e que está [estão] bem conservados no tal local que se chama *akokotos* // [RNA, Jornal, 19.09.2012]

Como observado, os enunciados acima apresentados são todos constituídos por uma expressão partitiva + Nome no plural. Haja vista a seguinte construção, na qual temos expressão partitiva + Nome no singular:

(208) a. \*na verdade / a única ideologia que sempre tiveram foi a de viver bem / de usarem os bens públicos em seu proveito / em detrimento da maioria da população que vivem com dificuldades // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

Se há oscilação nos casos anteriormente tratados, em que o verbo pode estar no singular ou no plural, neste caso coloca-se a obrigatoriedade de o verbo figurar apenas no singular, porque quer a expressão partitiva (*a maioria de*), quer o SN encaixado (*a população*) encontram-se no singular. Deste modo, o enunciado que se segue obedece à norma-padrão:

- (208) b. na verdade / a única ideologia que sempre tiveram foi a de viver bem / de usarem os bens públicos em seu proveito / em detrimento da maioria da população que vive com dificuldades //

### 5.2.9. Considerações finais sobre a concordância verbal

Mediante a descrição feita dos enunciados apresentados em relação ao tema *Concordância verbal*, podemos inferir que há, em Angola, tendências que se demarcam da norma europeia, embora, por outro lado, se reconheça que muitos dos desvios aqui expostos possam ocorrer igualmente na norma europeia.

Assim, foi possível observar construções nas quais se verifica a falta de concordância entre o verbo e o sujeito simples pré-verbal (cf. *apelo a todos os angolanos para que possa votar*). Ocorre também a falta de concordância entre o sujeito gramatical referente à primeira pessoa, que fala, com o verbo na terceira pessoa do singular (*eu vende*), o que pode gerar problemas de interpretação, sobretudo quando o sujeito de construções deste género é subentendido, remetendo a acção verbal para a terceira pessoa e não para a primeira. Tendencialmente, parece haver maior crise de concordância entre o sujeito simples e o verbo quando aquele, o sujeito, figura em posição pós-verbal, que, quando na terceira pessoa do plural, pode combinar-se com verbos no singular (cf. *está aqui os elementos da Sinfic*). Foi também possível observar casos de falta de concordância entre o sujeito e o verbo predicativo – *ser* (cf. *os resultados é a expressão do povo*) e, mais raramente, a falta de concordância deste mesmo verbo com o seu predicativo (cf. *aquilo que eu recebo é problemas periodontais*). Com escassos exemplos atestados no

*corpus* são os casos de variação do verbo *haver*, em contextos nos quais o mesmo é impessoal, na acepção de existir (cf. *não haverão tendas*).

Mais atestada no *corpus* é a crise de concordância do verbo com os pronomes *tu* e/ou *você*, isto é, a ocorrência frequente do emprego simultâneo, no mesmo enunciado, de unidades que remetem para *tu* e de unidades que remetem para *você/senhor*, como sendo, por exemplo, verbos, pronomes clíticos e pronomes possessivos (cf. *diga-me onde estás / vota você também / desculpa, qual é o seu nome?*). Cabral (2005:76) constata, ao analisar textos escritos de alunos do Ensino Primário ao Ensino Superior, que as produções em que há falta de concordância entre os vários constituintes da frase, como as que observámos, representam o maior número de desvios nos níveis médio e superior. De facto, este fenómeno é também frequente no português escrito, o que se constata mesmo nas provas de alguns professores de Língua Portuguesa, em Angola.

Outros casos observados que ocorreram com alguma frequência prendem-se, como acabámos de ver, com a concordância ideológica pela concordância sintáctica (cf. *a gente vamos / o povo votam*), bem como a tendência em figurar no plural o verbo que se combina com expressões partitivas (cf. *uma parte dos eleitores votaram*).

De todos estes casos, alguns dos quais, como já afirmámos, podem ocorrer igualmente na norma-padrão europeia e em algumas de suas variedades (cf., entre os já citados, Peres e Mória, 1995), ao que nos pareceu, a concordância da primeira pessoa do singular (*eu*) com verbos na terceira pessoa do singular (*vende*) ocorre na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas. A concordância ideológica com *a gente* é igualmente mais comum no discurso de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, porém, outros nomes colectivos como *povo*, *frota*, etc., podem ocorrer com verbos no plural, também no discurso de pessoas escolarizadas. Tirando estes casos, todos os restantes, embora ocorram, tendencialmente, com mais frequência no discurso de falantes pouco escolarizados, chegam a ser também produzidos por pessoas cultas.

### **5.3. Outros casos de concordância**

Além dos casos até agora apresentados sobre as concordâncias, importa referir dois outros casos, que, embora não significativamente atestados no *corpus*, não são raros no português falado em Angola. Trata-se (i) da possibilidade de combinação do clítico *se*, de terceira pessoa, com sujeitos da primeira, bem como (ii) da falta de concordância entre a expressão relativa *o qual* com o seu antecedente.

#### **5.3.1. Se+sujeitos da primeira pessoa**

O clítico *se* parece ocupar tendencialmente o espaço de *me* e de *nos*, combinando sempre com sujeitos da primeira pessoa quer no singular quer no plural, podendo ter valor acusativo ou dativo. Este facto é evidenciado nos enunciados (209a), (210a) e (211a):

(209) a. \***se sinto** muito bem / porque o meu voto é pela primeira vez //  
[TPA1, Telejornal, 21.08.012]

(210) a. \*está me falar pra mim não votar porque eu **se actualizei** lá no  
Lubango [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012,  
31.08.2012]

(211) a. – como se chama o aeroporto do Namibe ?  
– \*não vamoØ só **se** complicar // [TPA2, Pato na Área,  
23.08.2012]

Nota-se que os verbos realçados encerram desinências que remetem para a primeira pessoa do singular (*sinto, actualize*) e, também, para a primeira do plural, no qual se omite o /s/ final (*vamos*). O clítico reflexo *se* vem em vez do clítico *me* (209a) e (210a). Estruturas semelhantes, embora não significativamente atestados no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo V, Secção a), são frequentes na fala de pessoas pouco escolarizadas, ou com escolarização nula. É, julgamos nós, mais uma marca do português vernáculo de Angola. Assim, nesta variedade, podemos ter contextos nos quais o clítico *se*, reflexo, substitui os clíticos *me* e *nos*, fenómeno que melhor se pode observar se contrastarmos as construções nas quais figura o clítico *se* com as que, revendo-se na norma europeia, apresentam os clíticos *me* e *nos*, reflexos, tendo em conta apenas as unidades desviantes dos enunciados acima. Observe-se que há outros desvios, como a colocação do clítico, que, como afirmámos acima, tratamos na secção 5.9.

- (209)    b. \***se sinto** muito bem  
          c. sinto-me muito bem

- (210)    b. \*eu se actualizei  
          d. eu actualizei-me

- (211)    b. \*não vamo só se complicar  
          e. não complique(s) só a situação<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Ao que nos parece, com base na bibliografia consultada, o verbo *complicar* é, na norma-padrão e no contexto em análise, cujo sujeito é +humano, transitivo directo. Neste sentido, não se combina com

### 5.3.2. Os constituintes relativos *o qual* e *cujo*: Não concordância com o antecedente

Como é sabido, o constituinte relativo *o qual*<sup>20</sup>, que é uma locução pronominal, varia em número e em género, conforme o seu antecedente, sendo que na variação em género afecta apenas a partícula – *o* – que lhe segue e que passa a comportar-se como acontece com os determinantes artigos. A esse respeito, veja-se a gramaticalidade em (a) e a agramaticalidade em (b) dos seguintes exemplos:

- (212) a. *O livro sobre o qual falaste é interessante.*  
b. *\*O livro sobre a qual falaste é interessante.*
- (213) a. *Os livros sobre os quais falaste são interessantes.*  
b. *\*Os livros sobre o qual falaste são interessantes.*
- (214) a. *A gramática sobre a qual falaste é interessante.*  
b. *\*A gramática sobre o qual falaste é interessante.*
- (215) a. *As gramáticas sobre as quais falaste são interessantes.*  
b. *\*As gramáticas sobre os quais falaste são interessantes.*

---

pronomes reflexos e/ou recíprocos (cf. os exemplos de Luft, 129: 2011 [1975]; Busse, 1994:185; Casteleiro, 2007:115); Fernandes, (Fernandes, 1974:155). No entanto, com sujeito -humano, na ausência de complemento directo, o verbo constrói-se, geralmente, com o pronome inerente *se* (cf. *o negócio complica-se cada vez mais* vs. *\*o paciente complica-se cada vez mais* / *\*o paciente e o médico complicam-se cada vez mais*). Importa notar, contudo, que estruturas desviantes como estas não são estranhas em Angola.

<sup>20</sup> Ocorre apenas em orações relativas de nome com antecedente explícito, sendo impossível em orações relativas de frase ou em orações relativas de nome com antecedente implícito (cf. R. Veloso, 2013:2090-2091).



Como se pode notar nos exemplos acima, a variação do constituinte relativo *o qual* é controlada pelo seu antecedente, sendo agramaticais os enunciados que não obedecem a este princípio.

Todavia, em Angola, a falta de concordância entre o constituinte relativo *o qual* e o seu antecedente não é rara na fala de pessoas com diferentes graus de escolarização. No *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo V, Secção b) figuram algumas ocorrências do referido fenómeno, que ilustramos a seguir:

- (216) a. \*após esse processo / lhe é entregue **dois sacos na qual** ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (217) a. \*a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de **uma orientação do camarada Presidente** [...] / segundo **as quais** vamos concentrar [///] depois de praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços **para** o aumento da qualidade da educação // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (218) a. \*existem brigadas **pela qual** os operadores estão já a passar a informação a todos [-] eleitores de que devem possuir uma senha // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (219) a. \*nós apreciamos o discurso do camarada presidente / **na qual** dirigiu-nos uma mensagem de aconchego // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Paulino Soma Adriano

É evidente a falta de concordância entre o constituinte relativo e o seu antecedente nos enunciados acima. Às vezes, o emprego de *o qual*, no português falado em Angola, gera problemas semânticos, tornando-se difícil perceber o sentido que o falante quer que o seu enunciado tenha.

Além disso, tendo em conta o contexto nos quais foram produzidos os enunciados em referência, no caso do enunciado (216a), além da falta de concordância entre os constituintes *dois sacos* e *na qual*, o verbo *recolher* não selecciona, neste caso, a preposição *em* (cf. *recolher os resíduos nos sacos*), mas a preposição *para* (cf. *recolher os resíduos para os sacos*), o que nos permite reestruturar o enunciado (216a) como em (216b), tendo em conta a norma europeia:

- (216) b. após esse processo / são-lhe entregues dois sacos para os quais ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

Relativamente ao enunciado (217a), o antecedente é claro – *uma orientação do camarada presidente* – que não concorda com o constituinte relativo *as quais*. Este, o constituinte relativo, está no feminino plural, quando o seu antecedente figura no feminino singular. Se considerarmos apenas as unidades que estão na origem da falta de concordância, podemos melhor observar a diferença entre a estrutura desviante (217b) e a estrutura que obedece à norma europeia (217c).

- (217) b. \*uma orientação do camarada presidente segundo as quais [...]  
c. uma orientação do camarada presidente segundo a qual [...]

O enunciado (218a) apresenta como antecedente de *pela qual* o nome feminino plural *brigadas*, o que origina a falta de concordância. Compare-se (218b) e (218c):

- (218)    b. \*existem brigadas **pela qual** os operadores estão já a passar a  
              informação  
              c. existem brigadas **pelas quais** os operadores estão já a passar a  
              informação

O enunciado (219a) apresenta o constituinte relativo contraído com a preposição em – *na qual* – referindo-se ao constituinte – *o discurso do camarada presidente*. Assim, há falta de concordância entre os dois constituintes, já que enquanto o constituinte relativo se encontra no feminino singular, o seu antecedente encontra-se no masculino singular. Logo, uma possível proposta para a norma europeia é a que figura em (219b).

- (219)    b. nós apreciamos o discurso do camarada presidente / **no qual**  
              nos dirigiu uma mensagem de aconchego //

Algumas vezes, o constituinte relativo *o qual*, com preposições, aparece em construções nas quais não se pode identificar o antecedente a que se refere, como no enunciado (220a).

Paulino Soma Adriano

- (220) a. \*com este novo horário que foi implementado / vai diminuir bastante o número de absentismo // por exemplo / eu estou aqui // cheguei [-] eram 17h30 [//] 18h00 // já registei a minha filha e **na qual** até já recebi a minha cédula // estou satisfeita // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

Na verdade, se retirarmos o constituinte *na qual* entre as duas orações em que se encontra, esta parte da estrutura torna-se gramatical, o que revela que a inserção do constituinte relativo *na qual* entre as orações em referência é supérflua.

- (221) b. já registei a minha filha e até já recebi a minha cédula

Outras vezes, o género e o número do constituinte relativo estão em concordância com o seu antecedente, porém, o que torna o enunciado agramatical é a inserção da preposição *em*, que contrai com o referido constituinte, como em (222a).

- (222) a. \*isso propicia uma mais-valia para as nossas populações / no sentido de criar condições de circulação de pessoas e bens // propicia o desenvolvimento da província / **no qual** / há muito / esta população desejava // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]

Neste enunciado, o antecedente do constituinte relativo é *o desenvolvimento da província*, que está em concordância com *o qual*. O que torna anómalo este enunciado é a preposição *em* antes do constituinte relativo com o qual se

contraí. Veja-se a gramaticalidade da alternativa abaixo, na qual se suprime a preposição *em*.

- (223) b. isso propicia uma mais-valia para as nossas populações / no sentido de criar condições de circulação de pessoas e bens // propicia o desenvolvimento da província / o qual / há muito esta população desejava //

O pronome *cujo*, como é sabido, tem valor genitivo e apresenta um comportamento diferente do constituinte relativo *o qual*, uma vez que, embora se refira a um antecedente, concorda, porém, em género e número, com o conseqüente, como se pode exemplificar em (224a) e em (225a), sendo agramaticais as frases em (224b) e (225b).

- (224) a. *O livro cuja capa é amarela parece interessante.*  
b. *\*O livro cujo capa é amarela parece interessante.*

- (225) a. *Os livros cujas capas são amarelas parecem interessantes.*  
b. *\*Os livros cujos capas são amarelas parecem interessantes.*

Em relação ao determinante relativo *cujo*, é de realçar que este é empregue raramente na fala de Angolanos, mesmo no de falantes cultos. Um único caso desviante que pudemos detectar é o que se apresenta em (226a).

Paulino Soma Adriano

(202a) a. \*nós temos alguns **empreendimento**Ø **cujo** grande a produção  
de lixo vem daí // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]

Embora se tenha omitido a marca de plural no SN antecedente – *alguns empreendimento* – o determinante relativo *cujo* deve concordar com o conseqüente *grande produção*, no qual se insere superfluamente o determinante artigo definido feminino *a*. A inserção do artigo *a* entre o adjetivo *grande* e o nome (masculino ou feminino), embora rara, pode ser ouvida no registo popular de alguns falantes em estruturas de gradação (cf. *grande a carro / grande a moto*).

Note-se, por outro lado, que no enunciado em análise há incompatibilidade sintáctica entre o relativo *cujo* e o advérbio de lugar *aí*. A proposta alternativa para o enunciado (226a), em conformidade com a norma europeia, é a que apresentamos em (226b), preterindo, assim, do emprego de *cujo*.

(226) b. nós temos alguns empreendimentos de onde (dos quais) vem a  
grande produção de lixo.

Este caso não pode, porém, ser generalizado, uma vez que, como referido mais acima, é igualmente rara a ocorrência de *cujo*.

#### **5.4. Modos verbais**

Cunha e Cintra definem modo «(...) a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao facto que enuncia.» (cf. Cunha e Cintra, 1999:447)

Nesta secção apresentaremos construções anómalas no que respeita aos modos verbais, mais concretamente, ao emprego do indicativo pelo conjuntivo, do infinitivo pelo conjuntivo, bem como a possibilidade de emprego do imperativo afirmativo pelo do imperativo negativo. Apresentamos também algumas analogias decorrentes das dificuldades do emprego do modo conjuntivo e alguns desvios que se prendem com o emprego do infinitivo flexionado.

Ainda com base nos autores citados, emprega-se o modo indicativo quando se considera o facto expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, seja no futuro. O modo conjuntivo emprega-se quando se encara a existência ou não existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou, mesmo, irreal (cf. Cunha e Cintra, 1999:463,464). Comparem-se as frases (227a,b), bem como as frases (228a,b):

- (227)     a. *Confirmo que ele está em Évora. (Indicativo)*  
           b. *Duvido que ele esteja em Évora. (Conjuntivo)*

- (228)     a. *Confirmo que ele estudava em Évora. (Indicativo)*  
           b. *Duvidei que ele estudasse em Évora. (Conjuntivo)*

Com base no *corpus* do presente trabalho (cf. *Corpus*, Capítulo VI, Secção a), observa-se a possibilidade de ocorrência do modo indicativo em contextos obrigatórios do modo conjuntivo. É este assunto que nos ocupa mais abaixo.

#### 5.4.1. O emprego do indicativo pelo conjuntivo ou pelo infinitivo

##### 5.4.1.1. Em orações adverbiais finitas

Os enunciados que apresentamos abaixo, retirados do *corpus*, são exemplos de que há ocorrências, em Angola, do modo indicativo em contextos do conjuntivo. Começamos por observar o emprego do modo conjuntivo em orações adverbiais finitas de condição, isto é, introduzidas pela conjunção *se* e equivalentes.

- (229) a. \*quem sabe **se os Angolanos terem** uma outra ideia / apostarem num outro governo / poderá haver mudança // eh pá // é assim // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (230) a. \*por mais que se fale que você tenha que ler / **se o indivíduo não saber a importância da leitura** / automaticamente ele não vai ler // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (231) a. \*eu não quero ser alarmista / mas **se ver** / muitas empresas estão a sair do país // [TPA1, Telejornal, 21/08/012]
- (232) a. \***caso ganharia as eleições** / eu queria saber então que solução daria **para** o problema então da habitação para a população angolana // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (233) a. \*[...] **desde que está** em missão de serviço / então tem direito de votar aqui // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]



Conforme se pode observar, nos enunciados acima as orações com constituintes realçados encerram uma hipótese ou uma condição de que depende a acção expressa na oração contígua, exigindo, assim, nas orações hipotéticas, o modo conjuntivo e não o indicativo ou o infinitivo.

No enunciado (229a) temos a estrutura [Conjunção *se* + SN sujeito + Verbo infinitivo flexionado + SN complemento directo], como se representa em (229b), em vez da estrutura [Conjunção *se* + SN sujeito + Verbo conjuntivo futuro + SN Complemento directo], como se representa em (229c).

(229) b. \**se os Angolanos terem uma outra ideia*

c. *se os Angolanos tiverem uma outra ideia*

No enunciado (230a) temos a estrutura [Conjunção *se* + SN sujeito + operador de negação + Verbo infinitivo não flexionado + SN complemento directo], como em (230b) em vez da estrutura [Conjunção *se* + SN sujeito + operador de negação + Verbo conjuntivo futuro + SN complemento directo], como em (230c).

(230) b. \**se o indivíduo não saber a importância da leitura*

c. *se o indivíduo não souber a importância da leitura*

Não comentamos, por enquanto, o enunciado (231a), que, por comportar o verbo *ver*, tratamos mais abaixo, embora apresentemos, mais adiante, a proposta alternativa em conformidade com a norma-padrão.

Paulino Soma Adriano

No enunciado (232a) temos uma estrutura [Conjunção *caso* + Verbo indicativo futuro do pretérito + SN complemento directo], como se representa em (232b), em vez da estrutura [Conjunção *caso* + Verbo conjuntivo presente/pretérito imperfeito + SN complemento directo], representada em (232c). Observe-se o emprego da preposição *para* em vez da preposição *a* na unidade – *que solução daria para o problema* – em vez de – *que solução daria ao problema*.

(232) b. \*caso ganharia as eleições

c. caso ganhe/ganhasse as eleições

Relativamente ao enunciado (233a), observa-se uma estrutura [Locução conjuncional *desde que* + Verbo presente indicativo + Complemento oblíquo], como em (233b), em vez da estrutura [Locução conjuncional *desde que* + Verbo presente conjuntivo + Complemento oblíquo], como em (233c).

(233) b. \*desde que está em missão de serviço

c. desde que esteja em missão de serviço

Assim, na norma europeia, os enunciados acima descritos podem ter como propostas as seguintes alternativas:

(229) d. quem sabe se os Angolanos tiverem uma outra ideia /  
apostarem num outro governo / poderá haver mudança // eh pá // é  
assim //

Paulino Soma Adriano

- (230) d. por mais que se fale que você tenha que ler / se o indivíduo não souber a importância da leitura / automaticamente ele não vai ler //
- (231) b. eu não quero ser alarmista / mas se vir / muitas empresas estão a sair do país // [TPA1, Telejornal, 21/08/012]
- (232) d. caso ganhe/ganhasse as eleições / eu queria saber então que solução daria ao problema da habitação para a população angolana //
- (233) d. [...] desde que esteja em missão de serviço / então tem direito de votar aqui //

O *corpus* atesta também o emprego do modo indicativo e do infinitivo em orações adverbiais finitas de tempo, isto é, introduzidas pela conjunção *quando* (234a), em orações adverbiais finitas de concessão, introduzidas pela conjunção *embora* (235a), pelas locuções *por mais que* (236a) e *mesmo que* (237a), assim como em orações adverbiais finitas de fim, introduzidas pela conjunção *para* (238a), contextos nos quais era obrigatório o emprego do conjuntivo.

- (234) a. \*[...] passar essa informação [...] que como ela vai proceder quando o seu filho vir ao mundo // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

Paulino Soma Adriano

- (235) a. \*para o presidente [...] / primeiramente eu vou dizer força / que pode contar com a juventude angolana / **embora muitos parecem não estar com ele** / mas ele tem o nosso apoio [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (236) a. \*evite escrever nomes // **por mais que tens amor à localidade** / evite escrever questões / ou [-] mais que tenha repulsa a outros candidatos / evite escrever palavras obscenas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (237) a. \***mesmo que o** / **nossos conhecimentos podem ser reproduzidos** / **podem ser expandidos** / **não carecem de direitos de autor** / o que nós queremos é Angola à frente // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (238) a. \*estão garantidas as condições técnicas / operacionais e de segurança **para que** ainda nas próximas semanas se faça a viagem inaugural entre as três províncias **e se retoma a ligação comercial** ou a transportação de pessoas na linha que une as três províncias do nosso país // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]

Conforme se pode notar, existe a ocorrência do indicativo e do infinitivo em contextos obrigatórios de conjuntivo.

No enunciado (234a) está uma estrutura [Conjunção *quando* + SN + Verbo infinitivo + Complemento oblíquo], como se representa em (234b), em vez da estrutura [Conjunção *quando* + SN + Verbo conjuntivo futuro + Complemento

oblíquo], como em (234c). Há ainda um outro desvio que se prende com o emprego da conjunção *que* em vez da preposição *de* (cf. *que como ele vai proceder* vs. *de como ele vai proceder*).

- (234)    b. \*quando o seu filho vir ao mundo  
          c. quando o seu filho vier ao mundo

Contraste-se, agora, o enunciado (231a) [eu não quero ser alarmista / mas se ver / muitas empresas estão a sair do país //], em vez de [mas se vir / muitas empresas estão a sair do país] com o enunciado em análise (234a) [como ela vai proceder quando o seu filho vir ao mundo], em vez de [como ela vai proceder quando o seu filho vier ao mundo].

Na verdade, embora o *corpus* não contenha mais exemplos, importa afirmar que há, no português coloquial em Angola, sobretudo no de falantes pouco ou não escolarizados, imensas dificuldades em distinguir o verbo *vir* do verbo *ver* no futuro imperfeito do modo conjuntivo, resultando daí algumas analogias. O verbo *vir* pode ser conjugado como o verbo *ver* (*quando eu vir aqui, quando tu vires aqui, quando você vir aqui, quando ele vir aqui, quando nós virmos aqui, quando eles/vocês virem aqui*); o verbo *ver* pode ganhar um paradigma diferente (*se eu ver o António, se tu veres o António, se você ver o António, se nós vermos o António, se eles/vocês verem o António*).

Em relação ao enunciado (235a), observa-se a estrutura [Conjunção *embora* + Quantificador com valor nominal + Verbo presente indicativo + Operador de negação + Oração subordinada reduzida de infinitivo], como em (235b), em vez da estrutura [Conjunção *embora* + Quantificador com valor nominal + Verbo presente conjuntivo + Operador de negação + Oração subordinada reduzida de infinitivo], como em (235c).

Paulino Soma Adriano

- (235) b. \**embora* muitos parecem não estar com ele  
c. *embora* muitos pareçam não estar com ele

No que respeita ao enunciado (236a) apresenta-se a estrutura [Locução conjuncional *por mais que* + Verbo presente indicativo + Complemento directo + Complemento indirecto], como se apresenta em (236b), em vez da estrutura [Locução conjuncional *por mais que* + Verbo presente indicativo + Complemento directo + Complemento indirecto], como se apresenta em (236c). Note-se ainda a omissão da marca de plural no nome *localidade* (em vez de localidades), a omissão da preposição *por* representada por [-] na oração coordenada disjuntiva – *ou [-] mais que tenha repulsa a outros candidatos* – e, ao que parece, a norma padrão prefere, com o nome *repulsa*, a preposição *por* à preposição *a* – *repulsa por outros candidatos*. Este enunciado apresenta ainda marcas que concordam com *tu* e marcas que concordam com *você* ou *com o senhor*.

- (236) b. \**por mais que tens* amor às localidades  
c. *por mais que tenhas* amor às localidades

Quanto ao enunciado (237a), observa-se, na oração desviante, uma estrutura passiva, mas sem o agente da passiva foneticamente exposto [Locução conjuncional *mesmo que* + SN sujeito + Complexo verbal + Predicativo do sujeito], mas seguem-se outras duas orações subordinadas – *podem ser expandidos, não carecem de direitos de autor*, como em (237b), havendo omissão da marca de plural no determinante que precede o SN – *oØ nossos conhecimentos*. Note-se que a Locução conjuncional – *mesmo que* – tem

implicações estruturais em todas as orações subordinadas subsequentes, isto é, leva para o presente do conjuntivo o verbo *poder* e o verbo *carecer*, como em (237c).

(237) b. \* mesmo que oØ nossos conhecimentos podem ser reproduzidos / podem ser expandidos / não carecem de direitos de autor

c. mesmo que os nossos conhecimentos possam ser reproduzidos, possam ser expandidos / não careçam de direitos de autor

No que respeita ao enunciado (238a), observa-se que as orações subordinadas são introduzidas pela Locução conjuncional *para que*, havendo, por isso, modo conjuntivo no verbo *fazer* – *para que [...] se faça.*, Curiosamente, o verbo da oração mais distanciada figura no indicativo – *retoma*, sendo que, por recursividade, sabemos que a locução *para que* está omissa também antes do referido verbo conjugado pronominalmente, como em (238b), em vez do fragmento em (238c).

(238) b. \*e [para que] se retoma a ligação comercial

c. e [para que] se retome a ligação comercial

Deste modo, é possível, abaixo, apresentar as propostas alternativas dos enunciados (234a) a (238a), acima, em conformidade com a norma europeia.

Paulino Soma Adriano

- (234) d. [...] passar essa informação [...] de como ela vai proceder  
quando o seu filho vier ao mundo //
- (235) d. para o presidente [...] / primeiramente eu vou dizer força / que  
pode contar com a juventude angolana / embora muitos pareçam não  
estar com ele / mas ele tem o nosso apoio [...] //
- (236) d. evite escrever nomes // por mais que tenhas amor às  
localidades / evite escrever questões / ou por mais que tenhas repulsa  
por outros candidatos / evite escrever palavras obscenas //
- (237) d. mesmo que os nossos conhecimentos possam ser  
reproduzidos / possam ser expandidos / não careçam de direitos de  
autor / o que nós queremos é Angola à frente //
- (238) d. estão garantidas as condições técnicas / operacionais e de  
segurança para que ainda nas próximas semanas se faça a viagem  
inaugural entre as três províncias e se retome a ligação comercial ou a  
transportação de pessoas na linha que une as três províncias do  
nosso país //



**5.4.1.2. Em orações subordinadas completivas finitas dependentes de  
adjectivos e de verbos**

Observemos os seguintes enunciados:

(239) a. **\*é importante** que o nosso presidente **se preocupa** também  
com a nossa cultura // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]

(240) a. \*a democracia faz muito bem // **é importante que nós nos  
encontramos e fazemos** a escolha certa // [TPA1, Telejornal,  
24.08.2013]

(241) a. \*aquelas pessoas também que / não sabem **seguir no** Partido /  
então **é bom** que **apostam** no Partido // [TPA1, Campanha Eleições,  
12.08.2012]

(242) a. **\*é fundamental que** todo cidadão angolano **participar**  
activamente na votação / porque votando / só assim que nós vamos  
escolher aquele que vai dirigir o nosso país durante esses cinco anos  
// [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]

Nota-se que estes enunciados são constituídos por orações completivas de  
adjectivo, que ocorrem com o verbo *ser* e que deviam ocorrer necessariamente  
com o modo conjuntivo. Tem-se uma estrutura [*ser* + adjectivo + oração  
subordinada completiva desenvolvida]. Verifique-se que no enunciado (240a), a  
estrutura – *é importante que* – obriga a que ambos os verbos presentes nas  
orações subordinadas – *encontramos e fazemos* – ocorram no conjuntivo (cf.

Paulino Soma Adriano

*encontremos e façamos*). Note-se também que no enunciado (240), o verbo *seguir* é complementado por um SP encabeçado pela preposição *em* – *seguir no Partido* – quando o mesmo é transitivo directo (cf. *seguir o Partido*). É ainda inusitado o emprego do infinitivo – *participar* – no enunciado (242a) em vez do presente do conjuntivo – *participe*. Além disso, parece não estar bem clara a estrutura – *só assim que* – deste último enunciado.

As propostas alternativas para a norma europeia dos enunciados (239a) a (242a) são as seguintes:

(239) b. é importante que o nosso presidente se preocupe também com a nossa cultura //

(240) b. a democracia faz muito bem // é importante que nós nos encontremos e façamos a escolha certa //

(241) b. aquelas pessoas também que / não sabem seguir o Partido / então é bom que apostem no Partido //

(242) b. é fundamental que todo cidadão angolano participe activamente na votação / porque só votando / é que nós vamos escolher aquele que vai dirigir o nosso país durante esses cinco anos //

Relativamente às orações subordinadas completivas dependentes de verbos, foi possível observar as ocorrências de alguns casos, sobretudo os que são introduzidos pelo verbo *querer*. Eis alguns exemplos retirados do *corpus*:

- (243) a. \*nesta altura em que estamos a vos falar / consideramos o balanço desta actividade / sendo preliminar / como positivo / **esperando que nos outros momentos podemos fazer o balanço final do processo** // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (244) **\*eu quero que o Partido ajuda-nos** na melhoria das propinas escolares // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (245) **\*queres que Angola muda ? Vote** n.º # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (246) \*[...] e eu **quero que tudo corre muito bem** / nada de guerra porque já sofremos muito // [...] por isso que eu peço à população e não só **que tudo corre muito bem** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]

Conforme se pode verificar, as orações subordinadas completivas acima realçadas são introduzidas por verbos, mais especificamente, por um verbo de expectativa – *esperar* – no enunciado (243a) e por um verbo volitivo – *querer* – nos restantes enunciados. Temos uma estrutura [Verbo + oração subordinada completiva]. No enunciado (243a), há, entre o verbo e a oração subordinada completiva, um modificador ou adjunto adverbial – *nos outros momentos*. Estes verbos devem introduzir, nos contextos enunciativos apresentados, o modo conjuntivo. Atente-se, ainda, na colocação desviante dos clíticos *vos* (243a) e

Paulino Soma Adriano

*nos* (244a) e na omissão da forma verbal *é* na oração – *por isso que eu peço à população* (cf. *por isso é que eu peço à população*). Os verbos de todas as orações completivas em referência encontram-se no presente do indicativo em vez do presente do conjuntivo.

Os enunciados abaixo podem servir de propostas alternativas em conformidade com a norma europeia.

(243) a. nesta altura em que estamos a falar-vos / consideramos o balanço desta actividade / sendo preliminar / como positivo / esperando que nos outros momentos possamos fazer o balanço final do processo //

(244) eu quero que o Partido nos ajude na melhoria das propinas escolares //

(245) queres que Angola mude ? Vota n.º # //

(246) [...] e eu quero que tudo corra muito bem / nada de guerra porque já sofremos muito // [...] por isso é que eu peço à população e não só que tudo corra muito bem //

#### **5.4.2. Outros casos do uso do indicativo ou infinitivo pelo conjuntivo**

Além dos enunciados acima analisados, o *corpus* não deixa de atestar outros casos de emprego do indicativo ou infinitivo pelo conjuntivo. É o caso de orações dubitativas introduzidas pelo advérbio modal – *talvez* (247a) e (248a),

bem como o de orações directamente introduzidas pela integrante – *que* (249a) a (251a).<sup>21</sup>

(247) a. \*[...] obviamente os partidos que assim agirem / **talvez terão algumas consequências** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

(248) a. \***talvez o bom livro é aquele** que tem muitas fotografiaØ / ele vai apreciando as imagens [...] // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

(249) a. \*a opinião que eu tenho / se o Partido está [-] vencer / **que vence** durante este ano / [...] // vamos ver o que vai fazer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

(250) a. \*[os outros estudantes] **que se aplicam** mais / **que estudam** mais // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]

(251) a. \*que o ano lectivo / terceiro semestre / **termina** cedo // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]

Como bem se pode observar, nestes contextos é igualmente obrigatório o emprego do conjuntivo. Porém, é evidente, no enunciado (247a), a estrutura [Advérbio *talvez* + Verbo futuro indicativo + Complemento directo], como se

---

<sup>21</sup> Cunha e Cintra incluem estas frases num grupo específico de conjuntivo, que eles denominam por *conjuntivo independente* (cf. 1999:465).

Paulino Soma Adriano

representa em (247b), em vez da estrutura [Advérbio *talvez* + Verbo futuro conjuntivo + Complemento directo], como em (247c).

- (247)    b. \*talvez terão algumas consequências  
          c. talvez tenham / venham ter algumas consequências

No enunciado (248a) figura também uma estrutura [Advérbio *talvez* + SN + Verbo predicativo presente indicativo + Predicativo], como em (248b), em vez da estrutura [Advérbio *talvez* + SN + Verbo predicativo presente conjuntivo + Predicativo], como em (248c).

- (248)    b. \*talvez o bom livro é aquele  
          c. talvez o bom livro seja aquele

Nos enunciados (249a) a (251a), observe-se que as orações anómalas pretendem exprimir um desejo, um anseio. Nestes contextos, era de esperar o modo conjuntivo e não o indicativo, que figura nas mesmas. Note-se também a omissão da marca de plural no nome *fotografia*, isto no enunciado (248a), o apagamento da preposição *a* entre a locução verbal – *está [-] vencer* (249a).

Considerem-se as propostas alternativas dos enunciados acima na norma-padrão:

- (247)    b. [...] obviamente os partidos que assim agirem / talvez tenham /  
(venham ter) algumas consequências //

Paulino Soma Adriano

(248) b. talvez o bom livro seja aquele que tem/tenha muitas fotografias  
/ ele vai apreciando as imagens [...] //

(249) b. a opinião que eu tenho / se o Partido está a vencer / que vença  
durante este ano / [...] //

(250) b. [os outros estudantes] que se apliquem mais / que estudem  
mais //

(251) b. que o ano lectivo / terceiro semestre / termine cedo //

Ainda neste âmbito, quanto à substituição do conjuntivo pelo indicativo, veja-se o seguinte enunciado:

(252) a. \*[...] que o país estar melhor / para não haver mais guerra //  
[TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Naturalmente, na norma-padrão, o enunciado acima seria apresentado como em (253b):

(253) b. [...] que o país esteja melhor / para não haver mais guerra //

Paulino Soma Adriano

Adicionalmente, parece existir uma tendência considerável de alguns falantes, mesmo os escolarizados, em empregar locuções verbais no infinitivo, como fuga manifesta ao modo conjuntivo. Se não, vejamos os seguintes enunciados:

(254) a. \*sinto-me feliz // é um momento de alegria // que cada um **deve exercer** a sua cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(255) a. \*queremos **que** a ideia dele **deve** ainda **continuar** // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012, 20h00]

(256) a. \*desejo que o partido que eu escolhi **tem de ganhar** e **mandar** o país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(257) a. \*os nossos agentes foram instruídos / foram educados para que / de certa forma / ponderassem as suas reacções [...] // isso não quer dizer que a Polícia Nacional **leve** uma chapada numa face e **vai dar** a outra // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

Verifica-se que o modo conjuntivo é ocupado, nos enunciados acima, por locuções verbais no infinitivo, como se pode comparar logo a seguir:

(254) b. ?que cada um deve exercer a sua cidadania //  
c. que cada um exerça a sua cidadania //

(255) b. ?queremos que a ideia dele deve ainda continuar  
c. queremos que a sua ideia ainda continue



Paulino Soma Adriano

- (256) b. ?desejo que o Partido que eu escolhi tem de ganhar e mandar o país  
c. desejo que o Partido que eu escolhi ganhe e mande o país

O enunciado (257a), por sua vez, respeita o modo indicativo na oração subordinada adverbial (cf. *para que ponderassem as suas reacções*). Contudo, a forma verbal no presente do conjuntivo – *leve* – da oração que se segue fazia prever que o modo conjuntivo continuasse na oração coordenada que surge em último lugar, o que não acontece, pois surge, nesta oração, a locução verbal – *vai dar* (em vez de *dê*), como se pode comparar em (257b) e (258c):

- (257) b. isso não quer dizer que a Polícia Nacional **leve** uma chapada numa face e **vai dar** a outra //  
c. isso não quer dizer que a Polícia Nacional **leve** uma chapada numa face e **dê** a outra //

Na verdade, neste último caso, importa observar que se regista mesmo alguma dificuldade de muitos falantes angolanos empregarem o verbo *dar* no conjuntivo, pois, não raro, apresenta analogias com verbos de segunda conjugação como *crer* (cf. *creiam*), o que, frequentemente, o faz igualmente tomar a forma – *deiam* – no presente do conjuntivo. É o que se pode observar nos seguintes enunciados:

- (258) a. \***deia** uma nova luz ao seu negócio // [TPA1, Publicidade, 27.06.2012]

Paulino Soma Adriano

- (259) a. \*esperamos que **deiam** o melhor para o bem da nação // [RNA,  
Jornal das 13h00, 30.08.2012]

Como é sabido, na norma-padrão europeia, os enunciados acima seriam reformulados como em (258b) e 259b).

- (258) b. dê uma nova luz ao seu negócio //

- (259) b. esperamos que dêem o melhor para o bem da nação //

Não menos relevante é a analogia, no presente do conjuntivo, dos verbos *ser* e *estar* com verbos como *beijar* (*que eu beije, que eles beijem, etc.*), o que permite a realização dos verbos em referência com aquela terminação (*que eu seje, que eles sejam, etc.*). Este fenómeno ocorre, também, no discurso de falantes cultos e, parece ser bastante frequente. É o que se ilustra nos enunciados que se seguem (cf. *Corpus*, Capítulo VI, Secção c):

- (260) a. \*queremos que todo esse processo vá com calma, de maneira pacífica / [...] / mas que o Partido A **esteje** ciente que não tem nenhuma autoridade ou força moral para ditar ao Partido B aquilo que deve fazer //

Paulino Soma Adriano

- (261) a. \*eu acredito nas mulheres / na vontade que as mulheres têm / e espero que neste dia todas elas **estejem** em massa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2013]
- (262) a. \*é importante realmente que **estejemos** filiados a determinadas associações / desde que elas obedeçam àquilo que é o fim a que nos propomos // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (263) a. \*então / a democracia **seje** bem-vinda // [TPA1. Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]
- (264) a. \***sejem** bem-vindoØ à nossa Assembleia de Voto // [TPA1, Publicidade Eleições, 26.07.2012]
- (265) a. \*é na religião onde nós aprendemos / eh / os valores / portanto / éticos / os valores morais / os valores [///] esses que fazem com que futuramente **sejemos** grandes homens ou grandes indivíduos a nível da sociedade // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Observa-se, desta forma, que nos enunciados (260a), (261a) e (262a) temos o verbo *estar*. Nos enunciados (263a), (264a) e (265a) temos o verbo *ser*, todos conjugados no presente do conjuntivo, mas conjugados como o verbo *beijar* (cf. *que eu beije, que eu esteje, que eu seje; que eles beijem, que eles estejem, que eles sejam; que nós beijemos, que nós estejemos, que nós sejemos*).

Por último, deve merecer também alusão o emprego do indicativo pelo conjuntivo em enunciados que figuram no modo imperativo negativo.

Como é sabido, não existe, em português, imperativo na primeira pessoa do singular. Usa-se o imperativo na primeira pessoa do plural quando a pessoa que fala se associa às pessoas para quem fala. As outras pessoas são retiradas do presente do conjuntivo. Observe-se (266) o verbo *falar* no imperativo afirmativo, à esquerda, e no imperativo negativo, à direita:

(266) *fala / não fales*  
*fale / não fale*  
*falemos / não falemos*  
*falai / não faleis*  
*falem / não falem*

O que se constata no português falado em Angola é o emprego do imperativo afirmativo em contextos de imperativo negativo, particularmente na segunda e terceira pessoas do singular, como se representa em (267):

(267) *fala / não fala*  
*fale / não fala*

Embora, neste aspecto, o *corpus* tenha registado escassos casos, (cf. *Corpus*, Capítulo VI, Secção d) importa observar que os mesmos são comuns no português falado em Angola, sobretudo no discurso de pessoas pouco ou nada escolarizadas:

Paulino Soma Adriano

- (268) a. \*como é ? **não fica** assim // eu estou a voltar p' Angola / amanhã sabes que quando estiveres com saudade é só ligar / tu sabes // [...] [TPA1, Encenação, Publicidade, 27.08.2013]
- (269) a. \*neste sábado / grande comício no Kalembe dois / [...] Venha participar / oiça a mensagem [...] / **não falta** // contamos consigo. [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (270) a. \*dia trinta e um / que os Angolano reflectam muito // a juventude não **deixa se** enganar com as cervejas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Verifica-se o emprego do imperativo afirmativo em contextos do imperativo negativo nos enunciados acima. Note-se que o enunciado (268a) se adequa à segunda pessoa do singular, sendo que os enunciados (269a) e (270a) se referem à terceira pessoa. Observe-se a comparação das partes anómalas com as propostas alternativas na norma-padrão:

- (268) b. \*não fica assim  
c. não fiques assim
- (269) b. \*não falta  
c. não falte
- (270) b. \*a juventude não deixa se enganar  
c. a juventude não se deixe enganar

### 5.4.3. O infinitivo flexionado

Em português, o infinitivo apresenta duas formas: uma não flexionada e outra flexionada. A primeira é não pessoal, isto é, não tem sujeito foneticamente realizado por não se referir a uma pessoa gramatical; a segunda, por sua vez, é pessoal por ter sujeito próprio.

Reconhecemos que o emprego do infinitivo flexionado é um ponto crítico no português e, conseqüentemente, também na tradição gramatical, discussão que não nos pode ocupar neste estudo. Contudo, os seguintes enunciados não se revêm na norma-padrão europeia pelas razões que aduziremos mais adiante.

- (271) a. \*não **vamos nos entretermos** nem **nos distrairmos** com outras políticas barulhentas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (272) a. \*o que nós queremos é **termos** paz // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (273) a. \*e não se **esqueçam** também de **ouvirem** e **verem** as notícias sobre as eleições gerais na rádio e na televisão // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (274) a. \***temos** a obrigação de **desenvolvermos** uma actividade permanente de educação para as **peçoas** saberem como votar / por que votar / a importância do voto // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]

Paulino Soma Adriano

No primeiro caso, isto é, no enunciado (271a), temos um complexo verbal formado pelo auxiliar *ir* (cf. *vamos*) e pelas formas verbais plenas *entretermos* e *distrairmos*, que, embora figurem em orações diferentes, apresentam o mesmo auxiliar, elíptico na segunda, apresentado abaixo entre parênteses rectos. Note-se que, nesta estrutura, a pessoalidade do complexo verbal é denunciada pelo auxiliar (cf. [*nós*] *vamos*), devendo, por conseguinte, escusar-se o infinitivo flexionado nos verbos plenos. A colocação do pronome clítico é outro desvio presente no enunciado em descrição. Assim, na norma padrão europeia, há a possibilidade de os verbos plenos não serem flexionados, colocando o clítico em posição enclítica ao infinitivo dos referidos verbos (271b) ou, devido à presença do operador de negação, observar a próclise ao verbo auxiliar (271c).

(271) b. não vamos entreter-nos nem [vamos] distrair-nos com outras políticas barulhentas

c. não nos vamos entreter nem nos [vamos] distrair com outras políticas barulhentas

Nos casos subsequentes temos igualmente duas orações contíguas cujos verbos realçados apresentam o mesmo sujeito, mas que, enfaticamente, são flexionados quer na primeira, quer na segunda. Neste sentido, era escusado o emprego do infinitivo no verbo da segunda oração imediatamente contígua à primeira, como representamos nas seguintes propostas alternativas para a norma-padrão:

(272) b. o que nós queremos é ter paz //

Paulino Soma Adriano

(273) b. e não se esqueçam também de ouvir e ver as notícias sobre as eleições gerais na rádio e na televisão // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(274) b. temos a obrigação de desenvolver uma actividade permanente de educação para as pessoas saberem como votar / por que votar / a importância do voto // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]

Estes enunciados, únicos atestados no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo VI, Secção e), foram proferidos por falantes cultos. De facto, embora as mesmas não tenham sido muito atestadas, não é raro ouvi-las na fala de pessoas de diferentes níveis de escolaridade, incluindo os de escolaridade nula.

#### **5.4.4. Considerações finais sobre os modos verbais**

Esta secção permitiu verificar a ocorrência do indicativo e, mais raramente, do infinitivo, em contextos obrigatórios do conjuntivo no português falado em Angola. Tal como se observou, este fenómeno ocorreu nas orações subordinadas finitas adverbiais, nas orações completivas de adjectivos e de verbos. Ocorreu também nas orações dubitativas introduzidas pelo advérbio modal – *talvez* – e nas orações directamente introduzidas pela integrante *que*. Como foi possível verificar mais no final desta secção, há, também, no português falado em Angola, a tendência do emprego do imperativo afirmativo em contextos do imperativo negativo. Enquanto analisávamos os dados, observámos que há, efectivamente, imensas dificuldades em diferenciar, no presente do conjuntivo, o verbo *ver* do verbo *vir*, havendo, em determinadas circunstâncias, a possibilidade de o verbo *vir* ser conjugado como *ver*. Evidenciamos outras analogias que mudam a forma dos verbos *estar* e *ser* no



presente do conjuntivo para *esteje*, *seje*, por exemplo, em vez de *esteja*, *seja*, fenómeno muito frequente em Angola. Parece que alguns falantes preferem, em determinados contextos frásicos, empregar locuções verbais infinitivas em vez do conjuntivo.

Outra área crítica no português, de forma geral, é o emprego do infinitivo flexionado, constatação que não é indiferente à realidade angolana. De facto, esta é tendencialmente uma área crítica no português falado em Angola. Embora, como seria de esperar, ocorra mais frequentemente no discurso de pessoas pouco escolarizadas, parece que o fenómeno extrapola mesmo para círculos de alguns falantes mais cultos, pois facilmente se pode perceber que muitos enunciados atestados no *corpus* pertencem a falantes escolarizados, com cargos de relevância social.

Todos os casos atestados a respeito do fenómeno descrito podem ser observados no capítulo VI do *Corpus* em anexo.

### **5.5. O verbo *ter* impessoal**

Como é sabido, não é raro, sobretudo no português do Brasil, o emprego do verbo *ter* pelo verbo *haver*, fenómeno que tem sido condenado quando se tem em conta a norma-padrão da língua portuguesa. Segundo a tradição gramatical, quando o verbo *haver* significa *existir*, emprega-se sem sujeito, isto é, torna-se num verbo impessoal, como na frase (275). Porém, é frequentemente empregue como impessoal, em vez de *haver*, o verbo *ter* também na realidade angolana, como na frase (276).

(275) *Aqui há poucas universidades.*

(276) *\*Aqui tem poucas universidades.*

O referido fenómeno ocorre mais comumente no registo popular, mas não deixa de haver ocorrências também na norma culta, ou seja, no discurso de pessoas escolarizadas. Vejamos alguns exemplos retirados do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo VII).

(277) a. \*como saber isto [o sítio onde se vai votar] ? está a ser feita a Campanha de Informação // **tem** para além dos quiosques / **tem** a internet / **tem** o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também **tem** as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(278) a. \*juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta pra nós // **soubemo**Ø que **tem** muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]

(279) a. \***essa** reunião do dia dez **teve** lá muita gente // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]

(280) a. \***tem** muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

Paulino Soma Adriano

- (281) a. \*no Huambo também **tinha** homens que queriam ir votar na sua origem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Conforme se pode observar, em todos os enunciados acima figura o verbo *ter* em vez do verbo *haver*. Por outras palavras, o verbo *ter* é, nos enunciados expostos, impessoal. No enunciado (277a), o verbo *ter* ocorre quatro vezes em vez do verbo *haver*.

No enunciado (278a), além do fenómeno em descrição, observa-se também a omissão de /s/ na desinência número pessoal da forma verbal no pretérito perfeito do indicativo – *soubemo*. Adicionalmente, e considerando o contexto, esta forma verbal teria sido conjugada no presente – *sabemos*. Porém, não é raro, no registo popular e mesmo na fala de pessoas com algum nível de instrução, a conjugação deste no pretérito perfeito do indicativo, quando se pretende o presente do mesmo modo<sup>22</sup>. Assim, por exemplo, um diálogo como o que ocorre em (282) é possível no contexto angolano.

- (282) – *Sabem quem foi Nelson Mandela?*  
– ? *Soubemos*.

---

<sup>22</sup> Cf., por exemplo: nós **soubemos** que realmente há aqueles partidos que / sem querer descurar / eh / têm a conversa dita e nada feito // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

Paulino Soma Adriano

No enunciado (279a), como se pode verificar pelo contexto frásico, o determinante demonstrativo *essa*, que precede o nome *reunião*, deve contrair-se com a preposição *em*, tomando a forma *nessa*.

No enunciado (281a), parece-nos ambígua a expressão – *na sua origem* – que, tendo em conta o contexto situacional em que o enunciado foi proferido, quer dizer – *na sua terra natal*.

A seguir apresentamos os mesmos enunciados como propostas que estão em conformidade com a norma europeia.

(277) b. como saber isto [o sítio onde se vai votar] ? está a ser feita a Campanha de Informação // há para além dos quiosques / há a *internet* / há o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também há as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(278) b. juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta pra nós // sabemos que há muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]

(279) b. nessa reunião do dia dez houve lá muita gente // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]

Paulino Soma Adriano

(280) b. há muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério /  
muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1,  
Telejornal, 02.09.2012]

(281) b. no Huambo também havia homens que queriam ir votar na sua  
terra natal // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012,  
31.08.2012]

De facto, no *corpus* são muitas as construções com o verbo *ter* no presente do indicativo, embora haja também algumas em que o referido verbo se encontra no pretérito perfeito, como no enunciado (279a) e no pretérito imperfeito, como no enunciado (281a) (cf. *Corpus*, Capítulo VII).

Outros dois casos, que apresentamos em (283a) e em (284a), ilustram também a possibilidade de ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver* em complexos ou locuções verbais, isto é, quando o verbo *ter* é o verbo principal, combinando-se, no tempo futuro, com o verbo *ir*.

(283) a. \*numa Assembleia vai ter várias mesas que são as mesas de  
voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos  
nomes // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(284) a. \*ora / por isso que nas Assembleias de voto vão ter os  
assistentes eleitorais e os operadores informáticoØ para ajudar as  
pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das  
Eleições, 24.08.2012]

Note-se a omissão da marca de plural no adjectivo *informático*, que figura no enunciado (284a). Além disso, a tradição gramatical preceitua que o verbo *haver*, quando exprime existência e é acompanhado de outros verbos auxiliares, a locução que daí resulta deve ser igualmente impessoal, permanecendo, desta forma, no singular, o que não acontece em (284a), no qual a locução – *vão ter* – figura no plural, sugerindo a existência de um sujeito nulo. Acrescenta-se a isso o facto de os SNs – *os assistentes eleitorais* e *os operadores informáticos* – serem entidades não específicas, o que leva a que sejam dispensados os determinantes artigos que lhes seguem.

Nestes enunciados, o verbo *ter* é, na norma-padrão, substituído pelo verbo *haver*, como se pode verificar nas seguintes propostas alternativas:

(283) b. numa Assembleia vai haver várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(284) b. ora / é por isso que nas Assembleias de voto vai haver assistentes eleitorais e operadores informáticos para ajudar as pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

### 5.5.1. Considerações finais acerca da substituição de *haver* por *ter*

Nos contextos enunciativos acima, é observável a ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver*. Assim, o verbo *ter*, obviamente na acepção de *existir*, apresenta-se como impessoal e é transitivo directo, sendo o seu complemento o nome da

coisa existente, características que se atribuem ao verbo *haver*, igualmente na acepção de *existir*.

Segundo Luft (2011 [1975]:502, 503), o verbo *ter* em vez do *haver* traduz a sintaxe brasileira da linguagem popular e familiar, mas que ocorre também em Portugal. Para fundamentar estas afirmações, transcreve frases de Nascentes (cf. *Não tem água na bica*), de Jucá (cf. *Tinha lá muita gente ontem*), de Drumond (cf. *No meio do caminho tinha uma pedra / Tinha uma pedra no meio do caminho*). No caso de Portugal, cita frases de Castilho (cf. *não tem dúvida não*), Garrett (cf. *...hoje não tem perigo*) e Camilo (cf. *Tem lá uma coisa que chamam academias*).

Esta secção serve, certamente, para evidenciar a ocorrência das referidas construções também em Angola. Ao que parece, embora sejam detectadas no discurso de falantes com alguma escolarização, é rara a sua ocorrência em situações mais formais de comunicação, sendo naturalmente mais comum no registo popular e familiar.

Os casos sobre o emprego do verbo *ter* pelo verbo *haver* atestados estão numerados no Capítulo VII do *Corpus* em anexo.

### **5.6. Inserção e supressão da preposição *a* em complexos verbais**

Os complexos verbais, que a gramática tradicional designa por locuções verbais, são definidos como a combinação de um ou mais verbos auxiliares com um verbo pleno (ou principal). Raposo designa-os por perífrases verbais ou construções perifrásticas. (cf. Raposo, 2013:1225)

Tem-se feito alguma distinção entre verbos auxiliares e verbos semi-auxiliares. Importa, porém, notar que a distinção entre verbo auxiliar e verbo semi-auxiliar é uma questão de grau baseada no facto de alguns destes verbos não satisfazerem algumas das propriedades típicas da auxiliaridade (cf. Raposo, 2013:1223), assunto que não nos ocupa neste trabalho, no qual não fazemos tal distinção, ficando apenas pela terminologia *verbo auxiliar*, incluindo nestes os verbos semi-auxiliares.

Nesta secção, procuramos dar conta da possibilidade, no português falado em Angola, de haver inserção da preposição – *a* – entre o verbo auxiliar e o verbo pleno em estruturas como [Verbo auxiliar *costumar* + infinitivo], exemplificada em (285), bem como de apagamento ou supressão da mesma preposição entre o verbo auxiliar e o verbo pleno em estruturas como [Verbo auxiliar *estar* + preposição *a* + infinitivo], exemplificada em (286).

(285) *Costumo cantar.*

(286) *Estou a cantar.*

Assim, o verbo *costumar*, em (285), funciona como auxiliar do verbo *cantar*. Em estruturas do género não há, na norma-padrão europeia, inserção da preposição *a* entre este verbo (*costumar*) e o infinitivo, como acontece em (287). Alguns auxiliares aspectuais como é o caso do verbo *estar* + infinitivo exigem a inserção, entre o complexo verbal, da preposição *a* (*estar* +



preposição *a* + infinitivo), o que torna agramatical o complexo verbal assim estruturado, sem a preposição, como acontece em (288).

(287) \**Costumo a cantar.*

(288) \**Estou cantar.*

Todavia, construções que apresentámos em (287) e (288) são muito frequentes no português falado em Angola. O nosso *corpus* atesta, no entanto, poucos casos com o verbo *costumar* em função de auxiliar, mas muitos casos com outros verbos auxiliares aspectuais que exigem a preposição *a* (cf. *Corpus*, Capítulo VIII). Em relação ao primeiro caso, vejam-se os seguintes enunciados:

(289) a. \*eu **costumo a** dizer // pertencer a uma associação [///] quer dizer / a associação para mim significa uma escola [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

(290) a. \*eh / portanto / nós também **costumamos a constatar** que existe um certo afastamento entre a religião e o Estado // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

(291) a. \*é melhor até / porque antes **costumavam a ir** distante // agora já não // gostei // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (292) a. \*que tipo de mensagem é que normalmente você deixa nas suas músicas ? que tipo de mensagem **costumas a passar** para os **seus** fãs nas **tuas** músicas ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]

Nos enunciados acima, é observável a inserção da preposição *a* entre o verbo *costumar*, em função auxiliar, a exprimir acção habitual, e os verbos plenos no infinitivo. Na verdade, tem-se, nestes enunciados, uma estrutura [Verbo auxiliar *costumar* + preposição *a* + Verbo pleno infinitivo], quando, na norma-padrão europeia, ter-se-ia uma estrutura como [Verbo auxiliar *costumar* + Verbo pleno infinitivo], prescindindo-se, assim, da preposição *a*.

Como se pode notar, o enunciado (292a) apresenta também problemas de coerência, uma vez que é estruturado com unidades que concordam com *tu* (*costumas*, *tuas*), quando o falante explicita o pronome *você*, que, como já visto na secção 5.2.6, concorda com formas da terceira pessoa.

Neste sentido, podemos apresentar as seguintes propostas alternativas para a norma europeia:

- (289) b. eu costumo dizer // pertencer a uma associação [///] quer dizer / a associação para mim significa uma escola [...] //

- (290) b. eh / portanto / nós também costumamos constatar que existe um certo afastamento entre a religião e o Estado //

- (291) b. é melhor até / porque antes costumavam ir distante // agora já não // gostei //

Paulino Soma Adriano

- (292) b. que tipo de mensagem é que normalmente você deixa nas suas músicas ? que tipo de mensagem costuma passar para os seus fãs nas suas músicas ?

Por outro lado, há uma tendência bastante notável, mormente no discurso de falantes pouco escolarizados ou mesmo com escolarização nula, em apagar a preposição *a* em complexos verbais constituídos por um verbo auxiliar aspectual e um verbo pleno no infinitivo, como se pode ilustrar nos enunciados que se seguem:

- (293) a. \*o Angolano está [-] viver uma miséria terrível // e nós vamos mudar isso com certeza / porque nós temos um desejo infinito de mudar a vida do Angolano // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

- (294) a. \*[...] é através desta campanha que também estamos [-] aproveitar a simular a população como se votar // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

- (295) a. \*[...] acreditamos que o povo vai continuar [-] comportar-se com serenidade / com esperança de que o resultado não vai alterar o curso da vida de cada um de nós // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

Paulino Soma Adriano

(296) a. \*temos atendido / em média / nas novas instalações / cerca de cem doentes // agora vamos **passar [-] atender** acima deste número // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

(297) a. \*na quinta-feira é que vamos **iniciar [-] vender** os **bilhete**Ø // sexta-feira o comboio parte às cinco horas para o Lobito // [RNA, Jornal, 17.09.2012]

Observa-se que nos enunciados acima figuram verbos auxiliares obrigatoriamente construídos com a preposição *a*. Em conformidade com o *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo VIII), tais construções são muito mais comuns com o auxiliar *estar* (*a*), que marca a fase intermédia de uma situação, pelo facto de ser o mais frequentemente usado em português, como nos enunciados (293a) e (294a). Nota-se que nestes enunciados o auxiliar indica, no presente do indicativo, uma situação em progresso, aspectualmente imprefectiva, não limitada temporalmente na sua parte final e localizada num intervalo temporal de extensão arbitrária, mas que tem de incluir o momento da enunciação (cf. Raposo, 2013:1268). A marcação da fase intermédia ocorre também com o enunciado (295a), cujos auxiliares são *vai continuar* (*a*). A omissão da preposição pode, no entanto, ocorrer também com verbos que marcam uma mudança de situação, como acontece no enunciado (296a), cujo auxiliar é *passar* (*a*), bem como com o auxiliar *começar* (*a*), que marca o início de uma situação, caso constante no enunciado (297a). Observe-se a reflexização do verbo *votar* ou a falta do auxiliar *deve* (*como se votar/como se deve votar*) no enunciado (294a), bem como a omissão da marca de plural no nome *bilhete*, no enunciado (297a). Considerando a norma-padrão europeia, teríamos as seguintes estruturas como propostas alternativas:

Paulino Soma Adriano

- (293) b. o Angolano está a viver uma miséria terrível // e nós vamos mudar isso com certeza / porque nós temos um desejo infinito de mudar a vida do Angolano //
- (294) b. [...] é através desta campanha que também estamos a aproveitar a simular a população como deve votar //
- (295) b. [...] acreditamos que o povo vai continuar a comportar-se com serenidade / com esperança de que o resultado não vai alterar o curso da vida de cada um de nós //
- (296) b. temos atendido / em média / nas novas instalações / cerca de cem doentes // agora vamos passar a atender acima deste número //
- (297) b. na quinta-feira é que vamos iniciar a vender os bilhetes // sexta-feira o comboio parte às cinco horas para o Lobito //

#### **5.6.1. Considerações finais sobre a inserção e supressão da preposição *a* em complexos verbais**

Mediante a descrição feita mais acima, podemos observar que há, em Angola, uma tendência considerável de inserção da preposição *a* entre o verbo auxiliar *costumar* e o infinitivo (cf. *costumo a estudar*), construção rejeitada pela norma-padrão, que, na referida construção, não recorre à preposição (cf. *costumo estudar*).

Por outro lado, com complexos ou perífrases verbais que requerem a preposição *a* (cf. *estar a, continuar a, iniciar a*, etc), observa-se o apagamento

ou supressão dessa preposição (*continuo estudar*) em vez de (*continuo a estudar*). Para estes casos, é o verbo auxiliar *estar* que lidera as ocorrências no *corpus* recolhido.

Segundo Gonçalves, que dá igualmente conta deste fenómeno em Moçambique, os fenómenos de supressão *versus* conservação das preposições que regem complementos verbais decorrem não de tendências contraditórias, mas de uma reanálise do papel das preposições do português europeu. (cf. Gonçalves, 2013:170)

A inserção da preposição *a* entre o verbo auxiliar *costumar* e o infinito não é estranha no discurso de alguns falantes escolarizados. Porém, o fenómeno da supressão de preposições é sobretudo característico do discurso de falantes pouco escolarizados, embora o mesmo já ocorra em textos escritos de alunos do I Ciclo do Ensino Secundário. (cf. Cabral, 2005:111) Adicionalmente, no estudo de Adriano infere-se que dos 85 professores que tiveram de corrigir a frase “*costumo a dizer isso quase sempre*”, 27 professores entendem que esta construção é «correcta», pois não riscaram a preposição *a*, entre o auxiliar *costumar* e o verbo pleno infinitivo *dizer*. (cf. Adriano, 2014:57)

Estas estruturas podem também ser encontradas em textos literários de escritores angolanos<sup>23</sup>.

Os restantes casos do fenómeno que acabámos de apresentar podem ser observados no Capítulo VIII do *Corpus* em anexo.

---

<sup>23</sup> Cf. José Luandino Vieira *apud* Fonseca e Marçalo (2010): *não percebia estar magoar-lhe lá dentro vs. não percebia estar a magoar-lhe lá dentro*.

### **5.7. Regência verbal**

Habitualmente, a regência tem sido definida como a subordinação especial de complementos às palavras que os prevêem na sua significação. É a necessidade de complementação implicada pela significação de nomes (substantivos, adjectivos, advérbios) e verbos. (cf. Luft, 2011:05)

A gramática tradicional define regência «(...) a relação de dependência que existe entre o núcleo de um sintagma e os seus complementos.» (cf. Gonçalves e Raposo, 2013:1160)

Na acepção ampla de regência, o verbo, não sendo de ligação, rege todos os termos da oração; na acepção restrita, rege os complementos. (cf. Luft, 2011:06)

Nesta secção, ter-se-á em conta apenas a regência verbal que se prende com a complementação seleccionada por verbos, particularmente com os complementos verbais preposicionados. Assim, procura-se dar conta, no português falado em Angola, da substituição de preposições, da supressão ou apagamento de preposições e da inserção de preposições, em conformidade com os casos atestados no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IX).

#### **5.7.1. Substituição de preposições**

Entendemos por substituição de preposições o emprego de uma preposição diferente daquela que é esperada na norma-padrão europeia.

Em conformidade com o *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a) há várias substituições possíveis, que desenvolvemos mais pormenorizadamente abaixo:

**5.7.1.1. Substituição das preposições a e de pela preposição em**

A preposição *a* é frequentemente substituída pela preposição *em*, como se pode observar nos enunciados que se seguem (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a1):

- (298) a. \*[...] foi o primeiro eleitor que **chegou no** Complexo Estudantil Dom Bosco // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (299) a. \*quando houver mais um enfermeiro que pede gasosa / **vai no** tribunal // [TPA1, Campanha, 26.08.2012]
- (300) a. \*a TPA **deslocou-se** também **no** município do Negage para constatar a **aderência** do público **no** cumprimento deste dever de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (301) a. \*nós vamos continuar // nos próximos momentos **voltamos na** grelha de emissão [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (302) a. \*temos *ene* coisinhas que nós podemos **levar na** sala de aulas e utilizar como meio de trabalho // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]



Paulino Soma Adriano

Conforme se pode notar, em todos os enunciados acima temos verbos de movimento que se combinam com a preposição *em*, cujo significado básico é o de localização espacial estática. Em português, os verbos de movimento combinam-se, geralmente, com a preposição *a*, enquanto os verbos estáticos se combinam com a preposição *em*. Logo, os enunciados acima são desviantes pelo facto de os verbos realçados, de movimento, seleccionarem a preposição *em* ao invés da preposição *a*. Assim, temos uma estrutura básica [Verbo de movimento + Preposição *em* + Complemento oblíquo] ao invés da estrutura [Verbo de movimento + Preposição *a* + Complemento oblíquo]. Em todos os casos acima apresentados, a preposição *em* contrai-se com o artigo definido. Não se infira daí que o *corpus* não apresenta casos nos quais a preposição *em* em referência não é contraída, pois atesta alguns enunciados nos quais não houve contracção desta preposição com os artigos. Além disso, no enunciado (300a) está o nome *aderência*, quando, neste contexto, alguns puristas preferem *adesão*, fenómeno igualmente ocorrente em Angola, e que pode ser constatado com base em estudos de lexicologia. Este nome, por sua vez, combina-se também com a preposição *em* quando se devia combinar com a preposição *a*. O verbo realçado no enunciado (302a) pode também se combinar com a preposição *para*.

Neste sentido, apresentam-se abaixo as propostas alternativas para a norma-padrão:

(298) b. [...] foi o primeiro eleitor que chegou ao Complexo Estudantil  
Dom Bosco //

(299) b. quando houver mais um enfermeiro que pede gasosa / vai ao  
tribunal //

Paulino Soma Adriano

- (300) b. a TPA deslocou-se também ao município do Negage para constatar a adesão do público ao cumprimento deste dever de cidadania //
- (301) b. nós vamos continuar // nos próximos momentos voltamos à grelha de emissão [...] //
- (302) b. temos *ene* coisinhas que nós podemos levar à/para a sala de aulas e utilizar como meio de trabalho //

Com base no *corpus*, a preposição *em* pode, nestes contextos de verbos de movimento, vir contraída com os determinantes demonstrativos, como acontece nos enunciados (303a) e (304a) ou com os determinantes artigos indefinidos, como é o caso do enunciado (305a).

- (303) a. \*nós prometemos voltar nesta maratona informativa da Televisão Pública de Angola // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (304) a. \*o Partido vem neste mercado para / eh / dar a entender / fazer com que estes [/] estas pessoas saibam que o Partido / estando no poder ou no parlamento / estará com eles // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (305) a. \*quando chegávamos numa fazenda gritava-se [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]

Note-se em (304a) a falta de concordância de género entre o SN *estas pessoas*, no feminino, e o pronome forte *eles*, no masculino, que o substitui.

Na norma europeia, os verbos realçados seleccionariam a preposição *a*, que, por sua vez, se combinaria com os determinantes demonstrativos, como nos enunciados que se seguem:

- (303) b. nós prometemos voltar a esta maratona informativa da  
Televisão Pública de Angola //

- (304) b. o Partido vem a este mercado para / eh / dar a entender / fazer  
com que estes [//] estas pessoas saibam que o Partido / estando no  
poder ou no parlamento / estará com elas //

- (305) b. quando chegávamos a uma fazenda gritava-se [...] //

Nos enunciados apresentados abaixo, temos verbos transitivos que apresentam dois argumentos internos, sendo que um dos argumentos, o que figura mais à direita, desempenha a função sintáctica de complemento indirecto, mas que é introduzido pela preposição *em* ao invés de o ser pela preposição *a*, sugerindo a existência de um complemento oblíquo:

Paulino Soma Adriano

(306) a. \*[o *Hi-pod*] é para dar informação nas senhoras / em que mesa é que as senhoras vão votar / [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(307) a. \*eu vou deixar mensagem naØ minhas irmãs que se encontram no meu / eh [//] ao meu redor / que dia trinta e um desse mês não se esqueçam de ir votar // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

Verifique-se que os constituintes *nas senhoras* (276a), bem como *na minhas irmãs* (277a) são substituíveis pelo clítico dativo *lhes*:

(306) b. [o *Hi-pod*] é para dar-lhes informação

(307) b. vou deixar-lhes mensagem

Assim sendo, na norma-padrão europeia, o verbo *dar* (no sentido de passar a informação) e o complexo verbal *vou deixar*, que figuram nos enunciados (306a) e (307a) seriam complementados por SPs encabeçados pela preposição *a* e não *em*, como se pode demonstrar abaixo.

(306) c. [o *Hi-pod*] é para dar informação às senhoras / em que mesa é que as senhoras vão votar / [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (307) c. eu vou deixar mensagem às minhas irmãs que se encontram no meu / eh [//] ao meu redor / que dia trinta e um desse mês não se esqueçam de ir votar // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

Além dos casos acima, parece que a preposição *em* pode também substituir a preposição *de* (308a) e (309a), bem como a preposição *para* (310a) e (311a):

- (308) a. \*eu vivo aqui / já tirei água na Casa Verde / e era um sofrimento // mas agora tudo acabou // o governo está [-] trabalhar // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]

- (309) a. \*um dirigente que sai num partido para outro não tem convicção política // [TPA1, Telejornal, 29.08.2012]

- (310) a. \*um dos camponeses diz que «os tractores vão contribuir na produção de cereais para o combate à fome e à pobreza» // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]

- (311) a. \*e agora vamos olhar no sector da educação // em sete anos de funcionamento a Escola Superior Politécnica da Lunda Sul formou já duzentos e quarenta estudantes. [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

Verifica-se que nos enunciados (308a) e (309a) a preposição *em*, que se contrai com o determinante artigo definido *a*, no primeiro caso, e a mesma preposição, que se contrai com o determinante artigo indefinido, no segundo,

está em vez da preposição *de*, pois é evidente, nestes contextos, que a preposição *em* marca o lugar no qual se origina o movimento e o afastamento relativamente a esse lugar, uma propriedade da preposição – *de*. Já nos enunciados (310a) e (311a), a preposição *em* vem claramente em vez da preposição *para*, com o valor de finalidade, no primeiro caso, e direccional, no segundo.

Tendo em conta o exposto, os enunciados (308a) a (311a) seriam, na norma-padrão europeia, reformulados como em (308b) a (311b):

(308) b. eu vivo aqui / já tirei água da Casa Verde / e era um sofrimento  
// mas agora tudo acabou // o governo está a trabalhar //

(309) b. um dirigente que sai dum partido para outro não tem convicção  
política //

(310) b. um dos camponeses diz que «os tractores vão contribuir para a  
produção de cereais / para o combate à fome e à pobreza» //

(311) b. e agora vamos olhar para o sector da educação // em sete anos  
de funcionamento a Escola Superior Politécnica da Lunda Sul formou  
já duzentos e quarenta estudantes //

**5.7.1.2. Substituição das preposições *por*, *em* e *com* pela preposição *a***

Contrariamente ao que acontece com a preposição *em*, que pode substituir várias outras preposições, sobretudo a preposição *a*, esta, a preposição *a*, parece não ser frequente na substituição de outras. Vejamos os únicos enunciados que o *corpus* atesta (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a2) nos quais a preposição *a* substitui as preposições *por* (312a), *em* (313a) e *com* (314a):

(312) a. \*temos que nos sentir **orgulhoso**Ø como Africanos e educados e não **pautarmos ao** mal // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

(313) a. \*[...] que toda gente **esteje** presente **ao** lugar do voto [...] // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]

(314) a. \*[...] é sempre bom [-] o seleccionador quer um jogador / vai ter **ao** treinador [...] // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

Os enunciados (312a) e (313a) apresentam outros desvios já tratados em secções anteriores, como é o caso da omissão da marca de plural (cf. secção 5.1.1) e o do paradigma diferente do presente do conjuntivo do verbo – *estar* (cf. secção 5.4). Quanto ao enunciado (314a), observamos a não realização do complementador numa estrutura de subordinação no espaço representado por [-] (cf. secção 5.10.1). Em todos eles está a preposição – *a* – contraída com o determinante artigo definido – *o*. No enunciado (312a), o verbo *pautar* rege, tendo em conta a norma-padrão europeia, a preposição – *por* (*pautar por*). Porém, verifica-se que o mesmo, neste contexto, necessita de ser reflexizado, isto é, observando a estrutura [*pautarmo-nos + por*]. No enunciado (313a) temos um verbo estático – *estar* – que devia combinar, por isso, com a

Paulino Soma Adriano

preposição *em* e não *a*. Por último, no enunciado (314a), o verbo pleno *ter*, que se constitui num complexo verbal com *ir* (*ir ter*), deve ser, neste caso, regente da preposição *com* e não *a*.

Desta forma, para os enunciados (312a) e (313a), são as seguintes as propostas alternativas correspondentes à norma-padrão europeia:

(312) b. temos de nos sentir orgulhosos como Africanos e educados e não nos pautarmos pelo mal //

(313) b. [...] que toda gente esteja presente no lugar do voto [...] //

Quanto ao enunciado (314a), duas alternativas podem ser apresentadas: uma na qual a oração subordinada é desenvolvida (314b). Há também a possibilidade de intercalar uma oração subordinada adverbial entre a oração subordinada completiva (314d):

(314) b. [...] é sempre bom que o seleccionador vá ter com o treinador quando quiser um jogador [...] //

d. é sempre bom que / quando o seleccionador quer um jogador / vá ter com o treinador //



**5.7.1.3. Substituição da preposições em e a pela preposição para**

O *corpus* do presente estudo atesta um número considerável de enunciados nos quais o verbo *entrar* é complementado por SP encabeçado pela preposição *para*, em vez de o ser pela preposição *em*. De facto, quase todos os dicionários de verbos tidos em conta na elaboração deste trabalho listam o verbo *entrar*, na acepção de *estar incluído, começar actividade*, entre outras, primordialmente a combinar-se com a preposição *em*. No entanto, também o aceitam quando se combina com a preposição *para*<sup>24</sup>. Deste modo, não consideramos desviantes à norma-padrão enunciados que se constroem tendo em conta tal estrutura [*entrar + para*], mas observamos que esta (estrutura) alterna, ao que parece, em elevada escala com a estrutura [*entrar + em*], nos mesmos contextos, verificando-se, deste modo, a substituição da preposição *em* por *para*, como se ilustra nos seguintes exemplos retirados do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a3).

(315) [...] houve muito esforço tendo em conta a pouca experiência de muitos de nós que **entramos para** o parlamento pela primeira vez // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

(316) [...] vamos **entrar** agora **para** o dia trinta e um // uma vez que já sabes o local [...] // aqui já é no dia das eleições / [...] as pessoas

---

<sup>24</sup> O Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses, dirigido por Casteleiro, lista o verbo *entrar*, nas acepções de *passar para dentro, penetrar, caber na abertura, chegar, estar incluído, passar a integrar, participar, iniciar actividade, começar a conhecer*, apenas com a preposição *em* (cf. AA.VV., 2007:397-398). O Dicionário Prático de Regência Verbal, de Luft, lista este verbo primordialmente com a preposição *em*, mas observa que o locativo aparece também introduzido pelas preposições *para, por e a* (cf. Luft, 2011:255-256). Por último, o Dicionário sintático de verbos portugueses, coordenado por Busse (1994:202) lista dois exemplos em que o Verbo *entrar* se combina com a preposição *para* (*entrou para o partido / entrou para a escola*). Fernandes (1974:292) apresenta igualmente exemplos de escritores portugueses.

Paulino Soma Adriano

devem considerar e devem até facilitar o trabalho dos membros da mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

- (317) a Organização partidária está cada vez mais forte / e desta vez mais sete partidos políticos decidiram **entrar para** a organização de todos os Angolanos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Se os casos acima podem ser discutíveis quanto ao facto de serem ou não considerados desviantes, uma vez que também fazem parte da norma-padrão, o mesmo não se pode dizer em relação ao enunciado (318a), mais inusitado, no qual o verbo *votar* deveria claramente ser complementado por um SP encabeçado pela preposição *em* (318b) ou ser simplesmente transitivo directo, isto é, ser complementado pelo SN *o Partido*, com a função sintáctica de complemento directo (318c). Note-se que no enunciado (318a), além do caso em descrição, falta a preposição *em* antes do relativo *que*, bem como é dispensável o auxiliar *ir* na construção (*vai decidir*).

- (318) a. \*a vida do Angolano há-de mudar a partir do momento [-] que o Angolano vai decidir **votar para** o Partido // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

b. a vida do Angolano há-de mudar a partir do momento em que o Angolano decidir **votar no** Partido //

c. a vida do Angolano há-de mudar a partir do momento em que o Angolano decidir **votar o** Partido //

Paulino Soma Adriano

Há, no *corpus*, enunciados nos quais a preposição *para* substitui, também, a preposição *a*. Isto acontece quando o complemento verbal tem a função sintáctica de complemento indirecto. É o que ocorre nos seguintes enunciados em que se verifica, nas alíneas (b), a possibilidade de substituição do SP encabeçado pela preposição *para*, mas substituível pelo clítico dativo *lhe*:

(319) a. \*o candidato do Partido para presidente da República falou  
**para o povo** [...] // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

b. o candidato do Partido para presidente da República falou-lhe

(320) a. \*aqui / a prioridade **foi dada para os idosos e portadores de deficiência física** // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

b. aqui / a prioridade foi-lhes dada

(321) a. \*[...] eu queria saber então que solução **daria para o problema** então **da habitação** para a população angolana ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

b. que solução lhe daria

Desta forma, podemos observar que a preposição *para*, que geralmente tem valor espacial direccional e de finalidade, não se adequa bem nos enunciados acima, cujos verbos, na norma europeia, devem ser complementados por SP encabeçado pela preposição *a*, como nos enunciados que se seguem:

Paulino Soma Adriano

(319) c. o candidato do Partido para presidente da República falou ao  
povo [...] //

(320) c. aqui / a prioridade foi dada aos idosos e portadores de  
deficiência física //

(321) c. [...] eu queria saber então que solução daria ao problema da  
habitação para a população angolana ?

Há outros contextos nos quais a preposição *para* substitui ainda a preposição *a*, como nos dois exemplos que se seguem:

(322) a. \*[...] a população acorreu para os locais de voto de forma  
cívica // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

(323) a. \*[...] os nossos alunos querem limitar-se para aquele  
apontamento que o professor dá [...] // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

A complementação do verbo *acorrer* por um SP encabeçado pela preposição *para* é estranha à norma europeia, que opta pela preposição *a*, como representado em (322b). Por outro lado, o verbo *limitar+se* é, no contexto do enunciado (323a), complementado por SP igualmente encabeçado pela preposição *para* em vez de *a*, como no enunciado (323b), no qual a referida preposição se contrai com o determinante *aquele*.

Paulino Soma Adriano

(322) b. [...] a população acoreu aos locais de voto de forma cívica //

(323) b. [...] os nossos alunos querem limitar-se àquele apontamento  
que o professor dá [...] //

A tradição gramatical observa que a preposição *para*, quando é direccional e introduz um complemento oblíquo (circunstancial de lugar), tem a ideia acessória de demora ou destino. A preposição *a*, quando é igualmente direccional, introduzindo também um complemento oblíquo (circunstancial de lugar), encerra a ideia acessória contrária a que se descreveu para a preposição *para*, isto é, de brevidade e não de demora. Porém, na prática, ao que parece, a preposição *para* é empregue quer tenha ou não a ideia de demora. Haja vista os enunciados que se seguem, nos quais esta preposição não encerra a ideia acessória de demora ou destino:

(324) a. [...] vai para [-] nossos serviços // [TPA1, Viva com Saúde,  
10.07.012]

(325) a. [...] vai para a casa de banho / [...] // [TPA1, Viva com Saúde,  
10.07.012]

Não se pode inferir, dos verbos acima, que o sujeito agente vai aos serviços ou à casa de banho para ali permanecer. Neste sentido, seria preferível, na norma-padrão europeia, a preposição *a*, como nos enunciados (324b) e (325b):

Paulino Soma Adriano

(324) b. [...] vai aos nossos serviços // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

(325) b. [...] vai à casa de banho / [...] // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

#### **5.7.1.4. Substituição da preposições por e a pela preposição com**

Raposo e Xavier, (2013:1517) realçam a importância do contexto como determinante, em última instância, do significado particular das preposições. Baseando-se na tradição gramatical, exemplificam a preposição *com*, que pode ter um valor instrumental (326), de modo (327), de causa (328) e comitativo ou de companhia (229).

(326) *O Pedro abriu a porta **com** a chave.*

(327) *O polícia agrediu o preso **com** uma violência inusitada.*

(328) ***Com** o calor intenso, derreteu o gelo.*

(329) *O Pedro foi ao cinema **com** a namorada.*

Nos enunciados abaixo (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a5), temos a preposição *com*, nos quais se torna discutível atribuir-lhe os valores acima, uma vez que vem em vez de outras preposições, isto é, da preposição *por*, nos enunciados (330a), (331a) e (332a); da preposição *a* nos enunciados (333a) e (334a).

(330) a. \*[...] a juventude continua a clamar com ajuda do próprio Estado // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (331) a. \*a minha arma **foi atribuído com** um jovem que vive mesmo no meu bairro [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (332) a. \*acaba de chegar a instante o governador da província [...] / **acompanhado com** membros do seu executivo // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (333) a. \*o nosso curso **está ligado com** a agronomia / e pediram alguns candidatos / eu fui uma das contempladas // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (334) a. \*quando se fala de uma selecção de todos nós / a vontade / o nosso desejo é termos uma selecção ideal / uma selecção que **corresponda com** os anseios da nação // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

É evidente que no enunciado (330a), o verbo *clamar* deveria ser complementado por um SP encabeçado pela preposição *por* e não *com*. No enunciado (331a), temos uma estrutura passiva cujo SP em função sintáctica de agente da passiva não é encabeçado, como é na norma-padrão europeia, pela preposição *por*, mas antes pela preposição *com*. Note-se que o constituinte – *com um jovem* – é, neste enunciado, o agente da passiva. Além disso, o complexo verbal – *foi atribuído* – parece carecer de um argumento interno complemento indirecto em forma do clítico *me*, sendo que o participio deve figurar no género feminino, em concordância com o SN *a minha arma*. Se

observarmos atentamente o enunciado (332a), inferimos que, aparentemente, a preposição *com* tem valor comitativo ou de companhia. Contudo, temos igualmente uma estrutura passiva, na qual o constituinte – *com membros do seu executivo* – é o agente da passiva. Por isso, a preposição que se adequa à norma-padrão é *por* e não *com*.

No enunciado (333a), a preposição *com* substitui a preposição *a*, uma vez que o verbo pleno *ligar*, no particípio passado – *ligado* – deveria ser complementado, na norma-padrão europeia, por um SP encabeçado pela preposição *a* e não *com*. O mesmo se dá no enunciado (334a), cujo verbo pleno *corresponder*, neste contexto enunciativo, é, na norma-padrão, complementado por SP encabeçado pela preposição *a*, embora este verbo ocorra também com a preposição *com*, na acepção de comunicar por escrito, devendo, neste sentido, ser pronominal. Comparem-se, por isso, os exemplos abaixo:

(335) *O sucesso corresponde ao trabalho árduo.*

(336) *Ele corresponde-se com muitos amigos.*

Em suma, na norma-padrão europeia, os verbos realçados nos enunciados (330a) a (332a) seriam complementados por SP encabeçado pela preposição *por*, como em (330b) a (332b). Já os verbos realçados nos enunciados (333a) a (334a) seriam complementados por SP encabeçado pela preposição *a*, como em (333b) a (334b).

(330) b. [...] a juventude continua a clamar por ajuda do próprio Estado

//



Paulino Soma Adriano

- (331) b. a minha arma foi-me atribuída por um jovem que vive mesmo no meu bairro [...] //
- (332) b. acaba de chegar a instante o governador da província [...] / acompanhado por membros do seu executivo //
- (333) b. o nosso curso está ligado à agronomia / e pediram alguns candidatos / eu fui uma das contempladas //
- (334) b. quando se fala de uma selecção de todos nós / a vontade / o nosso desejo é termos uma selecção ideal / uma selecção que corresponda aos anseios da nação //

**5.7.1.5. Substituição da preposição a pela preposição de**

Além de todos os casos acima tratados sobre a substituição de preposições no português falado em Angola, foi possível observar uma ocorrência na qual a preposição *a* é substituída pela preposição *de*. Haja vista o enunciado (335a):

- (335) a. \*nós jovemØ / estudantes universitárioØ / estudantes do ensino médio / temos que passar a dar mais valor dos professores / [...] //

Construções do género, embora quase não atestadas no *corpus*, podem ocorrer na fala de pessoas pouco escolarizadas. Note-se neste enunciado a

omissão sucessiva da marca de plural no nome *jovem* e no *adjectivo* universitário. O verbo *dar* selecciona dois argumentos internos, sendo que o argumento com a função sintáctica de complemento indirecto é introduzido por um SP encabeçado pela preposição *de*, contraída com o artigo definido masculino plural *os* – *dos professores*. Assim, se nos centrarmos apenas na construção anómala (335b) no que respeita à complementação, verificamos que o constituinte complemento indirecto, apesar de ser introduzido pela preposição *de*, é substituível pelo clítico dativo *lhes* (335c), o que confirma bem que a preposição adequada à norma-padrão é *a* e não *de* (335d).

- (336)    b. \*passar a dar mais valor dos professores  
          c. passar a dar-lhes mais valor  
          d. passar a dar mais valor aos professores

### 5.7.2. Inserção de preposições

Entendemos por inserção de preposição a complementação de um verbo por um SP, quando, na norma-padrão europeia, este verbo não deve ser complementado por SP. Por outras palavras, há, no português em Angola, verbos transitivos directos complementados por SP, tornando-se, deste modo, transitivos indirectos. Comparem-se os enunciados (337a) e (337b):

- (337)    a. \*a mãe abraçou ao filho.  
          b. a mãe abraçou o filho.

Conforme se pode notar, o verbo *abraçar* é transitivo directo, não necessitando, por isso, de um SP como ocorre no enunciado (337a). Todavia, o *corpus* deste

trabalho leva-nos a concluir que, com alguma frequência, há alguns verbos que vão sendo complementados por SP, quando na norma-padrão deviam ser complementados por SN ou por uma oração subordinada não antecédida de preposição. Atesta-se a inserção das preposições *a*, *de*, *com* e, muito escassamente, as preposições *para* e *em* (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b).

### **5.7.2.1. Inserção da preposição *a***

Nos enunciados que se seguem, os verbos realçados são, na norma-padrão europeia, complementados por SN. Contudo, no enunciado (338a) observa-se a complementação do verbo *acompanhar* por SP encabeçado pela preposição *a*. Já nos enunciados (339a) e (340a), os falantes optam pela complementação dos verbos *saudar* e *votar* concomitantemente por um SN e por um SP (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b1).

(338) a. \*[...] **acompanhávamos** então **ao** acto de votação da governadora [...] aqui na Assembleia [...] / **aonde** na hora sete da manhã e vinte e dois minutos a governadora efectuou o seu voto // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]

(339) a. \*agora vamos é / de resto / **saudar os** convidados e **aos** telespectadores [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(340) a. \***votem o** número # / **votem ao** nosso candidato da mudança [...] // [TPA1. Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]

Se extrairmos apenas as complementações desviantes em relação à norma-padrão europeia e as compararmos com as estruturas que nela se revêem, observamos que nas alíneas (b) temos a estrutura [Verbo transitivo directo + SP], quando devíamos ter, como nas alíneas (c), a estrutura [Verbo transitivo directo + SN]

- (338) b. \*acompanhávamos ao ato de votação  
c. acompanhávamos o acto de votação

- (339) b. \*saudar aos telespectadores  
c. saudar os telespectadores

- (340) b. \*votem ao nosso candidato  
c. votem o nosso candidato

#### **5.7.2.2. Inserção da preposição de e casos de dequeísmo**

Relativamente à inserção de preposições, este caso, o da inserção da preposição *de*, foi o mais atestado no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b4). Assim, verbos transitivos directos podem ser complementados por SP encabeçado pela preposição *de*. Ao que parece, a preposição *de* antecede comumente orações subordinadas finitas integrantes objectivas directas (341a) a (342a) e (343) ou, mais raramente, se interpõe entre uma locução verbal e o verbo pleno no infinitivo (344a). Há também casos em que o verbo transitivo directo é complementado por uma oração subordinada infinitiva antecédida da preposição *de* (345a).

Paulino Soma Adriano

- (341) a. \*[...] no sentido de ele **aprender de** que a vida não é feita de drogas [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (342) a. \*caros compatriotas / em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a vossa presença aqui // [...] // é que ao virmos todos aqui / estamos a **dizer** todos em uníssonos **de que** nós queremos eleições livres / transparentes // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (343) a. \*é uma grande satisfação saber que os nossos militantes são realmente disciplinados / patriotas sobretudo / e são capazes de viver neste âmbito da democracia dum forma intensiva e **mostrar de** que realmente o nosso país é um país democrático e de direito // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (344) a. \*como é que vamos **conseguir de** votar [...] ? [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (345) a. \*eh / tu **aceitas de** passar comigo uma noite ? [TPA1, Encenação, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Este fenómeno, que é frequente no português falado em Angola, ocorre igualmente na norma europeia<sup>25</sup>, persistindo ainda na língua castelhana. Assim, à inserção supérflua da preposição *de* antes da conjunção-complementador *que*, como acontece nos enunciados (341a), (342a) e (343a) tem sido designada por dequeísmo. A sua supressão, que tratamos mais

---

<sup>25</sup> «De um modo geral, os falantes dividem-se quanto à obrigatoriedade ou opcionalidade do uso da preposição, encontrando-se, inclusivamente, variação no mesmo falante, por vezes idiossincrática, por vezes dependendo do registo de uso mais ou menos formal» (cf. P. Barbosa, 2013:1888).

adiante, tem sido designada por *queísmo*, termos introduzidos por Rabanales (1974). (cf. Barbosa, 2013:1888)

Ainda segundo Barbosa, a inserção supérflua da preposição *de* antes de uma oração completiva finita – o fenómeno de *dequeísmo* – é bastante marginal para a maioria dos falantes, no caso da norma europeia. (cf. Barbosa, 2013:1896) Na verdade, considerando que a função sintáctica de complemento directo, que desempenham as orações finitas dos enunciados aludidos, implica o não emprego da preposição, este fenómeno é igualmente estranho para muitos falantes cultos em Angola, mas, ao que parece, não deixa de ser frequente no discurso de falantes de diferentes graus de escolaridade, incluindo o superior (cf. Adriano, 2014).

Se observamos mais atentamente apenas as partes desviantes relativamente à complementação verbal e se as compararmos com as estruturas correspondentes na norma-padrão europeia, notamos que a estrutura que se tem nas alíneas (b) é [Verbo transitivo directo + oração subordinada finita introduzida pela preposição *de*], sendo que, na norma-padrão, estes verbos, nestes contextos, não devem ser complementados por SP, como nas alíneas (c).

- (341) b. \*aprender de que a vida não é feita de drogas  
c. aprender que a vida não é feita de drogas

- (342) b. \*estamos a dizer de que nós queremos eleições livres  
c. estamos a dizer que nós queremos eleições livres

- (343) b. \*mostrar de que o nosso país é um país democrático  
c. mostrar que o nosso país é um país democrático

Na variedade angolana, a preposição *de* pode, como já afirmámos, interpor-se entre uma locução verbal cujo verbo pleno figura no infinitivo e o seu argumento com a função sintáctica de complemento directo (344b) e (345b). Assim, como se pode verificar, a preposição *de* pode anteceder orações subordinadas não finitas, introduzidas por um verbo transitivo directo:

- (344) b. \*vamos conseguir de votar ?  
c. vamos conseguir votar ?

- (345) b. \*tu aceitas de passar comigo uma noite?  
c. tu aceitas passar comigo uma noite?

Não menos importante é notar que nos casos acima descritos, a preposição *de* pode vir contraída com os determinantes demonstrativos, sobretudo com o demonstrativo *aquilo*. É o que se pode verificar nos seguintes enunciados:

- (346) a. \*só peço que a população sejam mais compreensível e aceitam daquilo que está [-] acontecer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

- (347) a. \*eu quero que se o Partido tiver que ganhar / mostram mais uma vez daquilo que é digno para o povo [...] // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

Paulino Soma Adriano

(348) a. \*eu moro aqui no prédio também // e a casa é minha // eu **faço**  
**daquilo** que eu quiser // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]

(349) a. \*[...] muitos já **esperam desse** comboio // [RNA, Jornal,  
17.09.2012]

Extraímos apenas as partes desviantes relativamente à complementação verbal e comparemo-las com as alternativas que estão em conformidade com a norma-padrão europeia:

(346) b. \*a população aceitam daquilo que está acontecer  
c. a popula aceite aquilo que está a acontecer

(347) b. \*que o Partido mostram daquilo que é digno  
c. que o Partido mostre aquilo que é digno

(348) b. \*eu faço daquilo que eu quiser  
c. eu faço aquilo que eu quiser

(349) b. \*muitos esperam desse comboio  
c. muitos esperam esse comboio



**5.7.2.3. Inserção da preposição com**

Um outro caso digno de descrição é a inserção da preposição *com* em estruturas nas quais a mesma é dispensável na norma-padrão. Desta forma, é possível observar verbos transitivos directos complementados por SP encabeçado pela preposição *com*. Esta, a preposição *com*, à semelhança do que acontece com a inserção da preposição *de*, introduz orações subordinadas completivas objectivas directas, cuja conjunção-complementador é, geralmente, *que*. No *corpus*, tais estruturas foram mais evidentes com os verbos *permitir* e *evitar*, resultando em estruturas como *permitir com que* (350a) e (351a) ou *evitar com que* (352a) e (353a) (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b5).

(350) a. \*não é difícil notar os progressos que nos últimos dez anos foram alcançados neste domínio e que **permitiram com que** a maior parte das capitais de província e sedes municipais tivesse energia as vinte e quatro horas do dia // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(351) a. \*o Programa Luanda Limpa / aprovado superiormente / vai **permitir com que** algumas famílias consigam alguma renda // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

(352) a. \*a melhor forma de nós sermos transparentes / claro / é **evitar com que cometemos** erros / por exemplo // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

Paulino Soma Adriano

- (353) a. \*[...] e também vai **evitar com que** as pessoas fiquem demoradamente a suportar bichas até chegar a sua vez // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

Conforme se pode notar, em todos os enunciados acima, as orações subordinadas finitas introduzidas pelos verbos realçados são antecedidas pela preposição *com*, quando, na norma-padrão europeia, os verbos *permitir* e *evitar* não são complementados por SP. Estas estruturas desviantes parecem ser uma analogia da estrutura *fazer com que*, isto é [*fazer* + preposição *com* + conjunção-complementador *que*], no sentido de *influir para, ser causa de, obrigar, etc.* Porém, nos enunciados em análise, tal não se coloca, uma vez que os verbos complementados são transitivos directos. Note-se que o complemento dos referidos verbos pode ser substituído por *isso*.

Se observarmos mais atentamente as complementações desviantes, isolando-as dos enunciados acima, e se as compararmos com as alternativas não desviantes, inferimos que se trata de verbos transitivos directos complementados por orações subordinadas completivas com a função sintáctica de complemento directo, substituíveis, como já afirmámos, pelo demonstrativo *isso*.

- (350) b. \*permitiram com que a maior parte das capitais de província e sedes municipais tivesse energia  
c. permitiram que a maior parte das capitais de províncias e sedes municipais tivesse energia  
d. permitiram isso

Paulino Soma Adriano

- (351) b. \*o Programa vai permitir com que algumas famílias consigam alguma renda  
c. o Programa vai permitir que algumas famílias consigam alguma renda  
d. o Programa vai permitir isso
- (352) b. \*evitar com que cometemos erros  
c. evitar que cometamos erros  
d. evitar isso
- (353) b. \*vai evitar com que as pessoas fiquem a suportar bichas  
c. vai evitar que as pessoas fiquem a suportar bichas  
d. vai evitar isso

Parece ser igualmente possível a inserção da preposição *com* a encabeçar o SP complementado por um SN com a função sintáctica de complemento directo, como se pode constatar em (354a) e (355a):

- (354) a. \*o Partido entende ser urgente **abolir com** o mau hábito da colocação de esfinges de personalidades públicas / [...] / em objectos como o próprio dinheiro // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (355) a. \*a saúde é fundamental / porque o professor só é professor [///] só aparece na sala de aulas quando **tiver com** saúde // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Obviamente, o verbo *abolir*, no enunciado (354a), não selecciona, no contexto em análise e na norma-padrão europeia, um SP. Deste modo, há uma inserção supérflua da preposição *com*. De igual modo, o enunciado (355a), cujo verbo realçado é a forma *tiver*, que é transitivo directo, não deveria, na norma-padrão europeia, seleccionar um SP encabeçado pela preposição *com*. Com efeito, nas estruturas alternativas que obedecem à norma-padrão europeia não se realizaria a preposição *com*, devendo-se notar que os complementos introduzidos pela referida preposição são substituíveis por clíticos acusativos, o que se verifica logo a seguir.

- (354)    b. \*o Partido entende ser urgente abolir com o mau hábito<sup>26</sup>  
          c. o Partido entende ser urgente abolir o mau hábito  
          d. o Partido entende ser urgente aboli-lo

- (355)    b. \*o professor só aparece na sala de aulas quando tiver com  
          saúde  
          c. o professor só aparece na sala de aulas quando tiver saúde  
          d. o professor só aparece na sala de aulas quando a tiver

#### **5.7.2.4. Outros casos de inserção de preposições: em, por, sobre**

Muito escassamente, foi possível observar que o *corpus* atesta outros casos de inserção de preposições, isto é, das preposições *em* (356a), *por* (357a) e *sobre* (358a).

---

<sup>26</sup> Parece-nos que o verbo *abolir* é usado na acepção de acabar (cf. *o Partido entende ser urgente acabar com o mau hábito...*)

Paulino Soma Adriano

- (356) a. \*após ter visto a proposta do Partido / eh / vi que é uma proposta digna para a sociedade em geral / né / e que **foca** o [//] foca mais **na** educação / [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (357) a. \*então há necessidade de **ver por** onde está a verdade / **por** onde está o trabalho [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (358) a. \*cada um de nós / conscientemente / individualmente ou colectivamente / deve **avaliar sobre** as nossas vidas / como vai a nossa sociedade / como vai o nosso país // [TPA1. Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]

Nos enunciados acima, as preposições realçadas são supérfluas. No enunciado (356a), figura o verbo *focar*, que é uma variante de *focalizar*. Este verbo, por sua vez, é transitivo directo, não regendo, assim, a preposição *em*. Note-se que o falante hesita na produção do seu enunciado, isto é, começa por introduzir o determinante artigo definido, com o qual se previa um SN, porém, reformula, depois o mesmo, introduzindo a preposição *em* contraída com o determinante artigo definido. Os verbos plenos *ver* e *avaliar*, nos enunciados (357a) e (358a), respectivamente, são claramente transitivos directos. Por isso, na norma-padrão europeia, não regem preposições. Comparemos apenas os fragmentos nos quais se verificam desvios (b) com os fragmentos alternativos (c), observando também o teste de substituição dos complementos verbais preposicionados por clíticos e pelo determinante demonstrativo (d), o que prova

que a função sintáctica dos referidos complementos é a de complemento directo.

- (356) b. \*a proposta do Partido foca mais na educação  
c. a proposta do Partido foca mais a educação  
d. a proposta do partido foca-a mais

- (357) a. \*há necessidade de ver por onde está a verdade / por onde está o trabalho  
b. há necessidade de ver onde está a verdade / onde está o trabalho ?  
c. há necessidade de ver isso

- (358) a. \*cada um de nós deve avaliar sobre as nossas vidas  
b. cada um de nós deve avaliar as nossas vidas  
c. cada um de nós deve avaliá-las

### 5.7.3. Supressão de preposições

Entendemos por supressão de preposição o apagamento ou a não realização fonética de uma preposição requerida pelo verbo. Por outras palavras, a supressão de uma preposição consiste em transformar o SP num SN ou numa oração equivalente a um SN e, por isso, substituível por este.

De facto, além de todos os casos acima descritos, que consistem na substituição e inserção de preposições, o *corpus* transcrito apresenta também casos de supressão de preposições (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção c). Assim,

podem vir suprimidas as preposições *a*, *de* e, em casos mais raros, as preposições *em* (substituível por *sobre*, *acerca de*) e *por*.

**5.7.3.1. Supressão da preposição *a***

Com base no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b1), a preposição *a* parece ser a que mais frequentemente os falantes suprimem. Como se pode verificar, os verbos abaixo realçados devem ser, na norma-padrão europeia, complementados por SP, mas, em vez disso, vêm complementados por SN.

(359) a. \*mais uma vez eu **apelo Øos** rapazes / porque pouco aparecem à consulta // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

(360) a. \*nós **assistimos** [-] muitas incongruências / incongruências no funcionamento das actuais Administrações do Estado // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

(361) a. \*depois de encontrarmos a realidade / eh / **comunicamos Øos** órgãos de segurança [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

(362) a. \*nas diversas mesas das assembleias / apesar de pouca gente / regista-se **aderência** de eleitores que **procedem Øo seu** direito de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Paulino Soma Adriano

- (363) a. \*[...] há regras que têm que ser cumpridas e / naturalmente / nós vamos **obedecer** rigidamente [-] **essas regras** impostas pela lei eleitoral // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]

Nota-se que, nestes enunciados, os verbos *apelar*<sup>27</sup> (359a), *assistir* (360a), *comunicar* (361a), *proceder*<sup>28</sup> (362a) e *obedecer* (363a) deviam, na norma europeia, reger SPs, uma vez que se constituem em verbos que seleccionam obrigatoriamente a preposição *a*. Isolemos e comparemos as estruturas nas quais focamos a nossa análise com as alternativas não desviantes à norma-padrão:

- (359) b. \*eu apelo os rapazes  
c. eu apelo aos rapazes
- (360) b. \*nós assistimos muitas incongruências  
c. nós assistimos a muitas incongruências
- (361) b. \*comunicamos os órgãos de segurança  
c. comunicamos aos órgãos de segurança
- (362) b. \*os eleitores procedem o seu direito de cidadania  
c. os eleitores procedem ao seu direito de cidadania

---

<sup>27</sup> Neste contexto enunciativo, o verbo *apelar* poderia, também, reger a preposição *para*.

<sup>28</sup> Luft afirma que o verbo *proceder*, como transitivo directo (*proceder o inventário, um inquérito, etc.*) é frequente na linguagem vulgar, inclusive jornalística. Citando Nascentes (1960:167), nota que este verbo está mesmo a tender para a transitividade directa. Acrescenta que a referida construção deve-se à semântica transitiva directa (cf. executar, efectuar, realizar, etc.) (cf. Luft 2011:418).



Paulino Soma Adriano

- (363)    b. \*vamos obedecer essas regras  
          c. vamos obedecer a essas regras

Importa, adicionalmente, referir que os verbos *apelar*, *assistir*, *aderir* foram os que mais se repetiram no *corpus* relativamente à selecção de SNs em vez de SPs. Contudo, além dos que acima foram analisados, há vários outros verbos empregues pelos falantes sem observar a preposição. É o caso, por exemplo, dos verbos *aceder* (364a), *solicitar* (365a), *elevantar* (366a):

- (364)    a. \*[...] com dificuldades de **aceder os** serviços de saúde / não hesitaram em bater a porta do Administrador Municipal de Viana [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

- (365)    a. \*[...] é por isso que o Partido **solicita o** cidadão angolano / **o** cidadão eleitor / o seu voto para que no Parlamento nós possamos **vos** defender // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]

- (366)    a. \*[...] a desunião / a defesa dos interesses unilaterais / não vão **elevantar** Angola [-] nenhum lado // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

Conforme se pode observar, o verbo *aceder*, no enunciado (364a), selecciona o SN *os serviços de saúde*, em vez do SP *aos serviços de saúde*. O verbo *solicitar* (365a), tem como argumentos internos três SNs – *o cidadão angolano* / *o cidadão eleitor* / *o seu voto*. Note-se que, na norma-padrão europeia, os

primeiros dois SNs desempenham a função sintáctica de complemento indirecto e, por isso, era previsível que fossem SPs encabeçados pela preposição *a* – *ao cidadão angolano / ao cidadão eleitor*. O SN que vem em terceiro lugar – *o seu voto* – desempenha a função sintáctica de complemento directo (cf. *solicita o seu voto*). O verbo *elegar* (366a), por sua vez, é complementado por dois argumentos internos: um complemento directo – *Angola* – e um complemento oblíquo – *nenhum lado*, mas faltando, neste último, a preposição *a*. Podemos observar melhor os desvios a que nos estamos a referir se os isolarmos dos enunciados acima e os compararmos com as opções alternativas, como se segue:

- (364)    b. \*com dificuldades de aceder os serviços de saúde  
          c. com dificuldades de aceder aos serviços de saúde

- (365)    b. \*o Partido solicita o cidadão angolano / o cidadão eleitor / o seu  
          voto  
          c. o Partido solicita ao cidadão angolano / ao cidadão eleitor / o  
          seu voto

- (366)    b. \*não vão eleger Angola nenhum lado  
          c. não vão eleger Angola a nenhum lado

Além dos casos acima, relativamente à supressão da preposição *a* requerida por verbos, parece haver também a possibilidade de os falantes suprirem a referida preposição com o verbo *começar* + designação de horas (367a), com

apenas um caso no *corpus*, estrutura que, na norma-padrão, seria construída como em (367b):

(367) a. \***iniciámos [-] sete** horas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

b. iniciámos às sete horas

### 5.7.3.2. *Supressão da preposição de*

Na secção 5.7.2.2, observámos a possibilidade de inserção supérflua da preposição *de* antes de orações completivas finitas cuja conjunção-complementador é *que*. Afirmámos também que, no caso da inserção da preposição antes de orações completivas finitas, o processo tem sido designado por dequeísmo. O contrário, isto é, a omissão ou o apagamento da preposição *de* antes da conjunção-complementador *que*, introduzindo orações completivas finitas, tem sido designado por queísmo.

Nesta secção, observamos o apagamento da referida preposição em diferentes contextos enunciativos, incluindo construções queísticas (em que se suprime a preposição antes de complementos oblíquos oracionais finitos).

Para o efeito, vejamos os seguintes enunciados (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção c2):

(368) a. não **precisa [-] colocar** / como se diz na gíria / a carroça atrás dos bois // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]

Paulino Soma Adriano

(369) a. \*no seio da família Mutumba / os resultados apresentados até agora **resultam a** sua escolha nas urnas // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

(370) a. \*[...] e o homem sempre persistente / ia sempre à minha procura [...] até ao ponto **de aperceber-se as** horas [-] que eu ia à escola / as horas [-] que eu ia à igreja / as horas [-] que eu estava em casa [...] // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

Enunciados como o que figura em (368a), com o verbo *precisar*, não são agramaticais e ocorrem, igualmente, na norma-padrão europeia. À semelhança do verbo *gostar* e *necessitar*, o verbo *precisar* selecciona um argumento interno com a função sintáctica de complemento oblíquo, exigindo a preposição para marcar o argumento oblíquo nominal, não sendo obrigatória quando o argumento é uma oração finita (cf. Barbosa, 2013:1893).

Contudo, estes casos são aqui tratados apenas para notar que, na realidade angolana, parece serem raras as estruturas nas quais o verbo *precisar* antes de infinitivo se combina com a preposição *de* (cf. *preciso de comer*), preferindo-se a supressão desta preposição (cf. *preciso comer*). Assim, enunciados como o que se apresenta em (368a) são frequentes. O mesmo não se pode afirmar em relação aos casos em que o verbo *precisar* antecede um SN. Nestes casos, o SN complementa o SP (*preciso dos livros*), sendo, por sua vez, rara a estrutura (*preciso os livros*), mas que pode ser ouvida no discurso de falantes pouco escolarizados e mesmo na linguagem menos formal. Veja-se o enunciado (369a), que, embora não seja formado com o verbo *precisar*, apresenta uma estrutura em que se suprime claramente a preposição *de*, pois, na norma-padrão europeia, o verbo *resultar* (na acepção de *ser consequência* ou *ter origem como*), rege obrigatoriamente a preposição *de*. Note-se ainda a

repetição do mesmo radical e da mesma ideia no SN e no verbo – os *resultados resultam*, que, pensamos, seria melhor se se substituísse, entre outras alternativas, *os resultados* por um outro termo, como, por exemplo, *as cifras*. Quanto ao enunciado (370a), no qual realçamos o verbo *aperceber + se*, (na acepção de *dar-se conta*), constatamos que este verbo rege sempre a preposição *de*. Neste âmbito, Barbosa lembra que o argumento interno dos verbos intrinsecamente pronominais é sempre introduzido por uma preposição, ou seja, é um complemento oblíquo (cf. P. Barbosa, *Ibid.*)

Comparemos, agora, apenas as estruturas desviantes ao lado das alternativas que estão em conformidade com a norma-padrão europeia:

- (368)    b. não precisa colocar  
          c. não precisa (de) colocar
- (369)    b. \*os resultados resultam a sua escolha nas urnas  
          c. as cifras resultam da sua escolha nas urnas
- (370)    b. \*ao ponto de aperceber-se as horas  
          c. ao ponto de aperceber-se das horas

Os casos abaixo, nos quais os verbos introduzem orações finitas, são igualmente abundantes em Angola. Nos mesmos, a realização fonética da preposição *de* é opcional. Contudo, parece que estas construções ocorrem com mais frequência, se comparadas às que apresentam a preposição foneticamente realizada, sobretudo em situações menos formais.

Paulino Soma Adriano

(371) a. \*lembro-me [-] que nessa casa onde estávamos / tinha uma parte da casa até quase que estava a cair // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

(372) a. \*muitos não fizeram isso // esqueceram-se [-] que de facto o homem foi um grande histórico<sup>29</sup> // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]

As estruturas alternativas, em conformidade com a norma europeia, dos enunciados acima expostos são as que apresentamos em (340b) e (341b):

(373) b. lembro-me de que nessa casa onde estávamos / havia uma parte que estava quase a cair //

(374) b. muitos não fizeram isso // esqueceram-se de que de facto o homem foi um grande histórico<sup>30</sup> // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]

De facto, as construções nas quais se omite a preposição são perfeitamente normais em Angola. Porém, para muitos falantes talvez já não se trate da elipse da preposição, mas da sua inexistência nas referidas construções. A respeito destas construções, no estudo de Adriano, solicitou-se a 85

---

<sup>29</sup> Parece que o falante queria referir-se ao homem como alguém digno de ser consagrado pela história, alguém que não deve ser esquecido.

<sup>30</sup> Parece que o falante queria referir-se ao homem como alguém digno de ser consagrado pela história, alguém que não deve ser esquecido.

informantes, professores de Língua Portuguesa em Angola, província da Huíla, que riscassem, num dado exercício, as preposições não adequadas, resultando que um número considerável, isto é, 39 informantes, riscou a preposição *de*, materialmente expressa na frase (375a), não a aceitando como fazendo parte da norma-padrão. Para esses professores de Língua Portuguesa, a frase «correcta» é a que figura no enunciado (375b).

- (375) a. é preciso lembrar-se de que o homem é mortal  
b. é preciso lembrar-se que o homem é mortal

**5.7.3.3. Outros casos de supressão de preposições: as preposições *em* e *por***  
Com muita raridade no *corpus* por nós transcrito é a supressão ou apagamento das preposições *em* (376a) e *por* (377a)

- (376) a. \*viemos aqui para **reflectir as** três semanas que já passaram / da Campanha Eleitoral / assim como reiterarmos a transmissão do nosso programa eleitoral [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]

- (377) a. \*[...] porque aqui / hoje em dia / eh / já **primamos** também [-] passar essa informação para os pais e / a [//] o restante das pessoas que vão à procura dos nossos serviços [...] // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

Naturalmente, no enunciado (376a), cujo verbo realçado é *reflectir* (na acepção de *meditar*) há a possibilidade de se estar a suprimir não a preposição *em*, mas a preposição *sobre* ou a locução *acerca de* – *reflectir nas* (*sobre, acerca das*)

Paulino Soma Adriano

*três semanas*. Já no enunciado (377a), o verbo *primar* rege a preposição *por*. Comparamos abaixo os fragmentos desviantes em relação à supressão de preposições com as alternativas não desviantes.

- (376)    b. \*reflectir as três semanas  
          c. reflectir nas (sobre, acerca das) três semanas
- (377)    b. \*primamos passar essa informação  
          c. primamos por passar essa informação

A estrutura representada no enunciado (377a) permite que seja igualmente possível a estrutura desviante que apresentamos abaixo.

- (378)    a. \*é [-] isso que nós / Partido A / **primamos** // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Note-se o desvio deste enunciado, reestruturando-o na ordem mais canónica (379b), apresentando também, a seguir, as alternativas não desviantes (379c,d), nas quais se apresenta a preposição *por*.

- (379)    b. \*nós Partido A primamos isso  
          c. nós Partido A primamos por isso  
          d. é por isso que nós Partido A primamos



#### **5.7.4. Considerações finais sobre a regência verbal – complementos verbais preposicionados**

Convém, em primeiro lugar, reconhecer que esta é uma das áreas mais críticas da língua portuguesa em geral. Todavia, ousamos afirmar hipoteticamente, e com base nos dados recolhidos, bem como na bibliografia existente sobre o assunto, que tal crise é ainda mais profunda em Angola, comparativamente com Portugal. Como foi possível constatar, ocorrem, no português falado em Angola, fenómenos de substituição de preposições (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção a), de inserção supérflua de preposições (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção b) e, também, de supressão de preposições (cf. *Corpus*, Capítulo IX, Secção c). Estes casos, como se pode notar pelos enunciados apresentados, ocorrem não apenas no discurso de falantes pouco escolarizados, mas também no de falantes cultos. Note-se que os estudos de Adriano (2014) e Cabral (2005) dão conta de todos os fenómenos acima descritos também no português escrito. O primeiro estudo tem como informantes professores de Língua Portuguesa que frequentam o bacharelato, bacharéis e licenciados, sendo que o segundo recorre a estudantes dos níveis básico, médio e superior.

No *corpus* por nós recolhido, notámos que, no que respeita ao fenómeno de substituição, lideram casos de substituição da preposição *a* pela preposição *em*. Neste sentido, a preposição *em* é frequentemente empregue com sentido locativo e direccional. Há outros casos de substituição, como o da preposição *em* pela preposição *para*; da preposição *para* pela preposição *a*; as preposições *por* e *a* pela preposição *com*, entre outros.

Quanto à inserção de preposições, foi possível observar que os casos que mais abundam estão relacionados com a preposição *de*, que é frequentemente inserida antes da conjunção-complementador *que*, introduzindo orações finitas. Resultam, em alguns casos, nas designadas construções dequeísticas. A preposição *com* é também frequentemente inserida como sendo seleccionada sobretudo por verbos como *permitir* e *evitar* (*permitir com que + oração finita /*

*evitar com que + oração finita*), entre outros. O *corpus* apresenta ainda outros poucos casos de inserção de preposições.

No que respeita à supressão de preposições, foi possível observar que a preposição mais apagada ou suprimida é a preposição *a*, com verbos como *aderir*, *apelar*, entre outros. Houve igualmente casos de supressão da preposição *de*, sendo que em alguns casos muito raros, a supressão resultou também nas designadas construções queísticas.

### **5.8. Ainda sobre a omissão de preposições: queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo e orações relativas cortadoras**

Em toda a secção 5.7. abordámos questões relacionadas com a regência verbal, mais particularmente com os complementos verbais preposicionados. Por isso, a análise dos fenómenos de substituição, inserção e supressão de preposições foi feita em relação à propriedade de um dado verbo poder seleccionar uma dada preposição argumental.

Nesta secção continuamos a abordar a omissão de preposições seleccionadas por nomes e adjectivos (estruturas queísticas), bem como a sua omissão antes do pronome relativo quando integra verbos que regem preposições, cujo fenómeno (supressão da preposição antes do relativo *que*) resulta em orações que têm sido designadas por orações relativas cortadoras, em oposição às orações relativas canónicas e resumptivas.

#### **5.8.1. Queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo**

Se observarmos atentamente as frases (380) e (381), verificamos que em ambas se suprime a preposição *de* antes das orações finitas apresentadas entre parênteses rectos.

Paulino Soma Adriano

(380) a. *\*Chegamos à conclusão [que os estudantes não se prepararam para o exame].*

(381) a. *\*Ele está convencido [que vai passar de classe].*

Na norma padrão europeia, as frases acima seriam apresentadas como em (380b) e (381b).

(380) b. *Chegamos à conclusão de [que os estudantes não se prepararam para o exame].*

(381) b. *Ele está convencido de [que vai passar de classe].*

Como se pode observar, a preposição *de*, que figura nas frases acima, não é seleccionada por um verbo, mas sim pelo nome *conclusão* e pelo adjetivo *convencido*, respectivamente. Note-se que, nestes casos, quando os verbos se combinam com argumentos nominais, torna-se obrigatório o emprego da preposição. Comparem-se, para o efeito, os constituintes abaixo e a agramaticalidade dos que figuram nas alíneas (a).

(382) a. *\*A conclusão isso.*  
b. *A conclusão disso.*

(383) a. *\*Convencido isso.*

Paulino Soma Adriano

*b. Convencido disso.*

À medida que fomos transcrevendo os dados orais, deparámo-nos com alguns casos desta índole, isto é, semelhantes aos que figuram nos exemplos em (382a) e (383a) (cf. *Corpus*, Capítulos X e XI). Os enunciados abaixo, retirados do *corpus*, confirmam isso mesmo.

(384) a. \*a rua Soba Mandume é mais um exemplo [-] **que** o Governo não está [-] fazer nada para a população // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

(385) a. \*[...] não temos **dúvidas** nenhuma [-] **que** estes quatro anos foram quatro anos de luta / mas também quatro anos de vitória e quatro anos de sucesso // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]

(386) a. \*no sábado tomámos conhecimento [-] **que** ele encontrava-se algures / portanto / na área do Cazenga // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]

(387) a. \*[...] estamos **certos** [-] **que** saímos airoso // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]

É possível observar que nos enunciados acima falta a preposição – *de* – antes da conjunção-complementador – *que*. A referida preposição é seleccionada pelos nomes *exemplo* (384a), *dúvida* (385a), *conhecimento* (386a) e pelo

Paulino Soma Adriano

adjectivo *certos* (387a). Se isolarmos apenas os casos desviantes (b), isto é, nos quais se suprime a preposição *de*, e substituímos os complementos oracionais pelo pronome *isso*, de valor nominal, podemos verificar a sua agramaticalidade (c). Observámos que a gramaticalidade é reposta quando o pronome *isso*, de valor nominal, é complementado pela preposição *de*, com a qual se contrai (d), o que nos permite apresentar, posteriormente, as alternativas que estão em conformidade com a norma-padrão europeia (e):

- (384)    b. \*um exemplo que o Governo não está [-] fazer nada  
          c. \*um exemplo isso  
          d. um exemplo disso  
          e. um exemplo de que o governo não está a fazer nada
- (385)    b. \*não temos dúvidas [-] que estes quatro anos foram de luta  
          c. \*não temos dúvidas isso  
          d. não temos dúvidas disso  
          e. não temos dúvidas de que estes quatro anos foram de luta
- (386)    b. \*tomámos conhecimento [-] que ele encontra-se algures  
          c. \*tomámos conhecimento isso  
          d. tomámos conhecimento disso  
          e. tomámos conhecimento de que ele se encontra algures
- (387)    b. \*estamos certos que saímos airosos  
          c. \*estamos certos isso  
          d. estamos certos disso

e. estamos certos de que saímos airosos

Importa salientar que o *corpus* atestou sobretudo casos em que a oração é introduzida por um nome, comparativamente com casos em que é introduzida por um adjectivo, de que só se colheu o que se representou no enunciado (387).

### 5.8.2. Orações relativas de estratégia cortadora

As orações relativas pertencem ao grupo das orações subordinadas e são iniciadas por um pronome relativo, sublinhado no exemplo em (388), no qual colocamos entre parênteses rectos a oração relativa.

(388) O livro [que tu compraste] está ultrapassado.

Como se pode observar, o pronome relativo *que* está associado a uma posição da frase relativa de que faz parte e refere-se a um constituinte anterior, isto é, a um antecedente, neste caso, o SN – *o livro*.

Além do exemplo apresentado em (388), há orações relativas que integram verbos que regem preposições. Nestes casos, os pronomes relativos surgem associados a constituintes introduzidos por preposições. Em português, canonicamente a preposição acompanha o movimento do pronome relativo, como exemplificamos em (389) e (390):

(389) Assisti ao filme [*de* que me falaste].

(390) Falaste-me do filme [*a* que assisti].

No exemplo (389), o verbo *falar* selecciona como complemento um SP encabeçado pela preposição *de*. Observe-se que o verbo *assistir*, que selecciona a preposição *a*, selecciona a mesma preposição quando é este que integra a oração relativa em (390), antecedendo sempre o pronome relativo.

A estratégia de relativização presente nos exemplos acima tem sido designada por canónica, pois é aceite pela norma-padrão.

Contudo, algumas vezes a preposição não acompanha o movimento do pronome relativo, permanecendo na sua posição original<sup>31</sup>, o que resulta nas orações relativas resumptivas, como as que exemplificamos em (391) e (392):

(391) \**Assisti ao filme que me falaste dele.*

(392) \**Falaste-me do filme que assisti a ele.*

Outras vezes, suprime-se simplesmente a preposição que acompanha o movimento do pronome relativo, originando as orações relativas cortadoras, como se exemplifica em (393) e (394):

(393) \**Assisti ao filme [-] que me falaste.*

(394) \**Falaste-me do filme [-] que assisti.*

---

<sup>31</sup> Estando *in situ*, a preposição não pode ficar sem complemento, sendo introduzido nesta posição um pronome resumptivo. Neste caso, o *que* perde a sua função sintáctica de complemento oblíquo, passando apenas a funcionar como elemento de ligação entre as duas orações (Arim, Ramilo e Freitas, 2005:68).

Resumindo este breve introito, têm sido estudadas três tipos de orações relativas: (i) canónicas, (ii) resumptivas<sup>32</sup> e (iii) cortadoras, sendo que as duas últimas são marginais à norma-padrão europeia.

Nesta secção ocupamo-nos apenas das orações relativas cortadoras, uma vez que foram estas as atestadas pelo *corpus*, não tendo sido possível detectar casos de orações relativas resumptivas, que, com base nas nossas observações, julgamos ocorrerem muito raramente, sobretudo na fala de pessoas pouco ou nada escolarizadas.

Note-se que as orações de estratégia cortadora consistem na simplificação do constituinte relativo, mais concretamente (i) na eliminação de qualquer preposição, e não apenas a preposição *de*, e (ii) no uso sistemático do pronome relativo *que*. (cf. Veloso, 2013:2128)

Considerem-se os seguintes casos ilustrativos, retirados do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo XI):

(395) a. \*[...] quais são as áreas **[-] que** há mais quadros ?

(396) a. \*[...] até porque eu fiquei cinco jogos sem ser convocado / jogos treinos / esse intercâmbio **[-] que** eu precisava // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

(397) a. \*há muitas coisaØ **[-] que** as pessoas às vezes se irritam // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

---

<sup>32</sup> Em Peres e Mória (1995) estas construções designam-se *orações relativas com duplo preenchimento*, enquanto Veloso (2013), na Gramática do Português, chama-lhes *orações relativas com estratégia de pronome de retoma*.



Paulino Soma Adriano

(398) a. \*este dia é um dia muito importante / é o dia do voto / é o dia **[-]**  
**que** todos [-] Angolanos poderão escolher o seu presidente / que  
poderá resolver todos [-] problemas do nosso país // [TPA1, Programa  
Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(399) a. \*o diamante e o petróleo são bens do Estado angolano /  
também bens do povo angolano / bens estes que devem [//] **[-] que** se  
deve fazer um uso responsável por parte dos agentes públicos //  
[TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]

Conforme se pode notar, nos enunciados acima temos orações relativas que devem ser antecedidas por uma preposição. Assim, no enunciado interrogativo (395a), temos um constituinte relativo que corresponde a um sintagma preposicional com valor locativo, seleccionando, por isso, a preposição *em*, como no enunciado (395c), que, partindo do enunciado desviante (395b), resulta no enunciado pretendido (395d):

(395) b. \*há mais quadros as áreas  
c. há mais quadros nas áreas  
d. [...] quais são as áreas em que há mais quadros ?

No enunciado (396a), o verbo *precisar* rege a preposição *de* (*precisar de*), introduzindo um complemento oblíquo. Note-se a agramaticalidade da estrutura em (396b), na qual se suprime a preposição *de* entre o verbo *precisar* e o SN *o intercâmbio*. Observe-se, posteriormente, a gramaticalidade das estruturas em

(396c,d), nas quais a preposição é realizada, sendo que em (d) retomamos a oração relativa.

- (396)    b. \*eu precisava o intercâmbio  
          c. eu precisava do intercâmbio  
          d. esse intercâmbio de que eu precisava

Já no enunciado (397a) é a preposição *com* que falta. O verbo *irritar* + *se* exige, neste contexto, a selecção da preposição *com*, cujo valor é de (co)presença de duas entidades. (cf. Raposo e Xavier, 2013:1557) Note-se a agramaticalidade do fragmento (397b), no qual falta a preposição, e a gramaticalidade dos fragmentos (397c,d):

- (397)    b. \*as pessoas irritam-se muitas coisas  
          c. as pessoas irritam-se com muitas coisas  
          d. há muitas coisas com que as pessoas se irritam

Nos enunciados (398a) e (399a) faltam as preposições *em* e *de*, respectivamente, sendo que no primeiro temos um constituinte relativo que corresponde a um sintagma preposicional com valor temporal. Seguindo a mesma análise dos fragmentos em que se nota a oração relativa cortadora, teremos as seguintes estruturas:

- (398)    b. \* todos os Angolanos poderão escolher o seu presidente o dia  
          c. todos os Angolanos poderão escolher o seu presidente no dia

Paulino Soma Adriano

d. é o dia em que todos os angolanos poderão escolher o seu presidente

- (399) b. \*deve-se fazer um uso responsável estes bens  
c. deve-se fazer um uso responsável destes bens  
d. bens estes de que se deve fazer um uso responsável

### **5.8.3. Considerações finais sobre queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo e sobre orações relativas cortadoras**

Os fenómenos de queísmo e de orações relativas cortadoras não se circunscrevem, como se pode perceber da descrição feita acima, apenas ao português falado em Angola. É um fenómeno que se dá igualmente noutras variedades, como é o caso da europeia e mesmo da brasileira. Assim, fica patente que o fenómeno ocorre também na realidade angolana. Neste caso, no que respeita à oralidade, estes fenómenos podem ser detectados no discurso de falantes com diferentes graus académicos, embora, como é natural, sejam mais frequentes no discurso de falantes pouco escolarizados, ou mesmo com escolarização nula.

Como se observou, ocupámo-nos das orações relativas cortadoras, uma vez terem sido estas as atestadas pelo *corpus*. Neste sentido, a ausência de orações relativas com estratégia resumptiva leva-nos a crer que, no contexto de Angola, sejam as orações relativas cortadoras que mais se destacam e que, por isso, ocorrem em muito maior escala que as resumptivas.

Tal como já se notou na introdução desta secção, os casos atestados sobre queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo, bem como sobre orações relativas cortadoras podem ser observados nos Capítulos X e XI do *Corpus*.

### 5.9. Cliticização

Como é do conhecimento geral, o português apresenta várias classes de palavras. Uma dessas classes é a dos pronomes. Estes, por sua vez, apresentam subclasses: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e interrogativos. Os pronomes pessoais apresentam várias formas, isto é, podem apresentar as formas tónicas e as formas átonas. As formas tónicas abrangem os pronomes nominativos com a função sintáctica de sujeito (*eu, tu, ele/a, nós, etc.*) e os oblíquos/dativos com as funções sintácticas de complemento indirecto e complemento preposicional (*mim, comigo, ti, contigo, nós, connosco, etc.*). As formas átonas ou fracas podem ser acusativas (com a função sintáctica de complemento directo) ou dativas (com a função sintáctica de complemento indirecto)<sup>33</sup>. Estas formas átonas recebem o nome de clíticos, que podem ser reflexos e não-reflexos, como se espelha no quadro que se segue (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003:827):

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Clíticos reflexos
	Acusativo	Dativo	Acusativo / Dativo
1. <sup>a</sup> singular	me	me	me
2. <sup>a</sup> singular	te	te	te
3. <sup>a</sup> singular	o/a	lhe	se
1. <sup>a</sup> plural	nos	nos	nos
2. <sup>a</sup> plural	vos	vos	vos
3. <sup>a</sup> plural	os/as	lhes	se

<sup>33</sup> A Gramática do Português, I Volume, organizada por Eduardo B. P. Raposo *et al.* acrescenta os pronomes de forma genitiva, uma vez que considera os pronomes possessivos como uma forma dos pronomes pessoais (cf. Raposo, 2013:902).

A palavra «clítico», porém, não se refere apenas à classe de pronomes, mas a qualquer monossílabo átono subordinado, por meio de elemento prosódico, a um dado vocábulo no qual se acha inserido. É neste âmbito que Crystal define clítico como

Um termo usado na gramática com referência a uma forma que se assemelha a uma palavra, mas não pode aparecer sozinha em um enunciado normal, sendo estruturalmente dependente da palavra vizinha na construção. (Crystal, 1997:49-50)

Nesta secção, abordaremos apenas os clíticos pronominais, que correspondem prototipicamente às formas átonas do pronome pessoal. Ocorrem associados à posição dos complementos do verbo. Neste sentido, os clíticos são hospedeiros dos verbos. Percebida a noção de clítico, neste trabalho chamamos cliticização ao processo de ligação de um clítico pronominal a um verbo, que é o seu hospedeiro.

Na secção sobre o tratamento simultâneo do mesmo interlocutor ora por *tu* ora por *você* (cf. 5.2.6) mencionámos o facto de o pronome forte *vós* estar a desaparecer também no português falado, e mesmo escrito, em Angola. Consequentemente, como se poderá observar, o clítico átono correspondente – *vos* – quase não ocorre nos casos recolhidos sobre cliticização. Por outro lado, embora no nosso *corpus* tenhamos recolhido apenas casos em que o pronome forte *você* desempenha a função sintáctica de sujeito, a verdade é que, em Angola, este pronome pode ocorrer também como complemento directo e como complemento indirecto. Nos casos em que ocorre como complemento directo, estrutura exemplificada em (400), reduz significativamente a ocorrência dos clíticos correspondentes (*o, a, os, as*), representados em (401).

Paulino Soma Adriano

- (400) ?*Abracei você com muita ternura.*  
(401) *Abracei-o/a com muita ternura.*

Além disso, parece que, em muitas circunstâncias, os falantes preferem realizar SNs plenos do que SNs substituídos por um clítico. Senão, vejamos alguns exemplos ilustrativos que retiramos do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção a):

- (402) a. ?o espírito de cidadania também se desenvolve // aquele **espírito de camaradagem** / nós só desenvolvemos mais **espírito de camaradagem** quando estamos filiados no associativismo // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (403) a. \*vamos mostrar primeiro nós que nós não somos **corrupto** / pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque às vezes eu trabalho numa instituição [...] / e sou **corrupto** e quero que os outros não sejam **corrupto** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (404) a. ?vamos / eh / fazer **as nossas provas** e mostrar **as nossas provas aos alunos** para que **os alunos** possam então reclamar as suas notas // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (405) a. eu tenho dito que os partidos políticos têm estado a perder uma grande oportunidade que a televisão pública tem proporcionado // o tempo é um recurso muito escasso e nunca se recupera // quando perdemos **um minuto** / nunca poderemos recuperar **este minuto perdido** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

Conforme se pode verificar, nos enunciados acima há SNs repetidos, que poderiam ser substituídos pelo clítico correspondente, como podemos demonstrar nas alternativas abaixo:

(402) b. o espírito de cidadania também se desenvolve // aquele espírito de camaradagem / nós só o desenvolvemos mais quando estamos filiados no associativismo //

(403) b. vamos mostrar primeiro nós que nós não somos corruptos / pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque às vezes eu trabalho numa instituição [...] / e sou corrupto e quero que os outros não o sejam //

(404) b. vamos / eh / fazer as nossas provas e mostrá-las aos alunos para que estes possam então reclamar as suas notas //

(405) b. eu tenho dito que os partidos políticos têm estado a perder uma grande oportunidade que a televisão pública tem proporcionado // o tempo é um recurso muito escasso e nunca se recupera // quando perdemos um minuto / nunca poderemos recuperá-lo //

Por outro lado, às vezes o que se nota é apenas a não repetição do SN pleno nem a sua substituição por um clítico, isto é, o falante simplesmente deixa vazio o espaço corresponde ao SN na oração contígua àquela em que este, o SN, é realizado – uma espécie de complemento directo nulo – como se

Paulino Soma Adriano

observa nos seguintes enunciados, em que o espaço [-] poderia ter sido preenchido pelo clítico acusativo *o (os)* (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção b):

(406) a. \*eu penso que nós os professores também devemos ser transparentes // de que forma ? vamos / eh / portanto / avaliar **os** [///] porque a pessoa **se** compra um livro hoje / poderá usar [-] até à sua morte // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

(407) a. mas eu educo bem o meu filho / eu oriento [-] bem // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

(408) a. dirija-se a uma igreja / está lá um padre / está o pastor para ajudar [-] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

(409) a. **tem** muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido [-] ajude // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

Tal como referimos acima, nestes enunciados haveria a possibilidade da realização fonética de um clítico acusativo nos espaços que representamos por [-], que retomaria o SN anterior, tendo em conta as relações de co-referência entre o clítico e o SN que substitui. Contudo, os falantes não realizam o referido clítico nem repetem o SN, já em função de complemento directo em todos os casos. Vejamos as formas alternativas nas quais os espaços [-] são preenchidos pelos clíticos correspondentes:



Paulino Soma Adriano

- (406) b. eu penso que nós os professores também devemos ser transparentes // de que forma ? vamos / eh / portanto / avaliar os [///] porque se a pessoa compra um livro hoje / poderá usá-lo até à sua morte //
- (407) b. mas eu educo bem o meu filho / eu oriento-o bem //
- (408) b. dirija-se a uma igreja / está lá um padre / está o pastor para ajudá-lo //
- (409) b. há muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido os ajude //

Pensamos que as razões acima descritas, isto é, (i) a ocorrência do pronome forte *você* e *ele* na posição de complemento directo, (ii) a realização frequente de SNs plenos em vez de SNs substituídos por um clítico e (iii) o não preenchimento do espaço no qual caberia o clítico de retoma do SN anterior com a função de complemento directo, fazem com que não seja frequente a ocorrência dos clíticos *o*, *a*, *os*, *as*, no português falado em Angola. A estes três factores acrescenta-se dois outros, não menos importantes, que são (iv) o emprego frequente do clítico dativo *lhe* em função de acusativo, de que nos ocuparemos nesta secção e (v) o emprego do pronome forte *ele*<sup>34</sup> em função de acusativo e dativo (cf. *abracei a ele* vs. *abracei-o* / *comprei o carro a ele* vs. *comprei-lhe o carro*), de que apenas se atestaram dois casos no nosso *corpus*. Desta forma, nas nossas gravações, o clítico acusativo *o*, com as suas variações (*os*, *a*, *as*) ocorreram com alguma raridade e, empregues por falantes cultos, não se constituíram em desvios a analisar. Assim, e considerando que a

---

<sup>34</sup> Em relação ao clítico *ele*, ver também Inverno (2005:141).

maior parte de enunciados gravados decorrem de entrevistas que obrigam a que o discurso seja veiculado na primeira pessoa do singular e do plural, os clíticos que mais abundam no nosso *corpus* são, em consequência, os que correspondem a essas pessoas (*me*, *nos*). Também houve algumas ocorrências do clítico de terceira pessoa (*se*), tendo em conta a multiplicidade dos seus valores, do dativo *lhe* e, em menor escala, do clítico de segunda pessoa do singular (*te*). O *corpus* apresenta apenas dois casos desviantes com os clíticos *o* e *vos*, sendo um para cada caso.

O que pretendemos observar logo a seguir é a posição dos clíticos na frase, isto é, a possibilidade de haver próclise em contextos de ênclise e ênclise em contextos de próclise. A mesóclise não nos ocupou, pois afigurou-se igualmente rara nas gravações que fizemos. Nota-se que os falantes, na sua maior parte, recorrem a complexos verbais nos quais interpõem o clítico como uma fuga manifesta à estratégia da mesóclise. Veja-se, por exemplo, que uma frase como a que se apresenta em (410) é proferida, preferencialmente, pelos falantes como em (411).

(410) *Far-nos-ão um favor.*

(411) *Vão-nos fazer um favor.*

Como se poderá observar, casos como o que se exemplifica em (411) deixam, na oralidade, alguma dúvida, isto é, não se chega a saber se o clítico está em ênclise ao verbo auxiliar ou em próclise ao verbo pleno. A maior parte de estudantes universitários e mesmo de professores juntaria, na escrita, o clítico *nos* à forma verbal *vão*, em (411) sem hífen (cf. Adriano, 2014).

### 5.9.1. Alguns aspectos sobre a posição do clítico

A tradição gramatical prevê três posições possíveis dos clíticos: (i) antes do verbo (próclise), intercalado ao verbo (mesóclise) e depois do verbo (ênclise), sendo que esta última, a ênclise, é considerada como sendo a posição normal lógica (cf. Cunha e Cintra, 2008 [1983]:323). Brito, Duarte e Matos, quando se referem à tradição gramatical luso-brasileira no que respeita à colocação dos clíticos, afirmam que, na referida bibliografia o que se defende é que «A posição enclítica é o padrão básico, não marcado, e que a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintáctico-semântica ou prosódica.» (Brito, Duarte e Matos, 2003:849-850) Assim, daqui se pode inferir que a distribuição dos clíticos na frase não se traduz, na maioria dos casos, em variação livre. Obedece a critérios específicos que não nos ocupam aqui em pormenor, embora façamos rápidas alusões às mesmas à medida que descrevemos os dados gravados e transcritos. Empregamos o termo proclisadores para designar os elementos atractores ou indutores da próclise e temos sempre em conta a pausa oral entre o proclisador e o verbo, pois esta afigura-se como um factor determinante na alteração do padrão de colocação dos clíticos pronominais.

#### 5.9.1.1. Possibilidade de próclise em frases declarativas afirmativas

A tradição gramatical condena vivamente o emprego do clítico em posição proclítica quando se trata de frase afirmativa declarativa na qual não figure um dado proclisador. Assim, por exemplo, é agramatical a estrutura presente em (412), sendo apenas gramatical se construída como em (413).

(412) \**Me devolveste o livro ontem.*

(413) *Devolveste-me o livro ontem.*

Contudo, o *corpus* por nós transcrito encerra casos que contrariam esta regra (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção c1), isto é, encerra algumas construções que se assemelham à que se apresentou em (412), entre as quais, ilustramos os seguintes enunciados:

(414) a. \***me** sinto regozijado nesses aspectoØ / porque já não farei a trajectória que fazia antes // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

(415) a. \***me** parece que / neste momento / os partidos políticos pelo menos têm um comportamento / aquele que se espera [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

(416) a. \***me** ajuda você que manda a polícia / **me** ajuda // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]

(417) a. \***me** mandaram guardar uma arma // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]

(418) a. \***se** intoxicou com o medicamento das plantas // [TPA1, Encenação, Publicidade, 23.08.2012]

Estas construções são comuns na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas, mas chegam também a ser projectadas por falantes cultos, sobretudo em situações de comunicação informal, isto é, no registo popular e familiar. Nas mesmas, a ordem que se observa é [Clítico + Verbo] em vez de

Paulino Soma Adriano

[Verbo + Clítico], como se pode evidenciar nas alternativas abaixo, conforme a norma europeia:

(414) b. sinto-me regozijado nesses aspectos / porque já não farei a trajectória que fazia antes //

(415) b. parece-me que / neste momento / os partidos políticos pelo menos têm um comportamento / aquele que se esperava [...] //

(416) b. ajude-me você que manda a polícia / ajude-me //

(417) b. mandaram-me guardar uma arma //

(418) b. intoxicou-se com o medicamento das plantas //

No estudo de Adriano (2014), a maior parte dos professores de Língua Portuguesa não aceitou igualmente frases afirmativas declarativas que comecem com o clítico, o que nos pode levar a julgar que as construções desviantes neste aspecto normalmente não fazem parte do registo escrito e cuidado.

Apesar disso, e como observado nos exemplos precedentes, na realidade angolana não se pode generalizar a Lei de Tobler-Moussafia segundo a qual «As formas clíticas não podem ocupar a posição inicial da frase.» (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003:849) O *corpus* apresenta-nos muitos outros casos em que, havendo uma pausa bastante evidente entre uma frase e outra, começa-

se a segunda por um clítico, como nos casos subjacentes, que apresentamos de par com as formas alternativas:

(419) a. \*[...] enviei uma mensagem pelo número da Unitel // me  
falaram que eu vou votar na mesa número cinco // [RNA, Jornal,  
23.08.2012]

b. [...] enviei uma mensagem pelo número da Unitel // falaram-me  
que [eu] vou votar na mesa número cinco //

(420) a. \*o voto correu muito bem / nos atenderam muito bem // [TPA1,  
Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

b. o voto correu muito bem / atenderam-nos muito bem //

(421) a. \*tão logo que eu cheguei / me dirigi ao senhor // [TPA1,  
Telejornal, 22.08.2012]

b. tão logo que [eu] cheguei / dirigi-me ao senhor //

(422) a. \*já votei // me sinto melhor / [...] // [TPA1, Programa Especial:  
Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

b. já votei // sinto-me melhor / [...] //

Casos menos sentidos como desviantes são aqueles nos quais se coloca o clítico entre o vocativo e o verbo (423a), ou entre o sujeito e o verbo (424) a

Paulino Soma Adriano

(426). Assim, enunciados como os que se seguem são também produzidos por falantes cultos, mesmo em situações formais. As formas alternativas em (b) são as que estão em conformidade com a norma europeia.

(423) a. \*meu irmão / **me** fala / está à espera de quê ? vamos **no** voto //  
[TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]  
b. meu irmão / fala-**me** / está à espera de quê ? vamos ao voto //

(424) a. \*eu **me** sinto muito feliz / muito feliz por ter votado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]  
b. eu sinto-**me** muito feliz / muito feliz por ter votado //

(425) a. \*o governo **nos** brindou / **esse** ano / com uma xxx de três salas de aula com capacidade de sessenta estudantes // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]  
b. o governo brindou-**nos** / este ano / com uma escola de três salas de aula com capacidade de sessenta estudantes //

(426) a. \*eu **me** sinto muito contente por ter exercido esse direito como cidadã // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]  
b. eu sinto-**me** muito contente por ter exercido esse direito como cidadã //

O clítico em posição de início de frase é evidente também nos textos literários de alguns escritores angolanos<sup>35</sup>.

**5.9.1.2. Possibilidade de próclise em orações coordenadas copulativas**

Nos enunciados (427a) e (428a) os clíticos sublinhados ocorrem em posição pré-verbal, antes de uma oração coordenada. Estes casos são igualmente acolhidos pela norma europeia, uma vez ocorrer um proclisador, abaixo sublinhado, num dos termos da estrutura coordenada<sup>36</sup>. Não são acolhidos pela norma europeia, porém, estruturas coordenadas como as que se apresentam nos enunciados (429a) e (430a), uma vez que nestes não ocorre nenhum elemento indutor da próclise. Em Angola, quer no primeiro caso quer no segundo, estas estruturas são perfeitamente normais e ocorrem também no discurso de falantes cultos, em situações formais de comunicação. Tal como acontece na estrutura (429), os falantes podem rejeitar o início da frase com um clítico, mas já o aceitam quando este surge proclítico na oração coordenada seguinte.

- (427) a. [...] palavras de uma das eleitoras que nesta manhã já cumpriu com o seu dever cívico e se dirigiu às urnas // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]

---

<sup>35</sup> Boaventura Cardoso *apud* Carrasco (1988:93): Me bate. Me bate. Me bate então vs. Bate-me. Bate-me. Bate-me então.

<sup>36</sup> «Nas estruturas coordenadas copulativas, a presença de elementos indutores de próclise num dos termos da estrutura coordenada pode condicionar, ou não, a colocação dos pronomes clíticos nos termos subsequentes da mesma estrutura (...)» (Martins, 2013:2297).



Paulino Soma Adriano

(428) a. é nosso desejo que Deus todo poderoso abençoe a liderança do nosso querido presidente e lhe conceda uma longa vida para [-] alegria de todos [-] Angolanos // [TPA1, Telejornal, 25.08.2012]

(429) a. \*eu achei-me a Deus e me lembro como se fosse hoje // fui lutando pela vida / mas tudo o que fazia naquela fase dava errado // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

(430) a. \*uns não estão aqui / mas têm vontade de estar / e nos agitam<sup>37</sup> para nós fazermos a greve / mas não conseguem sair // é o medo que eles têm // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Observe-se que nos enunciados (427a) e (428a), o facto de ser possível a ocorrência da próclise não invalida a possibilidade de ocorrer, também, a ênclise, como nas alternativas apresentadas em (427b) e (428b).

(427) b. [...] palavras de uma das eleitoras que nesta manhã já cumpriu com o seu dever cívico e dirigiu-se às urnas //

(428) b. a. é nosso desejo que Deus todo poderoso abençoe a liderança do nosso querido presidente e conceda-lhe uma longa vida para a alegria de todos os Angolanos //

---

<sup>37</sup> Note-se que o verbo agitar é aqui usado como sinónimo de *persuadir*.

Paulino Soma Adriano

Quanto aos enunciados (429a) e (430a), a norma-padrão europeia opta exclusivamente pela ênclise, como se apresenta nas seguintes alternativas:

(429) b. eu acheguei-me a Deus e lembro-me como se fosse hoje // fui lutando pela vida / mas tudo o que fazia naquela fase dava errado //

(430) b. uns não estão aqui / mas têm vontade de estar / e agitam-nos para nós fazermos a greve / mas não conseguem sair // é o medo que eles têm //

Embora o *corpus* não tenha atestado muitas estruturas como as que se apresentam nos dois enunciados precedentes (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção c1), importa enfatizar que os mesmos não são sentidos como desviantes pela maior parte dos falantes pertencentes a diferentes graus académicos, incluindo universitários.

### **5.9.1.3. Possibilidade de ênclise em contextos de próclise**

Além do que acima fica dito, parece igualmente produtivo um outro fenómeno que ocorre quer em Portugal, quer no Brasil: a posição enclítica do clítico em presença de proclisadores, isto é, em presença de elementos linguísticos que induziriam a posição proclítica (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção c2).

(431) a. \*o material do ensino primário **não reduz-se** apenas naquilo que são os manuais // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

Paulino Soma Adriano

- (432) a. \*o corpo de bombeiros e a polícia empenharam-se durante duas horas para retirar os sinistrados **que encontravam-se** presos no veículo // [TPA1, Telejornal, 23.08.2012]
- (433) a. \*a seguir **ainda nota-se** / eh / de certa forma / eh / alguma ausência / alguma falta de sofisticação na capacidade dos partidos **a** estabelecerem um discurso colectivo // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (434) a. \*estávamos a andar / a conversar / de repente **alguém agarra-me** / coloca-me no colo e dá-me um beijo // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (435) a. \*nesta altura **também dava-se** conta das portas de algumas casas que estavam totalmente encerradas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Em todos os enunciados acima temos formas verbais finitas. Nos mesmos, apesar da presença de elementos proclisadores, ocorre a ênclise. Veja-se que em (431a) temos um operador de negação frásico *não*; em (432a) está uma oração subordinada introduzida por um sintagma-Q relativo; em (433a) está um advérbio focalizador *ainda*; em (434) está um quantificador indefinido *alguém*; e, por último, em (435) está um advérbio focalizador de inclusão. Estes elementos são proclisadores e, por isso, na norma-padrão europeia, desencadeiam a próclise, como se pode observar nas propostas alternativas que se revêem na norma-padrão:

Paulino Soma Adriano

- (431) b. o material do ensino primário não se reduz apenas àquilo que são os manuais //
- (432) b. o corpo de bombeiros e a polícia empenharam-se durante duas horas para retirar os sinistrados que se encontravam presos no veículo //
- (433) b. a seguir ainda se nota / eh / de certa forma / eh / alguma ausência / alguma falta de sofisticação na capacidade dos partidos de estabelecerem um discurso colectivo //
- (434) a. estávamos a andar / a conversar / de repente alguém me agarra / coloca-me no colo e dá-me um beijo //
- (435) a. nesta altura também se dava conta das portas de algumas casas que estavam totalmente encerradas //

Tal como afirmámos na introdução desta secção, a ocorrência da ênclise em vez da próclise não se circunscreve à variedade angolana do português. O fenómeno parece estar a ter um largo emprego também em Portugal (cf. Costa, Fiéis e Lobo, no prelo) e no Brasil (cf. Vieira, 2007b).

Em Angola, como se pode depreender dos enunciados transcritos, este fenómeno ocorre no discurso de falantes com diferentes graus académicos, incluindo falantes com escolarização de nível superior. É também possível observar a ocorrência deste fenómeno no discurso dos media.

Apesar disso, embora alguns estudos em aquisição da linguagem no contexto de Portugal confirmem que as primeiras produções com pronomes clíticos das crianças portuguesas exibem generalizadamente o padrão enclítico (cf. Duarte, Matos e Faria, 1995), hipoteticamente, este quadro não seria tão homogéneo em Angola, pois muitas crianças começam a construir frases com os clíticos em posição pré-verbal. Com a escolarização, passam a empregar, às vezes generalizadamente, o padrão enclítico.

### 5.9.2. Emprego acusativo do clítico dativo *lhe*

Em conformidade com a norma-padrão europeia, o clítico dativo *lhe* (*lhes*) exerce sempre a função sintáctica de complemento indirecto, em oposição ao clítico acusativo *o* (*a, os, as*), que exerce sempre a função sintáctica de complemento directo. Logo, o clítico dativo *lhe* substitui, na frase, SNs com a função sintáctica de complemento indirecto, isto é, introduzidos pela preposição *a*, como se pode observar no exemplo (436a,b).

- (436)     *a. Ofereci um carro ao meu pai.*  
           *b. Ofereci-lhe um carro.*

Em consequência, quando o verbo é transitivo directo não pode, na norma europeia, combinar-se com o clítico dativo *lhe*, o que resultaria numa frase agramatical, como a que se exemplifica em (437b), sendo que o clítico *lhe* surge em substituição do SN *o dinheiro*, em (437a), com a função sintáctica de complemento directo.

- (437)     *a. Guardei o dinheiro na mala.*

Paulino Soma Adriano

b. \**Guardei-lhe na mala.*

Todavia, estruturas como a que se exemplificou em (437b), cujo fenómeno tem sido designado por *leísmo* ou *lheísmo*, são muito frequentes no contexto angolano e, como referimos no início desta secção, contribuem para o bloqueio dos clíticos acusativos (o, a, os, as), isto é, para a não ocorrência destes. É o que se passa, a título ilustrativo, nos enunciados que se seguem (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção d):

(438) a. \*estamo a **lhe** respeitar [...] // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]

(439) a. \*[o cartão eleitoral] está aqui // estava bem guardadinho na mala // só **lhe** tirei mesmo hoje // [TPA1, Publicidade Eleições, 26.07.2012]

(440) a. \*um político com intriga não ganha voto de ninguém / porque ninguém **lhe** vota // [TPA1, Telejornal, 29.08.2012]

(441) a. \*é a nossa mãe // elas é que nos meteram no mundo / **tenho que lhe** levar carinhosamente não é mamã ? [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(442) \*[...] começou a sentir preconceito / a achar que a sua posição ia diminuir ou se sentiria desprestigiado se alguém **lhe** visse a capinar ou a utilizar a enxada [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

Nestes contextos, o dativo *lhe* foi empregue em função de acusativo, pois os verbos que *lhe* servem de hospedeiro são transitivos directos. Para melhor verificar este fenómeno, vamos isolar apenas as unidades desviantes e apresentá-las em (b). Posteriormente, em (c) substituímos o clítico *lhe* por um SP complementado por um SN e encabeçado pela preposição *a*, como acontece com os SPs em função de complemento indirecto, tornando-se mais clara a agramaticalidade destas construções. Em (d) os verbos são complementados por um SN e não por um SP, o que torna gramaticais as estruturas aí presentes, bem como as correspondentes em (e), nas quais os verbos são complementados pelo clítico acusativo e não dativo.

- (438)    b. \*estamo a *lhe* respeitar  
          c. \* estamos a respeitar ao homem  
          d. estamos a respeitar o homem  
          e. estamos a respeitá-lo
- (439)    b. \*só *lhe* tirei mesmo hoje  
          c. \*só tirei mesmo hoje ao cartão eleitoral  
          d. só tirei mesmo hoje o cartão eleitoral  
          e. só o tirei mesmo hoje
- (440)    b. \*ninguém *lhe* vota  
          c. \*ninguém vota ao candidato  
          d. ninguém vota o candidato  
          e. ninguém o vota

Paulino Soma Adriano

- (441) b. \*tenho que lhe levar carinhosamente  
c. \*tenho que levar carinhosamente à mamã  
d. tenho que levar carinhosamente a mamã  
e. tenho que a levar carinhosamente
- (442) b. \*se alguém lhe visse a capinar  
c. \*se alguém visse ao camponês a capinar  
d. se alguém visse o camponês a capinar  
e. se alguém o visse a capinar

Nestes grupos, é evidente a agramaticalidade das estruturas em (b) e (c), e, contrariamente, a gramaticalidade das estruturas em (d) e (e), o que prova que os verbos em questão devem, na norma-padrão europeia, ser complementados por um SN com a função sintáctica de complemento directo, logo, substituível pelo clítico acusativo *o*.

Embora tenha sido possível atestar alguns poucos casos no *corpus* em relação ao emprego do clítico dativo *lhe* em função de acusativo, este fenómeno é uma marca do português de Angola, pois é recorrente a sua menção em vários estudos (cf. Mendes, 1985; Carrasco, 1988; Mingas, 1998, Miguel, Cabral, 2005; Inverno, 2005, Adriano, 2014), entre outros.

A título de exemplo, e para reforçar a nossa convicção sobre o facto de o emprego do clítico *lhe* em função acusativa ser uma marca do português em Angola, neste último estudo, de Adriano, solicitou-se a 85 professores de Língua Portuguesa, que leccionam em escolas de diferentes níveis de ensino,



incluindo o superior, que corrigissem para a norma-padrão alguns textos nos quais se podia encontrar, entre outras, as seguintes estruturas:

(443) a. \**Lhe abracei.*

(444) a. \**Lhe levei ao hospital.*

Curiosamente, 55 professores corrigiram as frases acima apenas como se segue:

(445) b. \**Abracei-lhe.*

(446) b. \**Levei-lhe ao hospital.*

Neste sentido, os 55 professores entenderam que as frases em (445a) e (446a) são desviantes apenas pelo facto de iniciarem com o clítico e não julgaram como desviante esse clítico dativo em função de acusativo (cf. *abracei-o / levei-o ao hospital*). (cf. Adriano, 2014:48-49)

### 5.9.3. Posição do clítico em complexos verbais

Nesta secção, um primeiro fenómeno a observar é o que consiste na inserção do clítico em perífrases verbais cujos verbos auxiliares requerem a preposição *a*, isto é [Verbo auxiliar + Preposição *a* + Verbo pleno]. A título de exemplo, observe-se a frase em (447), que, uma vez usada com um clítico, toma a forma presente em (448), isto é [Verbo auxiliar + Preposição *a* + Verbo pleno +

Clítico] ou, observando a subida de clítico, a estrutura em (449) [Verbo auxiliar + Clítico + Preposição *a* + Verbo pleno]. Tendo em conta, porém, estruturas desviantes da norma europeia, foi possível verificar a ocorrência, no *corpus*, da estrutura em (450) [Verbo auxiliar + Preposição *a* + Clítico + Verbo pleno]<sup>38</sup>. Este caso ocorreu sobretudo com o verbo *estar*.

(447) *Estás a fazer mal.*

(448) *Estás a fazer-me mal.*

(449) *Estás-me a fazer mal.*

(450) *\*Estás a me fazer mal.*

Na verdade, construções como a que se apresenta em (450) são muito frequentes em Angola, sobretudo na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas, mas extrapolam também para a fala de certas pessoas cultas. Ilustrem-se os seguintes enunciados retirados do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção e):

(451) a. \*nesta altura em que **estamos a vos falar** / consideramos o balanço desta actividade / sendo preliminar / como positivo / esperando que nos outros momentos **podemos** fazer o balanço final do processo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

---

<sup>38</sup> Inverno dá igualmente conta destes casos e argumenta que uma causa possível dos mesmos é o facto de nas línguas *bantu* faladas em Angola, os pronomes objectos e reflexivos serem usualmente empregues antes do verbo. A autora acrescenta que «Also in AVP or in the Bantu languages the reflexive or reciprocal pronoun in periphrastic tense constructions is inserted between the auxiliary verb and the root of the main verb.» (cf. Inverno, 2005:142).

Paulino Soma Adriano

- (452) a. \*conhecemos vários casos de violência doméstica em que as vítimas **tendem a se calar** / com medo de represália // não faça isso // confie nas autoridades // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]
- (453) a. \*não estás a ver que **estou a te chamar** ? [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (454) a. \*é verdade que o governo está a fazer muito esforço para nos ajudar a ter condições // temos casaØ / temos energia e não **estamos a nos arrepender** por sair de Luanda para cá // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (455) a. \*então / essa educação de saúde oral já começa dentro da barriga para que as mães que vão ter os seus primeiros filhos já **começa a lhe ensinar** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

A norma europeia não contempla estes casos. Contempla, sim, a posição enclítica, como exemplificado em (448) ou a subida do clítico<sup>39</sup>, como exemplificado em (449). Segundo Martins,

---

<sup>39</sup> «O fenómeno conhecido como Subida de Clítico consiste na selecção de um verbo do qual o pronome clítico não é dependente para hospedeiro verbal» (Brito, Duarte e Matos, 2003:857). «Em algumas estruturas completivas infinitivas [...], o clítico pode, no entanto, ter como hospedeiro quer o verbo infinitivo de que é complemento (cf. queres dar-me o livro ou não?) quer o verbo finito que selecciona a oração completiva infinitiva (cf. queres-me dar o livro ou não?). De modo semelhante, em perífrases verbais nas quais um verbo auxiliar se combina com um verbo pleno infinitivo [...], um pronome clítico pode cliticizar ao verbo pleno infinitivo de que é complemento (cf. vou telefonar-lhe já) ou ao verbo auxiliar finito (vou-lhe telefonar já). [...] nestes exemplos, o pronome não cliticiza ao verbo na forma infinitiva do qual depende sintática e semanticamente [...], ligando-se antes ao verbo que selecciona a

Paulino Soma Adriano

A variação entre ênclise e próclise em infinitivas preposicionadas é independente da distinção entre orações infinitivas completivas e orações infinitivas adverbiais e quase abrange a generalidade das preposições. Ficam, contudo, fora do padrão de variação as preposições *a* e *com*, que se associam sempre à ênclise (...) (Martins, 2013:2280).

Assim, se isolarmos apenas as partes realçadas nas quais focamos a nossa atenção (b), podemos melhor observá-las contrastando-as com as estruturas que obedecem à norma europeia (c). Não observamos aqui a subida de clítico.

(451)    b. \*estamos a vos falar  
          c. estamos a falar-vos

(452)    b. \*tendem a se calar  
          c. tendem a calar-se

(453)    b. \*estou a te chamar  
          c. estou a chamar-te

(454)    b. \*estamos a nos arrepender  
          c. estamos a arrepender-nos

(455)    b. \*estamos a lhe ensinar  
          c. estamos a ensinar-lhe

---

oração infinitiva ou ao verbo que funciona como auxiliar da perífrase verbal. Utilizando uma linguagem metafórica, em linguística chama-se a este fenómeno subida do clítico [...]» (Martins, 2013:2235).

Os exemplos precedentes encerram verbos que funcionam como auxiliares de perífrases verbais nas quais o clítico ocorre claramente em próclise ao verbo principal. No entanto, a construção desviante em foco parece ser igualmente possível com verbos que seleccionam uma oração infinitiva, como no enunciado (456a), cuja estrutura alternativa na norma europeia é a que se apresenta em (456b).

(456) a. \*[...] e **aprendi a me integrar** na sociedade fazendo parte de grupos // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

b. [...] e aprendi **a integrar-me** na sociedade fazendo parte de grupos //

Quando os complexos ou as perífrases verbais não requerem a preposição *a* entre o auxiliar e o verbo pleno, é igualmente frequente a inserção do clítico entre um e outro verbo, como acontece nos exemplos que se seguem:

(457) [...] sei que as urnas ou as Assembleias começam a votação às sete horas // **devo me preparar** no dia trinta / a dormir cedo e de forma sóbria / dum forma que me permita **chegar** cedo também **nas** Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

(458) ele **vai te dar** alguns toques // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

Paulino Soma Adriano

(459) [...] ele **quer me conhecer** e quer saber mais coisas // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

(460) [...] nossos irmãos / **vamos nos entender** com base o princípio número # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

Como se pode notar, neste grupo de enunciados, e tendo em conta que nos baseámos em dados orais, embora, ao que parece, se trate de subida de clítico, torna-se difícil determinar se os clíticos figuram em posição enclítica ao verbo auxiliar (*devo-me preparar, vai-te dar*) ou se figuram em posição proclítica ao verbo principal (*devo me-preparar, vai te-dar*). Note-se que situação idêntica ocorre no português de Moçambique (cf. Gonçalves, 2013:172). Tendo em conta isto, não há que apresentar, aqui, estruturas alternativas. Contudo, vale sublinhar que, na generalidade, estes enunciados podem ocorrer mais frequentemente que aqueles nos quais o clítico figura em posição pós-verbal (cf. *devo preparar-me, vai dar-te*).

Observem-se agora complexos verbais nos quais se acham proclisadores, que destacamos em parênteses rectos:

(461) \*a mensagem que tenho para todas [-] famílias é que no dia do pleito acoram nas mesas da assembleia / a fim de escolhermos os nossos deputados e o presidente / as pessoas [que] **vão nos representar** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

(462) \*[nunca] **vêm nos chamar** nem nada // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

Paulino Soma Adriano

(463) \*já tenho homens [que] **poderão me tirar** isso // [RNA, Jornal, 17.09.2012]

(464) \*muitas vezes quando os jovens entram no mundo da droga / eles não entram [porque] **querem se drogar** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

Nestes casos em que se está em presença de complexos verbais, mas que o verbo principal está no infinitivo, mesmo com a presença de proclisadores duas são as alternativas possíveis na norma europeia: uma é colocar o clítico em posição enclítica ao verbo principal e a outra é colocá-lo em posição proclítica ao verbo auxiliar. Assim, se observarmos apenas as partes nas quais focamos a nossa atenção (b) podemos apresentar a primeira possibilidade em (c) e a segunda em (d), como se segue:

(461) b. \*as pessoas que vão nos representar  
c. as pessoas que vão representar-nos  
d. as pessoas que nos vão representar

(462) b. \*nunca vêm nos chamar  
c. nunca vêm chamar-nos  
d. nunca nos vêm chamar

(463) b. \*homens que poderão me tirar isso

Paulino Soma Adriano

- c. homens que poderão tirar-me isso
- d. homens que me poderão tirar isso

- (464)
- b. \*porque querem se drogar
  - c. porque querem drogar-se
  - d. porque se querem drogar

Como se pode verificar, há, nas alíneas (d), a possibilidade de subida de clítico, pois, nestes contextos, embora o hospedeiro do clítico seja o verbo principal, este, o clítico, selecciona como hospedeiro o verbo auxiliar, em posição proclítica. No entanto, em Angola são frequentes estruturas como as que se apresentam nas alíneas (b).

Por último, importa notar que é também possível a próclise em estruturas que comecem com complexos verbais, como na primeira oração do enunciado (465a), no qual o primeiro verbo introduz uma oração não finita. No mesmo, o falante emprega o dativo *lhe* pelo acusativo *o*, o que se repete nas orações que se seguem. A proposta correspondente à norma europeia é a que se apresenta em (465b).

- (465)
- a. **\*lhe deixa experimentar** / não lhe deixa ? vou *lhe* queimar a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
  - b. deixa-o experimentar / não o deixas ? vou-*lhe* queimar a boca  
(ou *vou queimar-lhe a boca*) //



#### 5.9.4. Ainda sobre clíticos pronominais: supressão e inserção de clíticos em contextos de conjugação pronominal

Para terminar a abordagem sobre o emprego de clíticos no português falado em Angola, vejamos os seguintes enunciados:

(466) a. \*ouvimos queixas / como partido político que somos // muitos recorrem-se a nós para saber como é que fica a sua situação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

(467) a. \*[...] é através desta campanha que também estamos [-] aproveitar a simular a população como se votar // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

(468) a. ?chega // eu não me casei pra sofrer // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

É possível reparar que, nos mesmos, os clíticos realçados apresentam valor reflexo, mas têm como hospedeiro verbos que, na norma-padrão e nos contextos apresentados, dispensam esses clíticos. Assim, parece haver uma diversidade de verbos que, na variedade angolana, tendem a construir-se com os pronomes do paradigma reflexo (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção f). O emprego do verbo *casar*, por exemplo, está generalizado com o clítico pronominal. Note-se que em (467a) se omite a preposição *para* (cf. *simular a população vs. simular para a população*).

Naturalmente, na norma europeia os verbos acima seriam construídos sem o clítico, como nas alternativas que se seguem:

Paulino Soma Adriano

(466) b. ouvimos queixas / como partido político que somos // muitos recorrem a nós para saber como é que fica a sua situação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

(467) b. [...] é através desta campanha que também estamos a aproveitar a simular para a população como votar // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

(468) b. chega // eu não casei pra sofrer // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

Se por um lado há verbos que superfluamente se combinam com clíticos, por outro há também verbos nos quais se suprimem os clíticos do paradigma reflexo (cf. *Corpus*, Capítulo XII, Secção g), sendo estes necessários para uma estrutura gramatical da frase na norma europeia. É o que ocorre nos enunciados que se seguem:

(469) a. \*esses Angolanos conhecedores / se porventura manterem desunidos / Angola não vai desenvolver // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

(470) a. \*e hoje / eu ser um dos Angolanos presentes nessa obra / sinto muito orgulhoso / sinto muito orgulhoso mesmo porque amanhã poderei

Paulino Soma Adriano

falar aos meus filhos [...] que eu participei / pus a minha pedra na reabilitação deste país // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

(471) a. – [...] como é que se chama o aeroporto do Namibe ?

– \***esqueci** // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]

(472) a. \*há bastante tempo / **deslocávamos em** sítios distantes à procura de tratamento de várias doenças // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

(473) a. \*a minha filha veio **acompanhar** para votar [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Como se pode reparar, o fenómeno não se restringe às construções intransitivas de natureza incoativa que normalmente alternam com uma construção transitiva de natureza causativa (cf. *mantivemos o povo unido* vs. *o povo manteve-se unido* ou *Angola vai desenvolver um projecto* vs. *Angola vai desenvolver-se*), mas ocorre igualmente com outras classes semânticas de verbos que na norma europeia se constroem com o clítico *se* (quando na terceira pessoa). Observe-se o caso do enunciado (473a) em que o falante omite um clítico argumental com a função de complemento directo, que remete para a pessoa que fala (cf. *a minha filha veio acompanhar* vs. *a minha filha veio acompanhar-me*). Além disso, para se evitar a ambiguidade neste enunciado, entendemos que se torna necessário realizar foneticamente o pronome forte sujeito na segunda oração (cf. *para votar* vs. *para eu votar*).

As propostas alternativas para a norma europeia são as que se seguem:

Paulino Soma Adriano

(469) b. esses Angolanos cultos / se porventura se mantiverem  
desunidos / Angola não vai desenvolver-se (ou *Angola não se vai  
desenvolver*) //

(470) b. e hoje / eu ser um dos Angolanos presentes nessa obra / sinto-  
me muito orgulhoso / sinto-me muito orgulhoso mesmo porque amanhã  
poderei falar aos meus filhos [...] que eu participei / pus a minha pedra  
na reabilitação deste país //

(471) b. – [...] como é que se chama o aeroporto do Namibe ?  
– esqueci-me //

(472) b. há bastante tempo / deslocávamo-nos a sítios distantes à  
procura de tratamento de várias doenças //

(473) b. a minha filha veio acompanhar-me para eu votar [...] //

Gonçalves dá igualmente conta dos fenómenos em descrição na variedade de Moçambique. Quanto à inserção de clítico reflexo, a autora nota que, de um modo mais particular, se verifica que o clítico pronominal é inserido junto de verbos que descrevem experiências psicológicas ou físicas da entidade designada pelo SN sujeito. Acrescenta que o uso deste pronome se destina a assinalar que a entidade designada por esse SN é afectada pela acção descrita

pelo verbo (cf. Gonçalves, 2013:171). Parece ser igualmente este cenário que ocorre no português falado em Angola.

#### **5.9.5. Considerações finais sobre o fenómeno cliticização**

Naturalmente, o *corpus* recolhido e transcrito acerca da cliticização no contexto de Angola não permite observar todos os aspectos do fenómeno. Apesar disso, os dados evidenciados demonstram claramente que, além de outros aspectos, a cliticização é uma das áreas em que a variedade do português de Angola mais se diferencia da variedade europeia.

Como foi possível reparar, em Angola, contrariamente ao que acontece no contexto europeu, há a possibilidade de se produzir estruturas com o clítico em posição absoluta de início de enunciado (cf. *me diz* vs. *diz-me*). Este fenómeno pode, no entanto, ser marginalizado por falantes mais cultos. O mesmo não se pode dizer quando o clítico é inserido depois de um sujeito (cf. *ele me diz* vs. *ele diz-me*), cuja construção, normalmente, não é sentida como desviante. No que respeita a complexos verbais, uma construção muito generalizada é a inserção do clítico depois da preposição (*a*) em perífrases verbais que a requeiram (cf. *estou a me lavar* vs. *estou a lavar-me / estou-me a lavar*). Em complexos verbais que não requeiram a preposição, é ainda normal, mesmo em situações mais formais, a inserção do clítico entre o auxiliar e o verbo principal, como que se tratasse de subida de clítico (cf. *vai me vender o carro* vs. *vai vender-me o carro*). Contudo, nestas construções é difícil saber se o clítico surge em ênclise ao verbo auxiliar (*vai-me vender o carro*) ou em próclise ao verbo principal (*vai me-vender*). A ocorrência de ênclise em contextos de próclise, como observado, é um fenómeno que não se circunscreve à variedade angolana, revelando-se como sendo uma variação geral do português. Na generalidade, não é igualmente sentida como desviante a presença do clítico em início de orações coordenadas (*foi de férias e me deixou cuidar do cão* vs. *foi de férias e deixou-me cuidar do cão*).

Um outro fenómeno que merece destaque e que, ousamos afirmar, se traduz mesmo numa marca do português falado no contexto de Angola é a generalização do clítico dativo *lhe*, que pode inclusivamente ocupar, no enunciado ou na frase, o espaço do clítico acusativo *o* (cf. *conheço-lhe* vs. *conheço-o*).

Os dados orais gravados revelam uma insignificante ocorrência do clítico acusativo *o* (*a, os, as*), tendo sido possível transcrever apenas um caso em que o acusativo *o* é empregue de modo desviante, comparativamente à norma europeia. Todavia, os dados recolhidos podem igualmente explicar essa escassez do acusativo. Tal como notámos nesta secção, cinco fenómenos podem, cumulativamente, estar na causa da pouca ocorrência do acusativo: (i) a ocorrência do pronome forte *você* na posição de complemento directo, (ii) a realização frequente de SNs plenos em vez de SNs substituídos por um clítico, (iii) o não preenchimento do espaço no qual caberia o clítico de retoma do SN anterior com a função de complemento directo – complemento directo nulo, (iv) o emprego frequente do clítico dativo *lhe* em função de acusativo bem como o emprego do pronome forte *ele* igualmente em função de acusativo. Este último fenómeno, que foi pouco atestado no *corpus*, ocupa-nos muito brevemente mais abaixo, na secção 5.10.

Não foi igualmente possível abordarmos, nesta secção, a posição inter-verbal do clítico, ou seja, a mesóclise. Na verdade, estruturas com a mesóclise quase não ocorrem na oralidade, excepto no discurso de alguns poucos falantes, manifestamente cultos. Na generalidade, os falantes preferem recorrer a complexos verbais a empregar a mesóclise (cf. *vão-me fazer o favor* vs. *far-me-ão o favor*).

Ao que parece, a mesóclise é igualmente problemática na variedade europeia, mesmo em falantes escolarizados (cf. Santos, 2002). Importa aqui notar o facto de alguns dos resultados da Prova de Exame de Língua Portuguesa de 9.º ano, na 1.ª Chamada de 2011, em Portugal, terem revelado que os alunos não

tinham dificuldades na substituição de um item por um clítico em posição pré-verbal, isto é, em próclise (*não a representou*), tarefa bem executada por 70,6% dos alunos. O mesmo não aconteceu no caso da mesóclise (*dá-lo-ia*), tarefa executada por apenas 11,4% dos alunos (cf. Costa, 2011). Esta autora constata que o recurso à mesóclise é uma área de variação, mesmo entre falantes eruditos.

Por último, como foi possível observar, alguns verbos vão perdendo o clítico de valor reflexo (cf. *sinto orgulho vs sinto-me orgulhoso*) enquanto outros, que não são geralmente reflexos na norma europeia, vão ganhando reflexização (cf. *simular para a população como se votar vs simular para a população como votar*). As ocorrências críticas sobre cliticização que acabámos de tratar podem ser vistas no Capítulo XII do *Corpus* em anexo.

### **5.10. Outros casos atestados no corpus**

Nesta secção apresentamos, de relance, outros casos que podem ser observados em muitos enunciados gravados e transcritos que, como se verá, se traduzem igualmente em fenómenos que marcam a variedade do português em Angola, contribuindo para a sua divergência em relação à norma europeia.

#### **5.10.1. Não realização fonética de complementador subordinativo e realização supérflua do complementador *que***

Não é raro, no contexto de Angola, ouvir enunciados nos quais se omite o complementador subordinativo, mais comumente o complementador *que* (474a), (475a) e (476a), mas também o complementador *quando* (477a) (cf. *Corpus*, Capítulo XIII).

(474) a. \*estamos em crer [-] quando nós formos governo / estamos comprometidos com os senhores / estamos comprometidos com o povo angolano e queremos fazer o melhor // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(475) a. \*eu disse [-] eu sou livre // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 26.08.2012]

(476) a. \*vi que há muitas mães [-] estão a sofrer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]



Paulino Soma Adriano

- (477) a. \*com este novo horário que foi implementado / vai diminuir bastante o número de absentismo // por exemplo / eu estou aqui // cheguei [-] eram dezassete horas e trinta / dezoito horas // já registei a minha filha e na qual até já recebi a minha cédula // estou satisfeita // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

Se isolarmos apenas as partes desviantes em que focamos a nossa análise e as compararmos com as alternativas que obedecem à norma europeia, torna-se mais evidente a diferença.

- (474) b. \*estamos em crer quando nós formos governo  
c. estamos em crer que quando nós formos governo

- (475) b. \*eu disse eu sou livre  
c. eu disse que sou livre

- (476) b. \*há muitas mães estão a sofrer  
c. há muitas mães que estão a sofrer

- (477) b. \*cheguei eram dezassete horas e trinta  
c. cheguei quando eram dezassete horas e trinta

Repare-se que quando o complementador é *que*, este pode ser uma conjunção integrante, como nos enunciados (474) e (475), ou um pronome relativo, como no enunciado (476).

Paulino Soma Adriano

Se por um lado se constata a omissão do complementador subordinativo, há, por outro lado, contextos em que o complementador subordinativo – *que* – é enfático, pois não se constitui num nexos dos termos do enunciado. É o que ocorre nos seguintes enunciados:

(478) a. \*é por isso [-] para quem **que** não sabe ler / pode vir para estudar // ainda há tempo // [TPA1, Angola Magazine, 22.08.2012]

(479) a. \*nada de mal **que** vai nos acontecer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

Note-se que no enunciado (478a) omite-se o complementador *que* depois da expressão *é por isso*. Comparemos as unidades nas quais estamos a focar a nossa atenção com as alternativas que obedecem à norma europeia:

(478) b. \*é por isso para quem que não sabe ler  
c. é por isso que para quem não sabe ler

(479) b. \*nada de mal que vai nos acontecer  
c. nada de mal vai-nos acontecer (ou *vai acontecer-nos*)

Estes casos da não realização fonética do complementador e da sua realização supérflua, embora escassos no *corpus*, reflectem-se mais frequentemente na

fala de pessoas pouco ou não escolarizadas, mas podem igualmente ser detectados em textos literários<sup>40</sup>.

### 5.10.2. Alguns aspectos sobre emprego do advérbio relativo *onde*

De acordo com a tradição gramatical, o advérbio relativo *onde*, também designado, noutras terminologias, por pronome relativo, desempenha a função de adjunto adverbial ou complemento circunstancial (equivale ao *lugar em que, no qual*). Quando se combina com verbos que regem as preposições *a, de, para* e *por* apresenta as formas *aonde, donde, para onde* e *por onde*, respectivamente. Nesta lógica, o adjunto adverbial de lugar também pode ser de lugar *onde* (480), de lugar *aonde* (481), de lugar *donde* (482), de lugar para *onde* (483) e de lugar *por onde* (484).

(480) *No ano passado estive em Évora (onde).*

(481) *No próximo ano irei a Évora (aonde).*

(482) *Estou a vir de Évora (donde).*

(483) *Levei a família para Évora (para onde).*

(484) *Passei por Évora (por onde).*

Já referimos, na secção 5.7., que no contexto de Angola quase não se faz a diferença das preposições locativas *a* (cf. *ir a Évora*), que denota menos demora, e *para* (cf. *ir para Évora*), que denota mais demora ou permanência. O que se acrescenta é que, de igual modo, são frequentemente ocorrentes as formas *aonde, donde* e, com apenas um caso no *corpus*, *por onde*, mesmo que

---

<sup>40</sup> José Luandino Vieira *apud* Carrasco (1988:92-93): O coração parece ia-lhe saltar do peito vs O coração parece que ia-lhe saltar do peito; Uma mulher disse a velha parece estava chalada vs Uma mulher disse que a velha parece que estava chalada; ninguém que se acusou vs. ninguém se acusou.

o verbo empregue não seleccione estas preposições. Por outras palavras, pode ocorrer *aonde*, *donde*, *por onde* em contextos em que devia ocorrer *onde* (cf. *Corpus*, Capítulo XIV).

Quanto à forma *aonde*, vejamos os seguintes enunciados:

(485) a. \*eu quero apelar a todos militantes / de Cabinda ao Cunene / ali **aonde** **tem** um comunista / deve apoiar e votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

(486) a. \*este jovem não precisou [-] deslocar-se a um destes sítios **aonde** estão dispostos cadernos eleitorais // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

(487) a. \*então tenha já o cuidado de dirigir-se na mesa **aonde** consta o seu nome // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Abaixo comparamos apenas as unidades em foco com as formas correspondentes na norma europeia. Nas alíneas em (b), contrasta-se a unidade retirada dos enunciados em análise com outras unidades equivalentes nas quais se apresenta mais claramente a impossibilidade de, na norma europeia, a preposição *a* se combinar com os verbos presentes nos mesmos.

(485) b. \*ali aonde tem um comunista vs. \*no lugar ao que tem um comunista  
c. ali onde há um comunista vs. no lugar em que há um comunista

Paulino Soma Adriano

- (486) b. \*aonde estão disposto cadernos eleitorais vs. \*ao que lugar estão dispostos os cadernos eleitorais  
c. onde estão dispostos cadernos eleitorais vs. em que lugar estão dispostos os cadernos eleitorais

- (487) a. \*na mesa aonde consta o seu nome vs. \*na mesa a que consta o seu nome  
b. na mesa onde consta o seu nome vs. na mesa em que consta o seu nome

Embora, nos enunciados supra tenhamos verbos estáticos, o *corpus* parece revelar que a forma *aonde* do advérbio relativo ocorre também com locuções verbais cujo auxiliar é o verbo *ir*, como se dá nos enunciados que se seguem:

- (488) a. \*ele diz que está satisfeito por já ter confirmado o local **aonde** vai votar // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

- (489) a. \*cada membro deve saber **aonde** é que vai votar // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]

- (490) a. \*cada membro deve saber **aonde** é que vai votar / e também eu vim aqui constatar / porque eu vivo aqui no Kazenga e devo antes vir consultar onde eu vou votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Como se pode notar, o emprego do advérbio relativo acima realçado pressupõe analisar o verbo *votar* como transitivo indirecto, isto é, como que seleccionasse um SP encabeçado pela preposição *a* (cf. *\*vai votar ao local*), o que não é o caso, pois, nestes contextos, o verbo *votar* seleccionaria, na norma europeia, um SP encabeçado pela preposição *em* (cf. *vai votar no local*), cuja função sintáctica é a de complemento oblíquo, ou, na tradição gramatical, a de complemento circunstancial de lugar, como se pode contrastar nos enunciados reduzidos que se seguem:

- (488) b. *\*o local aonde vai votar vs. \*o local ao que vai votar*  
c. *o local onde vai votar vs. o local em que vai votar*

- (489) b. *\*aonde é que vai votar vs. \*ao que lugar vai votar*  
c. *onde é que vai votar vs. em que lugar vai votar*

A estrutura em (490) é idêntica à que consta em (489). Escusa-se, por isso, uma outra comparação.

Com base no *corpus*, percebe-se que pode haver variação no mesmo falante. É o caso do enunciado (490) no qual o falante começa por empregar a estrutura *aonde é que vai votar*, mas empregando, posteriormente, a estrutura *onde eu vou votar*.

O que se descreveu acerca da forma *aonde* do advérbio relativo é também o que ocorre com a forma *donde*, que pode combinar-se igualmente com verbos que não seleccionam a preposição *de*, como nos enunciados que se seguem:

Paulino Soma Adriano

(491) a. \*assim / evitamos mais aquela bicha [...] / ir **donde** a gente não está escalado // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]

(492) a. \***donde** é que eles enterraram o líder ? porque o líder é que conhecia esses soldados todos que estavam no norte // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]

(493) a. \*o Partido é **donde** nascemos / **donde** nasceram os nossos pais // e é **donde** vamoØ nascer<sup>41</sup> os nossos filhos para sempre // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

No enunciado (492a) a expressão *onde* é um advérbio interrogativo, o que nos faz pensar que os fenómenos em descrição não ocorrem apenas quando *onde* é relativo, mas também quando é interrogativo.

Isolando apenas as unidades em que estamos a focar a nossa análise e seguindo a mesma lógica tida em conta nos enunciados precedentes, podemos mais claramente observar as diferenças das construções em Angola com as da norma europeia:

(491) b. \*ir donde a gente não está escalado vs. \*ir de um lugar em que a gente não está escalado

---

<sup>41</sup> Embora o *corpus* não ateste mais enunciados com o verbo *nascer*, importa notar que está generalizado, no Português falado em Angola, o emprego deste verbo como transitivo directo (cf. *nascer os nossos filhos*).

Paulino Soma Adriano

c. ir aonde a gente não está escalado vs. ir a um lugar em que a gente não está escalado

(492) b. \*donde é que eles enterraram o líder vs. \*de que lugar é que eles enterraram o líder

c. onde é que eles enterraram o líder vs. em que lugar é que eles enterraram o líder

Se tivermos em conta que a tradição gramatical associa o emprego de *onde* apenas quando este se refere claramente a um lugar<sup>42</sup>, então o enunciado (493a) não cumpre com esse pormenor, além do facto de, na norma europeia, o verbo *nascer* não ser transitivo directo. Uma possível proposta para a norma padrão é a que se segue:

(493) b. é o Partido em que nascemos, em que os nossos pais nasceram e em que os nossos filhos vão nascer

Um outro fenómeno que não é raro, sobretudo na fala de pessoas pouco escolarizadas, é a inserção do complementador *que* depois de *onde* (494a), (495a), *aonde* (496a), *donde* (497a) e *por onde* (498a), tomando a forma *onde que*, *aonde que*, *donde que* e *por onde que*. Abaixo estão alguns enunciados com as respectivas alternativas para a norma europeia.

---

<sup>42</sup> O pronome relativo *onde* caracteriza-se por ser semanticamente locativo (i. e., possui o traço [+lugar]). Esta propriedade impõe dois requisitos: (i) o seu antecedente (explícito ou implícito) tem de denotar um lugar e (ii) o valor semântico do pronome



Paulino Soma Adriano

- (494) a. \*e aqui mesmo **onde que** nós estamos passaram muitos //  
[TPA1, Telejornal, 22.08.012]  
b. e aqui mesmo onde nós estamos
- (495) a. \*já sei **onde que** vou trabalhar // na Escola Primária número  
setenta e seis [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições,  
30.08.2012]  
b. já sei onde vou trabalhar
- (496) a. \*o povo conhece **aonde que** vai votar / o povo conhece **aonde  
que** vai / como o passarinho **conhece no** pau onde costuma dormir //  
[RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]  
b. o povo conhece onde vai votar / o povo conhece aonde vai
- (497) a. \*eu sofri na mata do Kazambula Mambo // todo mundo conhece  
// eu / na área do Kolongongo / **donde que** eu nasci / **donde que** eu  
cresci / com tanta guerra / com tanto sofrimento / com a chuva / nós  
sofremos na guerra [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]  
b. onde eu nasci / onde eu cresci
- (498) a. \*[...] tem que confirmar e escolher o sítio **por onde que** pode  
votar e que possa [-] escolher um novo governo // [TPA1, Angola a  
Caminho das Eleições, 30.08.2012]  
b. [...] tem que confirmar e escolher o sítio onde pode votar

Note-se, mais uma vez, a variação no mesmo falante quanto ao enunciado (496a), no qual figuram, por duas vezes, as formas *aonde que*, mas surge também a forma *onde* (cf. *onde costuma dormir*), empregue em conformidade com a norma europeia.

Relativamente a estas construções, particularmente quando *onde* é interrogativo, Brito, Duarte e Matos já haviam observado que as mesmas eram possíveis no português brasileiro e no português moçambicano coloquiais e ainda no francês popular (cf. *où que tu vas?*) (cf. Brito, Duarte, Matos, 2003:466). Com este estudo, fica aqui a prova de que tais construções são igualmente possíveis em Angola, mesmo em frases não interrogativas.

Em suma, foi possível observar que em Angola, mesmo quando *onde* tem valor semântico locativo estático, que, por isso, requer tipicamente a preposição *em* (lugar onde / em que), pode vir precedido das preposições *a* e *de* ou, conforme o *corpus*, mais raramente, da preposição *por*. É igualmente possível a inserção supérflua do complementador *que* depois do advérbio relativo *onde*, incluindo as suas formas *aonde*, *donde*, resultando nas construções *onde que*, *aonde que* e *donde que*, mas também *por onde que*.

Os casos que ocorreram em relação ao emprego desviante do advérbio relativo *onde* podem ser observados no Capítulo XIV do *Corpus* em anexo.

### **5.10.3. Omissão do artigo definido depois do quantificador universal *todos* e antes de determinantes possessivos**

Nesta secção, apresentamos alguns casos nos quais há obrigatoriedade do emprego do artigo definido à luz da norma europeia, isto é, quando este, o artigo, é antecedido do quantificador universal *todos*, assim como no que respeita ao seu emprego antes de determinantes possessivos.

Com base na tradição gramatical, o quantificador *todos* (no plural), antes de SNs, é obrigatoriamente seguido de um artigo definido quando o espaço deste não é ocupado por determinantes (demonstrativos e possessivos). Considere-se a gramaticalidade do exemplo em (499) e a agramaticalidade do exemplo em (500).

(499) *O aluno leu todos os livros.*

(500) *\*O aluno leu todos livros.*

Nas palavras de Cunha e Cintra «No plural, anteposto ou posposto ao substantivo, *todos* vem acompanhado de artigo, a menos que haja um determinativo que o exclua.» (Cunha e Cintra, 1999:232)

Acontece, porém, que, em Angola, são frequentes enunciados que se constroem com o quantificador *todos* nos quais se omite o artigo definido, isto é, o artigo definido não é foneticamente realizado. Tal fenómeno é evidente não apenas no discurso de falantes pouco escolarizados, mas também no de falantes cultos. É o que ocorre nos seguintes enunciados ilustrativos, que retirámos do *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo XV, Secção a):

(501) a. **\*todos [-] Angolanos** terão emprego // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

(502) a. *\*este dia é um dia muito importante / é o dia do voto / é o dia [-] que **todos [-] Angolanos** poderão escolher o seu presidente / que poderá resolver **todos [-] problemas** do nosso país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]*

Paulino Soma Adriano

- (503) a. \*então vai-se fazer um mercado novo [...] que é para  
contemplar **todas [-] vendedoras** // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (504) a. \*[...] será que **todos [-] partidos** que perderem vão usar uma  
atitude de impugnação ? penso que isto é mau // [TPA1, Programa  
Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (505) a. \*eu quero apelar a **todos [-] militantes** / de Cabinda ao  
Cunene / ali **aonde tem** um comunista / deve apoiar e votar no Partido  
// [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Como se pode observar, em todos os enunciados precedentes haveria, na norma europeia, a obrigatoriedade de empregar o artigo definido nos espaços representados por [-] (cf. \**todos angolanos* vs. *todos os angolanos*; \**todos problemas* vs. *todos os problemas*; \**todas vendedoras* vs. *todas as vendedoras*; \**todos partidos* vs. *todos os partidos*; \**todos militantes* vs. *todos os militantes*). Importa ainda notar que estas construções desviantes à norma europeia podem ser atestadas em alguns dos escritores Angolanos.

O *corpus* atesta também alguns casos nos quais os falantes não empregam o artigo definido antes do determinante possessivo<sup>43</sup> (cf. *Corpus*, Capítulo XV,

---

<sup>43</sup> De acordo com Cunha e Cintra, «A presença do artigo antes de pronome adjectivo possessivo ocorre com menos frequência no português do Brasil do que no de Portugal, onde [...] ela é praticamente obrigatória.» (Cunha e Cintra, 1999:216) SPANOGHE constata que «segundo alguns autores, a ausência de artigo definido antes de possessivo seria um arcaísmo, e, por conseguinte, uma sequela do português do século XVI, língua veicular de todas as variedades do português. Para outros autores, a ausência do artigo definido antes de possessivo seria fruto de uma criação do português do Brasil – um verdadeiro Brasileirismo – não tendo nada a ver com a língua portuguesa do século XVI.» SPANOGHE (1998:62-63)

Secção b). A tradição gramatical prevê algumas exceções, ou seja, admite e, às vezes, impõe a ocorrência do determinante possessivo sem o artigo (cf. p. e. Cunha e Cintra, 1999:216-217)<sup>44</sup>. Contudo, nos enunciados abaixo, seria obrigatório, na norma europeia, o emprego do artigo antes dos possessivos, cujas estruturas alternativas apresentamos em (b):

(506) a. ?devemos votar para eleger [-] **nossos futuros líderes** //  
[TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

b. devemos votar para eleger os nossos futuros líderes

(507) a. ?eu quero abrir [-] **minha empresa** / por pequena que seja [...] //  
[RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]

b. eu quero abrir a minha empresa

(508) a. ?[-] **teu voto** aqui é a garantia de terra para ti e teus filhos //  
[TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

b. o teu voto aqui é garantia de terra para ti e teus filhos

(509) a. ?vou ajudar [-] **minha família** / [...] // [RH, Huila em Movimento,  
05.09.2012]

b. vou ajudar a minha família

---

<sup>44</sup> Estes autores referem que o artigo é sistematicamente omitido quando o possessivo faz parte de uma fórmula de tratamento, de um vocativo e de expressões feitas.

Paulino Soma Adriano

- (510) a. ?[-] vosso voto é na Organização / no número # // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]  
b. o vosso voto é na Organização / no número #

Assim, nos espaços representados por [-] nos enunciados acima, deve, na norma europeia, figurar o determinante artigo. Importa, todavia, afirmar que o *corpus* atesta poucas construções nas quais se omite o artigo antes de possessivos. Fica, mesmo assim, a evidência de que há a possibilidade de ocorrerem construções do género, isto é, sem o artigo antes do possessivo. É igualmente evidente a possibilidade de ocorrerem construções com o quantificador universal – *todos* – sem que este seja seguido de artigo, como preceitua a tradição gramatical com base na norma-padrão europeia.

#### 5.10.4. **SP *para mim* + verbo infinitivo por SP *para eu* + verbo infinitivo**

Em Angola, o SP *para mim*, de valor oblíquo, constrói-se frequentemente com o verbo no infinitivo, alternando, deste modo, com a forma adequada à norma europeia, isto é, com o SP *para eu* + verbo infinitivo. Cunha e Cintra já se referiram a construções idênticas para o caso do Brasil. Afirmam que a construção em (511), bem como a que figura em (512) são perfeitamente correctas. Do cruzamento das duas surgiu uma terceira, em (513), que tem sido condenada por gramáticos e professores do idioma. (cf. Cunha e Cintra, 1999:300)

- (511) *Isto não é trabalho para eu fazer*  
(512) *Isto não é trabalho para mim*  
(513) *\*Isto não é trabalho para mim fazer*

De facto, a estrutura constante em (513) é igualmente vulgar em Angola. O nosso *corpus* atesta apenas três casos (cf. *Corpus*, Capítulo XVI). Todavia, é no registo popular e familiar de algumas pessoas cultas, bem como na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas que mais se observa a mesma. Para o efeito, apresentamos abaixo os enunciados que constituem o *corpus*:

(514) a. \*está me falar **para mim não votar** porque eu se actualizei lá no Lubango [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(515) a. \*eu estou aqui com a minha mãe doente e não tinha mais tempo **para mim ir votar** lá no Lubango // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(516) a. \*[votei] para o desenvolvimento do país / **para mim conhecer** o que vem no futuro // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

O pronome oblíquo tónico *mim*, nos enunciados supra, deve, na norma europeia, ser substituído pelo pronome forte ou recto *eu*, como se pode contrastar nas estruturas abaixo, que têm em conta apenas as unidades acima realçadas.

(514) b. \*para mim não votar  
c. para eu não votar

Paulino Soma Adriano

- (515) b. \*para mim ir votar  
c. para eu ir votar

- (516) b. \*para mim conhecer  
c. para eu conhecer

#### 5.10.5. A locução preposicional “*de acordo com*”

No contexto angolano, a locução preposicional *de acordo com* parece alternar com a forma de *acordo o*, caindo, deste modo, a preposição *com*, como se exemplifica em (517) e (518):

- (517) *De acordo com o autor, a amostra é representativa.*  
(518) *\*De acordo o autor, a amostra é representativa.*

No *corpus* foi possível observar seis (6) ocorrências que estão em conformidade com o exemplo em (518), das quais abaixo apresentamos cinco (5) (cf. *Corpus*, Capítulo XVII). Nas alíneas (b) está apenas a unidade realçada em (a), conforme a norma europeia.

- (519) a. \*[...] agora / **de acordo o nosso tema** / quando eu penso que estou na associação como líder para satisfazer os meus interesses pessoais / aí sim / aí começa a haver dificuldades // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]  
b. de acordo com o nosso tema



Paulino Soma Adriano

- (520) a. \*ultimamente o negócio não está assim **de acordo o que era** [//] da forma que era antes // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012, 20h00]  
b. de acordo com o que era
- (521) a. \*vão atribuir essas casas **de acordo o** regulamento que a Casa Social das FAA tem **com** relação aos condomínios // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]  
b. de acordo com o regulamento
- (522) a. \*para acompanhamento e controlo das respectivas embarcações / nós temos uma pequena frota de patrulhamento que **ela** exerce a função de patrulhamento **de acordo as** nossas necessidades em toda a costa marítima // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]  
b. de acordo com as nossas necessidades
- (523) a. \*vimos que cada um está perfilado **de acordo a** ordem de chegada // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]  
b. de acordo com a ordem de chegada

É, assim, possível constatar que a locução preposicional *de acordo com* ocorre, não raras vezes, sem a preposição *com*, tomando a forma *de acordo* + artigo definido, o que a torna desviante em relação à norma europeia.

**5.10.6.        *Ele dativo / acusativo e dele em vez de seu***

O *corpus* atesta escassos casos dos fenómenos acima, isto é, do emprego do pronome forte *ele* com valor dativo / acusativo (cf. *encontrei ele / a ele na escola vs. encontrei-o na escola*), assim como com valor genitivo, isto é, exprimindo posse e ocupando a posição dos pronomes possessivos, sendo, neste caso, necessariamente contraídos com a preposição *de* (cf. *o carro dele vs. o seu carro*). Temos, porém, consciência de que os mesmos fenómenos são ocorrentes em Angola, com alguma frequência, na fala de pessoas pouco escolarizadas ou com escolarização nula. Vejam-se os seguintes enunciados (cf. *Corpus*, Capítulo XVIII):

(524)     a. \*aquele que ganhar / saber ganhar / porque o povo escolheu **a**  
**ele** // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(525)     a. \*já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a  
população angolana / hoje em dia / é mais composta por jovemØ  
então eu peço **a eles** que adiram [-] esta campanha // [TPA1, Angola a  
Caminho das Eleições, 14.08.2012]

(526)     a. \*[...] o voto é segredo // cada cidadão vota o partido **dele** //  
[TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(527)     a. \*essas empresas terão que ter consciência mínima de fazer  
com que o lixo **dele vai** para ali já bem depositado // [RH, Jornal de  
Notícias, 05.07.012]

Conforme se pode notar, no enunciado (524a) o verbo *escolher* é transitivo directo, mas selecciona o SP (*a ele*). Em Angola, se há a possibilidade de verbos transitivos directos seleccionarem uma preposição antes do pronome forte *ele*, não são impossíveis frases que se constroem sem a preposição (cf. *o povo escolheu ele*). Estas construções, tal como já considerámos na secção dedicada à cliticização (cf. 5.9), concorrem para a pouca ocorrência do clítico acusativo *o* (e variações morfológicas). Assim, partindo da unidade em que focamos a nossa atenção (524b), observamos a possibilidade da sua construção sem a preposição (524c) e, já em conformidade com a norma europeia, a possibilidade de substituir o pronome forte *ele* pelo clítico acusativo *o* (524d) ou, também, a possibilidade de redobro do clítico, como em (524e). Contudo, são igualmente raras as estruturas nas quais se observa o redobro do clítico em Angola.

- (524)    b. \*o povo escolheu a ele  
          c. ?o povo escolheu ele  
          d. o povo escolheu-o  
          e. o povo escolheu-o a ele

No enunciado (525a), observa-se que o verbo *pedir* selecciona dois argumentos internos (*pedir o quê a quem*). Logo, é menos marcado o SP (*a ele*). Contudo, partindo da unidade desviante (525b), podemos verificar a possibilidade de substituição do SP (*a eles*) pelo clítico dativo *lhes* (525c). Note-se, por outro lado, que o verbo *aderir* deve reger a preposição *a*.

- (525)    b. \*eu peço a eles que adiram esta campanha  
          c. eu peço-lhes que adiram a esta campanha

Nos enunciados (526a) e (527a), a expressão *dele* é substituível pelo pronome possessivo *seu*. No contexto de Angola, estas formas nem sempre aparecem para realçar a ideia de posse, visando a clareza ou a ênfase. Elas surgem, não raras vezes, sem necessidade, substituindo o possessivo. Note-se que, partindo das unidades desviantes (526b) e (527b), se substituiria, na norma europeia, a expressão *dele* pelo possessivo *seu*, como em (526c) e (527c).

- (526)    b. ?cada cidadão vota o partido dele  
          c. cada cidadão vota o seu partido

- (527)    b. \*fazer com que o lixo dele vai para ali  
          c. fazer com que o seu lixo vá para ali

#### **5.10.7.        Perífrase verbal *ir + ir + verbo pleno***

O verbo *ir* faz parte da lista dos verbos auxiliares que, numa dada estrutura, contribui com informação nos domínios semânticos do tempo. Por isso, Gonçalves e Raposo consideram-no como um verbo auxiliar temporal, ao lado de *haver (de)*. (cf. Gonçalves e Raposo, 2013:1225)

Na fala de pessoas pouco escolarizadas ou mesmo com escolarização nula ouve-se, não raras vezes, estruturas nas quais o verbo auxiliar *ir* entra na formação de uma perífrase verbal com outro verbo *ir*, sendo que o primeiro se apresenta numa forma finita, isto é, no presente do indicativo, e o segundo está sempre no infinitivo. Estes dois constituem-se nos auxiliares de um verbo pleno. É o que ocorre, por exemplo, nos seguintes dois casos atestados no *corpus* (cf. *Corpus*, Capítulo XIX):

Paulino Soma Adriano

(528) a. \*eu vou no Namibe // you ir conhecer lá porque eu não  
conheço // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]

(529) \*dia trinta e um não vou vender // [...] you ir votar // [TPA1,  
Telejornal, 16.08.2012]

Se atentássemos mais detidamente na formação do futuro, assunto que não nos ocupou nesta dissertação, notaríamos que o *corpus* encerra imensas construções com o futuro composto formado com o verbo *ir* como fuga manifesta ao futuro do presente simples (cf. *vou estudar* vs. *estudarei*). Assim, não podendo empregar o verbo auxiliar *ir* no futuro do presente (cf. *irei votar*), alguns falantes recorrem à repetição deste verbo (cf. *vou ir votar*). Note-se que, partindo das formas anómalas (528b) e (529b), na norma europeia ou se retiraria das perífrases acima realçadas o verbo *ir* no infinitivo, como em (528c) e (529c) ou se teria uma perífrase formada pelo verbo *ir* no futuro do presente simples, como em (528d) e (529d).

(528) b. \*vou ir conhecer lá  
c. vou conhecer lá  
d. irei conhecer lá

(529) b. \*vou ir votar  
c. vou votar  
d. irei votar

Paulino Soma Adriano

Podemos assim inferir que há a possibilidade, no português falado em Angola, sobretudo no de pessoas pouco e não escolarizadas, alguma tendência de construir perífrases verbais tendo em conta a estrutura *ir + ir + verbo pleno*. O primeiro auxiliar fica no presente do indicativo e o segundo, no infinitivo.

## **CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

Discutir a situação do português em Angola pressupõe considerar essencialmente duas vertentes: a vertente extralinguística, que deve dar conta de factores como as questões históricas, sociolinguísticas, socioculturais e geográficas do público falante de português no país, e a vertente intralinguística, que deve dar conta de estruturas desta língua, com particular atenção às que divergem, em certa medida, de outras normas.

Esta dissertação não se traduziu, como acautelámos no princípio, em resposta cabal para este assunto. Contudo, não deixa de ser um contributo para se ter uma noção das duas vertentes acima aludidas. De facto, as realidades de Portugal e de Angola não são, de modo algum, as mesmas e, conseqüentemente, um e outro povo moldam a língua de modo nem sempre convergente. A variação, que é inerente a todas as línguas naturais e vivas, origina a existência de diferentes variedades de uma mesma língua. Este trabalho demonstrou que, em muitos aspectos morfossintáticos, o português falado em Angola vai divergindo do de Portugal. Naturalmente, muitos fenómenos aqui descritos também ocorrem na realidade europeia.

A discussão feita leva-nos a concluir que a imposição da norma-padrão europeia, como sendo a ideal, mas que não é atingida pela maior parte dos Angolanos, e a emergência de uma norma própria do português, em Angola, na qual se revêem as suas produções, desencadeiam uma situação crítica. De facto, é utópico que o ideal linguístico em Angola seja a norma-padrão europeia, uma vez que os dois povos moldam a língua de modo diferente. Deste modo, urge a necessidade de se efectuar um longo caminho que é o do estabelecimento de uma norma-padrão de Angola, o que pressupõe, necessariamente, uma nova política linguística. Estas afirmações não devem servir de argumentos para pensamentos que pretendam romper totalmente

com a norma-padrão europeia, julgando que tudo quanto seja desviante se deva traduzir na norma-padrão do português de Angola. Uma escala de aceitabilidade torna-se necessária, pois ter uma norma própria não deve significar romper completamente com a norma da qual evoluiu e continua a evoluir a variedade angolana do português.

Como foi possível discutir no corpo deste trabalho, embora se reconheça que, à luz do gerativismo, todas as línguas são passíveis de análises e se constituem em objectos perfeitos de comunicação para as suas comunidades, o que é igualmente válido para as variedades de uma mesma língua, por razões não linguísticas, isto é, por razões históricas, sociais, geográficas e culturais, os falantes elegem uma norma que lhes serve de modelo, de ideal linguístico. Esta eleição desencadeia, por sua vez, juízos de valor acerca dos usos da língua, marginalizando, amiúde, aqueles que, sobretudo em situações de comunicação formal, não façam um uso da língua que esteja em conformidade com a norma eleita. Se em Angola a norma eleita é a norma-padrão europeia, parece inevitável o surgimento de uma crise normativa a que fizemos referência neste estudo, pois a escola, que é a guardiã e difusora da norma, parece estar a difundir uma norma que quase nunca é, na prática, observada pelos falantes.

Como foi possível evidenciar, muitos enunciados transcritos e apresentados neste trabalho foram produzidos por falantes escolarizados: políticos, jornalistas, professores, entre outros. Segundo conseguimos apurar, foram poucos os falantes que não dispunham de alguma formação.

Com base no *corpus*, é, de certo modo, elevada a recolha que se efectuou acerca da omissão da marca de plural no adjectivo e no nome, bem como, mais escassamente, nos determinantes, evidência de que este fenómeno, embora seja mais frequentemente ocorrente na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas, é também verificável na fala de pessoas cultas. Parece haver igualmente alguma crise no que respeita à concordância verbal, pois, como se



notou, não se afigurou difícil, por exemplo, recolher casos de concordância ideológica pela concordância sintáctica, além de outros mais inusitados, como é o facto de o verbo figurar na terceira pessoa, mas referir-se à primeira. Não menos críticas são as questões sobre regência verbal, mais particularmente sobre os complementos verbais preposicionados. Vários cenários parecem desenhar-se neste capítulo, desde a substituição de preposições, passando pela inserção de preposições supérfluas, até à sua supressão. Assim, verbos transitivos directos podem seleccionar SPs e verbos transitivos indirectos podem seleccionar SNs. Desta constatação infere-se que, do ponto de vista morfossintáctico, é possível detectar algumas divergências entre a variedade angolana e a norma europeia.

Na verdade, a localização geográfica de Angola e o seu mosaico linguístico, assuntos discutidos no capítulo II, são factores relevantes que desencadeiam a variação linguística e as consequentes divergências entre a variedade angolana do português e a variedade europeia. Quanto às divergências entre o português de Angola e o de Portugal, vários estudiosos estão já convictos de que a variedade que se fala hoje em Angola diverge significativamente da que se fala em Portugal, assunto discutido no capítulo III.

Naturalmente, a referida variação, que é inevitável, deve levar-nos a reflectir em critérios e procedimentos para a normalização do português em Angola.

Uma possível normalização, como defendemos neste trabalho, deve acautelar que o nosso subcódigo seja inteligível em relação aos outros subcódigos da mesma língua. Assim, devem prevalecer as forças da variação linguística, mas também as da conservação, considerando o facto de uma e outra concorrerem para que a língua portuguesa continue a ser enriquecida e prevaleça como um património que pertence a diferentes comunidades linguísticas, sendo, consequentemente, moldada de forma diferente, o que não pressupõe que tenha de se crioulizar ou de se transformar em novas línguas, ininteligíveis.

Com efeito, há muito do que se considera «errado» no português falado em Angola, mas que, na prática, já está consagrado pelo uso e vai ganhando espaço, também, na escrita. Como discutimos ao longo deste estudo, nem todo o erro deve ser promovido à norma no seu sentido normativo. A sua generalização e o nível académico das pessoas que o acolhem devem ser critérios a ter em conta.

Como foi possível notar, o português tem um grande ascendente em relação a outras línguas faladas em Angola, maioritariamente de origem *bantu*, quer em termos de abrangência geográfica quer demográfica. Os diversos papéis que desempenha parecem concorrer para coarctar o uso das designadas «línguas nacionais». Na realidade, é o português que melhor se reveste da função de língua nacional em Angola. Porém, há que encontrar mecanismos para que as línguas africanas angolanas não sejam relegadas para o esquecimento e, assim também, para um lento desaparecimento, sob pena de perdermos uma parte significativa, se não mesmo o fundamento, dos nossos valores culturais e da nossa identidade.

Este trabalho, como foi possível notar, não coloca a sua ênfase em dados estatísticos nem se posiciona num dado registo, mas tenta dar conta de alguns dos desvios mais frequentes na realidade angolana, podendo servir de mola impulsadora para futuras pesquisas que queiram aprofundar muitos dos temas aqui descritos, apresentando, eventualmente, dados estatísticos e comparando-os com as ocorrências que se revêem na norma-padrão europeia, bem como proceder a uma divisão mais rigorosa do registo em descrição.

Assim sendo, e uma vez ter sido possível, neste trabalho, observar que as estruturas descritas são, de facto, possíveis no contexto de Angola, sugerimos que futuros estudos se ocupem mais particularmente de alguns dos temas aqui descritos, recolhendo, para o efeito, um *corpus* representativo a partir de informantes rigorosamente seleccionados, o que possibilitará observar a variável sociolinguística. Deste modo, esses estudos estariam a garantir o

critério da homogeneidade em relação aos assuntos abordados e ao registo em questão, havendo, neste caso, plausibilidade no tratamento estatístico dos dados que constituem o *corpus*.

Sugere-se, por outro lado, que estudos baseados num *corpus* oral sejam levados a cabo no contexto de Angola, como uma forma de tornar mais sólidas as inferências que têm sido feitas acerca do que é, verdadeiramente, o português de Angola, até então baseadas sobretudo em textos literários de escritores angolanos, quando os referidos estudos contam com um *corpus*.

A normalização do português em Angola é uma necessidade premente. Temos consciência de que se trata de um processo a longo prazo, mas que precisa de ser iniciado. Um passo significativo a esse respeito, para o qual julgamos ter contribuído com o presente estudo, é, sem sombra de dúvidas, levar a cabo pesquisas tendentes à descrição dessa língua na realidade em referência. Assim, estudos como o que aqui acabámos de apresentar podem igualmente ser realizados no âmbito do léxico, bem como no da fonética e fonologia.

O presente trabalho encerra diferentes estruturas que, no âmbito da morfossintaxe, se revelaram desviantes em relação à norma-padrão europeia. Algumas, uma vez aprofundadas à luz de estudos sociolinguísticos, podem, eventualmente, ser elegíveis para fazerem parte da norma do português de Angola. Neste sentido, afiguram-se necessários outros estudos descritivos desta variedade. Estes deverão servir de suporte à tomada de decisões plausíveis e exequíveis no âmbito da política linguística e no da linguística educacional em relação ao português.



## BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2005), *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- AA. VV. (2007), *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses*, Lisboa: Texto Editores, Lda.
- ADRAGÃO, José Victor (1998), “Uma Língua – Várias Culturas: que Ensinar?”, in: *VIII Encontro da Associação de Língua Portuguesa* (Vol. 1). Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, (383-390).
- ADRIANO, Paulino Soma (2009), *Texto Expositivo-Argumentativo: um Contributo para Melhorar o Processo de Ensino-Aprendizagem dos Alunos da 11ª Classe do Curso de Ciências Económico-Jurídicas*, Dissertação de Licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla.
- ADRIANO, Paulino Soma (2014), *O Professor de Língua portuguesa como revisor de textos: os Casos da Cliticização e da Regência verbal – que Atitude Normativa em Angola?* Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- ANDERSON, Stephen. (1982). *Where's Morphology? - Linguistic Inquiry* 13:571-612.
- ANTUNES, Sandra, VELOSO, Rita, MENDES, Amália e BACELAR DO NSCIMENTO, Maria Fernanda (2011) *Normas de Transcrição de Corpus Oral Adoptadas pelo Grupo Anagrama* Lisboa: CLUL.
- ARIM, Eva, RAMILO, Maria Celeste, FREITAS, Tiago (2005), “Mudanças em Curso e os Média: o Caso das Relativas” in: MATEUS, Maria Helena Mira, NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do (Orgs.) *A Língua Portuguesa em Mudança*, Lisboa: Editorial Caminhos SA (67-80).

- ARONOFF, Mark (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- AZEREDO, José Carlos de (2008), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Publifolha.
- BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda (2002), “O Lugar do Corpus na Investigação Linguística”, in: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL (601-605).
- BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; MARQUES, Maria Lúcia Garcia; SEGURA DA CRUZ, Maria Luísa (1987), *Português Fundamental*, Volume II, Métodos e Documentos, Tomo 1, Inquérito de Frequência, Lisboa: INIC-CLUL.
- BAGNO, Marcos (1999), *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, São Paulo: Edições Loyola.
- BARBOSA, Jorge Morais (1994), *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra: Livraria Almedina.
- BARBOSA, Pilar (2013), “Subordinação Argumental Finita” in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (1821-1897).
- BARRETO, Mário (1980), *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> Edição, Brasília: Presença, Fundação Casa Rui Barbosa.
- BARROS, Agneta (2002), *A Situação do Português em Angola*, in: *Uma Política para o Português* [Colóquio, 1999], Lisboa: Edições Colibri (35-44).
- BASÍLIO, Margarida (2008), *Formação e Classes de Palavras no português do Brasil*, São Paulo: Editora Contexto.

- BECHARA, Evanildo, 1999, *Moderna Gramática do Português*, 37.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna.
- BENVENISTE, Emile (2005), *Problemas de Linguística Geral*, São Paulo: Pontes Editores.
- BLANCHE-BENVENISTE Claire & JEANJEAN Colette (1986), *Le français parlé. Transcription et édition*, Paris: Didier Érudition.
- BLOOMFIELD, Leonard (1933), *Language*, New York: Henry Holt.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo Brandão (2007), “Concordância Nominal”, in: RODRIGUES, Sílvia e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto (57-83).
- BRITO, Ana Maria (2000), *Relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique*, In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra: APL, (115-130).
- BRITO, Ana Maria (2003), *Categorias sintáticas*, In: MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Caminhos SA (323-432).
- BRITO, Ana Maria (2006-2007), *Guião VI - A situação linguística em Moçambique*, Tese de Mestrado apresentada à FLUP.
- BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês e MATOS, Gabriela (2003), “Estrutura da Frase Simples e Tipos de Frases”, in: MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Caminhos SA (433-506).
- BUSSE, Winfried (coord.) (1994), *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, Coimbra: Almedina.

- CABRAL, Lisender Augusto Vicente (2005), *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CALLOU, Dinah (2007), “Gramática, Variação e Normas”, in: S. R. Vieira e S. F. Brandão, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, (13-29).
- CÂMARA, JR., Mattoso (2007), *Dicionário de Linguística e Gramática*, 26.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes.
- CARRASCO, Agnelo (1988), *Subsídios para o Estabelecimento da Norma do Português em Angola*, Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla.
- CASTELEIRO, João Malaca (direc.) (2007), *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses*, Lisboa: Texto Editores, LDA.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2002), *A Língua falada no Ensino de Português*, 4.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Contexto.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009): “Língua Portuguesa e Política Linguística: o Ponto de Vista Brasileiro”, in: AA. VV., *A Língua Portuguesa: presente e futuro*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (193-222).
- CASTRO, Ivo (2003), “O Linguista e a fixação da Norma”, in: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, (Porto, 2-4/10/2002). Lisboa: APL, (11-24).
- CASTRO, Ivo (2006), “Norma Linguística e Ensino do Português”, in: *Caderno Escolar. Pensar a escola*, n.º 3, Lisboa, (30-34).
- CHOMSKY, Noam (1957), *Syntactic Structures*, Paris: Mouton & Co.



- CHOMSKY, Noam (1978), *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, Coimbra: Arménio Amado – Editor, Sucessor [Tradução, introdução, notas e apêndices de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo].
- CIRCULO Linguístico de Praga, *Tesis – 1929*, Madrid: Talleres Gráfico Montaña – Amor Hermoso, 89.
- COSERIU, Eugénio (1979), *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ EDUSP.
- COSERIU, Eugénio. (1956), *Determinación y entorno*, in *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*, Madrid: Editorial Gredos.
- COSTA, Ana Luísa (2011), “A Mesóclise: uma espécie linguística em vias de extinção” [Manuscrito].
- COSTA, João, CABRAL, Assunção Caldeira, SANTIAGO, Ana, VIEGAS, Filomena, (2011), *O Conhecimento Explícito da Língua: Guião de Implementação do Programa*, Lisboa: DGIDC. Ministério da Educação.
- COSTA, João, FIÉIS, Alexandra, LOBO, Maria (no prelo), “Input Variability and Late Acquisition: clitic misplacement in European Portuguese” [Manuscrito].
- CRISTÓVÃO, Fernando (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina.
- CRYSTAL, David. 1997, *A dictionary of linguistics and phonetics*, 4th edition, Cambridge, MA: Blackwell.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley (1999 [1984]), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 15.<sup>a</sup> ed., Lisboa: João Sá da Costa.

- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley (2008 [1984]), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 5.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Lexikon<sup>45</sup>.
- DUARTE, Inês (1992), *Oficina gramatical: contextos do uso obrigatório de conjuntivo*, In: *Para a Didáctica do Português: Seis Estudos de Linguística*, Lisboa: Edição (Colibri 65-177).
- DUARTE, Inês, FREITAS, Maria João (colab.) (2000), *Língua Portuguesa. Instrumentos de análise*, Lisboa: Universidade Aberta.
- DUARTE, Inês, MATOS, Gabriela, FARIA, Isabel H. (1995), *Specificity of european portuguese clitics in romance*, In: Faria e Freitas, *Studies on the Acquisition of Portuguese*, Lisboa: Colibri, APL, (129-54).
- ELIA, Silvio (1989), *A Língua Portuguesa no Mundo*, São Paulo: Ática.
- ELISEU, André (2008), *Sintaxe do Português*, Lisboa: Caminho.
- ELISEU, André e VILLALVA, Alina (1992), “Tira-teimas: entre Morfologia e Sintaxe”, in: *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri – Artes Gráficas (116-140).
- FARIA, Isabel Hub (2003), *Contacto, variação e mudança linguística*, In: MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, FARIA, Isabel Hub *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Caminho (31-37).
- FERNANDES, Francisco (1974), *Dicionário de Verbos e Regimes*, Porto Alegre: Editora Globo.
- FERNANDES, João e NTONDO, Zavoni (2002), *Angola: povos e línguas*, Luanda: editorial Nzila, Coleção Ensaio / Língua e Cultura.

---

<sup>45</sup> Tivemos necessidade de consultar as duas gramáticas pelo facto de a dissertação ter sido elaborada em Angola e em Portugal. Em Angola trabalhamos com a impressão anterior e em Portugal, com a posterior.

- FERREIRA, Vergílio, (1983), “Defesa da Língua”, in: *Estão a assassinar o Português*, I. N. Casa da Moeda.
- FERREIRA, Manuela Barros (1996), “Variação Linguística: perspectiva dialetológica”, in: de CARLOS, A. P. Gouveia, PEDRO, Emília Ribeiro, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminhos, SA.
- FIRMINO, Gregório (2002), *A Questão Linguística na África pós-Colonial: o caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*, Maputo: Promédia.
- FONSECA, Joaquim (1994), *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto: Porto Editora, LDA.
- FONSECA, Maria do Céu (2006), *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: preposições e posposições no século XVII*, Lisboa: Edições Colibri.
- FREITAS, Tiago (2010 [2007]), “Gravando e Transcrevendo o Português Falado: Um Guia Teórico e Prático”, in: JR., Miguel Oliveira (Org.) *Estudos de Corpora. Da Teoria à Prática*, [Homenagem do ILTEC a T. Freitas], Lisboa: Edições Colibri e ILTEC (15-66).
- GÄRTNER, Eberhard (1996), *Remarques sur la syntaxe du potugais en Angola e au Mozambique*, In: Massa & Perl (eds.) (29-54).
- GASPAR, Liset, OSÓRIO, Paulo, PEREIRA, Reina (2012), *A Língua Portuguesa e o seu Ensino em Angola*, Rio de Janeiro: Dialogarts.
- GONÇALVES, Anabela (2013), “Verbo e Sintagma Verbal”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (1155-1354).
- GONÇALVES, Carlos Alexandre (2011), *Iniciação aos Estudos Morfológicos*, São Paulo: Editora Contexto.

- GONÇALVES, Perpétua (2009), “A Formação de Variedades Africanas: argumentos para uma Abordagem Multidimensional”, in: AA. VV., *A Língua Portuguesa: presente e futuro*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (223-242).
- GONÇALVES, Perpétua (2013), “O Português em África”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume I*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (157-178).
- HENRIQUES, Claudio Cezar (2007), *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrónica*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- ILARI, Rodolf (2013), “O Português no Contexto das Línguas Românicas”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume I*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (49-66).
- INVERNO, Liliana Cristina Coragem (2005), *Angola’s Transition to Vernacular Portuguese*, Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta.
- INVERNO, Liliana Cristina Coragem (2009a), “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal”, in Ana Carvalho (ed), *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert.
- INVERNO, Liliana Cristina Coragem (2009b), *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola. Evidence from Dundo (Lunda Norte)*, Coimbra: Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta.
- JOUË-PASTRÉ, Clemence (2008), “Uma Constelação em Expansão: variação linguística e ensino do português nos EUA”. in: OSÓRIO, Paulo e MEYER,

- Rosa Marina (coords.), *Português – Língua Segunda e Língua Estrangeira – Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*, Lisboa: Lidel – edições técnicas, Lda.
- LABOV, William (1972) *Sociolinguistique*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho (2011[1994]), *Manual de Morfologia do Português*, Campinas: EDUFJF e Pontes Editores.
- LEMLE, Miriam (1978), *Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa*, In: *Tempo Brasileiro 53/54 (Linguística e Ensino do Vernáculo)*, Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro (60-94).
- LIMA, Rocha (2010), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 48.<sup>a</sup> ed., José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- LOBO, Maria (2013), “Sintaxe e Semântica – Fenómenos de Omissão e Elipse” in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra. (2309-2335).
- LOPES, Armando Jorge (2002), “O Português como Língua Segunda em África: problemas de planificação e política linguística, in: MATEUS M. H. M. (sob a coordenação de), *Uma política para o Português*, [actas / do Curso de Verão sobre Política do Português em África e na Europa] Lisboa: Eduções Colibri.
- LOPES, Cecília Regina (2007), “Pronomes Pessoais” in: RODRIGUES, Sílvia e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto (103-119).
- LUCCHESI, Dante (1998), *Sistema, Linguagem e Mudança: um percurso da linguística neste século*, Lisboa: Edições Colibri.
- LUFT, Celso Pedro (2011 [1975]), *Dicionário Prático de Regência Verbal*, Rio de Janeiro: Ática.
- MALMKJÆR, Kirsten (1995), *The Linguistics Encyclopedia*, Routledge: New York.

- MARÇALO, Maria João (1994) «A Dinâmica da Língua – Implicações num Estudo Sincrónico», in: Associação Portuguesa de Linguística, *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*, Lisboa: Edições Colibri, (89-93).
- MARÇALO, Maria João Broa Martins (1992), *Introdução à Linguística Funcional*, Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MARÇALO, Maria João Broa Martins (2009), *Fundamentos para uma Gramática de Funções aplicada ao Português*, Universidade de Évora: Centros de Estudos em Letras.
- MARÇALO, Maria João, ADRIANO, Paulino Soma, NHATUVE, Diocleciano (2013), “A Oferta Formativa em Português Língua não Materna e a Língua Portuguesa em Angola, Moçambique e Timor-leste”, in: SIMÕES, Darcilia (Org.), *Semiótica, Linguística e Tecnologias de Linguagem. Homenagem a Umberto Eco*. Rio de Janeiro: Centro de Educação e Humanidades UERJ — DEPEXT — SR3 — Publicações Dialogarts, (247-252).
- MARCUSHI, L. A. (2001), *Da Fala à Escrita*, São Paulo: Cortez Editora.
- MARQUES, Irene Guerra (1983), «Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola», in: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo – Lisboa: ICELP*, (205-223).
- MARQUES, Maria Emília Ricardo (1995), *Sociolinguística*, Universidade Aberta, Lisboa.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (2011), “Conceito de Gramática”, in: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.*, *Manual de Linguística*, São Paulo: Contexto (45-70).
- MARTINET, André (1991) *Elementos de Linguística Geral*, 11.<sup>a</sup> ed. portuguesa, tradução de Jorge Morais Barbosa, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- MARTINET, André (1995), *Função e Dinâmica das Línguas*, Coimbra: Livraria Almedina.
- MARTINS, Ana Maria (2013), “Posição dos Pronomes Pessoais Clíticos”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa, MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português*, Volume II, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian (2231-2301).
- MARTINS, Edson Ferreira (2011), *Construções com se Apassivador-Indeterminador: subsídios para uma gramática do português arcaico*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2003) “Objectivos e Estratégias de uma Política Linguística, in: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 2-4 de Outubro de 2002), (539-544).
- MATEUS, Maria Helena Mira e CARDEIRA, Esperança (2007), “*Norma e Variação*”, Luanda: Editorial Nzila.
- MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, FARIA, Isabel Hub *et al.* (2003 [1983]), *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira, FALÉ, Isabel, FREITAS, Maria João (2005), *Fonética e Fonologia do Português*, Lisboa: Universidade Aberta.
- MATOS e Silva, Rosa Virgínia (2004 [1996]): “Variação, Mudança e Norma (Movimentos no interior do português brasileiro)”, in: Bagno, Marcos (2004), *Linguística da Norma*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Edições Loyola, (291-316).
- MATOS, Gabriela (2003) “Estruturas de Coordenação”, in: MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Caminhos SA (549-592).

- MATOS, Norton de (1953), *A Nação una. Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos, Lda
- MATTOS e Silva, Rosa Virgínia (1981) “Dizem que Vai Mal o Vernáculo no Brasil. Reflexões Sobre a Língua Portuguesa e o seu Ensino”, In: *Actas do Congresso Sobre a Situação Actual da Língua no Mundo*, Vol. I. Lisboa: INCM, (360-371).
- MATTOS e Silva, Rosa Virgínia (2013), “O Português do Brasil”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume I*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, (145-153).
- MENDES, Beatriz Correia (1985), *Contribuição para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MIGUEL, Maria Helena (2008) “Língua Portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica”, in: *LUCERE. Revista Académica da UCAN*, ano 4 – N.º 5.
- MILROY, James & MILROY, Lesley, ([1985] 1991), *Authority in Language*, London/New York: Routledge.
- MINGAS, Amélia Arlete (1998), “O Português em Angola: Reflexões”, in: VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Vol. 1). Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, (109-126).
- MINGAS, Amélia Arlete (2000), *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- MINGAS, Amélia Arlete (2002), “Português de Angola: uma realidade”, in: *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Luanda.



- MINGAS, Amélia Arlete (2004), “Multiplicidade linguística: a língua portuguesa em Angola”, in: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, (73-77).
- Ministério da Educação e Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (2007), *Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, Lisboa.
- MONTENEGRO, Helena Mateus (2001), *Glossário de Termos Gramaticais*, Mirandela: João Azevedo Editor.
- NEMÉSIO, Vitorino (2006), *Sociolinguística – Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Luanda: Editorial Nzila.
- OLIVEIRA, Fernão (1535 [2000]), *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, Edição crítica, semidiplomática e anastática, Organização de Amadeus Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa (5-26).
- PANZO, João Boaventura Ima (2014), *As Representações dos Professores sobre o Português Língua Segunda: Linhas de Actuação. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade da Beira Interior.
- PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- PETTER, Margarida (2011), “Linguagem, Língua, Linguística”, in: FIORIN, José Luís (org.), *Introdução à Linguística I. Objectos teóricos*, 2.ª ed., São Paulo: Editora Contexto (11-24).
- RAMILO, Maria Celeste e FREITAS, Tiago (2010 [2003]), “Transcrição Ortográfica de Textos Orais: Problemas e Perspectivas”, in: JR., Miguel Oliveira (Org.)

*Estudos de Corpora. Da Teoria à Prática*, [Homenagem do ILTEC a T. Freitas], Lisboa: Edições Colibri e ILTEC (67-83).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva (1984), “Algumas Observações sobre a Noção de «Língua Portuguesa»” in: *Boletim de Filologia*, Lisboa (585-592).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva (2013) “Advérbio e Sintagma Adverbial”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (1569-1684).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva (2013) “Estrutura da Frase”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume I*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (303-394).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva (2013) “Pronomes”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (883-946).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva (2013) “Verbos Auxiliares”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (1221-1280).

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, XAVIER, Maria Francisca (2013) “Preposição e Sintagma Preposicional”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (1497-1564).

- REIS, Victorino (2006), *Sociolinguística, Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Luanda: Editorial Nzila.
- RIBEIRO, Maria Raquel Pinheiro de Carvalho (2012), *A palavra dita e a palavra escrita. Encontros e desencontros*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Linguística.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998), *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português: conteúdos e metodologia*, Lisboa: Edições Colibri.
- SANTOS, Maria Joana (2003), *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa: uma proposta de análise sintática e semântico-pragmática*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- SANTOS, M. F. Nascimento dos (2002), *Os Pronomes Pessoais Átonos no Português Europeu. Descrição de Problemas que Ocorrem no 3.º Ciclo e Proposta de Actividades Didácticas*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SAUSSURE, Ferdinand (1993 [1972]), *Cours de linguistique générale*, (Publié par Charles Bally et Albert Séchehaye, Edition critique préparée par Tullio de Mauro), Paris: Éditions Payot.
- SAUTCHUK, Inez (2004), *Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo) sintática*, São Paulo: Manole Ltda.
- SEGURA, Luísa (2013), “Variedades Dialectais do Português Europeu”, in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume I*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (85-142).

- SIM-SIM, Inês, DUARTE & FERRAZ, M. J., (1997) *A Língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*, Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Educação Básica.
- SPANOGHE, Anne-Marie (1999), “Meu Brasil e o Meu Portugal – Introdução a um Estudo acerca do Emprego do Artigo Definido antes de Possessivo em Português”, in: BARBOSA, Jorge Morais, *Gramática e Ensino das Línguas*, Coimbra: Almedina.
- TEIXEIRA, José (2003), “Norma Linguística e Erro – Uma Abordagem Cognitiva”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7, Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, (125-131).
- TELES, Cristina, FILIPE, Ricardo da Graça (2003), “Do Léxico e da Morfologia à Sintaxe: mais sobre a estrutura argumental dos deverbais”, in: Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL (829-839).
- TRASK, R. L. (2011), *Dicionário de Linguagem e Linguística*, [Tradução de Rodolfo Illari], 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Contexto.
- VELOSO, Rita (2013), “Subordinação relativa” in: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria Antónia Coelho da, SEGURA, Luísa e MENDES, Amália (Orgs.), *Gramática do Português, Volume II*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (2063-2133).
- VIEIRA, Maria de Fátima (2011), *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues, (2007a) “Concordância Verbal”, in: RODRIGUES, Sílvia e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto (85-102).

VIEIRA, Sílvia Rodrigues, (2007b) “Colocação pronominal”, in: RODRIGUES, Sílvia e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto (121-145).

VILLALVA, Alina (2000), *Estruturas Morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do Português*, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena Mira (2007), *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa: Nuno Filipe Cunha Pereira.



## **ANEXO: *CORPUS***

## Índice

<b>I. OMISSÃO DA MARCA DE PLURAL.....</b>	<b>I</b>	
A) NO SINTAGMA NOMINAL (SN) .....	I	
B) NO SINTAGMA ADJECTIVAL (SA) .....	4	
C) NOS NOMES E ADJECTIVOS QUE COMPLEMENTAM GRUPOS PREPOSICIONAIS .....	8	
D) NO DETERMINANTE ARTIGO .....	10	
<b>II. UM CASO À PARTE NO SINTAGMA VERBAL (SV): A OMISSÃO DA FRICATIVA [ʃ] EM POSIÇÃO DE CODA NA DESINÊNCIA NÚMERO PESSOAL «MOS» .....</b>	<b>12</b>	
<b>III. CONCORDÂNCIA NOMINAL.....</b>	<b>14</b>	
A) CONCORDÂNCIA DO NOME COM O ADJECTIVO .....	14	
B) CONCORDÂNCIA DO NOME COM OS DETERMINANTES.....	15	
<b>IV. CONCORDÂNCIA VERBAL .....</b>	<b>17</b>	
A) COM SUJEITO SIMPLES .....	17	
B) FALTA DE CONCORDÂNCIA ENTRE O SUJEITO (1.ª PESSOA) E O PREDICADO.....	18	
<i>b1) Casos de concordância verbal com inversão de sujeito .....</i>	<i>19</i>	
C) VERBO COPULATIVO + PREDICATIVO.....	21	
D) COM SUJEITO COMPOSTO.....	22	
E) CONCORDÂNCIA VERBAL COM – VÓS .....	22	
F) VARIACÃO DE HAVER EXISTENCIAL .....	23	
G) TRATAMENTO SIMULTÂNEO POR TU E POR VOCÊ/SENHOR(A).....	23	
H) TRATAMENTO POR SENHOR E VOCÊ COM SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR .....	29	
I) CONCORDÂNCIA IDEOLÓGICA PELA CONCORDÂNCIA SINTÁCTICA .....	30	
J) CONCORDÂNCIA COM EXPRESSÃO PARTITIVA .....	33	
<b>V. MAIS SOBRE CONCORDÂNCIA.....</b>	<b>35</b>	
A) SUJEITOS DE PRIMEIRA PESSOA + SE (3.ª PESSOA) .....	35	
B) FALTA DE CONCORDÂNCIA ENTRE OS RELATIVOS QUAL E CUJO COM OS SEUS ANTECEDENTES.....	35	
<b>VI. MODOS VERBAIS.....</b>	<b>37</b>	
A) SUBSTITUIÇÃO DO CONJUNTIVO PELO INDICATIVO OU PELO INFINITIVO .....	37	
<i>a1) Em orações adverbiais finitas .....</i>	<i>37</i>	
<i>a2) Em orações subordinadas completivas (integrantes) finitas dependentes de verbos e de</i>	<i>adjectivos .....</i>	<i>40</i>
<i>a3) Com o advérbio modal talvez.....</i>	<i>43</i>	
B) SUBSTITUIÇÃO DO CONJUNTIVO PELO INFINITIVO.....	43	
C) ANALOGIAS: ESTEJE, SEJE, DEIA POR ESTEJA, SEJA, DÊ .....	44	
D) IMPERATIVO NEGATIVO PELO IMPERATIVO AFIRMATIVO .....	45	
E) INFINITIVO FLEXIONADO .....	46	
<b>VII. TER POR HAVER .....</b>	<b>47</b>	



<b>VIII. SUPRESSÃO E INSERÇÃO DA PREPOSIÇÃO A EM PERÍFRASES VERBAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>IX. COMPLEMENTOS VERBAIS PREPOSICIONADOS.....</b>	<b>57</b>
A) SUBSTITUIÇÃO DE PREPOSIÇÕES .....	57
a1) <i>Preposição em</i> .....	57
a2) <i>Preposição a</i> .....	62
a3) <i>Preposição para</i> .....	62
a4) <i>Preposição de</i> .....	64
a5) <i>Preposição com</i> .....	64
a6) <i>Preposição por</i> .....	65
B) INSERÇÃO DE PREPOSIÇÕES .....	66
b1) <i>Preposição a</i> .....	66
b2) <i>Preposição para</i> .....	66
b3) <i>Preposição em</i> .....	66
b4) <i>Preposição de</i> .....	67
b5) <i>Preposição com</i> .....	70
b6) <i>Preposição por</i> .....	71
b7) <i>Preposição sobre</i> .....	71
C) SUPRESSÃO DE PREPOSIÇÕES.....	71
c1) <i>Preposição a</i> .....	71
c2) <i>Preposição de</i> .....	75
c3) <i>Preposição em</i> .....	76
c4) <i>Preposição por</i> .....	76
<b>X. QUEÍSMO EM ORAÇÕES INTRODUZIDAS POR UM NOME OU ADJECTIVO .....</b>	<b>77</b>
<b>XI. ORAÇÕES RELATIVAS CORTADORAS.....</b>	<b>79</b>
<b>XII. CLITICIZAÇÃO .....</b>	<b>82</b>
A) SINTAGMAS NOMINAIS PLENOS EM VEZ DOS CLITICIZADOS .....	82
B) NÃO CLITICIZAÇÃO NEM REALIZAÇÃO DO SINTAGMA PLENO .....	83
C) POSIÇÃO DO CLÍTICO.....	84
c1) <i>Próclise em contextos de ênclise: lexias verbais simples</i> .....	84
c2) <i>Ênclise em contextos de próclise</i> .....	87
D) EMPREGO ACUSATIVO DO CLÍTICO DATIVO LHE.....	89
E) POSIÇÃO DO CLÍTICO EM COMPLEXOS VERBAIS .....	90
F) REFLEXIZAÇÃO.....	94
G) NÃO REFLEXIZAÇÃO .....	95
<b>XIII. NÃO REALIZAÇÃO DE COMPLEMENTADOR SUBORDINATIVO E REALIZAÇÃO SUPÉRFLUA DO COMPLEMENTADOR QUE .....</b>	<b>98</b>
A) NÃO REALIZAÇÃO DO COMPLEMENTADOR.....	98
B) REALIZAÇÃO SUPÉRFLUA DO COMPLEMENTADOR QUE .....	98
<b>XIV. O EMPREGO DO ADVÉRBIO RELATIVO ONDE (AONDE, DONDE, POR ONDE) .....</b>	<b>99</b>
A) AONDE.....	99

*Corpus*

B) DE ONDE (DONDE).....	100
D) ONDE QUE, DONDE QUE, POR ONDE QUE.....	100
<b>XV. OMISSÃO DO ARTIGO DEFINIDO DEPOIS DO QUANTIFICADOR UNIVERSAL <i>TODOS</i> E ANTES DE DETERMINANTES POSSESSIVOS.....</b>	<b>103</b>
A) DEPOIS DO QUANTIFICADOR UNIVERSAL <i>TODOS</i> .....	103
B) ANTES DOS DETERMINANTES POSSESSIVOS .....	106
<b>XVI. <i>SP PARA MIM</i> + VERBO INFINITIVO POR <i>SP PARA EU</i> + VERBO INFINITIVO .....</b>	<b>108</b>
<b>XVII. A LOCUÇÃO PREPOSICIONAL <i>DE ACORDO COM</i> .....</b>	<b>109</b>
<b>XVIII. <i>ELE</i> DATIVO / ACUSATIVO E <i>DELE</i> EM VEZ DE <i>SEU</i>.....</b>	<b>110</b>
<b>XIX. PERÍFRASE VERBAL <i>IR + IR</i> + VERBO PLENO .....</b>	<b>111</b>

## I. Omissão da marca de plural

### a) No sintagma nominal (SN)

- (1) o Estado decretou uma Lei que [Suj]**as nossas terra** / do nossos antepassado já são do Estado / já não são nossos / [...] você também aceita? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (2) todas as acções do governo / do executivo central e provincial / têm sido uma mais-valia para que [Suj] **as pessoa** sintam-se mais animadas / mais saudáveis e tenham orgulho de ser Angolanas // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (3) [Suj]**os programa** do Partido são bons para os Angolanos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (4) mamã / [Suj]**os filho** tem que estudar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (5) [...] e [Suj]**as mamã** conhecem onde vão votar // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (6) dia 31 / que [Suj]**os Angolano** reflectam muito // a juventude não deixa se enganar com as cervejas [...] [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (7) [Suj]**meus bisneto** vão encontrar me[-]mo a terra do meus avô // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (8) portanto / caros irmãos / estamos aqui para poder dizer que [Suj]**as mudança** estão a chegar / o povo tem que votar naqueles partidos que possam garantir uma nova vida e uma nova Angola // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (9) [...] apostar seriamente no ensino / para que [Suj]**os nossos certificado / os nossos técnico** sejam reconhecido no contexto da África / do mundo / no contexto das nações [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

*Corpus*

- (10) acredito que [Suj]**os treinador** vão voltar a ir no Brasil // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (11) a estrada está memo mal // me[-]mo o Governo pode saber disso / porque [...] [Suj]**muitos carro** que ali passam sempre tem entalado / sempre tem que pedir opinião a alguém / que é de puxar o carro / sempre a pagar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (12) a nossa província desde o tempo colonial nunca modificou // mas quando entrou o senhor presidente [...] [Suj]**as nossas província** está [-] desenvolver // [TPA1, Telejornal 25.08.2012]
- (13) [...] antes pelo contrário / o sofrimento / [Suj]**as necessidade** que passou o ajudou a ganhar mais maturidade [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (14) é bom que a gente / nesse momento / vamo dirigir à Assembleia de Voto e consultar **nas lista** / porque [Suj]**as lista** já estão colada nesse momento // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (15) [...] [Suj]**os primo** que morreram há **10 ano** ainda não esqueceram [...] [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (16) estão a ser construídas [OD]**três residência** destinadas aos quadros // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]
- (17) criticam [OD]**as nossas estrada** / mas são estas que usam para circular // [TPA1, Telejornal, 25.08.2012]
- (18) aprendi tanta coisa nesta formação / como os direitos que a pessoa pode ter /ehhh/ e **os partido** / essa coisa toda // [...] [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (19) começamos a sentir [OD]**os benefício** de mais água potável / e algumas províncias têm mais energia eléctrica // [...] apelamos a todos [-] cidadãos e compatriotas de boa vontade que não se envolvam em manifestações de qualquer tipo // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (20) levamos também uma informação de paz / amor / reconciliação / sobretudo uma cidadania / porque independentemente da nossa

Corpus

- formação política / todos nós somos [PredSuj]**irmão** / lutámos pela mesma causa [...] // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (21) o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / tem um outro número // julgo de serem [PredSuj]**cerca de quatro ou cinco dígito** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (22) o próprio líder não respeita [OD]**os cidadão** // nós queremo a mudança // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (23) talvez o bom livro é aquele que tem [OD]**muitas fotografia** / ele vai apreciando as imagens [...] // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (24) nós temos [OD]**alguns empreendimento** // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (25) [...] uma outra coisa também é que tem [OD]**poucas cabina** [/] poucas cabinas eléctrica [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (26) nós não tínhamos aqui cadeiras / agora já temos [OD]**novos banco** // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (27) eu gostaria de saber uma questão ao senhor Secretário Executivo do Partido / visto que há [OD]**muitos problema** de habitação em Angola / principalmente pra juventude // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (28) o facto de deixar de jogar não significa que tem [OD]**todos [-] conhecimento** // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (29) eu nunca tive oportunidade de ingerir [OD]**essas coisa** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (30) [...] Porque eu também vou precisar mais tarde **[-] aquelas mata** do meu avô // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (31) [...] isso é porque o treinador conhece melhor [OD]**os jogador** / conhece melhor [OD]**os jogador** // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (32) estamos aqui a construir uma bela ponte / grande / aqui da província do Zaire // somos [PredSuj]**tantos trabalhador** + [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

Corpus

- (33) aconselho a todos os cidadãos angolano a escolherem [OD]**os nossos futuros dirigente** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (34) teremos também políticas para ajudar [OD]**as nossas aldeia** // nós não queremos ver mais aldeia de capim / sem energia / sem água // queremos modernizar [OD]**as nossas aldeia** / queremos criar condições / queremos formar lá também [OD]**pequenos governo** para poderem atender os assuntos correntes da comunidade // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (35) [...] olho de coiso [/] de jibóia / cura [OD]**as ferida** // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]
- (36) fomos nos registar e actualizar [OD]**os dado** do nosso registo eleitoral // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (37) todos os fiéis também são [PredSuj] **eleitor** / nós vamos para eleger aquele que Deus nos deu // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (38) já que vou trabalhar nas mesas de voto / preciso de primeiramente me actualizar / me informar e depois para conseguir atender [OD]**os eleitor** / no caso // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (39) por isso que nós / [Mod]**jovem** / estudantes universitário / estudantes do ensino médio / temos que passar a dar mais valor dos professores / porque é de lá onde saem grandes quadros e que até agora se encontram grandes quadros que estão a desenvolver o nosso país // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (40) agora / os outros de outra área, [Mod] **os administrativo** / penso eu que também o Clube devia velar por eles // [...] [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (41) [...] começar a ter já uma saúde oral desde bebé de colo mesmo / não desde bebé que apareça [OD]**os primeiros dentinho** na boca / não // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

**b) No sintagma adjectival (SA)**

- (1) por isso que nós jovem / estudantes [Mod]**universitário** / estudantes do ensino médio / temos que passar a dar mais valor dos professores / porque é de lá onde saem grandes quadros e que até agora se encontram grandes quadros que estão a desenvolver o nosso país // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (2) o município está assegurado por trinta e quatro enfermeiros / uma médica de nacionalidade russa que trabalha em oito postos de saúde e dois centros [Mod]**médico** // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (3) a Comissão Nacional Eleitoral já definiu aqueles que têm prioridade // “as mulheres [Mod]**grávida** / os membros que trabalham na Assembleia / os militares” // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (4) a droga faz muito mal ao nosso corpo / porque o nosso corpo é o templo do Espírito Santo / não devemos pôr coisas [Mod]**imunda** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (5) a organização partidária vai defender fortemente as mulheres contra todas as formas de discriminação / [Mod]**aberta** ou **velada** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (6) existe outros programas de saúde em países **mais** [Mod]**desenvolvido** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (7) ora / por isso que nas Assembleias de voto vão ter os assistentes eleitorais e os operadores [Mod]**informático** para ajudar as pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (8) uma outra coisa também é que tem poucas cabina [//] poucas cabinas [Mod]**eléctrica** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (9) as nossas festas só são festas quando têm bebidas [Mod]**alcoólica** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (10) uma boa parte dos pacientes têm problemas periodontais [Mod]**sério** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (11) há quem passou por situações **extremamente** [Mod]**difícil** / mas não foi por isso que entrou no mundo da droga // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

Corpus

- (12) aconselho a todos os cidadãos [Mod]**angolano** a escolherem os nossos futuros dirigente // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (13) eu sou pai de oito filhos / oito filhos [Mod]**pequeno** // afinal quando não tem ninguém que fica lá à frente / então o seu documento não sai // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]
- (14) levantaram questões bastante [Mod]**pertinente** // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (15) há projectos [Mod]**grande** para o Kwando Kubango // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (16) o hospital tem uma capacidade para cem camas // conta com uma maternidade / pediatria / enfermarias / salas de cirurgia / laboratório de análises [Mod]**clínica** / entre outros serviços // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (17) este acto é de carácter importante porquanto visa capacitar ou adoptar o nosso grupo-alvo / os deficiente [Mod]**físico** / para que não tenham dificuldade de exercer o seu direito de cidadania / que é o voto // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (18) vamos mostrar primeiro nós que nós não somos [PredSuj]**corrupto** pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque / às vezes / eu trabalho numa instituição [...] e sou corrupto e quero que os outros não sejam [PredSuj]**corrupto** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (19) temos que nos sentir [PredSuj]**orgulhoso** como Africanos e educados [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (20) nós / como funcionários da ENANA / ficamos [PredSuj]**satisfeito** // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (21) antes a nossa escola só tínhamos apenas quatro salas / hoje em dia ampliaram mais / que tem mais salas e estamo [PredSuj]**satisfeito** com isso // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (22) estamo [PredSuj]**satisfeito** / [PredSuj]**feliz** com o desenvolvimento do nosso país // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]



Corpus

- (23) os jovens da província mostram-se [PredSuj]**satisfeito** com o empreendimento / pois poderão demonstrar o seu talento // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (24) [...] apostar seriamente no ensino / para que os nossos certificado / os nossos técnico sejam [PredSuj]**reconhecido** no contexto da África / do mundo / no contexto das nações no geral // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (25) nós estamos [PredSuj]**preparado** / uma vez que nós somos angolanos // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (26) [...] as lista já estão [PredSuj]**colada** nesse momento // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (27) são muitas perguntas que são [PredSuj]**colocada** nesta altura // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (28) nós também somos cidadão [Mod]**angolano** // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (29) o que devemos fazer é lutar / lutar e acreditar que os problemas serão [PredSuj]**ultrapassado** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (30) [...] eles foram [PredSuj]**fantástico** na minha orientação // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (31) [...] muitos dele / directores e subdirectores / estão [PredSuj]**contente** // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (32) a Organização partidária defende que quanto melhor conhecemos a sociedade onde estamos [PredSuj]**inserido** / melhor podemos contribuir para a construção colectiva / de forma organizada / social e mais justa // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (33) a nível da província do Huambo / as vias estão [PredSuj]**boa** // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (34) no ano das terceiras eleições em Angola / os músicos estão [PredSuj]**consciente** da importância do voto e apelam os fazedores da arte musical a participarem nas tarefas de mobilização // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

Corpus

- (35) a guerra deixou muitos traumas // Indivíduos que vieram pr'aqui / que tinham mais ou menos as suas famílias devidamente organizadas / hoje estão [PredSuj]**sozinho** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (36) a nossa governação conta mais com as mããs e os [Mod]**antigo** combatentes que estão chorando e lutaram pela independência desse país / até agora não são [PredSuj]**feliz** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (37) antes como não tinham frequentemente a energia da barragem / agora que têm, eles se sentem **muito** [PredSuj]**feliz** // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (38) então não vamos ficar [PredSuj]**enraizado** nas coisas materiais / quando o espiritual precisa [-] ser cuidado // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (39) [...] por isso é que as pessoas hoje estão na associação / mas estão [PredSuj]**acanhada** / estão [PredSuj]**fechada** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (40) nós aqui *bandidagem* é demais // não tem água / não tem energia, não tem nada // a estrada está mal / a gente não tem que fazer // estamo [PredSuj]**desgraçado** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (41) o recado que vai para a Igreja é que os nossos líderes sejam de facto exemplares / sejam [PredSuj]**transparente** na sua liderança // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (42) estejam [PredSuj]**consciente** que a Assembleia abre às 7h00 e termina às 18h00 // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (43) nós estamos a viver as consequências das várias formações que estão a ser [PredSuj]**feita** ao nível <dos vária> [//] das várias áreas // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (44) temos que nos sentir [PredSuj]**orgulhoso** como Africanos e educados // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (45) estes / a partir de segunda-feira / [...] passarão a ser [PredSuj]**formado** pelos nossos companheiros // [TPA2, Telejornal, 18.08.2012]

- (46) Angolanas e Angolanos / [Mod]**caro** compatriotas e amigos / chegamos ao momento / o momento de poder votarmos para o partido da nossa preferência // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

**c) Nos nomes e adjetivos que complementam grupos preposicionais**

- (1) é uma infra-estrutura que poderá contribuir para os jovens na sua formação [Mod]**em várias especialidade** / ocupando o tempo livre e também mesmo algumas questões complementares [-] que os jovens precisam // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (2) a obra [-] que se refere o presente termo de entrega encontra-se [Cobi]**em perfeita condições** e foi alvo de vistoria pelos órgãos competentes // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]
- (3) mesmo [Mod] **nas universidade** / eu vejo as pessoas a irem pra escola / mas não vão estudar // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (4) o facto de se terem colocado as listas [Mod]**nas escola** e nos locais de voto está [-] facilitar muita gente // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (5) basta errar ou mexer [Cobi]**nas conta** / aí já não temos hipóteses [CN]**de ser transparente** // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (6) hoje em dia / já saímo [Cobi]**nas mata** // então, a nossa desmobilização é sempre mesmo escondido // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (7) todos nós passámos por momentos difíceis [Mod]**na nossas vida** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (8) o meu cartão até está aqui / bem guardado [Mod]**nos pano** // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (9) por isso é que nós levantamos e estamos a fazer este angariamento [CN]**de fundo** // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (10) dia 31 de Agosto nós queremos o melhor líder que pode mudar isso / porque estamo à falta [Cobi]**de muitas coisa** // “água / luz e a escola também” // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Corpus

- (11) meus bisneto vão encontrar memo a terra [CN]do meus avô // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (12) estou a tratar [-] cédula [CN]das criança // [TPA1, Publicidade, Ministério da Justiça, 27.08.2012]
- (13) o troço que liga o município do Nzeto [-] Mbanza Congo está totalmente asfaltado / num percurso de duzentos e trinta quilómetros / o que vai permitir o escoamento [CN]dos produto para os outros pontos do país // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (14) os interesse da juventude / os interesse [CN]dos professor / os interesse dos enfermeiros / médicos [...] [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (15) houve aqui a necessidade [CN]dos médico [Mod]angolano / e aceitei a proposta // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (16) [...] há muita construção / reabilitação [CN]das nossas estrada // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]
- (17) o número do cartão eleitor é [PredSuj]de mais dígito e o número de grupo é [PredSuj]de menos dígito // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (18) queremos que sejamos rígidos não só na transmissão dos conhecimentos / como também rigidez na avaliação / para que o médico / o enfermeiro ou o técnico de saúde que sair [CObl]dessas escola estejam automaticamente qualificados // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (19) [...] e indicando também as realizações que já foram feitas [Mod]ao longo destes ano de estabilidade e fundamentalmente aquelas que foram feitas ao longo da legislatura que está a terminar // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (20) já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta [CAP]por jovem / então eu peço a eles que adiram esta campanha // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (21) onde é que eu vou ficar [CObl] com as criança meu irmão ? [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Corpus

- (22) sim / estou mesmo na rua [Mod]**com as criança** // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (23) [...] e assim vou lá em casa / ficando [Cobl]**com as criança** e assistindo um pouco de televisão // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 31.08.2012]
- (24) o país entrou numa fase de canteiro [CN]**de obra** // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]

**d) No determinante artigo**

- (1) [...] **o equipamentos** modernos / residência para os funcionários / um posto de saúde e uma área de formação especializada e de apoio ao agricultor // o projecto é uma aposta do executivo angolano que visa o desenvolvimento agrário na província // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (2) crianças / estudantes / alunos / **o** vossos pais têm estado a conduzir-vos à escola / têm estado a levar-vos para a escola // agora é a vossa vez // estudantes e alunos / levem o papá para votar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (3) eu apoio o programa de governo do Partido porque nele constam a solução **da minhas preocupações** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (4) antes eu dependia // assim não estarei a depender sempre **do** meus pais // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (5) o Estado decretou uma Lei que as nossas terra / **do nossos antepassado** já são do Estado / já não são nossos // [...] você também aceita ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (6) todos nós passámos por momentos difíceis **na nossas vida** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (7) eu vou deixar mensagem **na minhas irmãs** que se encontram no meu / eh [//] ao meu redor / que dia 31 desse mês não se esqueçam de ir votar // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

Corpus

(8) [durante as férias] saí com **a** minhas irmãs / **divertimo** um pouco. [RH,  
Viva à Tarde, 10.09.2012]

## II. Um caso à parte no sintagma verbal (SV): a omissão da fricativa [ʃ] em posição de coda na desinência número pessoal «mos»

- (1) [...] porque nós quando **entramo** nas drogas / começamos a consumir tanto // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (2) [...] visto que **temo** sido muito fragilizados em relação ao género // [TPA1, Campanhas Eleições, 17.08.2012]
- (3) a gente como estudante **corremo** certos riscos na capacidade de assimilação // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (4) nós **queremo** a mudança // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (5) não **temo** água // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (6) está muito bom // agradecemos muito / porque n' outrora nós não **tínhamo** água / não tínhamos luz // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (7) **estamo** a viver uma vida muito à rasca // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (8) **perdemo** três um / mas isso é normal // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (9) **íamo** jogar<sup>1</sup> no Huambo // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (10) **encontramo** um indicador que esse lixo está a vir do sítio tal // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (11) [...] que **no** dia 31 é o dia de pintarmos o nosso dedo e votarmos para aquele lidere que nós **achamo** que pode dar o melhor rumo ao nosso país // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (12) e me[-]mo aquelas crianças que nos aparece com + [//] qualquer outra coisa que nós **podemo** contornar / [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (13) a partir da boca nós **consequimo** descobrir outros problemas // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (14) e ali nós pedimos os exames radiográficos e **detectamo** que é um tumor // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]

---

<sup>1</sup> O falante pronunciou jogá.

Corpus

- (15) se não **conseguimo** tratar / recorreremos à exodontia // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (16) quando nós **chegamo** aqui não havia espaço verde / mas por enquanto já **tem** um bom espaço verde // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (17) ele é o nosso líder [...] // é ele sempre que **podemo** escolher // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012, 20h00]
- (18) não **vamo** só **se** complicar // [TPA2, Pato na Área, 23.08.2012]
- (19) **queremo** uma mudança digno // [TPA1, Campanha, 24.08.2012]
- (20) luz também todos **temo** luz // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]
- (21) **temo** posto médico / temos as escolas // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]
- (22) a cidade está [-] crescer muito / já temo água e temo luz // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]
- (23) **Protegemo** o bebé junto / isto aqui para não emagrecer // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]
- (24) Aqui / quando a doença complica / **preparamo** bem esse medicamento / tem que tomar // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]
- (25) eh / **vamo** lá falar // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (26) não **chegamo na** televisão // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (27) [...] continuai assim // **Somo** do Partido // [TPA, 17.08.2012]
- (28) [...] também já **conhecemo** o nosso quartel onde **vamo** votar // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (29) é um projecto que **a gente temo escutados** anos atrás // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (30) **estamo** a ver que daqui a cinco anos isso **vai tornar muito** como um paraíso / isso vai mudar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (31) nós aqui *bandidagem* é demais // não tem água / não tem energia / não tem nada // a estrada está mal / a gente não tem que fazer // **estamo desgraçado** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]



### III. Concordância nominal

#### a) Concordância do nome com o adjetivo

- (1) a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral **tem instalado 161 Assembleias e 496 mesas de voto** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (2) enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos / vários populares já têm **identificado as suas Assembleias de Voto** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (3) **aparece pessoas voluntárias** para nos ajudar a levantar a cadeira de roda[Ø] / o que não seria **adequada** // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (4) todo outro **processo de formação** foi **feita** no exterior do país // em França, Portugal, na China // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (5) [...] as pessoas estão **todos ensinados** moralmente / já sabem onde vão votar / cada um está [-] vir votar sem nenhuma preocupação // e / por isso / aqui não há nenhuma complicação / muito menos confusão // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (6) dos eleitores / era **notório** a **ansiedade de votarem** pelas primeiras horas e serem os primeiros // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (7) até agora / o sistema **que** vínhamos fazendo a observação de pesca era apenas **efectuada** pelos nossos observadores e inspectores de pesca a bordo das próprias embarcações de pesca // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (8) vi que é uma proposta digna para a sociedade em geral / [...] foca mais na educação / que é **necessário** / algo **que** nós precisamos mais na nossa sociedade // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

Corpus

- (9) não temo[Ø] água / está [-] ver / **o nosso hospital** está [//] não está **bem organizada** / estamos[Ø] a viver uma vida à rasca // tem que mudar<sup>2</sup> memo tudo! [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (10) [...] visto que o projecto está inteiramente **dirigida** à classe juvenil e / como jovem / não estaria ausente desta [//] deste pormenor // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]
- (11) a minha arma **foi atribuído com** um jovem que vive mesmo no meu bairro // [...] [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (12) então **uma pessoa** que mal me conhece já quer casar comigo / já está **apaixonado** e o resto / isto é cantiga / isto é conversa // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (13) **querias** ver **as mata**[Ø] do **teu** avô **vendidos** para outras pessoa[Ø] que têm dinheiro ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012] [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (14) então / **a nossa desmobilização** é sempre mesmo **escondido** // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (15) queremos[Ø] **uma mudança digno** // [TPA1, Campanha Eleitoral, 24.08.2012]
- (16) a Organização tem um **parâmetro da governação muito ampla** // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (17) portanto / essa música retrata **os ganhos da paz conquistado** em Abril de 2002 // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

**b) Concordância do nome com os determinantes**

- (1) agradecer [...] **esse oportunidade** de fazer uma sentada com a família antigos combatente e ex-militar // [TPA1, Campanhas Eleitoral, 23.08.2012]

---

<sup>2</sup> O falante pronunciou *mudá* em vez de *mudar*.

Corpus

- (2) sim / com a paz sempre nas nossas cabeças / **nas nossos corações** // [...] [TPA1,Telejornal,24.06.2012,20h00]
- (3) nós **todo[Ø]** / os **quitandeira** / venha // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (4) depois **dos eleições** tudo retomou normalmente // [TPA1, Telejornal, 01.09.2012]
- (5) tenho um meu filho que está no [/] no Cuba // [TPA1, Telejornal, 17.08.2012]

## IV. Concordância verbal

### a) Com sujeito simples

- (1) de facto / hoje **as consequências desta revolução árabe** [...] **é** sem sombra de dúvida um exemplo de que não é através de revoluções [...] que um país pode evoluir // [...]. [TPA1, Telejornal, 24.06.2012]
- (2) acreditamos que **esses dez anos de paz trouxe** a esperança de vida a todos os jovens e a todos os Angolanos // [TPA1, Publicidade, 23.08.2012]
- (3) [...] então esperamos que **as condições vai** melhorar cada vez mais // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (4) **as situações de dificuldade** que os nossos amigos associados vão viver / estando nós presentes / **fará** com que o nosso *background* [...] desenvolva // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (5) então / essa educação de saúde oral já começa dentro da barriga para que as mães que vão ter os seus primeiros filhos já **começa** a **lhe** ensinar // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (6) conforme viram o exemplo / aqui **tem** nossas filhas que saíram [...] / que **estuda** no Estado / **vem** também aqui para aprender um bocado // [...] [TPA1, Angola Magazine, 22.08.2012]
- (7) apelo a **todos [-] Angolanos** para que **possa** exercer este direito de cidadania / para que **possa** votar de coração limpo e porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de eleições periódicas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (8) todo Angolano que **estão [ ] escutar** nós a falar [...] tem que votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (9) **nesse** universo / temos pra cima de setenta e quatro mil militantes // se todos militantes **votar** / mais os amigos e simpatizantes /

Corpus

- conseguimos atingir mais de noventa e cinco por cento dos votos  
**desse** município // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (10) **os demais** para **ir** civicamente / bem preparado[Ø] / não **ir**  
bêbado[Ø] // [...] [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (11) o facto de se terem colocado as listas **nas escolas** e nos locais  
de voto está [-] facilitar **muita gente** [-] consultar onde **vão** votar no  
dia da votação //
- (12) [...] já está encerrada a sessão de votação e neste momento  
**fazem-se a contagem dos votos** // [TPA1, Programa Especial:  
Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (13) a nossa província / desde o tempo colonial / nunca modificou //  
mas quando entrou o senhor presidente [...] // **as nossas província**  
**está** [-] desenvolver // [TPA1, Telejornal 25.08.2012]
- (14) nossos quartos **tem** cama boa // [TPA1, Telejornal, 17.08.2012]
- (15) esses tipos de mentira **tem** que acabar // [TPA1, Campanhas  
Eleitorais, 13.08.2012]
- (16) mamã / os **filhoØ tem** que estudar // [TPA1, Campanhas  
Eleitorais, 14.08.2012]
- (17) [...] estávamos sempre a meter a conversa em dia // “como é que  
foi o dia / como é que foi a noite / como é que **foi as aulas** / como é  
que foi o trabalho e foi assim” // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

**b) Falta de concordância entre o sujeito (1.ª pessoa) e o predicado**

- (1) **eu] veio** aqui votar para a paz e a democracia // [TPA1, Programa  
Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (2) **eu] está** atrasada mamã // [TPA1, Programa Especial: Eleições  
Gerais 2012, 31.08.2012]
- (3) **eu] correu** memo para votar // [TPA1, Programa Especial: Eleições  
Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (4) **eu tem** que votar // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (5) **[eu] tem** que vir // paciência // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (6) **[eu] tem** que votar / mãe // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (7) **[eu] vota** mesmo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (8) **[eu] está [ ] sentir** alegria // eu votei pela paz e pela democracia // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (9) **[eu] está** contente porque **[eu] já fez** o voto [...] // Gerais 2012, 31.08.2012]
- (10) **[eu] está** mesmo satisfeito // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (11) **[eu] está** alegre porque **eu votou naonde que eu desejou na minha** coração // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (12) **eu vive p'a** Luanda // vim votar aqui [-] Kaxito // assim vou voltar já // [...]
- (13) **[eu] agradeceu** muito / muito mesmo // assim foi muito correcto me[-]mo / eu até fiquei contente // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (14) no dia 31 **[eu] vai votar** me[-]mo // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (15) **[eu] está [-] vender** me[-]mo essa planta [da] mata // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]

**b1) Casos de concordância verbal com inversão de sujeito**

- (1) dizer que também **está aqui os elementos da Sinfic** / que estão a trabalhar com o PDA / e muitos agentes têm ajudado as populações a saber os locais de voto // [RH, Huíla em Movimento, 30.08.2012]

Corpus

- (2) o país entrou numa fase de canteiro de obra[Ø] / e **deu-se as primeiras prioridades** / creio que é a **ligação** da capital **para** as províncias / província aos município / município às aldeias // [...] [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (3) quando construí / **estava [-] faltar alguns meios mesmo** // [RH, Huíla em Movimento, 05.09.2012]
- (4) enviei uma mensagem a partir do telefone e **veio todos [-] dados completos** // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (5) eu apoio o programa de governo do Partido / porque nele **constam a solução da[Ø] minhas preocupações** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (6) Sabemos que está em fase de elaboração final o Plano Reitor das infra-estruturas / que abarcará um horizonte temporal de quinze anos // por este facto / **ganha muito mais importância as decisões** que hoje tomaremos // [...] [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (7) [...] mais tarde é que **apareceu três pessoas** // [...] [TPA1, Telejornal, 10.08.2012]
- (8) **aparece pessoas voluntárias** para nos ajudar a levantar a cadeira de roda[Ø] / o que não seria **adequada** // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (9) **chegou os homens** / chegaram aqui / destruíram a casa toda // [...] [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (10) já **começou os trabalhos** para darmos início à construção das novas centralidades de Mbanza Congo e do Soyo // [...] [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (11) o administrador disse ao moço // “se tu continuares a corromper a população / **vais** morrer do jeito como **morreu os seus irmãos** / ou os **seus** tios” // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (12) portanto / **podemos dizer** com muita certeza **de** que o Partido poderá influenciar junto do Parlamento / do novo Parlamento / para que esses pensionistas sejam de facto **vistos** com rigor **o seu problema** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

**c) Verbo copulativo + Predicativo**

- (1) [...] **é algumas reclamações** sobre ter que se deslocar de um lado para o outro que é pra receber os credenciais // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (2) eu vou dizer o que eu recebo por frequência no meu local de serviço // **é problemas periodontais** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (3) devem aceitar / a princípio / **os resultados** / porque **é** a expressão do povo // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (4) [...] e o bom que eu acho nas **associações** / portanto / **é** de carácter voluntário // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (5) **as causas** [da manifestação] **é** o descontentamento dos trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (6) que **essas eleições** do próximo dia trinta e um estejam **rodeado** do espírito patriótico / do comportamento patriótico para que Angola **seje** de facto um exemplo patriótico / conforme a essência da sua luta [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (7) temo **estado [-] encontrar** resultados extraordinários / o que nos dá [-] **entender de** que os objectivos por nós preconizados **serão atingidas** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (8) **o nosso hospital** está [//] não **está bem organizada** / estamo a viver uma vida à rasca // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (9) foca mais na **educação** / **que é necessário** / algo que nós precisamos mais na nossa sociedade / [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (10) **a estrada está muito bonito** // a pessoa já **consegue de** viajar / andar de carro // era muito difícil / a estrada tinha muitos buracos // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]



**d) Com sujeito composto**

- (13) **a índole e a postura ética se desenvolve** muito // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (14) [...] se **os cães ou gatos da aldeia apanhar** raiva / vão-lhes matar nos homens da veterinária // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]
- (15) [...] vote no Partido para que **a sua vida e a sua família mude** // nós levaremos as suas preocupações ao Parlamento angolano // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (16) **os cães do Ngana Soba e os gatos da mulher do Ngana Soba** são tipo já também da família // não **pode** apanhar doenças perigosas como a raiva // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]
- (17) [...] essa informação só chega até nós se nós lermos // tudo bem / tem a rádio / tem a televisão // mas **a televisão e a rádio não é suficiente**. [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

**e) Concordância verbal com – vós**

- (1) a todos **vós** que me **conhecem** / que **sabem** da minha honestidade política / [...] peço-vos que **votem** em mim / votando no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (2) é o número # que **vocês deveis** votar / porque é o único que garante essa paz / esta harmonia / esta unidade // [...] [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (3) Por tudo isso / meus irmãos / não **tenheis** dúvidas **no** vosso povo // não **tenheis** dúvidas **no** Partido // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

**f) Variação de haver existencial**

- (1) meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não **haverão** tendas // **haverão** casas sim // não **haverão** demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (2) [...] foram estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antena caso **hajam** mais notícias para manter o país e o mundo actualizado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

**g) Tratamento simultâneo por tu e por você/senhor(a)**

- (1) **mexa-se** agora / **deixa** de pessimismo // **vai-se** e **prepara-se** // vai também dançar como eles fizeram // porque é que não ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (2) [...] depois de confirmado o **seu** nome / o Presidente vai-**lhe** entregar um boletim onde estão todos os candidatos e vai-**lhe** mostrar um local que é a cabine de voto // **tu** vais receber o boletim e **vais-te** dirigir à cabine de voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (3) **diga**-me onde **estás** // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (4) não **se esqueça** // no dia 31 de Agosto **vota** pela paz e pela democracia // [RNA, Publicidade, 25.08.2012]
- (5) **conduza** com cuidado e **mantém-se** na sintonia da Rádio Nacional de Angola // [RNA. Jornal das 13h00, 17.09.2012]
- (6) se porventura **estás** a colocar o *xís* / **sente** que fiz erradamente ou coloquei um *xís* a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque

- estava com dúvidas [...] / **tu podes** devolver // o Presidente vai inutilizar aquele boletim // e **fique** tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai **na** urna // **tu vais** voltar com um novo boletim [...] / **coloque** o *xis* bem visível e na parte que não deixe equívoco // ora / colocado o *xis* **deves** dobrar o boletim // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (7) por mais que vá [//] **você** vá para um hospital e seja submetido a um tratamento / a uma terapia / se a **tua** vontade / a **tua** mente não querer mudar / logicamente que **você** não vai mudar // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (8) **evite** escrever nomes // por mais que **tens** amor às localidade / evite escrever questões / ou mais que tenha repulsa a outros candidatos / evite escrever palavras obscenas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (9) **Vota você** também // [TPA1, Campanhas Eleições, 17.08.2012]
- (10) o **teu** voto aqui é a garantia de terra para **ti** e **teus** filhos [...] / **vote** número # / **vote** por todos nós // [TPA1, Campanhas Eleições, 17.08.2012]
- (11) **evite** colocar mais de um *xis* ou colocar sinais que confundem [...] // se por alguma circunstância **sentires** que **erraste** ou **procedeste** mal // **podes** voltar com aquele boletim de voto e **dirigir-se** ao presidente que **lhe** entregou o boletim e dizer “olha eu preciso de um outro boletim” / porque ele vai inutilizar aquele boletim // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (12) **queres** adaptar o Jacinto / **você** pode chegar ao Pedroto e dizer assim // “olha / eu quero pôr à direita / quero pôr a central // ele vai-**te** dar alguns toques” // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (13) tem que arranjar tempo pra ler // e a leitura habitua // se **você** hoje quiser ler muito / já não **vais** conseguir / e até vai-**te** fazer mal // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (14) **desculpa** // qual é o **seu** nome ? [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Corpus

- (15) toda essa operação [de dobrar o boletim de voto] **tu fazes** na cabine // **fazes** na cabine / **não vai** ao caminho indo dobrar / não // **não faça** isto // aconselhamos que **faça** tudo isto na cabine // assim do jeito que está o papel dobrado / **dirija-te** à urna // e **chegas na** urna / no formato [-] que ele está ele já entra na urna // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (16) Júlia // **dá** os **seus** documentos por favor // [TPA1, Publicidade Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (17) não me **faça** tantas perguntas / se não **queres** [...] [TPA1, Publicidade Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (18) **você** quer trabalhar / **vem** / **paga** quinhentos dólar[Ø] // eu também paguei muito dinheiro // [TPA1, Publicidade Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (19) **traz** para casa quatro deliciosos sabores de Tang / cada um faz um litro e meio de Tang / enriquecido com vitaminas A / B e C para refrescar os **seus** filhos e tornar tudo muito mais divertido // [TPA1, Publicidade, 27.06.2012]
- (20) **teu** voto aqui é a garantia de terra para **ti** e **teus** filhos // é a certeza de um desenvolvimento sustentável / **vote** número # / **vote** Partido / **vote** por todos nós // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (21) para votar no Partido / **vai** até ao número # / [...] **coloque** xís no quadrado branco // **vote** no Partido [...] // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (22) o administrador disse ao moço // “se **tu continuares** a corromper a população / **vais** morrer do jeito como **morreu** os **seus** irmãos / ou os **seus** tios” // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (23) o meu voto é no número # // **vota você** também // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (24) **queres** que Angola **muda** ? **vote** número # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (25) para **saber** o local onde **vai votar** / **envia** uma mensagem ou **liga** para o número cento e catorze e **siga** as instruções // esse serviço é

Corpus

- totalmente grátis // **pode** ainda consultar a CNE através do endereço electrónico [...] // **vota** pela paz e pela democracia // [TPA1, Publicidade Campanha Eleitoral, 15.07.2012]
- (26) uma vez que já **tens** a informação / a Assembleia local onde **vais** votar / [...] então **visite** já aquele local // [...] no dia trinta **tenha** já este cenário / este esquema / esse mapeamento / se me permitem aqui dizer // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (27) ora / quando **chegares nesta** mesa / **identifique** imediatamente onde é que o **seu** nome está // em que mesa concreta onde **tu** vais votar / porque as filas serão por mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (28) se **tiver** dúvida em localizar [a mesa de voto] **pede** informação / mas **evite** ficar numa mesa que não **tens** a certeza absoluta [-] que o **seu** nome consta nesta mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (29) ora / **vais** encontrar nesta mesa os membros da mesa / dentre eles um é o presidente // o presidente é a pessoa que **lhe** vai receber e de imediato **lhe** vai solicitar o seu cartão de eleitor // **vais** entregar o **seu** cartão eleitor porque / se não **tiveres** o **seu** cartão de eleitor logo de imediato **vais ser pedido** para **se** retirar / porque não **tem** cartão de eleitor // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (30) somos a voz do povo / somos a **tua** voz // dia trinta e um de Agosto de 2012 **leve** o número # no coração / **leve**-nos ao parlamento e **faça** ouvir a **sua** voz / o **seu** clamor e **seus** direitos // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (31) não **tenha** medo // **vote** na *Organização* e não **vais se** arrepender // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (32) **vota** o Presidente / **vota** o Partido número # no boletim de voto / **aceite** o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século vinte e um // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Corpus

- (33) não **seja** séptico // **levanta-te** // [...] aderir em massa o programa da juventude / o programa do angolano // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (34) o país precisa de **si** / e eu conto com o **seu** voto // **faz** a diferença / **vota** no # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (35) **você** deve já tomar a sua decisão / a decisão definitiva / decisão esta que **te** permite no dia trinta e um votar na Organização partidária // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (36) mulher querida / eu sou aquele que **te** ama infinitamente // nasci para estar ao **seu** lado / nasci para sentir saudade **tuas** // [RH, Paixão e Coração, 17.09.2012]
- (37) **você** que é da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexu // você deve ser um exemplo / você deve votar na bandeira // todo e qualquer militar sabe-o perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é o nome da pessoa que deve **te** atrapalhar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (38) Para saber o local onde vai votar / envie uma mensagem com o nome de registo / dê um espaço / número de grupo e envie para o cento e catorze // pode ainda consultar o site da Organização Eleitoral [...] ou também consultar os jangos eleitorais espalhados pelo país // **vota** pela paz e pela democracia // [TPA1, Publicidade Eleições, 26.07.2012]
- (39) é // não adianta estar a ouvir tanta coisa de Angola a crescer sem que a **sua** vida mude realmente // e para que ela mude é desta vez // o **teu** voto **tem que** ser no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (40) **você** tem motivos suficientes para votar na Organização partidária no dia trinta e um de Agosto deste mês // **vote** no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar **consigo** / porque a Organização merece o **teu** voto // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

Corpus

- (41) então **foste** o primeiro a chegar aqui // e esta ansiedade toda ? não **queria** perder o dia do voto ? [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (42) eu queria amar **você** e os **teus** defeitos // queria morar nos **teus** pensamentos / queria nas estrelas morar com **você** // eu queria encontrar **você** no meu aconchego / queria fazer-**te** feliz / afastei **você** do meu olhar // queria fazer-**te** feliz // [RH, Paixão e Coração, 17.09.2012]<sup>3</sup>
- (43) eu sou amigo da **tua** mãe / **você** tem que me chamar tio // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (44) mas **o senhor** não **estás** a ver que ela está grávida ? [RH, Publicidade, 06.09.2012]
- (45) o Estado decretou uma Lei que as nossas **terra** / **do** nossos **antepassado** já são do Estado / já não são nossos [...] // **você** também **aceita** ? **querias** como ? **querias** ver as **mata** do **teu** avô **vendidos** para outras pessoa que têm dinheiro ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012] [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (46) agora **você** como **está [-] falar** a música é dança / vou chamar me[-]mo [-] **tua** cara ali / **você** é que **está [-] falar** / a música é **tua** // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (47) **vem** aqui **no** Partido / **vote** no # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (48) que tipo de mensagem é que normalmente você deixa nas suas músicas ? que tipo de mensagem **costumas a** passar pros **seus** fãs nas **tuas** músicas ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (49) essa é a cara que Deus **te** deu ou que **você tá [-] construir**? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (50) **ouve** / **conhece** alguns instrumentos musicais ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]

---

<sup>3</sup> Este fragmento contou com suporte escrito, isto é, era um «poema» lido por uma jornalista.

- (51) **fala** minha vizinha // o que é que **deseja** ? **queres** alguma coisa // uma gasosinha ou uma cervejinha // [RNA, Publicidade, 04.09.2012]
- (52) mas tanta gente que vive neste prédio / a música só está [-] **te** incomodar **você** vizinha ? [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (53) assim mesmo **estou [-] avisar** já / ó minha vizinha / estou**te** [-] avisar já // é melhor **você** voltar na **tua** casa vizinha // eu não quero confusão com ninguém / **está** ouvir bem ? [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (54) **você é** muito desobediente e **pensas** que eu não **te** conheço né ? [RH, Publicidade, Encenação, 10.09.2012]
- (55) então devias **lhe** dar bom exemplo Chica // cada vez que **vais** falar com o miúdo / **é só esses nomes feios** e insultar // é só isso que sabes fazer ? [RH, Publicidade, Encenação, 10.09.2012]
- (56) então **tenha** já o cuidado de dirigir-se na mesa aonde consta o **seu** nome // para quê ? para não **ficares** numa fila durante uma hora e quando chegar na hora de votar vão dizer «ok / o **teu** nome não consta aqui / mas consta naquela mesa» // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

#### ***h) Tratamento por senhor e você com segunda pessoa do singular***

- (1) mas o senhor **estás** a exagerar // [TPA1, Publicidade Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (2) mas **o senhor** não **estás** a ver que ela está grávida ? [RH, Publicidade, 06.09.2012]
- (3) Se não apanhar a vacina / **você** não **ficas** bem // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012, 20h00]
- (4) **você tens** direito de tocar a **tua** música / nós também temos direito de descansar // [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (5) vizinha / abuso é isso que **você estás** a fazer // [RH, Publicidade, 04.09.2012]



***i) Concordância ideológica pela concordância sintáctica***

- (1) [...] é isso que **a gente esperamos** // **a gente vamos** ver quem ganhou // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (2) **a gente** aprende muito e **estamos** em condições / amanhã / de poder / portanto / lidar com qualquer tipo de pessoa // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (3) **a gente** só faz as drogas se a gente **queremos** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (4) depois **da gente cumprirmos** este dever / a família provavelmente estará satisfeita // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (5) é bom que **a gente** nesse momento **vamo** dirigir à Assembleia de Voto e consultar **nas lista**Ø / porque **as lista**Ø já estão **colada**Ø nesse momento // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (6) sabemos nós que há **muita gente** que vende nos mercados e não **estão legalizadas** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (7) passámos vários anos a trabalhar // **a gente** deu no duro pra ver se é que **conseguíssemos** ter um emprego que **venha** estabilizar a nossa vida // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (8) **a gente** como estudante **corremo**Ø certos riscos na capacidade de assimilação // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (9) é um projecto que **a gente temo**Ø **escutado**<sup>4</sup> / eh / anos atrás // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (10) estou alegre por ter recebido os valores que **a gente merecemos** // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]

---

<sup>4</sup> O falante pronunciou *escutados*.

Corpus

- (11) é bom que **a gente** nesse momento **vamos** dirigir à Assembleia de Voto e consultar nas listas / porque as listas já estão coladas // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (12) eu venho pra alertar algo muito importante a todos [-] **jovem** porque tudo [-] que se **passa nesse** país / jovem angolano / a razão de tudo somos nós // e somos nós amanhã que seremos vítimas se **a gente** não **soubermos** escolher // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (13) o facto de se terem colocado as listas **nas escola** e nos locais de voto está [-] facilitar **muita gente** [-] consultar onde **vão** votar no dia da votação // implica dizer que **todos eleitor** que pretendem votar já conseguem localizar a sua Assembleia de Voto antes do dia da eleição // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (14) **nós** temos uma gama de bibliografia que **a gente** pode adquirir para **podermos** adquirir qualquer informação // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (15) **toda população do Uíge** / aquela que está na idade de votar / que **afluam nas** assembleias de voto para exercer também o seu direito cívico // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (16) é a mudança que eu quero [...] / porque **o povo angolano andam** a sofrer muito [...] // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (17) a vinda do nosso presidente aqui na nossa província do Kwando Kubango / nós **todo** **estamo** muito alegres por isso // **todo povo** do Kwando Kubango **gostámos** muito mais / **ficámos feliz** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (18) eu espero que **o Governo** / nas próximas oportunidades ou nos próximos trabalhos / **eles conseguem** futuramente dar a reviravolta à situação para [-] **portador** de deficiência // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (19) na vila da Baía Farta, **a caravana** passou por diversas artérias // em alguns pontos de aglomeração de pessoas / **foram distribuindo** material de propaganda // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]

Corpus

- (20) depois **um grupo** de militantes e simpatizantes do Partido liderado pelo seu secretário provincial **foram** ao Comando Provincial da Polícia Nacional / onde **protagonizaram** cenas de agressão física a agentes da ordem / incluindo a uma oficial superior que viu também sua farda rasgada // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (21) **este grupo de jovens** / educadores comunitários / **preparam-se** para fazer um giro comunitário pelos bairros // **vão** levar mensagens de civismo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (22) **a juventude** que nasce hoje **vão encontrar** a realidade deste museu //
- (23) eu aconselho a toda **juventude** que **votem** // [TPA1, Campanha, 24.08.2012]
- (24) [...] fez todo sacrifício // **todo o mundo estamos satisfeito**Ø // [TPA, 17.08.2012]
- (25) **enquanto a equipa** dos serviços **tentaram** persuadi-los para que não estivessem aqui à frente / **foram surgindo** mais **um grupo** a que os próprios denominam Bloco Vermelho // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (26) a polícia fez a sua cobertura na medida que nós desejávamos // **a população** apareceu em massa // aderiu o Partido e **mostraram** que o Partido sempre esteve nos seus corações e sempre estará // [RH, Campanhas Eleitorais, 24.07.2012]
- (27) tenho provas de **uma frota** que está aqui permanente desde os anos oitenta // essa frota **estão** aqui / numa média de onze embarcações // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (28) **A população têm** uma participação directa no projecto [...] / porque os nossos filhos vão conseguir emprego aqui neste projecto // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (29) o Partido A está acima / a setenta e quatro por cento // depois o Partido B / com dezasseis por cento // terceiro está o Partido C com quatro por cento [...] // só peço que **a população sejam** mais

**compreensível** e **aceitam daquilo** que está [-] acontecer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

(30) o porta-voz da Organização / no Huambo / apelou **à sociedade civil** e não só no sentido de **mobilizarem o público** eleitor para que **votem** com responsabilidade / deixando pra trás as adversidades / preservando / no entanto / a paz que reina no país // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]

(31) peço a **toda juventude** / tanto faz rapazes como meninaØ / que **vão** à Assembleia **do** Voto no dia 31 de Agosto [...] pa nós todos **escolher** o nosso Partido que vai governar o nosso país // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]

(32) eu quero que se **o Partido** tiver que ganhar / **mostram** mais uma vez **daquilo** que é digno para o povo e que **mexam** mais na saúde / no ensino [...] // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]

(33) só **esse partido estão** [-] **fazer** muita confusão aqui // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

#### ***j) Concordância com expressão partitiva***

(34) quer dizer que daqui a mais tempo teremos previsões de ter **maior quadro** licenciado [...] que não se **desloquem** daqui para Luanda / ou até fora do país // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

(35) **maior parte dos cidadãos** já **tinham** exercido o seu dever de voto // [TPA1, Eleições Gerais, 31.08.2012]

(36) **a maior parte dos indivíduos** que hoje **parecem** estar bem posicionados / também passaram por essas situações // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

(37) [...] **a maior parte das mesas arrancaram** às 7h00 / incluindo as assembleias dos restantes municípios do interior // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(38) [...] **a maioria dos habitantes estão reservados** em suas casas / e outros sim / **dirigidos nas** Assembleias para exercerem o seu

Corpus

voto de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

- (39) **boa parte dos indivíduos** que **entram** no mundo da droga dificilmente **saem** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (40) vale referir que **grande parte de eleitores** que **votaram** / pelo menos naquilo que nós constatámos / **foi** de mulheres // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (41) **uma boa parte dos pacientes têm** problemas periodontais sério[Ø] // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (42) os *akotos* é um **conjunto de reis** que **passaram** nas embalas e que estão bem conservados no tal local que se chama *akokotos* // [RNA, Jornal, 19.09.2012]
- (43) na verdade / a única ideologia que sempre tiveram foi a de viver bem / de usarem os bens públicos em seu proveito / em detrimento da **maioria da população** que **vivem** com dificuldades // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]

## V. Mais sobre concordância

### *a) Sujeitos de primeira pessoa + Se (3.ª pessoa)*

- (1) **se** sinto muito bem / porque o meu voto é pela primeira vez // [TPA1, Telejornal, 21.08.012]
- (2) **Se** sinto bem // [...] espero a minha hora pra ser chamado e escolher // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (3) está **me** falar pra **mim** não votar porque eu **se** actualizei lá no Lubango [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (4) – como se chama o aeroporto do Namibe ?  
– não vamoØ só **se** complicar // [TPA2, Pato na Área, 23.08.2012]

### *b) falta de concordância entre os relativos Qual e Cujo com os seus antecedentes*

- (1) nós apreciamos o discurso do camarada presidente, **na qual** dirigiu-nos uma mensagem de aconchego // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (2) após esse processo / **lhe é** entregue dois sacos **na qual** ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (3) com este novo horário que foi implementado / vai diminuir bastante o número de absentismo // por exemplo / eu estou aqui // cheguei [-] eram 17h30 / 18h00 // já registei a minha filha e **na qual** até já recebi a minha cédula // estou satisfeita // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (4) isso propicia uma mais-valia para as nossas populações / no sentido de criar condições de circulação de pessoas e bens // propicia o

Corpus

desenvolvimento da província / **no qual**<sup>5</sup> há muito / esta população desejava // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]

- (5) a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de uma orientação do camarada Presidente [...] / segundo **as quais** vemos concentrar [///] depois de praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços para o aumento da qualidade da educação // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (6) existem brigadas **pela qual** os operadores estão já a passar a informação a todos [-] eleitores de que devem possuir uma senha // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (7) nós temos alguns **empreendimento**Ø **cujo** grande a produção de lixo vem daí // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]

---

<sup>5</sup> Neste caso, há concordância, mas a preposição *em* contraída com o constituinte relativo (*na qual*) torna o enunciado agramatical.

## VI. Modos verbais

### *a) Substituição do conjuntivo pelo indicativo ou pelo infinitivo*

#### a1) Em orações adverbiais finitas

- (1) quem sabe **se os Angolanos terem** uma outra ideia / apostarem num outro governo / poderá haver mudança // eh pá // é assim // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (2) **se** não **quer** que amanhã seja ferido / aliás / por causa dessa ausência as pessoas vão pensar que [...] é só essa semana / não vou aparecer porque ainda são as primeiras semanas / [...] diz-se muito por ali que isso de aparecer a primeira semana é dos caloiros // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (3) se **nós votar** no partido certo / quer dizer que a minha família vai mudar de vida / de condições // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (4) **se porventura estás** a colocar o xis / sente que fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / tu podes devolver // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (5) eu quero que se **o Partido** tiver que ganhar / **mostram** mais uma vez **daquilo** que é digno para o povo e que **mexam** mais na saúde / no ensino [...] // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (6) por mais que se fale que você tenha que ler / **se o indivíduo não saber** a importância da leitura / automaticamente ele não vai ler // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (7) não temos medidas para / eh / nos exprimirmos / **se termos em conta** que observamos a população aqui / é tanta gente e mesmo nas aldeias também estão em festa // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]



Corpus

- (8) eu não quero ser alarmista / mas **se ver** / muitas empresas estão a sair do país // [TPA1, Telejornal, 21/08/012]
- (9) cada dia que nasce **tamoØ [-] ouvir** a mudança [/] a mudança / e **se a pessoa essas hora não vir** com a banheira do peixe vender / não come // por isso / essa mudança quero ouvir que dia // dia / hora e o minuto // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (10) esses Angolanos conhecedores / **se porventura manterem** desunidos / Angola não vai desenvolver // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (11) **caso ganharia as eleições** / eu queria saber então que solução daria **para** o problema então da habitação para a população angolana // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (12) pretendo saber **caso** o Partido **vencer** as eleições / o que é que pretende melhorar no sector agrícola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (13) [...] **desde que está** em missão de serviço / então tem direito de votar aqui // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (14) [...] passar essa informação [...] **que** como ela vai proceder **quando o seu filho vir ao mundo** // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (15) depois / **quando ver** que não há **resolução** / vai **pra** nossos serviços // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (16) quando os Angolanos **serem** unidos / ninguém **pode os** combater // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (17) Enquanto **haver** esperança na vida / tudo pode acontecer // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (18) para o presidente [...] / primeiramente eu vou dizer força / que pode contar com a juventude angolana / **embora muitos parecem** não estar com ele / mas ele tem o nosso apoio [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (19) evite escrever nomes // **por mais que tens** amor à localidade / evite escrever questões / ou [-] mais que tenha repulsa a outros

Corpus

- candidatos / evite escrever palavras obscenas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (20) vamos imaginar que usaste a almofada para a impressão digital // colocaste aqui [a impressão digital] // quando dobrares assim / **mesmo com tanta pressão que fazeres** de modo que esta impressão possa aparecer aqui / mas vai aparecer sempre no mesmo candidato // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (21) **mesmo que oØ nossos conhecimentos podem ser reproduzidos** / podem ser expandidos / não carecem de direitos de autor / o que nós queremos é Angola à frente // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (22) estão garantidas as condições técnicas / operacionais e de segurança **para que** ainda nas próximas semanas se faça a viagem inaugural entre as três províncias **e se retoma a ligação comercial** ou a transportação de pessoas na linha que une as três províncias do nosso país // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (23) [...] é a ponte entre a Assembleia de voto e do partido / **para que** no dia D nós **acreditarmos** que o voto foi efectivamente aquele que o partido desejava // [TPA2, Telejornal, 18.08.2012]
- (24) o conselho que se deixa **é que** a juventude **olha pelo** lado científico [...] / e diminuir as diversões // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (25) [...] e é por isso que nós estamos a apelar muito entendimento // que os partidos políticos que estão a correr às eleições **devem estar** unidos para que **cantamos** a mesma música / a música da reconciliação nacional / a música da unidade nacional / a música da paz que tanto tempo custou para nós termos a paz // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (26) eu quero que neste país ou nesta Angola [-] **que** nós vivemos / queremosØ mudança / [...] para que nunca **vamoØ levar** mais isso no ombro // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

**a.2) Em orações subordinadas completivas (integrantes) finitas dependentes de verbos e de adjectivos**

- (27) **é importante que** o nosso presidente **se preocupa** também com a nossa cultura // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]
- (28) a democracia faz muito bem // **é importante que nós nos encontramos e fazemos** a escolha certa // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (29) **é fundamental que** todo cidadão angolano **participar** activamente na votação / porque votando / só assim que nós vamos escolher aquele que vai dirigir o nosso país durante esses cinco anos // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (30) aquelas pessoas também que / não sabem **seguir no Partido / então é bom que apostam** no Partido // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (31) [...] e eu **quero que tudo corre muito bem** / nada de guerra porque já sofremos muito // [...] por isso que eu peço à população e não só **que tudo corre muito bem** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]
- (32) **Queres que eu canto** ? [TPA2, Pato na Área, 23.08.2012]
- (33) **quero que** o povo angolano seja [//] **aderem** / não é / às Assembleias / que venham realmente votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (34) **eu quero que o Partido ajuda-nos** na melhoria das propinas escolares // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (35) **queres que Angola muda? Vote** n.º # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (36) [...] **o que nós queremos é que** Angola continue / de facto / a crescer e todos nós **podemos** viver melhor aqui neste país // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (37) eu espero que o Governo / nas próximas oportunidades ou nos próximos trabalhos / **eles conseguem** futuramente dar a reviravolta

Corpus

- à situação para **portador** de deficiência // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- (38) [...] então esperamos que **as condições vai** melhorar cada vez mais // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (39) hoje / em quarenta e oito horas estamos no Uíge // Malange / estamoØ lá // Benguela / estamoØ lá // então / **estamos [-] esperar** que **há** mais coisas [...] // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (40) a melhor forma de nós sermos transparentes / claro / é **evitar com que cometemos** erros / por exemplo // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (41) essas empresas terão que ter consciência mínima de **fazer com** que o lixo **dele vai** para ali já bem depositado // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (42) aos jovens que fazem uso [da droga] / eu gostaria de deixar um apelo // que **largam** as drogas / [...] que larguem as drogas e **tentam** ocupar-se na sociedade // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (43) [...] que **dão** o seu contributo / que votem / pra amanhã terem forma de poder reclamar o que está bom / o que não está bom // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]
- (44) [...] que o país **estar** melhor / para não haver mais guerra // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (45) o apelo que eu dou às outras senhoras é que elas também não falem // todas [-] mulheres **que votam** // é o bem para o país // temos que votar pela paz e pela democracia // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (46) o ambiente está bastante motivado // todos nós estamos é à procura de conquistar o **seu** lugar aqui na selecção / como cada um de nós tem vindo a trabalhar bastante [...] / **só esperamos agora é que chega o momento** que é p'a nós podermos dar o nosso melhor // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (47) [...] **eu quero mesmo que a paz continua** / é que é a minha ideia // **quero mesmo que a paz continua** // voltar mais pra trás / não // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (48) nesta altura em que estamos a vos falar / consideramos o balanço desta actividade / sendo preliminar / como positivo / esperando que nos outros momentos podemos fazer o balanço final do processo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (49) gostaria que estas eleições termina com tranquilidade // aquele que ganhar / saber ganhar / porque o povo escolheu a ele // e quem perder / pronto / é cidadão e pode esperar pra nova corrida // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (50) é a segunda vez que eu voto // espero que eu voto a terceira / quarta / décima // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (51) neste momento / praticamente as Assembleias estão todas encerradas // está-se a proceder à contagem dos resultados // já recebemos algumas actas e estamos à espera que durante esta noite recebemos mais actas / mais informações [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (52) a opinião que eu tenho / se o Partido está [-] vencer / que vence durante este ano / os anos todos de poder novamente // vamos ver o que vai fazer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (53) [...] que se dediquem mais nos estudos / para poderem tirar boas notas // [...] que assistem às aulas // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (54) que o ano lectivo / terceiro semestre / termina cedo // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (55) [os outros estudantes] que se aplicam mais / que estudam mais // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (56) eu espero que o Governo / nas próximas oportunidades ou nos próximos trabalhos / eles conseguem futuramente dar a reviravolta à situação para portador de deficiência // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]

**a3) Com o advérbio modal talvez**

- (57) [...] obviamente os partidos que assim agirem / **talvez terão algumas consequências** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (58) **talvez o bom livro é aquele que tem muitas fotografias** / ele vai apreciando as imagens [...] // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

**b) Substituição do conjuntivo pelo infinitivo**

- (1) [...] **que vão votar** com muito amor / a fé / a esperança / nada de confusão // queremos é a paz // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (2) os nossos agentes foram instruídos / foram educados para que / de certa forma / ponderassem as suas reacções [...] // isso não quer dizer que a Polícia Nacional **leve** uma chapada numa face e **vai dar** a outra // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (3) sinto-me feliz // é um momento de alegria // que cada um **deve exercer** a sua cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 2012, 31.08.2012]
- (4) queremos **que** a ideia dele **deve** ainda continuar // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012]
- (5) desejo que o partido que eu escolhi **tem de ganhar** e **mandar** o país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (6) **mas vamos na eventualidade que quer usar** a impressão digital // ora / vais olhar / dos seus candidatos / e aqui é aquele momento que é exclusivo só / secreto / [...] coloca pura e simplesmente um xis naquele candidato que escolheres // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (7) deixem que o Partido acabe de resolver os problemas // aquelas casas que estão a fazer na Lunda Norte também **deixam** fazer aqui // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

**c) Analogias: esteje, seje, deia por esteja, seja, dê**

- (1) é importante que um jovem **esteje** filiado na associação // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (2) queremos que todo esse processo vá com calma, de maneira pacífica / [...] / mas que o Partido A **esteje** ciente que não tem nenhuma autoridade ou força moral para ditar ao Partido B aquilo que deve fazer // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (3) é importante realmente que **estejemos** filiados a determinadas associações / desde que elas obedeçam àquilo que é o fim a que nos propomos // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (4) eu acredito nas mulheres / na vontade que as mulheres têm / e espero que **neste** dia todas elas **estejem** em massa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2013]
- (5) Para que no dia D **estejemos** todos firmes [...] // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (6) [...] que toda gente **esteje** presente **ao** lugar do voto e que a gente **pudesse** fazer os nossos votos [...] sem confusão nenhuma // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (7) é na religião onde nós aprendemos / eh / os valores / portanto / éticos / os valores morais / os valores [///] esses que fazem com que futuramente **sejemos** grandes homens ou grandes indivíduos a nível da sociedade // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (8) [...] **esteje** conosco nos próximos minutos do nosso tempo de antena // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (9) [...] **sejem** bem-vindoØ à nossa Assembleia de Voto // [TPA1, Publicidade Eleições, 26.07.2012]
- (10) que essas eleições do próximo dia trinta e um estejam rodeadoØ do espírito patriótico / do comportamento patriótico para que Angola **seje** de facto um exemplo patriótico / conforme a essência da sua luta [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (11) então / a democracia **seje** bem-vinda // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]

Corpus

- (12) por mais desempregado que um homem **esteje** / mas / sinceramente / não é porque ele estava lavado / como a sociedade diz / era uma forma de ele ajudar-me // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (13) a Polícia Nacional reafirma que em termos de segurança estão criadas todas as condições para que as eleições decorram sem constrangimentos e com tranquilidade / e não vai permitir qualquer que **seje** a pessoa ou pessoas na perturbação da ordem estabelecida no país [...] // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (14) nós ponderamos / mas não vamos permitir que a ordem estabelecida **seje** / portanto / perturbada por qualquer que **seje** dos partidos políticos ou militantes // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (15) talvez **seje** realmente uma forma de ele agradecer / porque realmente eu não tinha mesmo tempo // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (16) por mais que tu **estejes** desempregado / quem disse que tu tens de limpar o chão, onde é que já se viu um homem a limpar o chão / onde é que já se viu um homem a limpar as fraldas dos bebés [...] ? [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (17) sozinho e antes // com a Empresa / é depois // [...] faça diferença para si e para a sua família // **deia** uma nova luz ao seu negócio // [TPA1, Publicidade, 27.06.2012]
- (18) no cômputo geral é uma convocatória consensual / são os jogadores / os melhores do momento // esperamos que **deiam** o melhor para o bem da nação // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

**d) Imperativo negativo pelo imperativo afirmativo**

- (1) como é ? **não fica** assim // eu estou a voltar p' Angola / amanhã sabes que quando estiveres com saudade é só ligar / tu sabes // [...] [TPA1, Publicidade, 27.08.2013]



Corpus

- (2) Antes de mais / **não dá** bandeira já ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (3) neste sábado / grande comício no Kalembe dois // [...] **Venha** participar / **oiça** a mensagem [...] / **não falta** // contamos **consigo**. [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (4) dia trinta e um / que os Angolano reflectam muito // a juventude não **deixa se** enganar com as cervejas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (5) eu ? **me** insultar [...] ? **lhe** deixa experimentar / **não lhe deixa** ? vou lhe queimar a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]

**e) Infinitivo flexionado**

- 1) não **vamos nos entretermos** nem **nos distrairmos** com outras políticas barulhentas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- 2) o que nós queremos é **termos** paz // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- 3) e não se esqueçam também de **ouvirem** e **verem** as notícias sobre as eleições gerais na rádio e na televisão // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- 4) temos a obrigação de **desenvolvermos** uma actividade permanente de educação para as pessoas saberem como votar / por que votar / a importância do voto // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]

## VII. Ter por haver

- (1) o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / **tem** um outro número // julgo de serem cerca de quatro ou cinco dígitos // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (2) lá não **tinha** água // **tinha** esgoto / muito lixo e [///] praticamente fiquei lá muito tempo // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (3) na cabine de voto vais usar uma esferográfica / e nas cabines de voto normalmente já **tem** uma esferográfica / **tem** uma esferográfica e **tem** uma almofada para quem quer usar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (4) eu quero apelar a todos militantes / de Cabinda ao Cunene / ali aonde **tem** um comunista / deve apoiar e votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (5) **tinha** momentos em que eu perdia a esperança // [TPA1, Publicidade, 21.08.2012]
- (6) na nossa família não **tem** isso // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (7) vão pra terra / onde eles são de origem / também já não encontram espaço / porque **tem** outras pessoas // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (8) não vale a pena nós ficarmos aqui [///] epa / como **tem** cunha / então vou em casa e passo a vida a lamentar // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (9) **tem** aqueles casos que às vezes nós seríamos [...] a pessoa mais importante da família // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (10) uma outra coisa também é que **tem** poucas cabina [//] poucas cabinas eléctrica // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (11) essa reunião do dia dez **teve** lá muita gente // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (12) [...] essa informação só chega até nós se nós lermos // tudo bem / **tem** a rádio / **tem** a televisão // mas a televisão e a rádio não é suficiente // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

Corpus

- (13) **tem** coisas que eu realmente não sabia // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (14) **terá** uma segunda fase em que iremos ampliar o centro com um bloco operatório // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (15) **tem** o registo predial / registo automóvel / eh / o registo civil // **tem** o registo comercial // e / e temos ainda aqui na loja dos registos a identificação civil e criminal // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]
- (16) **tem** soluções pra essas coisas // [TPA1, Entretenimento, 20.11.2012]
- (17) eu sou pai de oito filhos / oito filhos **pequeno**Ø // afinal / quando não **tem** ninguém que fica lá à frente / então o seu documento não sai // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]
- (18) como saber isto [o sítio onde se vai votar] ? está a ser feita a Campanha de Informação // **tem** para além dos quiosques / **tem** a internet / **tem** o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também **tem** as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (19) se andarmos um bocado por essas repartições públicas que exigem um documento para ter acesso às instalações / **tem** muitos cartões de eleitores ali expostos para quem reclama // e **vem** buscar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (20) numa Assembleia **vai ter** várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (21) ora / por isso que nas Assembleias de voto **vão ter** os assistentes eleitorais e os operadores **informático**Ø para ajudar as pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (22) nós não podemos continuar a **dizer** como estamos agora **em** que aqui no Soyo **tem** muito petróleo / mas o povo vive pobre // está certo assim ? [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Corpus

- (23) juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta pra nós // soubemoØ que tem muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (24) [...] nesta senha tem o número do registo // e também vai evitar com que as pessoas fiquem demoradamente a suportar bichas até chegar a sua vez // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (25) [...] nós temos uma ficha que nós temos que preencher / onde tem todas [-] informações do local onde ele escolheu que deveria votar // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (26) no Huambo também tinha homens que queriam ir votar na sua origem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (27) tem muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (28) tem alguém que quer falar com a Sandra ? o esposo não vai gostar // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (29) lembro-me que nessa casa onde estávamos tinha uma parte da casa / até quase que estava a cair // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (30) tem olho des baleia / cura a tensão // tem olho de coiso [//] de jibóia / cura as feridaØ // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]
- (31) queremoØ votar na mudança / a mudança é o Partido C / que é o partido certo // nós aqui [-] bandidagem é demais // não tem água / não tem energia / não tem nada // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (32) quando nós chegamoØ aqui não havia espaço verde / mas por enquanto já tem um bom espaço verde // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Corpus

- (33) [...] quer dizer / muitos de nós não conhecemos onde está o Lubango // só andamos a escutar que **tem** o tal Lubango / mas / porque a distância é muita / a despesa também é muita / as pessoas só chegavam até Katengue ou Kaimbambo // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (34) se dezoito hora e tal já não **tiver os** eleitores, então nós trancamos tudo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

## VIII. Supressão e inserção da preposição *a* em perífrases verbais

- (1) eu **costumo a** dizer // pertencer a uma associação [///] quer dizer / a associação para mim significa uma escola [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (2) eh / portanto / nós também **costumamos a** constatar que existe um certo afastamento entre a religião e o Estado // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (3) é melhor até / porque antes **costumavam a** ir distante // agora já não // gostei // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (4) que tipo de mensagem é que normalmente você deixa nas suas músicas ? que tipo de mensagem **costumas a** passar para os seus fãs nas tuas músicas ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (5) o Angolano **está [-] viver** uma miséria terrível // e nós vamos mudar isso com certeza / porque nós temos um desejo infinito de mudar a vida do Angolano // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (6) «ah / senhora / mas aqui / perante a multidão / você **está [-] usar** estas tcherts» // eu disse [-] eu sou livre // [TPA1, Campanha, 26.08.2012]
- (7) a Associação de Jovens Unidos Contra o Álcool e Drogas na Huíla **está [-] angariar** fundos para apoiar os mais desfavorecidos // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (8) **aproveitámos** também [-] **criar** condições para que os treinadores que estão à volta de Benguela **pudessem** estar também nas outras províncias // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (9) [...] **estou [-] aprender** muito / já que vou trabalhar nas mesas de voto / preciso de primeiramente me actualizar / né / me informar e depois para conseguir atender os eleitor / no caso // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

Corpus

- (10) estamos aqui para mostrar que somos a favor do povo e que estamos contra essa miséria que o nosso povo **está [-] viver** // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (11) gostámos conforme **estão [-] construir** as casas e estradas / as escolas / etc // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (12) o próprio povo **está [-] vir** ao lado do Partido [...] // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (13) a rua Soba Mandume é mais um exemplo **que** o Governo não **está [-] fazer** nada para a população // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (14) o facto de se terem colocado as listas nas escolas e nos locais de voto **está [-] facilitar** muita gente [-] consultar onde **vão** votar no dia da votação // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (15) a direcção que hoje está aqui é a direcção que **está [-] mandar** / que deve reunir com os trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (16) fica mais actualizado sobre o que **está [-] acontecer** cá e fora do país // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (17) todo Angolano que **estão [-] escutar** nós a falar [...] tem que votar Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (18) temoØ **estado [-] encontrar** resultados extraordinários / o que nos **dá [-] entender de** que os objectivos por nós preconizados **serão atingidas** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (19) [...] é através desta campanha que também **estamos [-] aproveitar** a simular a população como **se** votar // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (20) esses partidos [...] costumam ameaçar o povo / receber os cartões / pôr os paus no caminho // quando vem com a motorizada / não passa // de noite é pior / alguns **estão [-] bater** o nosso povo // só esse partido **estão [-] fazer** muita confusão aqui // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]

Corpus

- (21) podemos acompanhar o Partido / porque ele **está [-] fazer** o bem para o povo / **está [-] construir** as **ponte** / **está [-] construir** as **escola** / as **estrada** / isto tudo é só com o Partido // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (22) irmão / camarada / aquele que **está [-] me** ver **nesse** momento / você que está sentado ali / sabe quem eu sou / pois que mesmo ainda não estando no parlamento / tem feito muito para vocês // vocês sabem o que eu estou a dizer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (23) **estamos [-] dar** força à selecção // por mim / Angola poderá ganhar por três / um // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (24) eu sou cidadão angolana // **preciso** também [-] **escolher** o bom governador // já está no meu coração e **estou [-] ver** mesmo quem é // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (25) agora / **você** como **está [-] falar** a música é dança / vou chamar me[Ø]mo [-] **tua** cara ali / **você** é que **está [-] falar** / a música é **tua** // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (26) eu aqui votei // e eu **estou [-] gostar** [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (27) em todos locais onde foram criadas assembleias de voto / a população **está [-] afluir** de forma positiva // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (28) não // não foi difícil [localizar a assembleia e a mesa de voto] / porque eu **estava [-] acompanhar** o programa das eleições na televisão e mandei uma mensagem por telefone // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (29) [o processo decorre] tranquilo / com calma / e **estou [-] apreciar** também um espaço muito tranquilo / onde toda gente está e poderá participar [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (30) achamos que a semana próxima as coisas vão retomar normalmente // **está tudo [-] correr** bem [...] // [TPA1, Telejornal, 01.09.2012]



Corpus

- (31) [...] só peço que a população sejam mais compreensível e aceitam daquilo que está [-] acontecer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (32) [...] acreditamos que o povo vai continuar [-] comportar-se com serenidade / com esperança de que o resultado não vai alterar o curso da vida de cada um de nós // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (33) a senhora sai da casa dela e vem me dizer que a música está muito alta ? isso é azar // a música está [-] tocar na tua casa vizinha ? [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (34) mas tanta gente que vive neste prédio / a música só está [-] te incomodar você vizinha ? [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (35) assim mesmo estou [-] avisar já ó minha vizinha / estou-te [-] avisar já // é melhor você voltar na tua casa vizinha // eu não quero confusão com ninguém / está [-] ouvir bem ? [RH, Publicidade, 04.09.2012]
- (36) quando construí / estava [-] faltar alguns meios mesmo // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (37) a nossa província / desde o tempo colonial / nunca modificou // mas quando entrou o senhor presidente [...] as nossas provínciaØ está [-] desenvolver // [TPA1, Telejornal 25.08.2012]
- (38) a minha batata já tem qualidade no mercado // faço contacto a essas área // assim que estou [-] produzir / já tenho homens que poderão me tirar isso // [RNA, Jornal, 17.09.2012]
- (39) na quinta-feira é que vamos iniciar [-] vender os bilheteØ // sexta-feira o comboio parte às cinco horas para o Lobito // [RNA, Jornal, 17.09.2012]
- (40) a opinião que eu tenho / se o Partido está [-] vencer / que vence durante este ano / os anos todos de poder novamente // vamos ver o que vai fazer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (41) [eu] está [-] vender me[Ø]mo essa planta [da] mata // [TPA1, Telejornal, 12.07.2012]
- (42) estou [-] bater palmas [...] // [TPA, Telejornal, 17.08.2012]

Corpus

- (43) temos atendido / em média / nas novas instalações / cerca de cem doentes // agora vamos **passar [-] atender** acima deste número // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (44) é uma legislatura que foi muito importante / levei experiência durante o mandato / **comecei [-] conhecer** a política que não dominava // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (45) [...] porque nós **estamos [-] ver** / só eles // nós não até hoje // olha toda gente aqui / somos **muito**Ø // nunca vêm **nos** chamar nem nada // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (46) felizmente vou votar na Escola Barão Puna / a primeira vez tinha feito no Huambo / e agora que **estou [-] trabalhar** em Cabinda / então vou votar à Escola Barão Puna // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (47) dizer que o Estado **está [-] trabalhar** no sentido de satisfazer as necessidades das populações [...] // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (48) esse projecto foi construído em tempo *record* / e pelo nível das infra-estruturas / nós temos aqui os campos já plantados / [...] penso que **estamos [-] atingir** os objectivos que nós traçamos quando projectámos essa fazenda // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (49) cada dia que nasce **tamo**Ø [-] **ouvir** a mudança [/] a mudança / e se a pessoa essas hora não vir com a banheira do peixe vender / não come // por isso / essa mudança quero ouvir que dia // dia / hora e o minuto // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (50) **está [-] ser** uma boa experiência // estou a gostar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (51) **estamos [-] esperar** que há mais coisas [...] / comboio que não circulava [///] então esperamos que as condições vai melhorar cada vez mais // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (52) não temoØ água / **está [-] ver** // **o nosso hospital** está [//] não está **bem organizada** / estamoØ a viver uma vida à rasca // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (53) a cidade **tá [-] crescer** muito // já temoØ água e temoØ luz // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]

Corpus

- (54) é claro que o professor já conversou connosco e nós estamos a tentar cumprir aquilo que ele **está [-] mandar** [...] // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (55) ó mãe / você **está [-] vir** da prisão com essas correnteØ ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (56) essa é a cara que Deus **te** deu ou que **você está [-] construir** ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (57) [...] as pessoas estão **todos ensinados** moralmente // já sabem onde vão votar / cada um **está [-] vir** votar sem nenhuma preocupação // e por isso / aqui não há nenhuma complicação / muito menos confusão // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (58) **está [-] me** falar para **mim** não votar porque eu **se** actualizei lá no Lubango [...] // eu estou aqui com a minha mãe doente e não tinha mais tempo para **mim** ir votar lá no Lubango // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (59) o nível de organização está tudo bem / bem correcto / não há nada de problemas / **está [-] correr** tudo bem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (60) só peço à malta jovem para **aderir o** BUE // é uma mais-valia // o governo **está [-] fazer** um excelente trabalho nesse sentido // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (61) eu vivo aqui / já **tirei** água **na** Casa Verde / e era um sofrimento // mas agora tudo acabou // o governo **está [-] trabalhar** // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]

## IX. Complementos verbais preposicionados

### a) *Substituição de preposições*

#### a1) Preposição em

- (1) eu vivo aqui / já **tirei** água **na** Casa Verde / e era um sofrimento // mas agora tudo acabou // o governo **está [-] trabalhar** // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (2) **Nos** tira **no** sofrimento // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (3) um dirigente que **sai num** partido para outro não tem convicção política // [TPA1, Telejornal, 29.08.2012]
- (4) eu **agradeço a minha família** / mas **agradeço** também **os grupos em que eu fiz parte** [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (5) um dos camponeses diz que «os tractores vão **contribuir na** produção de cereais / para o combate à fome e à pobreza» // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (6) e agora vamos **olhar no** sector da educação // em sete anos de funcionamento a Escola Superior Politécnica da Lunda Sul formou já duzentos e quarenta estudantes // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (7) [...] e porque também aquele boletim não **vai na** urna // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (8) quando **chegávamos numa** fazenda gritava-se [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- (9) Então tenha já o cuidado **de dirigir-se na** mesa **aonde** consta o seu nome. Para quê? Para não ficares numa fila durante uma hora e quando **chegar na** hora de votar vão dizer «ok, o teu nome não consta aqui, mas consta naquela mesa». [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Corpus

- (10) chamou os jovens para **explicar** os projectos do Partido **no** sector da juventude [...] [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (11) vim confirmar aqui na Administração pra ver se vai me falar **onde** **que** vou votar / porque estão a dizer que alguns estão a **solicitar no** cento e catorze // eu como não tenho telefone, por isso [ ] que estou aqui / para ver se vou confirmar melhor / para saber // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (12) [...] foi o primeiro eleitor que **chegou no** Complexo Estudantil Dom Bosco // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (13) a minha vida nessa altura foi [...] um desastre grande // não esperava / não contava [...] // aquele homem que no namoro mostrava-me a lua / aquele homem que no namoro meteu-me no colo / [...] **chega no** casamento / [...] decepciona-me desta maneira // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (14) estou muito alegre porque **chequei no** momento de eu escolher os meus futuros dirigentes // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (15) quando **chego em** casa / fico atento **se os cães estão bem** // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]
- (16) assim do jeito que está o papel dobrado / dirija-te à urna // e **chegas na** urna / no formato que ele está ele já entra na urna // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (17) [...] sei que as urnas ou as Assembleias começam a votação às sete horas // devo **me** preparar no dia trinta / a dormir cedo e de forma sóbria / numa forma que me permita **chegar** cedo também **nas** Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (18) o senhor **chegou no** meu estabelecimento comercial / eu usei a camisola do meu Partido / ah / senhora / mas aqui / perante a multidão / você está [-] usar estas tcherts / eu disse eu sou livre // [TPA1, Campanha, 26.08.2012]
- (19) não **chegamo na** televisão [...] // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]

Corpus

- (20) chegámo nas tenda [-] dois mil e oito // aguentámo a chuva nas tendas // agora [...] recebemo as nossas casa // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (21) hoje / tudo chega em nossa casa com facilidade [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (22) quando chego em casa / fico atento se os cães estão bem // [TPA1, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]
- (23) acredito que os treinador vão voltar a ir no Brasil // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (24) no dia trinta e um de Agosto de dois mil e doze / compatriotas / vamos todos na votação / votando no número # das nossas cadernetas // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (25) meu irmão / me fala / está a espera de quê ? vamos no voto // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (26) não vale a pena nós ficarmos aqui [...] / eh pa / como tem cunha / então vou em casa e passo a vida a lamentar // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (27) [...] e assim vou lá em casa / ficando com as criança e assistindo um pouco de televisão // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (28) quando houver mais um enfermeiro que pede gasosa / vai no tribunal // [TPA1, Campanha, 26.08.2012]
- (29) eu vou no Namibe // vou ir conhecer lá porque não conheço // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]
- (30) não falta nada [para ir ao voto] // esá tudo em dia / [-] só eu ir na mesa de voto e exercer o meu direito // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (31) o dia [-] que partiram [a casa] / eu fui no hospital com a minha criança // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (32) fomos até naquelas aldeias mais ao fundo do Maçabi [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 12.08.2012]

Corpus

- (33) o material do ensino primário não reduz-se apenas naquilo que são os manuais // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (34) a TPA deslocou-se também no município do Negage para constatar a aderência do público no cumprimento deste dever de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (35) quem não conseguir telefonar / enviar uma mensagem por telefone ou aceder o site da CNE para saber em que Assembleia de Voto vai votar / deve se deslocar no local que escolheu quando fez a actualização dos seus dados eleitorais // [RNA, Encenação, Publicidade, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (36) há bastante tempo / deslocávamos em sítios distantes à procura de tratamento de várias doenças // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (37) juventude angolana / no dia trinta e um de Agosto / apelo a todos vocês a aderirem em massa nas Assembleias de Voto // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (38) a mensagem que tenho pra todas [-] famílias é que no dia do pleito acoram nas mesas da assembleia / a fim de escolhermos os nossos deputados e o presidente / as pessoas que vão nos representar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (39) toda população do Uíge / aquela que está na idade de votar / que afluam nas assembleias de voto para exercer também o seu direito cívico // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (40) [...] a maioria dos habitantes estão reservados em suas casas / e outros sim / dirigidos nas assembleias para exercerem o seu voto de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (41) agora vou me dirigir na mesa de voto número doze para poder dar o meu contributo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (42) os cães e os gatos da aldeia não devem ter raiva / senão é um grande problema // vamos já levar no veterinário para serem vacinados // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]

Corpus

- (43) temos *ene* coisinhas que nós podemos **levar na** sala de aulas e utilizar como meio de trabalho // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (44) o estudo **nos** leva mais p'ra além / **nos** leva **numa** nova evolução / **num** outro patamar e nos mete a ver as coisas de uma forma mais ampla // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (45) **vem** aqui **no** Partido / **vote** no # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (46) só cheguei / **me** disseram **vem naqueles** moços que têm colete verde / **me** explicaram / votei na mesa três // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (47) o Partido **vem neste** mercado para / eh / dar a entender / fazer com que estes [//] **estas pessoas** saibam que o Partido / estando no poder ou no parlamento / estará com **eles** // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (48) nós vamos continuar // nos próximos momentos **voltamos na** grelha de emissão [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (49) nós prometemos **voltar nesta** maratona informativa da Televisão Pública de Angola // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (50) ora / quando **chegares nesta** mesa / **identifique** imediatamente onde é que o **seu** nome está // em que mesa concreta **onde tu** vais votar / porque as filas serão por mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (51) devemos **dar** sequência **nas** mesmas pegadas // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (52) [o *Hi-pod*] é para **dar** informação **nas** senhoras / em que mesa é que as senhoras vão votar / [-] que assembleia / é a nossa função // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (53) eu **vou deixar** mensagem **na**Ø minhas irmãs que se encontram no meu / eh [//] ao meu redor / que dia trinta e um desse mês não se esqueçam de ir votar // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]



Corpus

- (54) aquelas pessoas também que / não sabem **seguir no** Partido / então é bom que **apostam** no Partido // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (55) eu como não aceito a corrupção / o dinheiro que foi **pago no** Guiné-Bissau é o dinheiro que devia ser **pago nós** // [TPA1, Campanhas Partidos Políticos, 23.08.2012]
- (56) muito **obrigado em** família geral dos antigos combatentes. [TPA1, Campanhas Partidos Políticos, 23.08.2012]

**a2) Preposição a**

- (1) temos que nos sentir **orgulhoso**Ø como Africanos e educados e não **pautarmos ao** mal // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (2) [...] que toda gente **esteje** presente **ao** lugar do voto e que a gente pudesse fazer os nossos votos [...] sem confusão nenhuma // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (3) e quanto mais pessoas **ingressam ao** sistema de ensino / é melhor // [TPA1, Angola Magazine, 22.08.2012]
- (4) [...] é sempre bom [-] o seleccionador quer um jogador / vai ter **ao** treinador [...] // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

**a3) Preposição para**

- (1) estamos a **entrar** agora **para** os minutos finais deste Telejornal de domingo // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012]
- (2) [...] houve muito esforço tendo em conta a pouca experiência de muitos de nós que **entramos para** o parlamento pela primeira vez // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (3) [...] vamos **entrar** agora **para** o dia trinta e um // uma vez que já sabes o local [...] // aqui já é no dia das eleições / [...] as pessoas devem considerar e devem até facilitar o trabalho dos membros da mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Corpus

- (4) a Organização partidária está cada vez mais forte / e desta vez mais sete partidos políticos decidiram **entrar para** a organização de todos os Angolanos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (5) portanto / **essa** disparidade / **esta** distorção permite-nos / contudo / então / defender a ausência do concurso público para permitir-nos que o cidadão **entra para** função pública quando acabar a sua formação // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (6) por exemplo / um cidadão se forma em medicina / automaticamente / depois de receber o canudo / depois de receber a classificação / **entra** automaticamente **para** os quadros da saúde // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (7) a vida do Angolano há-de mudar a partir do momento [-] que o Angolano vai decidir **votar para** o Partido // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (8) o candidato do Partido para presidente da República falou **para** o povo [...] // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]
- (9) aqui / a prioridade **foi dada para** os idosos e portadores de deficiência física // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (10) [...] eu queria saber então que solução **daria para** o problema então da habitação para a população angolana ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (11) [...] porque aqui / hoje em dia / eh / já **primamos** também [-] **passar** essa informação **para** os pais e / a [//] **o** restante das pessoas que vão à procura dos nossos serviços [...] // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (12) e é importante que o profissional **pergunte para** o paciente se realmente o que é que ele sente // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (13) a exemplo do movimento que se registou na sede da Catumbela / [...] a população **acorreu para** os locais de voto de forma cívica // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (14) por exemplo / eu sou professora / e o que se nota é que **muitas das vezes** os nossos alunos querem **limitar-se para** aquele apontamento que o professor dá [...] // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

Corpus

- (15) depois / quando ver que não há resolução / vai para [-] nossos serviços // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (16) o que é que faz ? vai pegar na escova / vai para a casa de banho / quando tentar escovar vai ter sangramento // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (17) mesmo nas universidadeØ eu vejo as pessoas a irem para a escola / mas não vão estudar // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

**a4) Preposição de**

- (1) por isso que nós jovemØ / estudantes universitárioØ / estudantes do ensino médio / temos que passar a dar mais valor dos professores / porque é de lá onde saem grandes quadros e que até agora se encontram grandes quadros que estão a desenvolver o nosso país // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (2) dentro daquilo que é a nossa posição política / da qual pretendemos que o cidadão eleitor reflita / vamos apresentar a nossa linha de pensamento em relação à energia eléctrica // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

**a5) Preposição com**

- (1) [...] a juventude continua a clamar com ajuda do próprio Estado // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (2) a minha arma foi atribuído com um jovem que vive mesmo no meu bairro [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (3) o nosso curso está ligado com a agronomia / e pediram alguns candidatos / eu fui uma das contempladas // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (4) temos informações ligadas com outros municípios do interior // o balanço preliminar que a gente pode fazer nessa altura / consideramos de positivo, porquanto da ronda que pudemos fazer ao longo de todas assembleias de voto / constatámos uma afluência regular / portanto / dos eleitores [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (5) crescemos nas ruas de Luanda / nas vias que antes só levavam-nos ao xxx e que agora ligam-nos com o mundo // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (6) quando se fala de uma selecção de todos nós / a vontade / o nosso desejo é termos uma selecção ideal / uma selecção que corresponda com os anseios da nação // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (7) acaba de chegar a instante o governador da província [...] / acompanhado com membros do seu executivo // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (8) [...] apoiar-se com os técnicos agrícolas que realmente possam / de facto / fazer com que os camponeses possam ter uma agricultura / digamos / mais satisfatória // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (9) muito obrigado com os meus comando da henda // muito obrigado em família geral dos antigos combatentes // [TPA1, Campanhas Partidos Políticos, 23.08.2012]
- (10) Vai produzir muita [...] produto aqui / de tomate / cebola / pepino // Estou muito agradecido com essa empresa // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

**a6) Preposição por**

- (1) o conselho que se deixa é que a juventude olha pelo lado científico [...] / e diminuir as diversões // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]

## **b) Inserção de preposições**

### **b1) Preposição a**

- (1) [...] **acompanhávamos** então **ao** acto de votação da governadora [...] aqui na Assembleia [...] / **aonde** na hora sete da manhã e vinte e dois minutos a governadora efectuou o seu voto // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (2) agora vamos é / de resto / **saudar os** convidados e **aos** telespectadores [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (3) **votem o** número # / **votem ao** nosso candidato da mudança [...] // [TPA1. Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]
- (4) o regresso da circulação do comboio **veio a** melhorar o nível de vida da população // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]
- (5) [...] acho que esta oportunidade que temos agora de construir a paz não pode de modo nenhum ser disparatada // é uma oportunidade **a** que **temos de agarrar** com toda a força // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

### **b2) Preposição para**

- (1) neste momento / a Comissão Nacional Eleitoral está a disseminar a informação sobre as formas como as pessoas devem conhecer os locais **para** onde **devem votar** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

### **b3) Preposição em**

- (1) após ter visto a proposta do Partido / eh / vi que é uma proposta digna para a sociedade em geral / né / e que **foca** o [//] foca mais **na** educação / que é necessário / algo que nós precisamos mais na nossa sociedade / porque não existe mudança sem educação / não existe mudança sem estudo / e a mudan [//] e o estudo / o estudo **nos** leva mais pra além / **nos** leva **numa** nova evolução / **num** outro

patamar e nos mete a ver as coisas de uma forma mais ampla // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

#### b4) Preposição de

- (1) [...] no sentido de ele **aprender de** que a vida não é feita de drogas [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (2) Logo / nós podemos **aferir de** que há aqui uma falsidade // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (3) é uma grande satisfação saber que os nossos militantes são realmente disciplinados / patriotas sobretudo / e são capazes de viver neste âmbito da democracia dum forma intensiva e **mostrar de** que realmente o nosso país é um país democrático e de direito // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (4) como é que vamos **conseguir de** votar [...] ? [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (5) sinto-me muito satisfeito porque hoje assim **consequi de** escolher o meu presidente / que poderá me dirigir e satisfazer as minhas necessidades // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (6) A estrada está muito bonito // a pessoa já **consegue de** viajar / andar de carro // era muito difícil / a estrada tinha muitos buracos // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (7) **dizer de** que o asseguramento desse processo foi antes antecedido dum acção de formação de todos [-] efectivos dos órgãos operativos da delegação do Comando Provincial da Polícia Nacional // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (8) **pressupõe dizer de** que as nossas acções vão prosseguir até à data [-] que forem divulgados os resultados / no sentido de continuarmos a garantir a ordem e a tranquilidade públicas em toda extensão da província de Cabinda // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

Corpus

- (9) **pedir** a toda população / a todos os nossos militantes / amigos e simpatizantes **de** que no dia 31 todos temos que votar // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (10) eh / tu **aceitas de** passar comigo uma noite ? [TPA1, Encenação, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (11) [...] os homens angolanos é que devem **se** firmar como tal / para **transformar de** Angola um país [...] hospitaleiro / um país **onde que** todo mundo pode vir buscar nossas experiências // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (12) caros compatriotas / em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a vossa presença aqui // [...] // é que ao virmos todos aqui / estamos a **dizer** todos em unísono **de que** nós queremos eleições livres / transparentes // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (13) estamos a influenciar / estamos a inculcar na cabeça das pessoas **de que** devem votar todos em massa // [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (14) portanto / **podemos dizer** com muita certeza **de** que o Partido poderá influenciar junto do Parlamento / do novo Parlamento / para que esses pensionistas sejam de facto **vistos** com rigor **o seu problema** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (15) [...] a democracia é também respeitar a vontade do povo // o povo votou / o povo foi consciente / e agora vamos respeitar os resultados / **sabendo** nós **de** que todos nós temos um papel importante na construção de mais uma pedra da democracia no nosso país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (16) nessa vertente de reconciliação nacional / eu **digo** verdadeiramente / com boca cheia / com toda firmeza / **de** que quem falar de si mesmo só como melhor / nunca vai desenvolver Angola [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (17) o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / tem um outro número // **Julgo de** serem cerca de quatro ou cinco dígitoØ // o número do cartão eleitor é de mais dígitoØ e o número de grupo

Corpus

- é de menos dígitoØ // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (18) temo **estado [-] encontrar** resultados extraordinários / o que nos **dá [-] entender de** que os objectivos por nós preconizados serão atingidas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (19) a Nova Marginal é um projecto que traz ao de cima a certeza da capacidade técnica dos quadros angolanos / que / em igualdade / com a força de trabalho expatriada / souberam **inscrever para** a história **de** que / com oportunidade / o país pode contar com a força e a capacidade dos seus quadros // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]
- (20) então / essa força política **é de** activa e tem força de vencer as eleições // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (21) o Partido A está acima / a setenta e quatro por cento / depois o Partido B com dezasseis por cento / terceiro está o Partido C com quatro por cento // [...] só peço que **a população sejam** mais **compreensível** e **aceitam daquilo** que está [-] acontecer // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (22) eu quero que se o **Parido** tiver que ganhar / **mostram** mais uma vez **daquilo** que é digno para o povo e que **mexam** mais na saúde / no ensino [...] // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (23) eu moro aqui no prédio também // e a casa é minha // eu **faço** **daquilo** que eu quizer // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]
- (24) **daquilo** que nós **dominamos** é que o Partido sempre soube liderar esta nação // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (25) gostaria **pra** todos também **fizerem** o mesmo **do** que eu fiz // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (26) o povo está orgulhoso / quer ver esse comboio e muitos já **esperam desse** comboio // [RNA, Jornal, 17.09.2012]



**b5) Preposição com**

- (1) não é difícil notar os progressos que nos últimos dez anos foram alcançados neste domínio e que **permitiram com que** a maior parte das capitais de província e sedes municipais tivesse energia as vinte e quatro horas do dia // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (11) o Programa Luanda Limpa / aprovado superiormente / vai **permitir com que** algumas famílias consigam alguma renda // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (12) esta linha vai **permitir com que** o cidadão / quando encontrar dificuldades nos serviços que nós prestamos / eh / remeta o seu pedido ou a sua [/] a sua / o pedido de informação à linha verde // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]
- (13) é um edifício imponente que vai valorizar esta cidade / vai **permitir com que** a população de Menongue possa usufruir de um edifício com muitos serviços [...] // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (14) não é difícil notar os progressos que nos últimos dez anos foram alcançados neste domínio e que **permitiram com que** a maior parte das capitais de província e sedes municipais tivesse energia as vinte e quatro horas do dia // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (15) a melhor forma de nós sermos transparentes / claro / é **evitar com que cometemos** erros / por exemplo // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (16) existem brigadas **pela qual** os operadores estão já a passar a informação a **todos [-] eleitores** de que devem possuir uma senha // nesta senha **tem** o número do registo // e também vai **evitar com que** as pessoas fiquem demoradamente a suportar bichas até chegar a sua vez // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (17) a saúde é fundamental / porque o professor só é professor [///] só aparece na sala de aulas quando **tiver com** saúde // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (18) portanto / **abolir-se com** a agricultura ainda feita por enxadas e catanas [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

Corpus

- (19) o Partido entende ser urgente **abolir com** o mau hábito da colocação de esfinges de personalidades públicas / mesmo quando se trata do Presidente da República / em objectos como o próprio dinheiro // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (20) **ficamos com muito contente** mesmo / muito contente mesmo tudo [-] que está [-] fazer o governo // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (21) **agradecemos com** esse projecto que foi entregue ao nosso povo / e em particular [-] nós que somos desmobilizados // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

**b6) Preposição por**

- (1) então há necessidade de **ver por** onde está a verdade / **por** onde está o trabalho [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

**b7) Preposição sobre**

- (1) cada um de nós / conscientemente / individualmente ou colectivamente / deve **avaliar sobre** as nossas vidas / como vai a nossa sociedade / como vai o nosso país // [TPA1. Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]

**c) Supressão de preposições**

**c1) Preposição a**

- (1) eu **agradeço a minha família** / mas **agradeço** também **os grupos em** que eu **fiz parte** [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (2) mais uma vez eu **apelo os** rapazes / porque pouco aparecem à consulta // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (3) estamos aqui para **apelar o** voto da juventude angolana **ao** número # // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]

Corpus

- (4) o Professor **apela [-] todos** os alunos e professores para irem votar em massa / a fim de escolherem os dirigentes do país // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (5) nós **assistimos** [-] muitas incongruências / incongruências no funcionamento das actuais Administrações do Estado // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (6) e eu já comecei a **assistir [-] isso** cá / que não é bom // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (7) mas eu tive a oportunidade / há dois dias atrás / de **assistir [-] um** vídeo de um partido político [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (8) depois de encontrarmos a realidade / eh / **comunicamos os** órgãos de segurança [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (9) eu **tenho assistido** / nos últimos tempos / e [/] e / com alguma atenção / a [//] **os** cinco minutos que aqueles partidos políticos têm em televisão pública [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (10) o presidente do Partido **presidiu [-] um grande comício** no Soyo // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (11) na cerimónia de encerramento / o presidente da Comissão Provincial Eleitoral / [...] / **apelou os** membros das Assembleias de Voto no sentido de cumprirem escrupulosamente os princípios estabelecidos [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (12) a funcionária pública disse esperar ansiosa pelo momento da votação / para depositar o seu voto na urna e **apela [-] todas** as mulheres a fazerem o mesmo para o bem-estar de todos // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (13) [...] contactou os feirantes / **apelando-os [-] que votem no seu partido** // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (14) a direcção do Hospital Municipal de Kambulo garante que faz tudo para **devolver a saúde** [-] **quem** procura a instituição // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

Corpus

- (15) [...] há regras que têm que ser cumpridas e / naturalmente / nós vamos **obedecer** rigidamente [-] **essas regras** impostas pela lei eleitoral // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]
- (16) **adere** em massa **os** programas da Organização / porque a Organização vai cumprir com os programas que tem sobre a juventude // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (17) só peço à malta jovem para **aderir o** BUE // é uma mais-valia // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (18) não seja séptico // levanta-te // [...] **aderir** em massa **o** programa da juventude / o programa do angolano // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (19) já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta por jovemØ / então eu peço a eles que **adiram** [-] **esta** campanha // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (20) nas comunas do Luali e Miconje / município do Belize / até ao fim da votação as mesas de voto já tinham atendido maior parte dos eleitores / tudo porque os habitantes das duas circunscrições decidiram **aderir** massivamente **o processo eleitoral** logo pela manhã // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (21) [...] apareceu o Balcão Único do Empreendedor / que é o Banco BUE // então fui lá / me apercebi o quê que se passava ali / disseram que estavam a **aderir** [-] **créditos** // [...] fui lá / **aderi o** crédito / esperei apenas duas semanas [...] // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (22) o Director Provincial das obras públicas garantiu que a obra foi construída **obedecendo os** padrões de construção civil e certifica a qualidade pelo produto ora colocado ao serviço público // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]
- (23) [...] com dificuldades de **aceder os** serviços de saúde / não hesitaram em bater a porta do Administrador Municipal de Viana [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

Corpus

- (24) quem não conseguir telefonar / enviar uma mensagem por telefone ou **aceder o** site da CNE para saber em que Assembleia de Voto vai votar / deve **se deslocar no** local que escolheu quando fez a actualização dos seus dados eleitorais // [RNA, Encenação, Publicidade, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (25) nas diversas mesas das assembleias / apesar de pouca gente / regista-se **aderência** de eleitores que **procedem o seu** direito de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (26) [...] é por isso que o Partido **solicita o** cidadão angolano / **o** cidadão eleitor / o seu voto para que no Parlamento nós possamos **vos** defender // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (27) [...] a desunião / a defesa dos interesses unilaterais / não vão **elevant** Angola [-] nenhum lado // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (28) **iniciamos [-] sete** horas // praticamente / no início havia muita gente / muitos eleitores // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (29) ouvi de facto atentamente o magnífico reitor a chamar as pessoas para o regresso ao trabalho / e ouvi também o Dr. [...] a dar uma certa responsabilidade aos órgãos de comunicação social e [-] **todos** aqueles que manejam a informação [...] / que / em princípio deve estar ainda sob custódia da CNE [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (30) **agradecemos com** esse projecto que foi entregue ao nosso povo / e em particular [-] **nós** que somos desmobilizados // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (31) eu como não aceito a corrupção / o dinheiro que foi **pago no** Guiné-Bissau é o dinheiro que devia ser **pago [-] nós** // [TPA1, Campanhas Partidos Políticos, 23.08.2012]

## c2) Preposição de

- (1) Não **precisa** [-] **colocar**, como se diz na gíria, a carroça atrás dos bois. [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (2) eu sou cidadã angolana // **preciso** também [-] **escolher** o bom governador // já está no meu coração e **estou** [-] **ver** mesmo quem é // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (3) a vizinha não se importa só de baixar um bocado a música ? As pessoas **precisam** [-] **descansar** // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]
- (4) este jovem não **precisou** [-] **deslocar-se** a um destes sítios **aonde** estão dispostos cadernos eleitorais // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (5) nós vamos **cuidar** é **o futuro** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (6) [...] porque eu também vou precisar mais tarde **[-] aquelas mata** do meu avô // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (7) consegui **esse** quite // eu vou fazer um trabalho **[-] que** o povo aqui **precisa** // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]
- (8) [...] e o homem sempre persistente / ia sempre à minha procura [...] até ao ponto **de aperceber-se as** horas [-] que eu ia à escola / as horas [-] que eu ia à igreja / as horas [-] que eu estava em casa [...] // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (9) [...] apareceu o Balcão Único do Empreendedor / que é o Banco BUE // então fui lá / **me apercebi o quê que se passava ali** / disseram que estavam a **aderir** [-] **créditos** // [...] fui lá / **aderi** o crédito / esperei apenas duas semanas [...] // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (10) no seio da família Mutumba / os resultados apresentados até agora **resultam a** sua escolha nas urnas // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- (11) **lembro-me** [-] **que** nessa casa onde estávamos / **tinha** uma parte da casa até quase que estava a cair // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

Corpus

- (12) é fundamental que os partidos políticos não se esqueçam / de facto / [-] **que** estamos a fazer cultura política // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (13) muitos não fizeram isso // esqueceram-se [-] **que** de facto o homem foi um grande histórico<sup>6</sup> // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]

**c3) Preposição em**

- (1) viemos aqui para **reflectir as** três semanas que já passaram / da Campanha Eleitoral / assim como reiterarmos a transmissão do nosso programa eleitoral [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]

**c4) Preposição por**

- (1) [...] porque aqui / hoje em dia / eh / já **primamos** também [-] passar essa informação para os pais e / a [//] o restante das pessoas que vão à procura dos nossos serviços [...] // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (2) é [-] isso que nós / Partido A / **primamos** // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

---

<sup>6</sup> Parece que o falante queria referir-se ao homem como alguém digno de ser consagrado pela história, alguém que não deve ser esquecido.

## X. Queísmo em orações introduzidas por um nome ou adjectivo

- (1) a rua Soba Mandume é mais um **exemplo [-] que** o Governo não está [-] fazer nada para a população // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (2) [...] não temos **dúvidas** nenhuma [-] **que** estes quatro anos foram quatro anos de luta / mas também quatro anos de vitória e quatro anos de sucesso // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]
- (3) não há **dúvidas [-] que** as imagens que vais acabar de ver vão ilustrar tudo aquilo que se passou // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (4) [...] na coesão dos grupos / estamos **certos [-] que** saímos airosos // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]
- (5) a mulher já deu provas suficientes [-] **que** tem capacidade de contribuir para o desenvolvimento // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (6) foi o testemunho [-] **que** o processo de votação correu com normalidade nos municípios de Malange // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (7) [...] acredito que foi uma grande demonstração de cidadania / uma grande demonstração de amor à pátria / uma grande demonstração [-] **que** daqui para frente [...] e temos um bom exemplo a dar à África e ao mundo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (8) há informações [-] **que** o senhor é reincidente // é a segunda vez que se invade da cadeia // e mesmo durante o período que o senhor andou foragido já praticou mais um furto // [TPA1, Telejornal, 05.09.2012]
- (9) no sábado tomámos conhecimento [-] **que** ele encontrava-se algures / portanto / na área do Cazenga // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]



Corpus

- (10) se tiver dúvida em localizar [a mesa de voto] pede informação / mas evite ficar numa mesa [-] que não tens a certeza absoluta [-] que o seu nome consta nesta mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (11) temos a certeza absoluta [-] que no dia trinta e um de Agosto do ano corrente / os cidadãos da província de Cabinda vão afluir as mesas de voto para poderem exercer o seu direito cívico / que é eleger o presidente da república / o vice-presidente e os deputados à Assembleia Nacional // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (12) ao longo deste tempo de convivência / partilhámos convosco as nossas ideias e temos a certeza [-] que os caros eleitores vão apostar em nós // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 29.08.2012]
- (13) é para termos a certeza [-] que eles estão devidamente enquadrados e que o processo está [-] correr bem // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (14) estão aqui muitos funcionários do ministério / estão aqui os embaixadores que acompanham algumas dessas missões para termos a certeza [-] que estamos a dar a assistência devida [...] // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (15) depois da reunião [...] / chegou-se à conclusão [-] que deviam partir alguns grupos para as áreas mais longínquas // Nesse momento são as áreas de Chikonko, Chikungo e Kayinda // [RH, Jornal de Notícias, 30.08.2013]
- (16) estou convicto [-] que vou votar e não tenho nenhum problema para votar // então vou esperar o dia para realizar o meu voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (17) nós estávamos convencidos [-] que depois das duas experiências anteriores / teríamos ganho a experiência suficiente para organizar melhor o processo eleitoral // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

## XI. Orações relativas cortadoras

- (1) [...] porque é preciso que haja um [...] equilíbrio entre os quadros formados e a sua integração e o perfil // porquê que temos de formar mais engenheiros ? quais são as áreas **que há mais quadros** ? onde é que há menos quadros ? [RH, Jornal Provincial, 13.06.2012]
- (2) a vida do Angolano há-de mudar a partir do momento [-] **que o Angolano vai decidir votar para** o Partido // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (3) eu quero que neste país ou nesta Angola [-] **que** nós vivemos / queremos mudança / [...] para que nunca **vamos levar** mais isso no ombro // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (4) **tem** aqueles casos [-] **que** às vezes nós seríamos [...] a pessoa mais importante da família [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (5) e / também / os problemas da vida **que** a gente / **que** a gente passa / né ? [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (6) [...] até porque eu fiquei cinco jogos sem ser convocado / jogos treinos / esse intercâmbio [-] **que eu precisava** // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (7) os mais velhos que no passado deram tudo de si para a causa do país / **há poucos**<sup>7</sup> entregues ao abandono / têm agora neste lar todo o conforto e segurança [-] **que** necessitavam // [TPA1, Telejornal, 17.08.2012]
- (8) relembro mais uma vez // «aquele voto inutilizado [-] **que** aqui nos referimos não vai **na** urna // [...] é inutilizado // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (9) até agora / o sistema [-] **que** vínhamos fazendo a observação de pesca era apenas **efectuada** pelos nossos observadores e inspectores de pesca a bordo das próprias embarcações de pesca // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]

---

<sup>7</sup> O falante queria dizer *há pouco*.

Corpus

- (10) se tiver dúvida em localizar [a mesa de voto] pede informação / mas evite ficar numa mesa [-] que não tens a certeza absoluta [-] que o seu nome consta nesta mesa // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (11) povo do Luena / o qual temos bastante apreço e carinho / que nestas eleições de trinta e um de Agosto dê pelo menos um deputado ao Círculo Provincial de Luena // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (12) o próximo ano / se tudo correr bem / se Deus quiser / teremos o nosso Campus Universitário [-] que já foi lançada a primeira pedra e a construção também já começou // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (13) o diamante e o petróleo são bens do Estado angolano / também bens do povo angolano / bens estes que devem [///] que se deve fazer um uso responsável por parte dos agentes públicos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (14) para além da estrada / vamos continuar a trabalhar nas casas sociais [-] que a população tanto clama // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (15) liguei para o cento e catorze / que é o número [-] que as pessoas estão a ligar que é para ser inteirado o lugar aonde vai votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]
- (16) o dia [-] que partiram eu fui no hospital com a minha criança. [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (17) esse é um momento [-] que devem dar tudo que realmente tiverem para clarear ao restante da população e toda a sociedade no sentido de poder / então / escolher os verdadeiros dirigentes que possam dirigir futuramente // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (18) este dia é um dia muito importante / é o dia do voto / é o dia [-] que todos [-] Angolanos poderão escolher o seu presidente / que poderá resolver todos [-] problemas do nosso país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (19) tenho consciência me[-]mo [-] que vou chegar / visitar os meus filhos que estão no Bié // [TPA, 17.08.2012]

Corpus

- (20) vi que é uma proposta digna para a sociedade em geral né ? e que foca mais na educação / que é necessário / algo [-] **que** nós precisamos mais na nossa sociedade // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (21) porque há muitos lixo<sup>8</sup> / há muitas coisaØ [-] **que** as pessoas às vezes se irritam // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

---

<sup>8</sup> O falante queria dizer *muito lixo*.

## XII. Cliticização

### a) *Sintagmas Nominais plenos em vez dos cliticizados*

- (1) o espírito de cidadania também se desenvolve // aquele **espírito de camaradagem** / nós só desenvolvemos mais **espírito de camaradagem** quando estamos filiados no associativismo // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (2) vamos mostrar primeiro nós que nós não somos **corrupto** / pelo menos lá no local onde trabalhamos / porque às vezes eu trabalho numa instituição [...] / e sou **corrupto** e quero que os outros não sejam **corrupto** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (3) vamos / eh / fazer **as nossas provas** e mostrar **as nossas provas aos alunos** para que **os alunos** possam então reclamar as suas notas // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (4) eu tenho dito que os partidos políticos têm estado a perder uma grande oportunidade que a televisão pública tem proporcionado // o tempo é um recurso muito escasso e nunca se recupera // quando perdemos **um minuto** / nunca poderemos recuperar **este minuto perdido** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (5) a palavra **professor** significa pra mim muita coisa / porque o **professor** [///] nós passamos a caracterizar **o professor** como nosso segundo pai / porque **o professor** pra nós é um mestre // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (6) porque nós não queremos ver eu tenho **pão pra comer** / o outro irmão não tem **pão pra comer** // é meu irmão // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]
- (7) a vida do **Angolano** há-de mudar a partir do momento [-] que **o Angolano** vai decidir votar **para** o Partido // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Corpus

- (8) **os políticos** vão **nos** dar o quê se a gente amar **os políticos** ?  
[RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (9) **a direcção** que hoje está aqui é **a direcção** que está [-] mandar / que  
deve reunir com os trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais,  
24.08.2013]
- (10) **o senhor governador** vai exercer então o seu direito de voto  
neste momento / e nós aguardamos aqui **pelo senhor governador**  
para falar um pouco do seu estado de ânimo neste momento //  
[TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (11) [...] e é por isso que nós estamos a apelar muito entendimento //  
que os partidos políticos que estão a correr às eleições **devem estar**  
unidos para que **cantamos** a mesma música / a música da  
reconciliação nacional / a música da unidade nacional / a música **da**  
**paz** que tanto tempo custou para nós termos **a paz** // [TPA1,  
Telejornal, 21.08.2013]

**b) Não cliticização nem realização do sintagma pleno**

- (1) eu penso que nós os professores também devemos ser  
transparentes // de que forma ? vamos / eh / portanto / avaliar **os** [///]  
porque a pessoa **se** compra um livro hoje / poderá usar até à sua  
morte // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (2) mas eu educo bem o meu filho / eu oriento bem // [RH, Bué Pausado,  
27.06.2012]
- (3) dirija-se a uma igreja / está lá um padre / está o pastor para ajudar //  
[RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (4) **tem** muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério /  
muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1,  
Telejornal, 02.09.2012]
- (5) os cães e os gatos da aldeia não devem ter raiva / senão é um  
grande problema // vamos já **levar no** veterinário / para serem  
vacinados // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]

Corpus

- (6) nós soubemos que realmente há aqueles partidos que / sem querer descurar [-] / eh / têm a conversa dita e nada feito // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]

**c) Posição do clítico**

**c1) Próclise em contextos de ênclise: lexias verbais simples**

- (1) se intoxicou com o medicamento das plantas // [TPA1, Encenação, Publicidade, 23.08.2012]
- (2) se sinto muito bem / porque o meu voto é pela primeira vez // [TPA1, Telejornal, 21.08.012]
- (3) me sinto regozijado nesses aspecto / porque já não farei a trajectória que fazia antes // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (4) me sinto feliz // é minha primeira vez de votar [...] // pra mim é uma nova experiência // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (5) me ajuda você que manda a polícia / me ajuda // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (6) me parece que / neste momento / os partidos políticos pelo menos têm um comportamento / aquele que se espera [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (7) me mandaram guardar uma arma // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (8) te amo / te adoro [...] // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (9) nos tira no sofrimento // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (10) antes como não tinham frequentemente a energia da barragem / agora que têm / eles se sentem muito felizØ // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (11) você se sente mal / único escuro do grupo ? [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]

Corpus

- (12) cheguei aqui / **me** ligaram porque «olha mãe / deixaram cair a nossa casa // como é que eu fico ?» [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (13) só cheguei / **me** disseram vem naqueles moços que têm colete verde / **me** explicaram / votei na mesa três // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (14) meu irmão / **me** fala / está a espera de quê ? vamos no voto // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (15) [...] apareceu o Balcão Único do Empreendedor / que é o Banco BUE // então fui lá / **me** apercebi o quê que se passava ali / disseram que estavam a aderir créditos // [...] fui lá / aderi o crédito / esperei apenas duas semanas [...] // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (16) já votei // **me** sinto melhor / [...] porque estamos aqui a escolher um governo que vai representar Angola // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (17) sou representante dos Caminhos de Ferro [...] // **me** interessei [-] trabalhar na linha férrea em 1973 [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 12.08.2012]
- (18) bom-dia [...] // **me** encontro na escola Hoji-ya-Henda // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (19) [...]enviei uma mensagem pelo número da Unitel // **me** falaram que eu vou votar na mesa número cinco // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (20) o voto correu muito bem / **nos** atenderam muito bem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (21) tão logo que eu cheguei / **me** dirigi ao senhor // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (22) eu ? **me** insultar [...] ? lhe deixa experimentar / não lhe deixa ? vou lhe queimar a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (23) quando eu vim aqui / o Dr. **me** tirou ecografia [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]



Corpus

- (24) antes como não tinham frequentemente a energia da barragem / agora que têm / eles **se** sentem muito felizØ // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (25) eu **me** sinto muito feliz / muito feliz por ter votado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (26) o governo **nos** brindou / esse ano / com uma xxx de três salas de aula com capacidade de sessenta estudantes // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (27) eu **me** sinto muito contente por ter exercido esse direito como cidadã // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (28) [...] palavras de uma das eleitoras que nesta manhã já cumpriu com o seu dever cívico e **se** dirigiu às urnas // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (29) é nosso desejo que Deus todo poderoso abençoe a liderança do nosso querido presidente e **lhe** conceda uma longa vida para [-] alegria de todos [-] Angolanos // [TPA1, Telejornal, 25.08.2012]
- (30) eu achei-me a Deus e **me** lembro como se fosse hoje // fui lutando pela vida / mas tudo o que fazia naquela fase dava errado // então a primeira coisa que fui fazer é reconquistar a minha família // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (31) uns não estão aqui / mas têm vontade de estar / e **nos** agitam para nós fazermos a greve / mas não conseguem sair // é o medo que eles têm // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (32) eu quero namorar com ela / noivar com ela e **me** casar com ela // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (33) e é aí onde nós **nos** enganamos quando temos dinheiro [...] e **nos** esquecemos completamente de que a nossa mente precisa de ser cuidada // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (34) centenas e centenas de militantes e muitos dos quais vindos de municípios longínquos **se** deslocaram / portanto / à capital da província do Bengo / Caxito / para ouvirem o programa de governação do Partido // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Corpus

- (35) então aí está // é uma das soluções né / **se** associar / fazer parte de um grupo [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (36) antes pelo contrário / [a droga] **nos** prejudica / **nos** destrói // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (37) o estudo **nos** leva mais pra além / **nos** leva **numa** nova evolução / **num** outro patamar e nos mete a ver as coisas de uma forma mais ampla // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (38) queremos construir uma Angola pra todos / uma sociedade a **se** desenvolver e a **se** interessar pelos seus filhos // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

**c2) Ênclise em contextos de próclise**

- (1) será **que justifica-se** [a falta de emprego como causa para entrar na vida do álcool] ? [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (2) o material do ensino primário **não reduz-se** apenas naquilo que são os manuais // [RH, Bué Pausado, 04.07.012]
- (3) crescemos nas ruas de Luanda / nas vias que antes **só levavam-nos** ao xxx e que agora ligam-nos **com** o mundo // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (4) numa sala há sempre jovens **que aproveitam-se** dos outros // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (5) a seguir **ainda nota-se** / eh / de certa forma / eh / alguma ausência / alguma falta de sofisticação na capacidade dos partidos **a** estabelecerem um discurso colectivo // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (6) a direcção nacional [...] alerta a sociedade civil angolana e internacional a repudiar com veemência o aproveitamento político e oportunista de determinadas formações políticas que neste momento **em que aproximam-se** as eleições gerais a realizar-se em Agosto próximo [...] // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (7) o corpo de bombeiros e a polícia empenharam-se durante duas horas para retirar os sinistrados **que encontravam-se** presos no veículo // [TPA1, Telejornal, 23.08.2012]

Corpus

- (8) [...] nós não entendemos porque é que tu tens que te sujeitar assim // ele é que não teve juízo / ele é **que traiu-te** / agora tu **lhe** perdoaste [...] // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (9) [...] pouco movimento de munícipes / mas eles estão conscientes das suas obrigações // por isso nós vamos mais ver alguma matéria **que dá-nos** conta da província do Bengo [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (10) o presidente do Partido disse que vai impugnar as eleições **caso essas irregularidades que também frisou mantenham-se** // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (11) [...] porque é da educação **que formam-se** médicos / doutores e por aí fora // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (12) espero **que ajudem-me** para que eu vos possa ajudar // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (13) estávamos a andar / a conversar / de repente **alguém agarra-me** / coloca-me no colo e dá-me um beijo // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (14) no sábado tomámos conhecimento [-] **que ele encontrava-se** algures / portanto / na área do Cazenga // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (15) porque é **que dedica-se** a esse tipo de actos ? [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (16) o facto satisfaz os populares **que debatiam-se** com a falta de água // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (17) nesta altura **também dava-se** conta das portas de algumas casas que estavam totalmente encerradas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (18) **todo e qualquer militar sabe-o** perfeitamente // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (19) a minha vida nessa altura foi [...] um desastre grande // não esperava / não contava [...] // aquele homem **que no namoro mostrava-me** a lua / aquele homem **que no namoro meteu-me** no colo

Corpus

/ [...] chega no casamento [...] decepciona-me desta maneira // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

- (20) [...] esse apelo não vai só para os cidadãos angolanos / mas vai também para todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta interessam-se por Angola / que é // vamos evitar esse tipo de especulações [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]

**d) Emprego acusativo do clítico dativo *lhe***

- (1) estamos a lhe respeitar [...] // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (2) [o cartão eleitoral] está aqui // estava bem guardadinho na mala // só lhe tirei mesmo hoje // [TPA1, Publicidade Eleições, 26.07.2012]
- (3) um político com intriga não ganha voto de ninguém / porque ninguém lhe vota // [TPA1, Telejornal, 29.08.2012]
- (4) vou lhe ajudar // [os instrumentos musicais que eu conheço são] a viola / o bатуque / o piano [...] // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (5) quando se fala de combate à pobreza / afinal de conta não // é para combater o próprio Angolano / para lhe colocar mais no fundo da pobreza / isso não pode // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (6) ó Chica / assim desse jeito que estás a lhe insultar / e se um dia o miúdo te voltar as mesmas palavras / vais fazer o quê ? [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (7) eu? me insultar [...] ? lhe deixa experimentar / não lhe deixa ? vou lhe queimar a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (8) eu não admito criança que vive comigo malcriada // lhe queimo // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (9) [...] mas eu posso lhe procurar ? [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

Corpus

- (10) [...] começou a sentir preconceito / a achar que a sua posição ia diminuir ou se sentiria desprestigiado se alguém **lhe** visse a capinar ou a utilizar a enxada [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (11) todo jovem deve estar filiado porque é ali também onde ele vai ter contacto com determinadas situações que **lhe** vão fazer desenvolver [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (12) [...] logicamente o jovem / aquilo que **lhe** afecta / ele mostra-se céptico e recuado [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (13) os jovens não devem ficar parados / sentados em casa à espera que o emprego **lhes** encontre // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (14) se **lhe** mataram / fala só a verdade // [TPA1, Campanha Eleições, 17.08.2012]
- (15) é **sou eu** que **lhe** engravidei ? [RH, Publicidade, 06.09.2012]
- (16) é a nossa mãe // elas é que nos meteram no mundo / **tenho que lhe** levar carinhosamente não é mamã ? [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (17) agora tu **lhe** perdoaste [...] // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

**e) Posição do clítico em complexos verbais**

- (1) é o seguinte // o que nós queremos / queremos luz e água // aqui não **temo** hospitais / não **temo** nada / aqui **estão a nos partir** os tanques // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (2) já não **estou a te interromper** // [TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (3) então a solução para resolver a questão do desemprego não é querer entrar na droga // antes pelo contrário **estou a me afundar** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (4) nesta altura em que **estamos a vos falar** / consideramos o balanço desta actividade / sendo preliminar / como positivo / esperando que nos outros momentos **podemos** fazer o balanço final do processo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (5) conhecemos vários casos de violência doméstica em que as vítimas tendem a **se** calar / com medo de represália // não faça isso // confie nas autoridades // [TPA1, Publicidade, 04.09.2012]
- (6) não estás a ver que **estou a te chamar** ? [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (7) nós às vezes rimos dele / quando ele **está** realmente a **se estragar** [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (8) [...] e **aprendi a me integrar** na sociedade fazendo parte de grupos // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (9) é verdade que o governo está a fazer muito esforço para nos ajudar a ter condições // temos casa / temos energia e não **estamos a nos arreperder** por sair de Luanda para cá // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (10) eu penso que só aqueles que supostamente estão mais esclarecidos e que prestam um melhor serviço neste momento [é que] **estão a se** comportar no sentido oposto daquilo que era de esperar // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (11) então / essa educação de saúde oral já começa dentro da barriga para que as mães que vão ter os seus primeiros filhos já **começa a lhe** ensinar // [TPA1, Viva com Saúde, 10.07.012]
- (12) irmão / camarada / aquele que **está [-] me ver** nesse momento / você que está sentado ali / sabe quem eu sou / pois que mesmo ainda não estando no parlamento / tem feito muito para vocês // vocês sabem o que eu estou a dizer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (13) dia trinta e um / que os Angolano reflectam muito // a juventude não **deixa se enganar** com as cervejas // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (14) nós não **vamos nos preocupar** / ficar ainda a olhar atrás aqueles que roubaram // vamos passar uma esponja / esquecemos isso // nós vamos cuidar é o futuro // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (15) **está me [-] falar** p'ra mim não votar porque eu se actualizei lá no Lubango [...] // eu estou aqui com a minha mãe doente e não tinha mais tempo pra mim ir votar lá no Lubango // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (16) vim confirmar aqui na Administração para ver se **vai me falar onde que** vou votar / porque estão a dizer que alguns estão a **solicitar no** cento e catorze // eu como não tenho telefone / por isso [-] que estou aqui / para ver se vou confirmar melhor / para saber // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (17) o meu convidado **está se [-] matar de rir** // [TPA1, Pato na Área, 23.08.2012]
- (18) assim também **vão me apresentar** me[-]mo na televisão ? [TPA1, Telejornal, 12.08.2012]
- (19) **fomos nos registar** e actualizar **os dadoØ** do nosso registo eleitoral // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (20) [...] sei que as urnas ou as Assembleias começam a votação às sete horas // **devo me preparar** no dia trinta / a dormir cedo e de forma sóbria / numa forma que me permita **chegar** cedo, também, **nas** Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (21) [...] nossos irmãos / **vamos nos entender** com **base o** princípio número # // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (22) a senhora sai da casa dela e **vem me dizer** que a música está muito alta ? isso é azar // a música **está [-] tocar** na tua casa vizinha ? [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]
- (23) a vizinha sai memo da casa dela pra **vir me dizer** porque baixa a música // [RH, Encenação, Publicidade, 04.09.2012]
- (24) [...] **espero me dedicar** mais / porque esse é o último trimestre mesmo / então tenho que me dedicar // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (25) o meu sentimento é de vir votar para escolher<sup>9</sup> os nossos dirigentes que **vão nos conduzir** daqui pra sempre<sup>10</sup> // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

---

<sup>9</sup> O falante pronunciou *escolheres*.

<sup>10</sup> O mesmo falante pronunciou *pra sempre*.

Corpus

- (26) já tenho homens que **poderão me tirar** isso // [RNA, Jornal, 17.09.2012]
- (27) a mensagem que tenho pra **todas [-] famílias** é que no dia do pleito **acoram nas** mesas da assembleia / a fim de escolhermos os nossos deputados e o presidente / as pessoas que **vão nos representar** // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (28) nunca **vêm nos chamar** nem nada // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (29) muitas vezes quando os jovens entram no mundo da droga / eles não entram porque **querem se drogar** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (30) se tivermos que pedir experiência profissional / **de onde** é que o cidadão / <**de onde** é que> esse jovem trabalhou para que nós **possamos lhe pedir** experiência profissional ? [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (31) então **devias lhe dar** bom exemplo Chica // cada vez que vais falar com o miúdo / **é só esses nomes feios** e insultar // é só isso que sabes fazer ? [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (32) [...] aquela oportunidadezinha que ele tinha de ir visitar-me à tarde / ele lá estava // aquela oportunidade que ele tinha de **ir me buscar** à igreja / ele ia buscar-me [...] // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (33) [...] e também **podem nos contactar** // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]
- (34) é por isso que o Partido solicita ao cidadão eleitor o seu voto para que no parlamento nós **possamos vos defender** // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (35) ele **vai te dar** alguns toques // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (36) [...] ele **quer me conhecer** e quer saber mais coisas // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (37) os políticos **vão nos dar** o quê se a gente amar os políticos ? [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]



Corpus

- (38) estou satisfeito porque não esperava // neste momento o meu dinheiro **vai me facilitar** fazer outros trabalhos na minha lavra com os meus filhos // [RNA, Jornal, 17.09.2012]
- (39) agora **vou me dirigir** na mesa de voto número doze para poder dar o meu contributo // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (40) o que se jura é a bandeira // então não é o nome da pessoa que **deve te atraparhar** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (41) eu ? **me** insultar [...] ? **lhe deixa experimentar** / não **lhe** deixa ? **vou lhe queimar** a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]
- (42) quando os Angolanos **serem** unidos ninguém **pode os combater** // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (43) são projectos diferentes de um município ao outro // **poderá se dar** o caso de aumentar o número de casas / se assim for a necessidade da província // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]
- (44) sinto-me muito satisfeito porque hoje assim **consegui de** escolher o meu presidente que **poderá me dirigir** e satisfazer as minhas necessidades // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (45) [...] era para esconder do esposo porque não era nada / mas o esposo **poderia se chatear** // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (46) **lhe deixa experimentar** / não **lhe** deixa ? **vou lhe queimar** a boca // [RH, Encenação, Publicidade, 10.09.2012]

**f) Reflexização**

- (1) portanto / eh / **abolir-se com** a agricultura ainda feita por enxadas e catanas e **apoiar-se com** os técnicos agrícolas que realmente possam / de facto / fazer com que os camponeses possam ter uma agricultura / digamos / mais satisfatória // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

Corpus

- (2) ouvimos queixas / como partido político que somos // muitos **recorrem-se** a nós para saber como é que fica a sua situação // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (3) [...] é através desta campanha que também **estamos [-] aproveitar** a simular a população como **se votar** // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (4) [...] **todas [-] instituições** estão orientadas no sentido de aplicarem essas provas que ficaram por **se fazer** / sem interrupção das aulas // [RH, Jornal, 10.09.2012]
- (5) o teu namorado nunca está do teu lado / eu estou contigo de manhã / à tarde e à noite [...] / olha / casa-**te** comigo // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (6) [...] houve uma cruzada no estádio do Benfica / esse estádio 11 de Novembro // **nesta** altura eu aproveitei / fui vendo / eu disse «eu vou **me** casar com essa rapariga» // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (7) chega // eu não **me** casei pra sofrer // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]

**g) Não reflexização**

- (1) fará com que o nosso background / a nossa postura não é / **desenvolva** // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (2) esses Angolanos conhecedores / se porventura **manterem** desunidos / Angola não vai **desenvolver** // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (3) e hoje / eu ser um dos Angolanos presentes nessa obra / **sinto** muito orgulhoso / **sinto** muito orgulhoso mesmo porque amanhã poderei falar aos meus filhos [...] que eu participei / pus a minha pedra na reabilitação deste país // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (4) chega o dia de hoje que o presidente virá aqui inaugurar a barragem do Ngovi // eh pá // **sinto** muito óptimo / estou muito alegre // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (5) – [...] como é que se chama o aeroporto do Namibe ?

Corpus

- **Esqueci** // [[TPA2, Pato na Área, 30.08.2012]
- (6) [...] para **deslocar** / ir no lar / porque eu estava sozinho // [TPA1, Telejornal, 17.08.2012]
- (7) hospital era um caso sério // assim pessoa que está doente / crianças / pra fazer consulta / **devemos deslocar** // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (8) há bastante tempo / **deslocávamos em** sítios distantes à procura de tratamento de várias doenças // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
- (9) isto foi em Agosto de dois mil e quatro // então / nesta altura / **aproximámos** um do outro // [RH, Cantinho do Amor, 16.09.2012]
- (10) para o caso específico de Mbanza Congo / nós **sentimos** satisfeitos // [TPA1, Telejornal, 27.06.2012]
- (11) **estamo**Ø a ver que daqui a cinco anos isso **vai tornar muito** como um paraíso / isso vai mudar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- (12) vocês **lembram** que quando actualizaram os dados do registo, escolheram onde queriam votar // [RNA, Publicidade teatral, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (13) eu vejo a minha província a crescer / a **desenvolver** / e isso me orgulha bastante // [TPA1, Campanha Eleitoral, 20.08.2012]
- (14) a nossa província / desde o tempo colonial / nunca modificou // mas quando entrou o senhor presidente [...] as nossas **província** está [-] desenvolver // [TPA1, Telejornal 25.08.2012]
- (15) a minha filha veio **acompanhar** para votar [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (16) **sentí** muito feliz // como é primeira vez / [votar] é nosso dever **de nós cidadão**Ø // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (17) nós **regozijamos** muito com este acto / porque é a terceira vez que eu voto / e pela primeira vez os meus filhos // [TPA1, Telejornal, 01.09.2012]

Corpus

- (18) devemos é banir isso // estudantes / devemos é banir isso e **dedicarmos** seriamente às aulas // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (19) [durante as férias] saí com **a** minhas irmãs / **divertimo** um pouco // [RH, Viva à Tarde, 10.09.2012]
- (20) é bom que **a gente** nesse momento **vamos** dirigir à Assembleia de Voto e consultar nas listas / porque as listas já estão coladas // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (21) temos que nos sentir **orgulhoso**Ø como Africanos e educados e não **pautarmos** ao mal // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (22) a minha arma **foi atribuído** com um jovem que vive mesmo no meu bairro [...] // [TPA1, Telejornal 05.09.2012]
- (23) nós às vezes **rimos** dele / quando ele está realmente a **se** estragar [...] // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

### **XIII. Não realização de complementador subordinativo e realização supérflua do complementador *que***

#### ***a) Não realização do complementador***

- (1) nós observamos [-] setenta e cinco por cento da população angolana ou dos jovemØ em Angola mal sabe transmitir [-] seu falar da sua língua materna // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (2) eu costumo a dizer // [-] pertencer a uma associação [///] quer dizer / a associação para mim significa uma escola [...] // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (3) estamos em crer [-] quando nós formos governo / estamos comprometidos com os senhores / estamos comprometidos com o povo angolano e queremos fazer o melhor // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (4) eu disse [-] eu sou livre // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 26.08.2012]
- (5) vi que há muitas mamãs [-] estão a sofrer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (6) o importante [-] eu sou jogador do Clube // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (7) [...] é sempre bom [-] o seleccionador quer um jogador / vai ter ao treinador [...] // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (8) já registei a minha filha e na qual até já recebi a minha cédula // estou satisfeita // [RNA, Jornal das 13h00, 30.08.2012]

#### ***b) Realização supérflua do complementador *que****

- (1) é por isso para quem que não sabe ler / pode vir para estudar // ainda há tempo // [TPA1, Angola Magazine, 22.08.2012]
- (2) nada de mal que vai nos acontecer // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]

## XIV. O emprego do advérbio relativo *onde* (*aonde*, *donde*, *por onde*)

### a) *aonde*

- (1) há os cursos x y z na Suíça / na Alemanha / na Inglaterra / não sei **aonde** // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- (2) Ele diz que está satisfeito por já ter confirmado o local **aonde** vai votar // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (3) cada membro deve saber **aonde** é que vai votar // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]
- (4) cada membro deve saber **aonde** é que vai votar / e também eu vim aqui constatar / porque eu vivo aqui no Kazenga e devo antes vir consultar onde eu vou votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (5) eu quero apelar a todos militantes / de Cabinda ao Cunene / ali **aonde** tem um comunista / deve apoiar e votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (6) todos nós / como eleitores / devemos já saber / conhecer o sítio **aonde** vou votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (7) liguei para o cento e catorze / que é o número [-] que as pessoas estão a ligar que é para ser inteirado o lugar **aonde** vai votar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 21.08.2012]
- (8) este jovem não precisou [-] deslocar-se a um destes sítios **aonde** estão dispostos [-] cadernos eleitorais // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (9) então tenha já o cuidado de dirigir-se na mesa **aonde** consta o seu nome [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Corpus

- (10) [...] os eleitores marcam presença [...] para saberem **aonde** vão votar // [RH, Huíla em Movimento, 30.08.2012]
- (11) [...] **acompanhávamos** então **ao** acto de votação da governadora [...] aqui na Assembleia [...] / **aonde** / na hora sete da manhã e vinte e dois minutos a governadora efectuou o seu voto // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (12) e aqueles que vão nascer proximamente vão viver **aonde** [...] ?
- (13) há zonas em Luanda que se **pode aproveitar** / tipo zonas verdes / espaços **aonde** as pessoas poderiam passar o tempo // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

**b) de onde (donde)**

- (14) se tivermos que pedir experiência profissional / de onde é que o cidadão [//] **<de onde** é que> esse jovem trabalhou para que nós **possamos lhe pedir** experiência profissional ? [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (15) o Partido é **donde** nascemos / **donde** nasceram os nossos pais // e é **donde** vamoØ nascer os nossos filhos para sempre // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (16) **donde** é que eles enterraram o líder ? porque o líder é que conhecia esses soldados todos que estavam no norte // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]
- (17) assim / evitamos mais aquela bicha [...] / ir **donde** a gente não está escalado // [TPA1, Telejornal, 22.08.2012]

**d) onde que, donde que, por onde que**

- (18) eu sofri na mata do Kazambula Mambo // todo mundo conhece // eu / na área do Kolongongo / **donde que** eu nasci / **donde que** eu cresci

Corpus

- / com tanta guerra / com tanto sofrimento / com a chuva / nós sofremos na guerra [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (19) o povo conhece **aonde que** vai votar / o povo conhece **aonde que** vai / como o passarinho conhece no pau onde costuma dormir // [RNA, Jornal das 13h00, 25.08.2012]
- (20) eu digo que «mamã / **aonde que** estás / vem aqui / voto no # [...] //» [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (21) aquele que não sofreu na guerra / que não sabe **da onde que** passou a guerra / agora aqueles aí é que estão a governar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (22) e aqui mesmo **onde que** nós estamos passaram muitos // [TPA1, Telejornal, 22.08.012]
- (23) já sei **onde que** vou trabalhar // na Escola Primária número setenta e seis [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (24) já sei **onde que** vou votar // perto da minha casa / **onde que** tem a tenda [-] **que** vou votar / [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (25) [...] no dia do voto a mamã vai ver **onde que** está a urna // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (26) [...] os homens angolanos é que devem se firmar como tal / para transformar de Angola um país [...] hospitaleiro / um país **onde que** todo mundo pode vir buscar nossas experiências // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (27) quando o mundo explica que a África é o berço da humanidade / nós **vamo**Ø perguntar / se o homem não é **onde que** está o coração // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (28) vim confirmar aqui na Administração para ver se vai me falar **onde que** vou votar / porque estão a dizer que alguns estão a solicitar no cento e catorze // eu como não tenho telefone / por isso [-] que estou aqui / para ver se vou confirmar melhor / para saber // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]



Corpus

- (29) [...] tem que confirmar e escolher o sítio **por onde que** pode votar e que possa [-] escolher um novo governo // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

## XV. Omissão do artigo definido depois do quantificador universal *todos* e antes de determinantes possessivos

### a) Depois do quantificador universal *todos*

- (1) **todas** [-] **mamãs** não vão sofrer mais na rua // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (2) é o homem que sabe guardar **todas** [-] **pessoas** // [TPA, Telejornal, 17.08.2012]
- (3) [...] **todas** [-] **instituições** estão orientadas no sentido de aplicarem essas provas que ficaram por se fazer / sem interrupção das aulas // [RH, Jornal, 10.09.2012]
- (4) começamos a sentir os benefício de mais água potável / e algumas províncias têm mais energia eléctrica // [...] apelamos **a todos** [-] **cidadãos** e compatriotas de boa vontade que não se envolvam em manifestações de qualquer tipo // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (5) **todos** [-] **Angolanos** terão emprego // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]
- (6) a mensagem que tenho para **todas** [-] **famílias** é que no dia do pleito acorram nas mesas da assembleia a fim de escolhermos os nossos deputados e o presidente / as pessoas que vão nos representar // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (7) como se sabe / votar é um dever de **todos** [-] **Angolanos** // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]
- (8) este dia é um dia muito importante / é o dia do voto / é o dia [-] que **todos** [-] **Angolanos** poderão escolher o seu presidente / que poderá resolver **todos** [-] **problemas** do nosso país // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (9) apelo a **todos [-] Angolanos** para que possa exercer este direito de cidadania / para que possa votar de coração limpo e porque a democracia é consolidada com momentos como este / de eleições periódicas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (10) então vai-se fazer um mercado novo [...] que é para contemplar **todas [-] vendedoras** // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (11) [...] convido a **todos [-] ouvintes** da Rádio a votarem no dia trinta e um de Agosto / porque votar é um dever cívico // Façam como eu // [RH, Huíla em Movimento, 30.08.2012]
- (12) e queremos também / nesse aspecto / convidar a **todos [-] Angolanos** / neste lugar onde eu me encontro hoje / que nós queremos fazer o melhor // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (13) [...] será que **todos [-] partidos** que perderem vão usar uma atitude de impugnação ? penso que isto é mau // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (14) implica dizer que **todos [-] eleitor**Ø que pretendem votar já conseguem localizar a sua Assembleia de Voto antes do dia da eleição // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- (15) o facto de deixar de jogar não significa que tem **todos [-] conhecimento**Ø //
- (16) eu venho para alertar algo muito importante a **todos [-] jovem**Ø [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 27.08.2012]
- (17) enviei uma mensagem a partir do telefone e veio **todos [-] dados completos** // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
- (18) nesse universo / temos pra cima de setenta e quatro mil militantes // se **todos [-] militantes** votar / mais os amigos e simpatizantes / conseguimos atingir mais de noventa e cinco por cento dos votos desse município // [TPA1, Telejornal, 27.08.2012]
- (19) dizer de que o asseguramento desse processo foi antes antecedido dum acção de formação de **todos [-] efectivos** dos órgãos operativos da delegação do Comando Provincial da Polícia

Corpus

- Nacional // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 01.09.2012]
- (20) existem brigadas pela qual os operadores estão já a passar a informação a todos [-] eleitores de que devem possuir uma senha // nesta senha tem o número do registo // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- (21) [...] da ronda que pudemos fazer ao longo de todas [-] assembleias de voto / constatámos uma afluência regular / portanto / dos eleitores [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (22) [...] nós temos uma ficha que nós temos que preencher / onde tem todas [-] informações do local onde ele escolheu que deveria votar [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (23) em todos [-] locais onde foram criadas assembleias de voto / a população está [-] afluir de forma positiva // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (24) eu acho que as mensagens que o camarada presidente tem estado a passar em todos [-] seus discursos ao longo desta campanha / nós temos que louvar / [...] // [TPA1, Telejornal, 28.08.2012]
- (25) eu quero apelar a todos [-] militantes / de Cabinda ao Cunene / ali aonde tem um comunista / deve apoiar e votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (26) é nosso desejo que Deus todo poderoso abençoe a liderança do nosso querido presidente e lhe conceda uma longa vida para [-] alegria de todos [-] Angolanos // [TPA1, Telejornal, 25.08.2012]
- (27) em todos [-] locais onde foram criadas assembleias de voto / a população está [-] afluir de forma positiva // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (28) [...] há espaço para todos [-] empreendedores / todos [-] homens com iniciativa [...] // [TPA1, Telejornal, 28.08.2012]

Corpus

- (29) levamos também à população em geral do mercado do Kikolo que o Partido tem o programa bem alinhavado no que concerne [-] todos [-] sentidos sociais // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- (30) [...] todas [-] instituições estão orientadas no sentido de aplicarem essas provas [...] / sem interrupção das aulas // [RH, Jornal, 10.09.2012]
- (31) eu gostei muito de votar / porque é para elegermos um novo governo que vai governar o nosso país // e eu queria apelar todos [-] que ficaram lá em casa para todos virem rapidamente // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

**b) antes dos determinantes possessivos**

- (1) [-] vosso voto é na Organização / no número # // devemos surpreender pela positiva // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (2) vou ajudar [-] minha família / vou ajudar certas pessoas / pessoas que vão trabalhar comigo na minha estrutura [...] // [RH, Huíla em Movimento, 05.09.2012]
- (3) nós observamos [-] setenta e cinco por cento da população angolana ou dos jovemØ em Angola mal sabe transmitir [-] seu falar da sua língua materna // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- (4) [...] os homens angolanos é que devem se firmar como tal / para transformar de Angola um país [...] hospitaleiro / um país onde que todo mundo pode vir buscar [-] nossas experiências // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- (5) – e aqueles que vão nascer proximamente vão viver aonde / vão encontrar que terra para [-] teus bisnetoØ ? [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- [-] meus bisnetoØ vão encontrar meØmo a terra doØ meus avôØ // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.08.2012]
- (6) devemos votar para eleger [-] nossos futuros líderes // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Corpus

- (7) eu preciso de abrir um empreendimento // por exemplo / eu trabalho em caixilharia / que faz parte da construção civil // eu quero abrir [-] **minha empresa** / por pequena que seja [...] // [RH, Huila em Movimento, 05.09.2012]
- (8) [-] **teu voto** aqui é a garantia de terra para ti e **teus** filhos // é a certeza de um desenvolvimento sustentável // [...] // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

## **XVI. SP *para mim* + verbo infinitivo por SP *para eu* + verbo infinitivo**

- (1) está me falar **para mim** não votar porque eu **se** actualizei lá no Lubango [...] // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (2) eu estou aqui com a minha mãe doente e não tinha mais tempo para **mim** ir votar lá no Lubango // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (3) [votei] para o desenvolvimento do país / **para mim** conhecer o que vem no futuro // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

## XVII. A locução preposicional *de acordo com*

- (1) [...] de **acordo os nossos estatutos** [...] que são mais académicos e científicos / vais ter que aumentar aqui mais um aspecto / né / porque senão vamos ter problemas com as autoridades locais // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (2) [...] agora / **de acordo o nosso tema** / quando eu penso que estou na associação como líder para satisfazer os meus interesses pessoais / aí sim / aí começa a haver dificuldades // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- (3) ultimamente o negócio não está assim **de acordo o que era** [//] da forma que era antes // [TPA1, Telejornal, 24.06.2012, 20h00]
- (4) vão atribuir essas casas de **acordo o** regulamento que a Casa Social das FAA tem **com** relação aos condomínios // [TPA1, Telejornal, 14.08.2012]
- (5) para acompanhamento e controlo das respectivas embarcações / nós temos uma pequena frota de patrulhamento que **ela** exerce a função de patrulhamento **de acordo as** nossas necessidades em toda a costa marítima // [TPA1, Telejornal, 15. 07.2012]
- (6) vimos que cada um está perfilado **de acordo a** ordem de chegada // [TPA1, 10/12, 31.08.2012]



### **XVIII. *Ele dativo / acusativo e dele em vez de seu***

- (1) gostaria que estas eleições termina com tranquilidade // aquele que ganhar / saber ganhar / porque o povo escolheu a ele // e quem perder / pronto / é cidadão e pode esperar para a nova corrida // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (2) já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta por jovemØ então eu peço a eles que adiram [-] esta campanha // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- (3) [...] o voto é segredo // cada cidadão vota o partido dele // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- (4) essas empresas terão que ter consciência mínima de fazer com que o lixo dele vai para ali já bem depositado // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]
- (5) queremos que a ideia dele deve ainda continuar // [TPA1,Telejornal,24.06.2012,20h00]

### **XIX. Perífrase verbal *ir + ir + verbo pleno***

- (1) eu vou no Namibe // **you ir** conhecer lá porque eu não conheço // [TPA1, Telejornal, 24.08.2012]
- (2) dia trinta e um não vou vender // [...] **you ir** votar // [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]